



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

**OS FILHOS ADOLESCENTES E O MERCADO DE TRABALHO:
UMA ANÁLISE DO PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO,
FAMILIAR E DE GÊNERO DOS JOVENS ENTRE
15 E 19 ANOS NO BRASIL EM 2006**

Angela Welters

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Econômico – área de concentração: Economia Social e do Trabalho, sob a orientação da Profa. Dra. Eugenia Troncoso Leone.

*Este exemplar corresponde ao original da tese defendida por **Angela Welters** em 26/02/2009 e orientada pela **Profa. Dra. Eugenia Troncoso Leone**.*

CPG, 26 / 02 / 2009

Campinas, 2009

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
da Instituto de Economia/UNICAMP**

W467f	<p>Welters, Angela.</p> <p>Os filhos adolescentes e o mercado de trabalho: uma análise do perfil sócio-econômico, familiar e de gênero dos jovens entre 15 e 19 anos no Brasil em 2006 / Ângela Welters. - Campinas, SP: [s.n.], 2009.</p> <p>Orientadora: Eugenia Troncoso Leone.</p> <p>Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.</p> <p>1. Adolescentes. 2. Mercado de trabalho. 3. Família – Brasil. I . Leone, Eugenia Troncoso. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">09-004-BIE</p>
-------	--

Título em Inglês: Adolescents and the labor market: an analysis of socio-economic profile, family and gender of young people between 15 and 19 years in Brazil in 2006.

Keywords : Adolescents; Labor market; Family - Brazil.

Área de concentração : Economia Social e do Trabalho.

Titulação : Doutorado em Desenvolvimento Econômico.

Banca examinadora : Profa. Dra. Eugenia Troncoso Leone.
Prof. Dr. Paulo Eduardo de Andrade Baltar.
Prof. Dr. Alexandre Gori Maia.
Profa. Dra. Márcia de Paula Leite.
Prof. Dr. Frederico Luiz Barbosa de Melo.

Data da defesa: 26/02/2009.

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico.

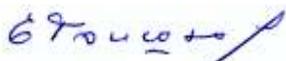
Tese de Doutorado

Aluna: ANGELA WELTERS

**“Os Filhos Adolescentes e o Mercado de Trabalho: Uma análise
do perfil sócio-econômico, familiar e de gênero dos jovens
entre 15 e 19 anos no Brasil em 2006”**

Defendida em 26 / 02 / 2009

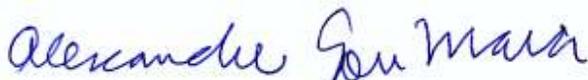
COMISSÃO JULGADORA



Profa. Dra. EUGÊNIA TRONCOSO LEONE
Orientadora – IE / UNICAMP



Prof. Dr. PAULO EDUARDO DE ANDRADE BALTAR
IE/UNICAMP



Prof. Dr. ALEXANDRE GORI MAIA
IE/UNICAMP



Profa. Dra. MARCIA DE PAULA LEITE
FE / UNICAMP



Prof. Dr. FREDERICO LUIZ BARBOSA DE MELO
DIEESE/MG

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha orientadora Eugenia Troncoso Leone pela orientação, intensa dedicação e paciência ao longo de todo o processo de pesquisa.

Agradeço ainda aos professores Paulo Baltar e Marcelo Proni pelas valiosas sugestões na banca de qualificação, as quais foram importantíssimas para a conclusão deste trabalho.

Também não posso deixar de registrar meu agradecimento a Alice pela sua amizade e colaboração técnica. E às amigas, Vivian, Janaína e Fran pelo incentivo precioso de sua amizade.

Aos funcionários do Instituto de Economia da Unicamp, em especial, da secretaria pela sua presteza e extrema gentileza ao longo desta jornada. Igualmente, não posso deixar de mencionar o importante papel do apoio financeiro da CAPES para elaboração deste trabalho.

Por fim, gostaria de agradecer aos meus pais que sempre estiveram comigo nesta caminhada e, em especial, ao meu companheiro Gilmar que dividiu comigo todas as angústias e alegrias e, sobretudo, sempre me incentivou e apoiou de maneira incondicional.

A todos que direta ou indiretamente colaboram nesta jornada o meu sincero agradecimento!

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
Capítulo 1: JUVENTUDE E MERCADO DE TRABALHO	5
1.1- SOBRE O CONCEITO DE JUVENTUDE	5
1.2- O INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO E A ESCOLA: DETERMINANTES SÓCIO-ECONÔMICOS	8
1.3- EDUCAÇÃO E TRABALHO: FORMAÇÃO VERSUS EMANCIPAÇÃO JUVENIL	13
1.4- MERCADO DE TRABALHO: TRANSFORMAÇÕES E DESAFIOS	19
1.5- AS MUDANÇAS NO UNIVERSO FAMILIAR	27
Capítulo 2- OS ADOLESCENTES E A RELAÇÃO ENTRE MERCADO DE TRABALHO E EDUCAÇÃO: UM BREVE QUADRO EVOLUTIVO 1992-2006	37
2.1 - OCUPAÇÃO E INATIVIDADE	37
2.2 - INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO E ESCOLA: ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS	48
2.2.1- As Diferenças por Gênero	54
2.2.2- A influência da Renda Familiar	61
2.2.3- O papel da Estrutura Familiar	69
2.2.4- Algumas observações adicionais	74
2.3- CARACTERÍSTICAS DA INSERÇÃO NO MERCADO TRABALHO: 1992-2006	75
2.3.1 - A dinâmica das Posições na ocupação	78
2.3.2 - O perfil das ocupações	80
2.3.3 - A inserção por Ramo de Atividade	85
2.4 – Observações finais	90
Capítulo 3 – OS FILHOS ADOLESCENTES E O MERCADO DE TRABALHO	93
3.1 – A PARTICIPAÇÃO NA PEA E A FREQUÊNCIA ESCOLAR	99
3.2 – CARACTERÍSTICAS DA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO	118
3.2.1- Tipo de Atividade	121
3.2.2- Jornada de Trabalho	124
3.2.3 – Contribuição à Previdência	128
3.2.4 – Posições na Ocupação	131
3.2.5- Ramo de atividade e Tipos de ocupação	140
3.2.6- Rendimento do Trabalho	145
3.3 – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
CONCLUSÃO	159
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	167

LISTA DE TABELAS

CAPITULO 1

TABELA 1.1- Distribuição das famílias segundo arranjos familiares: Brasil 1970-2000 (em %)	29
--	----

CAPITULO 2

TABELA 2.1- Adolescentes: variação % da PEA; PIA e Inativos (1992-2006)	38
TABELA 2.2 – Taxas de Participação na PEA, Desemprego e Ocupação para os adolescentes segundo sexo: Brasil (anos selecionados)	40
TABELA 2.3 – Taxas de atividade, ocupação e desemprego para os adolescentes da América Latina em 2005	44
TABELA 2.4 – Inserção produtiva e freqüência escolar dos adolescentes latino-americanos em 2005	46
TABELA 2.5 – Variáveis sócio-demográficas para os filhos adolescentes: Brasil (1992-2006)	50
TABELA 2.6 - Número de Concluintes por Nível de Ensino – Brasil - 1991/2000	52
TABELA 2.7 - Distribuição dos adolescentes, segundo anos de estudo, sexo e participação na atividade econômica: Brasil (1992-2006)	53
TABELA 2.8 – Evolução do percentual de adolescentes que estudam segundo sexo e inserção produtiva: Brasil (1992-2006)	55
TABELA 2.9 – Proporção de adolescentes que estudam segundo sexo e condição na atividade: Brasil, 1992-2006	56
Tabela 2.10 – Adolescentes: taxas de participação segundo sexo: Brasil 1992 e 2006.	57
TABELA 2.11 – Freqüência escolar e participação na PEA para os adolescentes: Brasil (1992-2006)	62
TABELA 2.12 – Percentual de adolescentes que estudam segundo sexo e condição na atividade: Brasil (1992-2006)	64
TABELA 2.13 - Percentual de adolescentes que não estudam e não estão na PEA segundo sexo e renda familiar: Brasil (1992-2006)	65

TABELA 2.14- Adolescentes que estão na PEA e não estudam: Brasil (1992-2006)	66
TABELA 2.15 - Taxas de participação para os adolescentes segundo sexo e renda familiar: Brasil (1992 – 2006)	67
TABELA 2.16 – Freqüência escolar dos adolescentes segundo sexo e tipo de família: Brasil (1992-2006)	70
TABELA 2.17- Percentual de adolescentes fora da PEA e que não estudam segundo sexo e tipo de família: Brasil (1992-2006)	71
TABELA 2.18- Percentual de adolescentes que estudam segundo sexo, inserção na PEA e tipo de família: Brasil (1992-2006)	72
TABELA 2.19- Taxas de participação segundo sexo e tipo de família: Brasil (1992-2006)	73
TABELA 2.20 - Distribuição percentual da população ocupada por sexo e faixa etária: Brasil, anos selecionados.	77
TABELA 2.21 – Adolescentes ocupados segundo sexo e posição na ocupação: Brasil (1992-2006)	79
TABELA 2.22– Adolescentes ocupados do sexo masculino segundo grupos ocupacionais: Brasil (1992-2006)	82
TABELA 2.23– Adolescentes ocupadas do sexo feminino segundo grupos ocupacionais: Brasil (1992-2006)	83
TABELA 2.24- Distribuição percentual dos adolescentes ocupados do sexo masculino segundo ramo de atividade: Brasil 1992-2006	86
TABELA 2.25- Distribuição percentual das adolescentes ocupadas segundo ramo de atividade: Brasil (1992-2006)	88
CAPITULO 3	
TABELA 3.1 - Percentual de famílias com adolescentes segundo faixa de renda e regiões em 2006	94
TABELA 3.2 - Distribuição das famílias dos adolescentes segundo renda familiar e tipo de arranjo familiar: Brasil, 2006.	95
TABELA 3.3 - Distribuição regional das famílias dos adolescentes segundo faixas de renda familiar per capita e arranjos familiares: Brasil, 2006.	96

TABELA 3.4 - Percentual de adolescentes que estudam segundo sexo e regiões: 2006.	99
TABELA 3.5- Percentual de adolescentes que não estudam e nem estão na PEA, segundo sexo e regiões: 2006.	99
TABELA 3.6- Percentual de adolescentes que participam da PEA e não estudam, por sexo e regiões, 2006	100
TABELA 3.7- Taxa de Participação na PEA dos adolescentes segundo região, sexo e freqüência escolar: 2006.	101
TABELA 3.8 – Percentual de adolescentes que estudam e não estão na PEA segundo sexo e regiões: 2006.	102
TABELA 3.9- Inserção na PEA e freqüência escolar para os adolescentes segundo sexo e renda familiar: Brasil, 2006.	105
TABELA 3.10 – Percentual de adolescentes que estudam e taxas de participação na PEA conforme, sexo, situação escolar e renda familiar: Brasil, 2006.	107
TABELA 3.11 - Proporção de jovens que estudam segundo tipo de família, sexo e faixa de renda familiar per capita: Brasil (2006).	111
TABELA 3.12 - Taxas de participação dos adolescentes segundo tipo de família, sexo e faixa de renda familiar per capita. Brasil: 2006.	115
TABELA 3.13 – Adolescentes ocupados: faixa de idade em que começou a trabalhar segundo sexo e faixa de renda familiar per capita. Brasil, 2006.	120
TABELA 3.14 - Atividade principal do empreendimento do trabalho principal dos adolescentes, segundo sexo e região: 2006	121
TABELA 3.15 - Atividade principal do empreendimento do trabalho principal dos Adolescentes, segundo sexo e faixa de renda familiar per capita: 2006	122
TABELA 3.16 - Adolescentes ocupados segundo atividade do empreendimento do trabalho principal, sexo, renda familiar e regiões: 2006.	123
TABELA 3.17 – Adolescentes ocupados: horas trabalhadas na semana, segundo sexo e faixa de renda familiar per capita: Brasil, 2006.	126
TABELA 3.18 – Adolescentes ocupados: horas trabalhadas na semana, sexo e tipo de atividade: Brasil, 2006	127

TABELA 3.19 - Contribuição à previdência dos adolescentes ocupados, segundo sexo e faixa de renda familiar per capita: 2006	128
TABELA 3.20 – Percentual de adolescentes ocupados que contribuem para a previdência social, segundo regiões, sexo e faixas de renda familiar: 2006	129
TABELA 3.21 – Contribuição à previdência dos adolescentes ocupados segundo o tipo de atividade, sexo e faixas de renda familiar per capita: Brasil, 2006.	130
TABELA 3.22 – Adolescentes ocupados segundo posição na ocupação, sexo e faixa de renda familiar per capita: Brasil, 2006.	132
TABELA 3.23- Adolescentes ocupados segundo ramo de atividade e posição na ocupação: Brasil, 2006.	136
TABELA 3.24- Adolescentes ocupados segundo grupos ocupacionais e posição na ocupação: Brasil, 2006	139
TABELA 3.25- Adolescentes ocupados segundo ramo de atividade, sexo e faixas de renda familiar per capita: Brasil, 2006	141
TABELA 3.26 – Adolescentes ocupados: grupos ocupacionais segundo sexo e faixa de renda familiar per capita: Brasil, 2006.	144
TABELA 3.27 - Renda média mensal de todos os trabalhos dos adolescentes segundo sexo e regiões, 2006. (em reais de 2006)	146
TABELA 3.28 - Renda média mensal de todos os trabalhos dos adolescentes segundo sexo e regiões como fração do salário mínimo, 2006.	147
TABELA 3.29 - Renda média na atividade principal do empreendimento do trabalho principal dos adolescentes, segundo sexo e região: 2006	148
TABELA 3.30 - Renda média e horas trabalhadas para os adolescentes ocupados segundo sexo: Brasil, 2006.	149
TABELA 3.31 - Renda média de todos os trabalhos dos adolescentes ocupados, segundo sexo e ramo de atividade: Brasil, 2006.	150
TABELA 3.32 - Renda média de todos os trabalhos dos adolescentes ocupados, segundo grupos ocupacionais: Brasil, 2006.	151
TABELA 3.33 - Renda média de todos os trabalhos para os adolescentes ocupados segundo posição na ocupação: Brasil, 2006.	152

LISTA DE TABELAS - APÊNDICE I

TABELA 1 - Número de famílias segundo arranjos familiares: Brasil 1970-2000.	183
TABELA 2 - Adolescentes segundo posição na família e sexo: Brasil (1992-2006).	183
TABELA 3 – Taxas de rendimento escolar por nível de ensino: Brasil (1991-2000).	184
TABELA 4 - Número de adolescentes segundo sexo e faixa de renda familiar per capita. Brasil: 1992 e 2006.	184
TABELA 5 – Distribuição percentual dos adolescentes segundo sexo e renda familiar per capita: Brasil (1992-2006)	184
TABELA 6 – Adolescentes segundo região e sexo: Brasil (1992-2006)	185
TABELA 7 – Série freqüentada pelos adolescentes segundo sexo e renda familiar: Brasil (1992-2006)	185
TABELA 8 – Série freqüentada pelos adolescentes segundo sexo e tipo de família: Brasil (1992-2006)	186
TABELA 9 – Distribuição percentual dos filhos adolescentes segundo sexo, tipo de família e renda familiar: Brasil (1992-2006).	187
TABELA 10 - Número de Adolescentes Ocupados segundo Faixa etária: Brasil (1992-2006)	187
TABELA 11 – Adolescentes: Indicadores do mercado de trabalho e freqüência escolar segundo sexo e tipo de família: Brasil (1992-2006).	188

LISTA DE TABELAS - APÊNDICE II

TABELA 1 - Participação das famílias com adolescentes segundo regiões: 2006.	191
TABELA 2 - Percentual de famílias com adolescentes segundo faixa de renda e regiões em 2006	191
TABELA 3 - Número de famílias com adolescentes segundo faixa de renda e regiões em 2006.	191
TABELA 4 - Famílias dos adolescentes: algumas características segundo renda familiar e tipo de família em 2006.	192
TABELA 5 - Jovens entre 15 e 19 anos: dados gerais - Brasil, 2006.	193

TABELA 6 – Distribuição percentual dos filhos adolescentes segundo sexo, renda familiar e regiões: 2006.	194
TABELA 7- Percentual de filhos adolescentes do sexo masculino segundo tipo de família, faixa de renda e regiões: 2006	195
TABELA 8 - Percentual de filhos adolescentes do sexo feminino segundo tipo de família, faixa de renda familiar e regiões: 2006	196
TABELA 9 - Número de filhos adolescentes do sexo masculino segundo tipo de família, faixas de renda e regiões	197
TABELA 10 - Número de filhos adolescentes do sexo feminino segundo tipo de família, faixa de renda e regiões: 2006.	198
TABELA 11 - Percentual de adolescentes que não saber ler nem escrever e não freqüentam a escola, segundo sexo, faixa de renda familiar e regiões, 2006.	199
TABELA 12 – Adolescentes que não sabem ler nem escrever: alguns indicadores para o Brasil em 2006.	199
TABELA 13 - Adolescentes que não sabem ler nem escrever e freqüentam a escola: Brasil, 2006.	199
TABELA 14 - Percentual de adolescentes que não sabem ler nem escrever e não freqüentam a escola, segundo sexo, faixa de renda familiar e regiões.	200
TABELA 15 – Média de anos de estudo dos adolescentes, segundo sexo e renda familiar: Brasil, 2006.	200
TABELA 16- Distribuição percentual dos adolescentes do sexo masculino segundo anos de estudo, renda familiar e tipo de família em 2006.	201
TABELA 17- Distribuição percentual dos adolescentes do sexo feminino segundo anos de estudo, renda familiar e tipo de família em 2006.	202
TABELA 18 - Parcela de Jovens fora da PEA que realiza de afazeres domésticos segundo tipo de família, e faixa de renda familiar: Brasil, 2006.	203
TABELA 19 - Parcela de Jovens fora da PEA que realiza de afazeres domésticos, segundo sexo freqüência escolar e faixa de renda familiar: Brasil, 2006.	204
TABELA 20 – Percentual de adolescentes do sexo masculino ocupados, segundo tipo de família, faixa de renda e regiões: 2006.	205

TABELA 21 – Percentual de adolescentes do sexo feminino ocupadas, segundo tipo de família, faixa de renda e regiões: 2006.	206
TABELA 22 - Percentual de filhos ocupados por sexo, tipo de família e faixa de renda familiar: Brasil, 2006.	207
TABELA 23 - Adolescentes ocupados segundo idade em que começou a trabalhar, faixa de renda familiar, sexo e regiões: 2006.	208
TABELA 24 – Adolescentes do sexo masculino, segundo faixa de idade em que começaram a trabalhar, faixa de renda familiar e regiões, 2006.	209
TABELA 25 - Adolescentes do sexo feminino, segundo faixa de idade em que começaram a trabalhar, faixa de renda familiar e regiões, 2006.	210
TABELA 26 - Contribuição à previdência dos adolescentes ocupados, segundo sexo e faixa de renda familiar per capita: 2006	210
TABELA 27 - Posição na ocupação no trabalho principal no empreendimento agrícola dos adolescentes, segundo sexo e regiões: 2006.	211
TABELA 28 – Adolescentes ocupados: horas trabalhadas segundo posição na Ocupação e sexo: Brasil, 2006.	212
TABELA 29 – Adolescentes ocupados: horas trabalhadas, categorias ocupacionais e sexo: Brasil, 2006.	213
TABELA 30 - Adolescentes ocupados, segundo setor de atividade, sexo e horas trabalhadas na semana: Brasil, 2006.	214
TABELA 31 - Adolescentes ocupados do sexo masculino, segundo ramo de atividade, faixa de renda familiar e regiões: 2006.	215
TABELA 32 - Adolescentes ocupados do sexo feminino, segundo ramo de atividade, faixa de renda familiar e regiões: 2006	216
TABELA 33 - Adolescentes ocupados do sexo masculino, segundo posição na ocupação, faixa de renda familiar e regiões: 2006.	217
TABELA 34 - Adolescentes ocupados do sexo feminino, segundo posição na ocupação, faixa de renda familiar e regiões: 2006	218
TABELA 35A – Adolescentes ocupados do sexo masculino: posição na ocupação e Ramo de atividade, segundo faixas de renda familiar per capita: Brasil, 2006 (continua)	219

TABELA 35B – Adolescentes ocupados do sexo masculino: posição na ocupação e Ramo de atividade, segundo faixas de renda familiar per capita: Brasil, 2006 (final)	220
TABELA 36A – Adolescentes ocupados do sexo feminino: posição na ocupação e Ramo de atividade, segundo faixas de renda familiar per capita: Brasil, 2006 (continua)	221
TABELA 36B – Adolescentes ocupados do sexo feminino: posição na ocupação e Ramo de atividade, segundo faixas de renda familiar per capita: Brasil, 2006 (final)	222
TABELA 37 – Adolescentes ocupados do sexo masculino: ramo de atividade e grupos ocupacionais: Brasil, 2006.	223
TABELA 38 – Adolescentes ocupados do sexo feminino: ramo de atividade e grupos ocupacionais: Brasil, 2006.	224

RESUMO

O presente trabalho teve o propósito de investigar a situação dos filhos adolescentes de acordo com sua inserção produtiva e frequência escolar. A pesquisa buscou identificar o papel da condição sócio-econômica da família; do sexo do adolescente; da estrutura familiar e da região para a participação na PEA e continuidade dos estudos. Inicialmente, constatou-se que se trata de um grupo bastante heterogêneo, que apresenta situações bastante distintas em termos de frequência escolar e inserção econômica. Apesar da melhoria nas condições educacionais dos jovens observada desde os anos noventa, verifica-se que 25% dos adolescentes ainda estão fora da escola, muitos sem saber ler ou escrever. Este afastamento precoce da escola configura uma situação distante do desejável e que terá graves implicações sobre seu futuro. É de relativo consenso que os adolescentes devem dedicar-se aos estudos, preferencialmente, de forma exclusiva, não obstante, quase a metade dos adolescentes já está voltada para o mercado de trabalho. Chama a atenção, entretanto, que entre 1992 e 2006 as maiores reduções de taxa de participação ocorreram para os adolescentes de famílias de menor renda. Os resultados sugerem que o aumento das dificuldades dos adolescentes de participar da atividade econômica afetou principalmente os de famílias que não tem alto nível de renda. Por outro lado, pôde-se comprovar que a renda familiar que tinha um papel preponderante na condição de estudante dos adolescentes, perdeu esta associação porque foi justamente na faixa de menor renda per capita que ocorreram os maiores aumentos de frequência escolar dos adolescentes. Os resultados ratificam também a precária inserção dos jovens no mercado de trabalho, visto que grande parte dos ocupados nesta faixa etária trabalha mais de 40 horas na semana com remunerações em torno de um salário mínimo. Em geral, estão em postos de trabalho de baixa qualidade, sem proteção legal ou ainda em atividades não remuneradas, especialmente no Norte e Nordeste. Assim, acreditamos que o ideal é consolidar o processo de adiamento de entrada dos jovens no mercado de trabalho e, não de restaurar o mercado de trabalho para os jovens nesta faixa etária. Este fato é importante, não somente sob a ótica das condições de vida desta população, mas, sobretudo, para uma melhor estruturação do mercado de trabalho. Deste modo, acreditamos que deve-se desmistificar a noção de que o mercado de trabalho deve criar emprego para os jovens, principalmente, nesta faixa etária. Com efeito, a compreensão da grande heterogeneidade de situações familiares, sócio-econômicas, regionais e também ocupacionais destes jovens é essencial para a elaboração de políticas públicas que tenham como objetivo melhorar as condições de vida e garantir um futuro digno a estes jovens. Este trabalho tentou contribuir para a atribuição de prioridades no que concerne a esta população, em especial, destacando o papel das políticas públicas para o futuro desta geração de brasileiros.

ABSTRACT

This work was meant to investigate the situation of adolescents according to their productive integration and school attendance. The research aimed to identify the role of the socio-economic condition of the family, the sex of the adolescent, the family structure and the region to participate in economically active population and continuity of the studies. Initially, it appeared that this is a very heterogeneous group, which has very different situations in terms of school attendance and economic integration. Despite improvements in the educational conditions of young people observed since the nineties, it appears that about 25% of adolescents are still out of school, many without knowing how to read or write. This early removal of the school set up a situation far from desirable, that will have serious implications in their future. It is relative consensus that adolescents should dedicate themselves to studying, preferably exclusively, but almost half of the teenagers are already facing the labor market. A fact that calls our attention, however, is that between 1992 and 2006 the greatest reductions in participation rate occurred for adolescents from families with lower income. The results suggest that the increase of the adolescents' difficulties to participate in economic activity affected mainly those from families with low level of income. On the other hand, it was shown that the income, which had a leading role in the condition of the adolescent students, lost this association because it was precisely this combination in the range of lower per capita income that occurred the largest increases in school attendance of adolescents. The results also confirm the poor integration of young people in the labor market, since much of them work more than 40 hours a week to get around a minimum wage per month. In general, the jobs are low quality ones, without legal protection or in unpaid activities, especially in the North and the Northeast of the country. So, we believe that the ideal is to consolidate the process of postponing the entry of young people in the labor market and not to restore the job market for this age group. This fact is important, not only considering the life conditions of these populations, but above all for a better structuring of the labor market. Thus, we believe that we should fight against the notion that the labor market must create jobs for young people, especially in this age group. Indeed, understanding the great diversity of family situations, socio-economic and regional characteristics and occupations of these young people is also essential for the development of public policies that have aimed to improve their living conditions and ensure a decent future for them. This paper attempts to contribute to the allocation of priorities in relation to this population, in particular highlighting the role of public policy for the future of this generation of Brazilians.

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho tem a finalidade de investigar a situação dos adolescentes (jovens entre 15 e 19 anos) na condição de filhos segundo sua inserção produtiva e frequência escolar. A nossa hipótese é de que a condição sócio-econômica da família; o sexo do adolescente; a sua estrutura familiar; bem como a região de moradia definem situações bastante distintas do ponto de vista da participação na PEA e continuidade dos estudos.

A literatura sobre o tema mostra que a inserção dos jovens no mercado de trabalho é cercada de polêmica, sobretudo, pela discussão acerca de seus impactos sobre as condições de saúde e também no desempenho escolar. Portanto, não existe um consenso acerca da idade adequada para entrada dos jovens no mercado de trabalho, contudo, é enfatizada na literatura a importância da concepção de “juventudes”, no sentido, de heterogeneidade de caminhos de vida e diferenças na condição juvenil de acordo com o contexto em que o jovem está inserido.

De maneira geral, os estudos na área sugerem que a entrada dos jovens no mercado trabalho seja motivada não somente pela necessidade de complementar a renda familiar, mas pela satisfação de suas necessidades de consumo, pela busca de construção da sua própria identidade e, sobretudo, de autonomia. Desta forma, muitos argumentam que o trabalho é um elemento socializador e uma maneira de afastá-los da violência e da marginalidade, em especial, para os jovens de famílias pobres.

É evidente também que a adolescência é uma fase da vida que compreende um conjunto de mudanças psicológicas, intelectuais e também biológicas. É um período de formação da personalidade e também de muitos conflitos e dúvidas. Às incertezas e às dúvidas inerentes a esta fase de vida soma-se uma nova problemática relativa às mudanças na esfera familiar e também na economia e no mercado de trabalho.

Com efeito, na esfera familiar, observa-se a emergência de novas formas de viver em família, mediante o surgimento de uma grande variedade de arranjos familiares, com destaque para a redução do número de famílias nucleares e o aumento dos lares chefiados por mulheres. As características específicas de cada arranjo familiar condicionam a sua estratégia de sobrevivência e, além disso, sua adaptação às

transformações na economia. Assim, alguns tipos de família estão mais expostos às crises em virtude do tamanho da família e às dificuldades de sobrevivência por conta de uma razão de dependência mais elevada. Por conseguinte, as diferentes configurações da esfera familiar destes jovens alteram sua condição de vida e perspectivas de futuro.

Por outro lado, observa-se que a redução das oportunidades para os jovens no mercado de trabalho, desde os anos noventa, ocorre simultaneamente ao processo de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, cujas principais características são o crescimento do desemprego, a diminuição dos empregos assalariados no total da ocupação e o incremento nas ocupações precárias, sem carteira assinada, por conta própria e sem remuneração.

Deste modo, a dinâmica econômica pouco favorável à criação de novos empregos esteve relacionada com o aumento da inatividade e do desemprego entre os jovens nos anos 90. Nas mudanças verificadas no mercado de trabalho destacam-se o fechamento de portas de entrada tradicionais para os jovens e também uma maior seletividade no recrutamento de mão-de-obra, notadamente, pela maior exigência de escolaridade.

Se o mercado de trabalho “fecha suas portas” para os jovens, o sistema educacional absorve um número crescente de crianças, adolescentes e jovens. Os avanços do sistema educacional em termos de ampliação do acesso à escola são evidentes, quando compara-se o início dos anos noventa e 2006. Porém ainda cerca de um em cada quatro adolescentes não frequenta a escola.¹ Um fato ainda mais preocupante é que uma parcela não desprezível destes jovens que estão fora da escola, sequer sabe ler e escrever. Portanto, a melhoria nas condições educacionais dos jovens desde os anos noventa não permite afirmar que logrou-se solucionar o grande problema da defasagem escolar, assim sendo, o afastamento dos adolescentes da escola constitui-se numa situação muito preocupante, principalmente, pelas suas implicações nas condições de vida e de futuro desta geração.

Diferentemente do debate em torno da propriedade do ingresso dos jovens no mercado de trabalho, é de relativo consenso que os adolescentes devem dedicar-se aos estudos, preferencialmente, de forma exclusiva. Não obstante, muitos adolescentes já estão voltados para o mercado de trabalho seja para contribuir com o sustento da família

¹ De acordo com os microdados da PNAD 2006.

seja por motivações pessoais. Neste contexto, surge uma grande discussão sobre a necessidade de melhorar as condições de inserção dos jovens no mercado de trabalho e combater o desemprego nesta faixa etária.

Entretanto, as desigualdades sociais e as diferenças na condição juvenil definem cenários distintos na vida dos adolescentes brasileiros. Pode-se afirmar com elevado grau de certeza que trata-se de um grupo bastante heterogêneo, o qual certamente apresenta situações bastante distintas em termos de frequência escolar e inserção econômica conforme o sexo, a renda familiar, o tipo de família e as regiões do país. A compreensão desta diversidade é uma das finalidades deste estudo.

Neste sentido, este trabalho expõe em seu primeiro capítulo a literatura sobre juventude e mercado de trabalho, com destaque para o debate referente ao ingresso dos jovens no mercado de trabalho; os conflitos envolvidos na simultaneidade entre trabalho e estudo; assim como os determinantes de ordem sócio-econômica para a entrada na PEA e na definição das oportunidades educacionais dos jovens.

No segundo capítulo, tem-se a análise e apresentação das mudanças no perfil dos adolescentes em termos educacionais e de inserção na PEA entre os anos de 1992 e 2006. A análise foi baseada numa segmentação deste grupo populacional de acordo com o sexo, a renda familiar per capita e também a estrutura familiar. Por fim, tem-se uma breve análise da situação dos jovens em relação ao mercado de trabalho e suas modificações no período compreendido entre 1992 e 2006, com destaque para a redução de oportunidades e mudanças no perfil ocupacional dos adolescentes.

O terceiro capítulo tem o objetivo de aprofundar a análise da condição dos adolescentes. Inicialmente, pretende-se obter pistas dos determinantes da inserção produtiva e maior frequência escolar por parte destes jovens, com base em variáveis como sexo, renda familiar, tipo de família e região de moradia. Num segundo momento, o objetivo é avaliar as características da inserção produtiva dos adolescentes, através da avaliação de informações relativas à idade de ingresso no mercado de trabalho, tamanho da jornada de trabalho, tipo de vínculo de trabalho e também no que se refere às características da ocupação em termos de setor de atividade, remuneração etc. Verificar os padrões de inserção deste grupo etário segundo sexo, renda familiar e região será o foco principal.

Entender de que maneira os filhos adolescentes se inserem no contexto escola-trabalho e também de que forma estes jovens e suas famílias vem se adaptando às mudanças no cenário econômico e no mercado de trabalho é nosso objetivo principal.

Desta maneira, este trabalho busca contribuir para a atribuição de prioridades no que concerne a esta população, de maneira especial, destacando o papel das políticas públicas, sobretudo, no que concerne à melhoria nas suas condições de vida e perspectivas de futuro.

Capítulo 1: JUVENTUDE E MERCADO DE TRABALHO

O presente capítulo tem por objetivo expor o debate na literatura sobre juventude e mercado de trabalho. No primeiro item, pretende-se discutir brevemente o conceito de juventude e suas ambigüidades e, em seguida, a literatura que trata da motivação dos jovens para a inserção na atividade produtiva. Destarte, busca-se, através de uma revisão bibliográfica, mapear a discussão acerca do ingresso dos jovens no mercado de trabalho; os conflitos envolvidos na concomitância entre trabalho e estudo; assim como os determinantes sócio-econômicos para a entrada na PEA e na definição das oportunidades educacionais dos jovens. Finalmente, a discussão sobre as transformações no mercado de trabalho e o desemprego juvenil, assim como sobre as transformações sociais, em especial, na família, e sua relação com a juventude completam este quadro.

1.1- SOBRE O CONCEITO DE JUVENTUDE

A noção de juventude faz referência à fase da vida em que o indivíduo transita entre a infância e a idade adulta. A magnitude dessa fase varia conforme a sociedade e o tipo de cultura, mas também de acordo com a classe social, o gênero e a etnia, por exemplo. Tendo em vista esta diversidade de situações a forma mais simples de definir este grupo populacional parece ser o critério etário.² Aliás, a ambigüidade do termo juventude e as diferentes abordagens do tema são aspectos ressaltados na literatura. (Abramo, 2005; Castro, 2002; Sposito, 2003; Vargas, 2004; Borges, 2007; Bastos & Matos, 2008)

Nos diversos estudos sobre juventude deparamo-nos, contudo, com variações no que se refere à caracterização etária deste grupo. Ademais, os termos “adolescentes, jovens e juventude” são utilizados sem grande distinção não apenas pelos estudiosos do tema como também por governos ou organismos internacionais.³ Aliás, a Convenção

² É um critério pragmático, uma vez que permite uma análise objetiva no que concerne ao padrão estabelecido nas estatísticas oficiais.

³ O pouco rigor no uso dessas expressões é revelado por Calazans (2000:56). A autora destaca também as variações na classificação etária utilizada. E afirma: “Percebe-se, no entanto, que é mais fácil delimitar faixas etárias e a elas referir-se como adolescência e juventude do que compreender os conteúdos e características desses dois momentos do ciclo de vida nos diversos estudos das diferentes áreas do conhecimento.”

Ibero-americana dos Direitos dos Jovens estabelece em seu artigo primeiro que “considera as expressões "jovem", "jovens" e "juventude" referentes a todas as pessoas, nacionais ou residentes em qualquer país Ibero-americano, na faixa etária entre os 15 e os 24 anos”.⁴

Esta caracterização mediante o critério da idade é observada também na definição dada por organismos internacionais como a UNESCO e as Nações Unidas, segundo a qual a adolescência refere-se ao período compreendido entre os 15 e os 24 anos de idade.⁵ De maneira diferente, a Organização Pan-americana de Saúde e diversos autores subdividem esta categoria em duas faixas: sendo adolescentes entre 15 e 19 anos e jovens entre 20 e 24 anos.⁶ Variações na delimitação das faixas etárias são observadas também nos diversos estudos sobre juventude. Como afirma Calazans (2000:57) “As referências etárias nos estudos mencionados não são sempre claras, em virtude da dificuldade de demarcação dos limites entre uma e outra etapa ou momento de vida”

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que todas as pessoas entre 12 e 18 anos são adolescentes, não obstante, o total da população jovem no Brasil é segundo definição da Secretaria Nacional da Juventude composta pelos indivíduos entre 15 e 29 anos. (Vieira, 2007:8)

Neste trabalho consideramos adolescentes todas as pessoas entre 15 e 19 anos e as expressões “jovens, adolescentes e juventude” serão utilizadas ao longo do texto para denominar este grupo etário. Esta escolha é referendada por diversos estudos importantes, em especial, pelos conceituados trabalhos de Felícia Madeira e Alcía Bercovich.⁷

⁴ www.juventude.gov.br/internacional/documentos/convencaoibero-americana_atafinal.pdf

⁵ Segundo Abdala (2004) O limite mínimo de 15 anos para o ingresso no emprego foi estabelecido no Convenio sobre idade mínima da OIT de 1973. Abaixo desse limite é considerado trabalho infantil. Ao mesmo tempo, diversos autores apontam para uma tendência de ampliação da noção de juventude até 29 anos ou mesmo para algo entre 16 e 34 anos e um abandono por parte de muitos países do conceito de juventude restrito a faixa entre 15 e 24 anos. Pochmann (2006:221)

⁶ Ver por exemplo: CEPAL (2004); Sposito (2003); Abdala (2002 e 2004) Além disso, muitos estudos sobre juventude adotam esta desagregação por faixa etária. Ver por exemplo Camarano (2006).

⁷ Esta definição etária dos adolescentes é utilizada por diversos estudos em diferentes áreas do conhecimento, por exemplo, (Madeira, 1986a, 1986b e 1998); (Bercovich, Madeira e Torres, 1998); (Bochner, 2006); (Kliksberg, 2006).

Cabe ressaltar que a juventude pode ser definida também em termos sociológicos, como um período de transição entre a infância e a idade adulta, sendo, portanto, caracterizado pelas seguintes etapas: a) saída da escola; b) entrada no mercado de trabalho; c) constituição da família e de um novo domicílio além da chegada dos filhos.⁸ Deste modo, seria a saída de uma condição de dependência para outra de autonomia.⁹ Esta trajetória linear entre os eventos que compõe esta passagem da juventude para a vida adulta tem se modificado, de modo que são múltiplas as trajetórias possíveis, tendo em vista principalmente a heterogeneidade deste segmento populacional de acordo com sua condição socioeconômica (e de sua família), gênero, raça, posição na família, etc..¹⁰ Assim, entre os mais pobres pode-se ter uma antecipação de responsabilidades pelo sustento do lar exigindo sua entrada precoce no mercado de trabalho, bem como entre os de renda mais elevada pode-se constatar situações em que atingem a idade adulta sem assumir os papéis a ela inerentes, mantendo a dependência dos pais.

Com efeito, é complicado falar em “juventude brasileira”, uma vez que se trata de uma categoria tão heterogênea quanto à população em geral, cujas diferenças de ordem sócio-econômica, assim como familiares e demográficas, revelam circunstâncias bastante particulares.¹¹ Confrontando-se com esta problemática, Pais (1990:140) explica que “(...) a questão central que se coloca à sociologia da juventude é a de explorar não apenas as possíveis ou relativas similaridades entre jovens ou grupos sociais de jovens (em termos de situações, expectativas, aspirações, consumos culturais, por exemplo), mas também - e principalmente - as diferenças sociais que entre eles existem”.

Seguramente a posição que o jovem ocupa na família é determinante na sua condição de economicamente ativo ou inativo, bem como está associada a um conjunto de

⁸ Sobre a construção do conceito de juventude nas Ciências Sociais, ver Pais (1990). Para outra visão da abordagem sociológica e sua evolução, ver Abramo (1997). Para uma abordagem geral da noção de juventude em diversos campos do conhecimento ver: Calazans (2000).

⁹ É evidente que esta fase da vida também contempla um conjunto de mudanças psicológicas, intelectuais e também biológicas. É um período de formação da personalidade e também de muitos conflitos e dúvidas. A despeito da importância desta discussão, a mesma não será desenvolvida nesse trabalho.

¹⁰ Para a discussão acerca da diversidade das transições, ver: Camarano et al. (2004); Abramo (2005); Camarano (2006); Madeira (2006); Vieira (2007) e (2008); Ramos (2006).

¹¹ Esta heterogeneidade é destacada por Madeira (1986a) e reforça a tendência recente de tratar o tema do ponto de vista das “juventudes”, com o objetivo de ressaltar as desigualdades na condição juvenil. Exemplos: (Madeira, 1998; Abramo, 2005; Guimarães, 2005)

características e expectativas distintas em relação ao seu futuro. Nesse sentido, faz-se necessário definir o grupo populacional em estudo. A opção utilizada nesse trabalho foi focar a análise nos filhos adolescentes com idade entre 15 e 19 anos, portanto, jovens que ainda não completaram a transição para a vida adulta, que é normalmente considerada a partir da vida produtiva e a constituição de um novo domicílio. No Brasil os adolescentes na condição de filhos representam em média 80% dos jovens na faixa etária entre 15 e 19 anos ou mais de 13,5 milhões de indivíduos em 2006 segundo dados da PNAD. Dessa forma, tanto pela sua expressividade em relação ao total do grupo, quanto pelas suas características do ponto de vista da fase de vida, este será o grupo populacional utilizado como base nesse trabalho. Além desta delimitação etária do grupo, o trabalho pretende segmentá-lo conforme o sexo do jovem, renda familiar per capita, tipo de família em que está situado e também segundo as grandes regiões do país.¹² Portanto, a despeito da definição através da mera discriminação estatística da faixa etária adotada para caracterizar os adolescentes, esta segmentação permitirá captar parte desta diversidade subjacente ao grupo em questão.

1.2- O INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO E A ESCOLA: DETERMINANTES SÓCIO-ECONÔMICOS

A despeito do discurso sobre a perda de centralidade do trabalho na sociedade moderna, este permanece uma ferramenta essencial para socialização e reprodução social. Ou como define Castel (2005:578) “O trabalho continua sendo uma referência não só economicamente, mas também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente dominante, como provam as reações dos que não o têm.”

Assim, mesmo num contexto de profundas transformações sociais e no mercado de trabalho, não se pode subestimar o papel do trabalho na vida dos indivíduos, sobretudo para os jovens. Como salientam Chiesi & Martinelli (1997:110) “(...) o trabalho é um dos âmbitos mais importantes em que se desenvolvem as relações entre gerações, acentuam-

¹² Foram excluídos os jovens nesta faixa etária que se encontram na condição de cônjuge ou pessoa de referência, porquanto estes jovens estão numa outra fase de vida e com maiores responsabilidades, o que provocaria distorções nos resultados.

se os mecanismos de socialização dos jovens para os papéis da vida adulta, desenvolvem-se processos de reprodução econômica e social”.¹³

Por outro lado, o debate sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho é cercado de polêmica, em especial no Brasil¹⁴ em que o trabalho de crianças e jovens sempre esteve presente.¹⁵

Em geral, os estudos sobre juventude ressaltam as diferenças culturais e familiares que moldam as visões sobre o trabalho dos jovens. Um exemplo é a argumentação de Azevedo, Menezes e Rodrigues (2000:23):

O trabalho urbano infanto-juvenil tem sido tolerado pela sociedade e até mesmo incentivado, na medida em que não representa apenas uma estratégia das famílias para a sobrevivência, mas também um item favorecedor da profissionalização dos adolescentes, ou até mesmo como solução para a marginalidade. Além disso, o trabalho infanto-juvenil é diferentemente concebido e utilizado dependendo dos diferentes contextos familiares, culturais e econômicos em que está inserida a criança e o adolescente.

Desta mesma perspectiva, Sarti (2000:4) argumenta que no caso das famílias pobres, “(...) o trabalho dos filhos faz parte do compromisso moral das pessoas na família.” Logo, o trabalho é visto como uma forma de retribuição, assim como um instrumento de afastamento dos jovens dos perigos da rua. Neste sentido, a autora defende a importância de encontrar caminhos para a permanência dos jovens na escola; ou seja, combater a noção de que trabalho e escola são atividades mutuamente excludentes.¹⁶

¹³ Também Borges (2006c) ressalta a importância do trabalho sobre as demais esferas da vida social.

¹⁴ Segundo Leite (2002:172) No Brasil assim como em grande parte da América Latina a idade média de entrada no mercado de trabalho se dá entre 14 e 16 anos de idade. Sabe-se, no entanto, que este ingresso é muitas vezes bem mais prematuro, haja vista o grande número de crianças e adolescentes que trabalham desde os 9 ou 10 anos de idade.

¹⁵ No Brasil, conforme Madeira (1986a), a década de 1970 é um período de uma intensa entrada de jovens na PEA, de sorte que esse aumento nas taxas de participação da população jovem traduz-se num rejuvenescimento da população economicamente ativa nas áreas urbanas. Este fato difere da experiência dos países desenvolvidos, em cujos processos de modernização observaram-se quedas persistentes na participação dos jovens, crianças ou adolescentes na força de trabalho. Também Picanço et al. (2008) ressaltam a presença histórica dos jovens no mercado de trabalho no Brasil, bem como, relativiza a correlação entre pobreza e trabalho.

¹⁶ Nesta mesma linha de argumentação Dauster (1992:33) enfatiza que a inserção do jovem no mercado de trabalho não se deve somente à situação econômica da família. Sua hipótese é de que esta inserção faz

A maior parte dos estudos estabelece que inserção dos jovens na atividade produtiva relaciona-se não apenas com as necessidades econômicas da família e, portanto, com busca de complementação da renda familiar, mas também com a satisfação de necessidades de consumo, construção da identidade, auto-afirmação e autonomia do próprio jovem. Ademais, ressaltam que para as famílias o trabalho é visto como “agente socializador” e um espaço de proteção contra a violência e a marginalidade. (Dauster, 1992; Leite, 2002; Sarti, 2000; Madeira, 1993; Borges, 2006b; Carvalho et. alli, 1998) ¹⁷

Todos os argumentos apontam para um fenômeno multidimensional, que dependerá do contexto social, familiar e econômico do qual o jovem faz parte. Dessa maneira, reitera-se a importância da concepção de “juventudes”, no sentido, de heterogeneidade de caminhos de vida e diferenças na condição juvenil de acordo com o contexto em que o jovem está inserido.

Por outro lado, como observa Castro (2001:43-44)

Várias fontes alertam para a situação de vulnerabilidade dos jovens quanto ao trabalho, sendo esse um dos contingentes populacionais que apresenta algumas das mais altas taxas de desemprego e subemprego do país, já que enfrenta problemas singulares quanto à primeira inserção no mercado, considerando o requisito da experiência prévia. (...) Por outro lado, **trabalho e juventude são campos de polêmica** inclusive no meio internacional, **não havendo consenso sobre a propriedade da inserção no mercado de trabalho** quando se trata de uma população que, em princípio, deveria estar dedicada aos estudos. (grifos nossos)

A dedicação aos estudos pode ser considerada um ideal, que no Brasil parece estar distante do horizonte de grande parte dos jovens, particularmente pela entrada precoce na PEA, que condiciona enormemente a sua trajetória de vida e seu futuro.¹⁸

Nesse contexto, se observa para aqueles que não abandonaram os estudos, uma convivência entre trabalho e escola desde muito cedo. Conforme argumenta Guimarães

parte da “estratégia do sistema de socialização das camadas populares, que não se opõe necessariamente à escola, mas, ao contrário, deve complementá-la”.

¹⁷ O debate sobre o impacto do trabalho sobre a escolaridade e a convivência de trabalho e estudos será desenvolvido mais adiante.

¹⁸ Como bem argumenta Sarti (2000:1) “(...) lugar de criança é na escola. (...) Ao direito à escola corresponde o dever de toda criança de estudar até completar o ciclo básico de sua educação. Sabemos, no entanto, que a realidade mostra-se bem diferente deste ideal, e vai se distanciando cada vez mais na medida em que a criança deixa de sê-lo para tornar-se jovem ou adolescente.

(2006:172) este fato determina algumas particularidades quando se considera o processo de transição para a vida adulta.¹⁹

(...) no Brasil, duas características muito importantes particularizam essas dimensões do processo de transição: a escolar e a profissional. Em primeiro lugar, os indivíduos ingressam muito cedo no trabalho, o que torna as trajetórias ocupacional e escolar largamente conviventes para a maioria dos adolescentes e jovens – e por que não dizer, em muitos casos, também para as crianças. Em segundo lugar, só muito recentemente crescem os níveis de escolarização. (...). Dessa forma, o ingresso no mercado de trabalho – momento decisivo no processo de transição para a vida adulta – não apenas parece antecipado pelo engajamento laboral de crianças e adolescentes, como apresenta uma importante defasagem com respeito ao alvo de aquisição de credenciais escolares adequadas.

Na esteira desta constatação é que se insere uma ampla literatura que busca mensurar os determinantes da participação dos jovens na força de trabalho, bem como suas chances de permanecer na escola. Esses trabalhos têm em comum o foco principal no papel de aspectos sócio-econômicos e da estrutura familiar nas oportunidades educacionais e na inserção dos jovens no mercado de trabalho.²⁰ Alguns resultados semelhantes parecem elucidar, parcialmente, esta questão tão complexa, sobre a motivação dos jovens para trabalhar.

Um conjunto de trabalhos destaca, por exemplo, o sexo como importante nesta determinação. Os resultados demonstram que a probabilidade de trabalhar é bem maior para os jovens do sexo masculino. (Leme e Wajman, 2000; Courseiul e Santos, 2000; Courseiul, Santos e Foguel, 2001; Leite e Silva, 2002). Esta constatação empírica parece

¹⁹ Picanço et al. (2008) concluem que quanto mais cedo é o ingresso na força de trabalho, mais distante estão as condições de trabalho do que se considera o trabalho decente. Segundo os autores, “O trabalho decente é definido como um trabalho produtivo com remuneração justa, segurança no local de trabalho e proteção social para o trabalhador e sua família, melhores perspectivas para o desenvolvimento pessoal e social, liberdade para que manifestem suas preocupações, organizem-se e participem na tomada de decisões que afetam suas vidas e igualdade de oportunidades e de tratamento para as mulheres e homens”. (OIT, 2007 apud Picanço et al. 2008:1)

²⁰ Observa-se uma grande diversidade no que se refere ao recorte etário utilizado nos diferentes estudos. Alguns agrupam os jovens entre 15 e 24 ou mesmo 29 anos; outros subdividem esta faixa. De outro lado, uma parte dos trabalhos tem foco em faixas restritas de idade como crianças e adolescentes. Este aspecto deve ser levado em conta quando da comparação dos resultados, uma vez que os resultados certamente são influenciados pela idade. Aliás, Courseiul, Santos e Foguel (2001), Lima (2002) e Silva e Kassouf (2002) demonstram que com o aumento da idade cresce também a probabilidade dos jovens em trabalhar.

ter respaldo na dimensão cultural, baseada numa visão de papéis sociais diferenciados entre os sexos.

Outro aspecto muito destacado na literatura é o tamanho da família, sobretudo, o número de crianças no domicílio. Em geral, quanto maior o número de crianças maior a probabilidade dos jovens de apenas trabalhar. Aliás, este fato também reduziria as chances dos jovens de estudar, reduzindo os níveis de escolaridade. (Leme e Wajman, 2000; Menezes filho et al., 2000 e 2002; Silva e Kassouf, 2002; Courseiul e Santos, 2000 e Courseiul, Santos e Foguel, 2001; Leite e Silva, 2002; Marteleto, 2002).

Também a maior escolaridade dos pais ou do chefe da família é aventada como aspecto relevante para aumentar as possibilidades dos jovens de apenas estudar e ao mesmo tempo reduzir as chances de trabalhar. (Leme e Wajman, 2000; Menezes filho et. al. 2000 e 2002; Silva e Kassouf, 2002; Courseiul e Santos, 2000; Courseiul, Santos e Foguel, 2002 e Bastos e Matos, 2008) Sendo assim, o destaque na literatura é para o “clima educacional da família”, geralmente relacionado à educação dos pais, sobretudo da mãe, e aspectos como o consumo cultural no domicílio que geram um ambiente cognitivo familiar favorável ou não ao aprendizado escolar dos filhos. Também ganha relevo a defasagem educacional dos filhos situados em famílias monoparentais, em especial, em famílias chefiadas por mulheres. (Valle Silva e Hasenbalg, 2000; Horowitz e Souza, 2004).

Além disso, a renda familiar é uma variável considerada chave no âmbito das oportunidades educacionais dos jovens. Diversos resultados mostram a importância da renda como determinante da escolaridade dos jovens no Brasil e em outros países.²¹ (Acemoglu & Pischke, 2000; Andrade & Dachs, 2006; Silva & Kassouf, 1998 e 2002) No que se refere à renda familiar como determinante do trabalho dos jovens os resultados são menos contundentes. Cepal (2004); Silva e Kassouf (2002) e Leite e Silva (2002), por exemplo, mostram como a renda familiar mais elevada diminui a probabilidade dos jovens em trabalhar, ao contrário, outros estudos não conseguem determinar a importância da

²¹ Abramo (2005:53) ao avaliar os dados de um estudo para o Brasil afirma que “(...) a grande desigualdade social parece estar não tanto no fato de os jovens entrarem ou não no mundo do trabalho, mas no tipo de relação com o trabalho, nas condições e qualidade do trabalho encontrado.” Apesar disso, reitera que a entrada precoce de crianças e adolescentes é ao mesmo tempo um resultado e um agravante da desigualdade.

renda familiar para a inserção dos jovens na força de trabalho, o que seria o resultado esperado. (Menezes filho et al., 2000).

A falta de clareza no que se refere ao papel da renda familiar corrobora o que foi anteriormente exposto sobre os determinantes do engajamento dos jovens na força de trabalho. Madeira (1986a), por exemplo, afirma que mesmo que exista uma relação inversa entre renda familiar e ingresso do jovem na PEA, observa-se também uma proporção significativa de jovens em famílias com um padrão de renda razoável que trabalham. Portanto, para a autora, não é possível supor que a necessidade de entrada no mercado de trabalho seja dada exclusivamente pela pobreza. Mais do que mera estratégia de sobrevivência familiar, o ingresso do adolescente e jovem na PEA está relacionado com sua necessidade de liberdade, autonomia e é guiada pelas necessidades de consumo relacionadas à juventude.

De outro lado, este padrão latino-americano e brasileiro de altas taxas de participação dos jovens no mercado de trabalho faz com que muitos reajam negativamente ao desemprego nesta faixa etária. Entretanto, cabe avaliar até que ponto esta inserção juvenil na PEA era ou ainda é desejável. O certo é que a permanência na escola e a redução do atraso escolar são aspectos cruciais para ampliar as chances de que tenham um futuro melhor.

1.3- EDUCAÇÃO E TRABALHO: FORMAÇÃO VERSUS EMANCIPAÇÃO JUVENIL

Da constatação de que parte expressiva dos jovens e principalmente adolescentes nas camadas pobres já estão voltados para o mercado de trabalho é que emerge o debate sobre a concorrência entre o trabalho e a escola e seus impactos na vida dos jovens. Afinal são trabalhadores que estudam ou estudantes que trabalham? Neste debate, alguns teóricos defendem que a concorrência de trabalho e escola não é viável e contribui sobremaneira não apenas para o atraso escolar, como também em última instância para o abandono da escola. De outro lado, alinham-se os defensores de que trabalho e escola são atividades complementares e não excludentes entre si. Para eles, a partir do momento que o trabalho é quase inevitável para os jovens pertencentes às camadas populares,

devem-se buscar mecanismos para adaptar a escola à rotina e às necessidades desses jovens trabalhadores e estudantes.

Em consonância com a primeira linha de argumentação Sarti (2000:1-2) lembra que:

Há, de fato, uma relação direta, apontada pela literatura sobre jovens e educação, entre o abandono da escola pelo jovem e sua entrada no mercado de trabalho, ainda que informal e precariamente, como soe acontecer. Há, portanto, uma relação inversa entre trabalho e escola. Estamos evidentemente falando de escolas públicas e de jovens alunos vindos de famílias pobres, para quem a questão do trabalho remunerado está inevitavelmente posta na pauta de suas vidas.

A despeito desta constatação a autora defende a busca de soluções que permitam sua permanência na escola, visto que o trabalho faz parte do cotidiano destes jovens. Como afirma Madeira (1993:78) com propriedade, as dificuldades econômicas da família somadas a um baixo aproveitamento escolar faz com que muitos jovens dividam seu tempo entre o trabalho e os estudos ou mesmo abandonem a escola.

A insistência em permanecer numa escola na qual não se progride possui um custo econômico e psicológico que é naturalmente crescente com a idade. Numa situação em que qualquer contribuição para o orçamento familiar pode ser significativa, manter os filhos só na escola, sem aproveitamento, passa a representar um peso muito grande para a família e um desestímulo para o aluno. É portanto normal que, a partir de determinado momento, intensifique-se tanto o fenômeno da combinação da escola e trabalho, como a simples evasão.

Com efeito, o estudo de Sabóia, Soares e Kappel (2004) demonstra que os jovens de 15 a 17 anos relatam que o abandono da escola se dá em grande parte pela própria vontade ou da família e, em outros casos por conta da necessidade de trabalhar ou colaborar com os afazeres domésticos. Apesar disso, verificam que a defasagem escolar é muito maior entre os jovens ocupados do que entre os desocupados, o que demonstraria o impacto negativo do trabalho para o desempenho escolar dos jovens. A justificativa, segundo elas, pode estar na carga horária de trabalho elevada.

Nesta mesma perspectiva de análise, Braga (2005) destaca que a inserção no mercado de trabalho prejudica o desempenho escolar do jovem. Segundo ela, as longas jornadas de trabalho combinadas com um sistema de ensino desestimulante, de má qualidade e com programas inadequados à realidade dos jovens acabam fazendo com que estes privilegiem o trabalho em detrimento dos estudos. A autora ressalta ainda as

crescentes dificuldades dos jovens para ingressar no mercado de trabalho no período recente. Porém, defende que “(...) a possibilidade de o jovem ampliar suas oportunidades de inserção qualificada no mercado de trabalho envolve questões referentes à capacidade do sistema público de ensino de manter este na escola e a necessidade de articulação de uma rede de proteção e garantia de renda e assistência social às famílias mais pobres.” (2005:36)

Assim, enquanto alguns autores não encontram indícios de causalidade entre inserção no mercado de trabalho e atraso escolar, outros reúnem explicações multivariadas para o fenômeno. Para Madeira (1998:451) “O que os analistas têm enorme dificuldade de entender – apesar das evidências – é que na verdade estes são fenômenos independentes, com origens e dinâmicas muito distintas, ambos muito mais freqüentes entre crianças e jovens pobres”. Assim, autora intenta desmistificar a conexão entre pobreza, trabalho e fracasso escolar e afirma que os problemas na estrutura de ensino desestimulam a permanência dos jovens no sistema. (Madeira, 1993:82) Portanto, para a autora “A defasagem é gerada internamente, no próprio sistema educativo.”²² (Madeira, 1998:78)

Outra visão crítica acerca do sistema de ensino é dada por Castro e Abramovay (2002). As autoras consideram a escola como uma “referência ambígua”. Se de um lado é considerada necessária do ponto de vista da preparação para o mercado de trabalho e também no âmbito da socialização do jovem; de outro é vista muito negativamente por esse mesmo jovem. Afirmam que um número expressivo de trabalhos mostra proporções muito grandes de alunos que não gostam do ambiente escolar e também dos professores.

Esta concepção negativa do ambiente escolar é também observada no estudo de Carvalho et al. (1998) que a partir dos dados para a Região Metropolitana de São Paulo observa que quase 50% dos alunos que abandonaram o primeiro grau alegaram motivos relativos à escola, em especial, a reprovação recorrente. Ou seja, a repetência contribui para a expulsão dos jovens do sistema.

²² Afinal, num contexto de desigualdades sociais latentes, a ampliação do acesso a sistema de ensino se depara com novos gargalos. “Se até duas décadas atrás a discriminação socioeconômica atuava no sentido de determinar quem teria ou não acesso aos bancos escolares, a atual discriminação atua mais no sentido de decretar o destino escolar: até que série ou nível de ensino poderá chegar e o tempo que vai demorar em chegar.” (Waiselfisz, 2006:89)

Da mesma forma Marques e Pereira (2006:167) destacam o trabalho de Abdalla (2004) sobre o ensino noturno que conclui que “o baixo desempenho escolar de muitos desses jovens deve-se ao descrédito da escola e não só a fatores familiares, pobreza ou mesmo necessidade de trabalhar.” E acrescentam ainda que em alguns casos o trabalho é usado como explicação do mau desempenho ou desculpa para fugir da escola.

Também entre os educadores destacam-se na análise da relação entre escola e trabalho os problemas pedagógicos e de inadequação dos cursos noturnos à realidade dos estudantes trabalhadores. Ao mesmo tempo a precariedade material do ensino público e o desestímulo do trabalho docente são considerados fatores que levam ao abandono escolar por parte dos jovens, em especial, daqueles que precisam trabalhar. Assim, a evasão e o fracasso escolar são tidos como resultado da combinação de problemas relativos à escola em si, bem como, das dificuldades de combinar o trabalho com a vida de estudante. (Corrochano e Nakano, 2002) Acrescentam ainda que se a qualidade do ensino deixa a desejar é compreensível que os jovens pobres priorizem o trabalho em detrimento dos estudos, uma vez que o trabalho é visto como um valor moral, um meio de auto-afirmação e valorização perante família e amigos, além de um meio de obtenção dos objetos de consumo desejados.²³

É importante ressaltar que se para alguns autores o trabalho pode possuir um caráter formador, há outros que consideram o trabalho do ponto de vista de seu potencial risco à saúde física e emocional dos adolescentes e, sobretudo, crianças. Fischer et al. (2003:10) alinha-se com a segunda vertente: Segundo os autores, “A visão ingênua de associar apenas a experiência profissional a uma melhor inserção no mercado de trabalho e a um melhor futuro pode e deve ser desmistificada entre os jovens, no sentido de evitar a sua saída precoce da escola (motivada apenas por essa crença), e também de prevenir os agravos à saúde decorrentes da sobrecarga trabalho-estudo”.²⁴

Em todas as análises, contudo, destaca-se a importância da educação na vida dos jovens. O abandono da sua formação escolar seja em virtude da necessidade de trabalhar seja por problemas relacionados ao sistema escolar e as reprovações recorrentes, é um

²³ Relativas ao transporte até a escola; preocupações com o trabalho; dificuldades financeiras para comprar livros e falta de tempo para estudar, são alguns dos exemplos relatados.

²⁴ Também são exemplos desta abordagem: Fischer et. alli (2005); Franklin et al. (2001); Minayo-Gomez e Meireles (1997).

problema que deve ser atacado, sobretudo, para evitar o abandono escolar por parte dos jovens.

Já a outra abordagem do problema parte da idéia de que com a imposição econômica do trabalho desde cedo na vida dos jovens e, por outro lado, com o grande atraso escolar, além dos problemas no sistema de ensino em reter os jovens, é necessário tentar uma estratégia de mediação entre trabalho e escola. De maneira semelhante à vertente anterior, o objetivo é permitir que os jovens continuem estudando.

Um exemplo desta linha de argumentação é Madeira (1986a) que verifica o aumento do número de adolescentes no ensino secundário entre os jovens que trabalham o que, segundo a autora, sugere que o trabalho propicia a permanência dos jovens na escola. Neste sentido ela defende que com o enorme atraso escolar, torna-se ainda mais importante a existência de cursos noturnos e supletivos para atender às necessidades destes jovens trabalhadores, dado que grande parte dos adolescentes combina trabalho e escola.²⁵

Numa abordagem semelhante estão Bercovich, Madeira e Torres (1998) que defendem que a escola deve ser aperfeiçoada, no sentido de sua eficiência e que também seja capaz de admitir que os jovens necessitem desenvolver atividades remuneradas (emprego ou subemprego) a fim de viver sua juventude.

Em outro trabalho (Madeira, 1993:80) a autora também defende a tese de que trabalho e escola são atividades que podem ser complementares. Segundo ela "(...) o fundamental a destacar é que o trabalho da criança se insere na estratégia de socialização das camadas populares, sem se opor necessariamente à escola. Ao contrário, deve complementá-la, tanto como espaço de preparação para a vida profissional como no espaço de proteção." A autora lembra ainda que para os jovens das camadas populares, a permanência na escola depende do exercício de alguma atividade remunerada e, portanto, a existência de cursos noturnos é fundamental.

²⁵ Esta combinação de atividades nem sempre é tão positiva. Picanço et. al. (2008:16) constatam em seu estudo sobre o trabalho decente entre os jovens que "Os jovens que só trabalham estão, em média, em melhores condições de trabalho do que os jovens que conjugam trabalho e estudo". Por outro lado, observam que entre os jovens com maior escolaridade encontram-se os melhores indicadores de trabalho decente, contudo, este fato não se sustenta no tempo, o que mostra que mesmo com escolaridade mais elevada não conseguem manter sua posição no mercado de trabalho. Para os autores, embora relevante, a escolaridade não é condição suficiente para a obtenção de um trabalho decente.

Com uma abordagem semelhante, Sarti (2000) e Dauster (1992) afirmam que o trabalho do jovem é um instrumento de socialização entre as famílias pobres e, conseqüentemente, compõe a realidade concreta destes jovens. Da mesma forma que Madeira, as autoras crêem que é necessário dar condições para que este jovem permaneça na escola. O entendimento é de que trabalho e escola podem ser atividades que contribuam de forma conjunta para o processo de socialização destes jovens. Também Leite (2002:168) vê o trabalho e a escola, sobretudo nas camadas populares, como atividades complementares e não excludentes. “Así, la escuela y el trabajo se transforman en espacios interrelacionados de sociabilidad y de constitución de la identidad juvenil, de inclusión social, de posible ruptura del círculo vicioso de la pobreza – además de fuente de renta y acceso al consumo, valores también cruciales para la construcción de lo que es ‘ser joven’ en la sociedad moderna.”

Outrossim, no contexto atual, a escolarização deixou de ser garantia de um futuro melhor ou instrumento de ascensão social; ou mesmo garantia da própria sobrevivência; o que acaba por desestimular a permanência dos jovens na escola. De acordo com Sarti (2000:5) “O valor atribuído à educação, entretanto, não exclui a tendência crescente, entre a população de baixa renda, de descrédito na eficácia do investimento no estudo dos filhos, perspectiva realista diante de um mercado de trabalho que não absorve sua mão-de-obra disponível e, quando o faz, não o faz necessariamente conforme sua qualificação”.

Numa tentativa de mediação Marques e Pereira (2006:173) defendem uma relativização da noção de que a necessidade de trabalhar força os jovens a abandonar a escola, uma vez que estudos têm mostrado que cada vez mais os adolescentes têm acesso ao ensino médio graças ao fato de exercerem uma atividade remunerada. Além disso, nem o trabalho pode ser visto como elemento formador a priori, tampouco a escolarização mediante a educação formal. Assim, concluem que “É preciso, portanto, explicitar, tão profunda e amplamente quanto possível, a natureza das relações entre educação e trabalho, entre escola e atividade laboral, de tal forma que tenhamos maior compreensão da natureza e das circunstâncias implicadas nesta relação e, inclusive, das características que lhe são inerentes, considerando ainda a dinâmica movente – instituída e constituinte – nela implicada”.

Apesar das divergências entre os autores no tocante a inserção produtiva dos jovens, um consenso relativamente claro situa-se na importância dada à permanência dos jovens na escola. Parece-nos claro que independentemente do presumível papel negativo da inserção produtiva sobre o desempenho escolar e a saúde dos jovens, existe uma necessidade urgente de melhorar a qualidade do ensino, notadamente, o ensino público, bem como de manter os adolescentes na escola, preferencialmente, dedicando-se exclusivamente a esta atividade. Logo, a melhora da qualidade de ensino parece ser uma medida mais efetiva do que a retirada do jovem do mercado de trabalho.²⁶ Por outro lado, mesmo acreditando que o ideal é que se dediquem exclusivamente à sua formação, sabe-se que a desigualdade social impõe o trabalho precoce e, ao mesmo tempo, restrições quanto à aquisição das credenciais educativas. Portanto, acreditamos que incentivar que os jovens trabalhadores tenham condições de ampliar sua escolaridade e reduzir seu atraso escolar é a melhor das soluções possíveis no contexto de desigualdades vigente no país. É, ademais, uma medida que pode diminuir a perpetuação da desigualdade e pobreza entre as gerações e permitir que tenham chances de um futuro melhor. Contudo, esta meta não pode ser atingida sem uma política de melhoria do ensino, que torne o sistema mais eficiente e atrativo aos jovens, desta forma a escola terá condições de reter os jovens e propiciar uma formação adequada, inclusive, no âmbito profissional. Aliás, é isto que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 53, ou seja, que “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”.

1.4- MERCADO DE TRABALHO: TRANSFORMAÇÕES E DESAFIOS

A reestruturação produtiva dos anos noventa e a conseqüente desestruturação do mercado de trabalho, marcada pelo desemprego e precarização, tiveram impactos mais intensos em alguns grupos populacionais do que outros, dentre eles os jovens e os trabalhadores com menor escolaridade.²⁷ Deste modo, as alterações no cenário

²⁶ Seja através de políticas de transferência de renda que permitam sua sobrevivência, seja mediante a mera restrição legal do trabalho juvenil.

²⁷ Ver Borges (2006b)

econômico e as transformações no mercado de trabalho, particularmente a partir dos anos noventa, contribuíram sobremaneira para que os jovens perdessem espaço na PEA.

Enquanto durante o milagre econômico dos anos setenta o ingresso de jovens de ambos os sexos no mercado de trabalho foi intenso, em decorrência do dinamismo dos setores industriais e também de serviços; nos anos oitenta, a crise econômica reduziu as novas oportunidades de trabalho para os jovens.²⁸ Cabe ressaltar, no entanto, que os jovens estavam restritos em sua maioria a empregos com baixa remuneração, em geral, de até um salário mínimo. (Madeira, 1986a)²⁹

Assim, na década de 1980 com a crise econômica que assolou o Brasil e a América Latina, amplia-se o desemprego, bem como a parcela de trabalhadores em ocupações informais ou por conta própria no setor de serviços.³⁰ Segundo Pochmann (2006b) nos anos noventa estes sinais de desestruturação do mercado de trabalho ficam mais claros, através do expressivo aumento no desemprego e do desassalariamento, resultado da redução na oferta de empregos com registro em relação ao total da ocupação.

De fato, a década de 1990 é palco de transformações na esfera econômica mediante programas de ajuste estrutural de cunho neoliberal. Aliás, a década foi marcada por grandes oscilações no ritmo de atividade econômica e pelo baixo investimento produtivo. Assim sendo, enquanto o início da década foi de retração do PIB, a partir de 1993 este quadro começa a ser revertido. A abertura da economia iniciada no governo Collor proporcionou uma intensa entrada de capitais estrangeiros no país e a manutenção do valor baixo do dólar, o que incentivou as importações, ao mesmo tempo em que reduziu o estímulo às exportações. Neste cenário, a política econômica que prevalece após 1994 (Plano Real) consiste na manutenção de altas taxas de juros com o objetivo de evitar a saída de capitais e a conseqüente desvalorização do real, bem como, controlar a inflação. A combinação de tarifas alfandegárias em queda com a sobrevalorização cambial concorreu para o aumento das importações e teve impacto direto na lucratividade do setor

²⁸ Madeira (1986a) adverte que parte de crescimento se deve exclusivamente a monetização das relações de trabalho nas áreas rurais. Cabe lembrar que neste momento a entrada de mulheres casadas na PEA é também intensa, enquanto que o contingente de homens adultos na PEA cresce de forma mais lenta.

²⁹ Arias (1998) confirma a situação de baixas remunerações para os jovens, porém, para a década de 90.

³⁰ Para uma explanação acerca das mudanças no cenário do mercado de trabalho para os jovens na América Latina a partir da crise dos anos oitenta, ver: Rama (1986).

industrial. A conseqüente desestruturação do aparelho produtivo do país comprometeu a geração de emprego e renda. Logo, a adoção deste conjunto de políticas macroeconômicas de estabilização concomitantemente a liberalização comercial e financeira influenciaram diretamente o mercado de trabalho. Os impactos são evidentes e resumem-se não apenas ao aumento no desemprego aberto, como também em mudanças na organização do trabalho através, por exemplo, da difusão da prática da subcontratação de mão-de-obra.³¹ Enquanto o emprego industrial apresenta queda, a ocupação cresce a partir do dinamismo do setor terciário, principalmente, em pequenas e médias empresas, contudo, o incremento na ocupação se dá através das modalidades por conta própria e sem registro em carteira. (Baltar e Leone, 2006; Baltar, 2007; Cacciamali, 2000)

Resumidamente o período “(...) deixou para o país uma herança de mais desemprego e informalidade no mercado de trabalho; uma dívida externa considerável; uma maior desnacionalização da economia; uma elevada dívida pública; um menor setor produtivo estatal; um maior e mais sofisticado mercado financeiro, a parcela da economia brasileira que mais se atualizou e modernizou na década de 90”. (Baltar, 2007:3)

O que se observa, portanto, é que o surgimento de novas oportunidades de emprego não foi suficiente para absorver a população em idade ativa em franco crescimento.³² (Baltar, 2003) Por outro lado, apesar da dinâmica econômica pouco favorável à criação de novos empregos, muitos autores advertem que o aumento da inatividade e do desemprego entre os jovens nos anos 90 é explicado também pelo cenário de transformações no mercado de trabalho. Como constata Borges (2007:2)

Para os jovens, além do obstáculo colocado pelo baixo crescimento da economia, que freia a abertura de novos postos de trabalho, a reestruturação produtiva implicou na destruição de portas de entrada no mercado de trabalho tradicionais, em decorrência de mudanças tecnológicas, como

³¹ Muitos estudos exploram estas mudanças e seus impactos sobre o trabalho. Por exemplo: (Leite & Rizek, 1997); (Leite, 2000, 2003 e 2004)

³² Os impactos negativos do Plano Real sobre a geração de empregos foram bastante significativos. Como destaca Dedecca, (2003:46-47) “Os efeitos do Plano Real sobre o mercado de trabalho foram desastrosos, chancelando uma nova relação entre dinâmica econômica e emprego. Apesar do impacto positivo inicialmente criado pelo Plano sobre o desempenho da atividade econômica, observa-se uma contínua deterioração do nível de emprego, acompanhada de uma tendência sustentada de crescimento do desemprego”

no caso dos bancos para os mais escolarizados e da construção civil, para os menos qualificados, embora tenha propiciado também o surgimento de novos espaços para a incorporação da força de trabalho juvenil, como é o caso dos *call centers* e do serviço de motoboys.

Diversos estudos ressaltam as dificuldades dos jovens no mercado de trabalho, com ênfase no processo de exclusão a que estão submetidos, tanto do ponto de vista da geração de oportunidades de emprego inadequadas para o seu perfil de qualificação, quanto através do desemprego que acomete parcela significativa dos jovens residentes nas áreas metropolitanas, em especial na faixa etária entre 15 a 19 anos.³³ Além disso, estes trabalhos destacam o crescimento dos empregos sem carteira de trabalho entre os jovens trabalhadores, o que demonstra a fragilidade de sua inserção. (Arias, 1998; Rosandiski & Watanabe, 1998; Blanco & Gutiérrez, 1996; Quadros, 2001; Frota e Barbosa, 2002; Leite, 2002; Sposito, 2003)

Assim, o desemprego e o trabalho precário são os pontos principais da discussão sobre a inserção de jovens e adolescentes no mercado de trabalho, sendo que esta problemática não se restringe ao Brasil³⁴, sendo comum aos países latino-americanos.³⁵ De acordo com Tokman (1997:8)

No sólo existe desempleo: la mayoría de los jóvenes que llegan al mercado de trabajo tienen una inserción precaria. Los que logran insertarse lo consiguen fundamentalmente en trabajos sin protección, sin contratos y, por lo tanto, sin estabilidad. Como resultado, las posibilidades de aprender en el trabajo o de progresar son escasas y los ingresos son bajos. La estadística disponible muestra que los jóvenes perciben entre un quinto y la mitad de lo que ganan los adultos y que, por lo general, sus ingresos son inferiores a los salarios mínimos.

Borges (2007:17) adverte, no entanto, que a precarização das condições de vida e de trabalho não são um problema restrito aos jovens que chegam à vida adulta em tempos

³³ Madeira (1998:428) explica que esta exclusão decorre de uma série de motivos, dentre eles “a inadequação da educação oferecida aos jovens diante das novas exigências do mundo atual e as elevadas taxas de desemprego e subemprego juvenil”. E acrescenta que esta dificuldade de acesso ao mercado de trabalho é mais intensa entre os jovens com menor escolaridade, transformando-se em um grupo mais vulnerável pela desesperança e sendo um grupo mais acometido pela violência.

³⁴ Também nos países desenvolvidos verificam-se problemas na inserção dos jovens no mercado de trabalho e deterioração nas condições laborais. Para uma descrição desta situação nos países da OCDE ver: Blanchflower e Freeman (2000).

³⁵ A CEPAL em estudo de 2004 também reitera a deterioração da situação laboral dos jovens na América Latina.

de reestruturação produtiva, mas um problema também para as próximas gerações de trabalhadores sejam jovens ou adultos. “Ou seja, no inseguro, inconstante, flexível e precário trabalho dos jovens de hoje está configurada a sociedade brasileira de amanhã (...)”. Dessa forma a autora explica que o maior problema não é o desemprego, mas a precária inserção do jovem no mercado de trabalho, uma vez que a mão de obra juvenil não estaria sendo “excluída” pelo mercado, mas crescentemente recrutada para exercer funções mal remuneradas, em empregos precários e sem perspectiva de carreira.

Em linhas gerais, os diversos estudos apontam que as dificuldades de inserção dos jovens no mercado de trabalho decorrem tanto da redução do dinamismo da economia como de mudanças no mercado de trabalho que geraram uma acirrada competição entre jovens e adultos por postos de trabalho. Neste sentido, Pochmann (1998:2556) argumenta que o desemprego juvenil está relacionado à escassez de postos de trabalho, notadamente no setor formal da economia.³⁶ Para ele “(...) o jovem brasileiro vem perdendo espaço no emprego formal. As alternativas ocupacionais, além de insuficientes ao contingente de jovens que ingressam no mercado de trabalho anualmente, concentram-se no assalariamento sem carteira e ocupações não-assalariadas.” Sendo que as atividades por conta própria absorvem fundamentalmente uma população adulta com alguma experiência de trabalho e recursos para iniciar um pequeno negócio.

Cabe lembrar que o desemprego é um fenômeno que aflige não apenas os jovens, mas também os adultos, uma vez que se constitui numa característica estrutural da atual fase do capitalismo, ou seja, a nova dinâmica da acumulação e a financeirização da riqueza³⁷ comprometem o emprego e agravam as desigualdades.³⁸

³⁶ Por outro lado, Camarano et al. (2004:13) lembra que “Embora o fenômeno tenha se agravado nas últimas décadas, o desemprego entre os jovens sempre foi alto.”

³⁷ A noção de financeirização da riqueza foi desenvolvida por Braga (1993).

³⁸ Esta nova era das desigualdades é descrita por Fitoussi e Rosanvallon (2003) capítulo 2. Para eles, não somente as desigualdades denominadas “tradicionais ou estruturais” se ampliaram, ou seja, aquelas relacionadas às diferenças de rendimento entre as categorias sociais, por exemplo, entre profissionais liberais, dirigentes, executivos e operários. Também se observam novas modalidades, como as desigualdades dentro das mesmas categorias profissionais. Esta desigualdade denominada por eles de dinâmica, antes aceita por seu caráter transitório parece adquirir contornos de um fenômeno com características duradouras. Com efeito, afirmam que indivíduos pertencentes à mesma categoria social ou profissional apresentam agora situações distintas: alguns estão desempregados, outros em empregos precários e outros ainda empregados em postos de trabalho subqualificados. De acordo com os autores,

A discussão sobre as origens e o crescimento do desemprego juvenil tem se avolumado no período recente. Apesar dos impactos da reestruturação produtiva sobre o emprego dos jovens, alguns autores defendem que devido às características particulares da população jovem é necessário repensar esta questão. Madeira (1986a: 71) crê que as atividades dos jovens são marcadas por uma significativa intermitência, de modo que considera que “Tal inconstancia refleja ciertamente, que su responsabilidad és solo relativa. Plantea además una pregunta: ¿se presta la rigidez de las categorías actividad/inactividad u ocupación/desocupación para definir la situación específica del niño o del adolescente?” Também Flori (2004) obtém resultados que corroboram esta análise. Em seu estudo sobre a dinâmica e os determinantes do desemprego para este segmento populacional constata em seus resultados que: “(...) os jovens apresentam uma alta rotatividade no mercado de trabalho, ou seja, trocam de emprego com mais frequência, mas indicam, além disso, que essa rotatividade é o principal motivo por uma taxa de desemprego de jovens tão elevada e tão superior a de trabalhadores mais velhos”.

Outro grupo de autores tenta associar o desemprego entre os jovens com o seu perfil de qualificação. A partir desta constatação, a solução apontada relaciona-se ao aumento do período de formação e sugestão de políticas de capacitação profissional voltadas para esta população.³⁹ (Guerrero, 1998; Brewer, 2005; Abdala, 2004)

Neste contexto é que se inserem algumas políticas no âmbito da juventude como, por exemplo, o PROJOVEM⁴⁰, que é um programa com objetivo de ampliar a escolaridade

enquanto as desigualdades entre categorias sociais diferentes são aceitas com relativa facilidade, as desigualdades dentro de um mesmo conjunto são bem mais difíceis de serem assimiladas e possuem um componente de exclusão.

³⁹ Por conseguinte, a pobreza e a falta de perspectivas de futuro são associadas à baixa escolaridade ou o abandono escolar na juventude, o que contribuiria para uma inserção precária no mercado de trabalho. De acordo com Abdala (2004:58) “La formación de jóvenes constituye una de las principales preocupaciones de la sociedad en su conjunto pues se encuentra directamente correlacionada con la pobreza y la exclusión social, ambos fenómenos en aumento en las últimas décadas en América Latina. En otras palabras, el logro de la inserción laboral plena y de calidad disminuye notoriamente el riesgo de exclusión social y el aumento de la pobreza. La deserción escolar en edades tempranas sin alcanzar niveles mínimos de educación formal condiciona frecuentemente una inserción débil en el mercado laboral”.

⁴⁰ Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária.

Inicialmente o programa estava voltado para os jovens entre 18 e 24 anos, tendo sido ampliado, para os jovens entre 15 e 29 anos em situação de vulnerabilidade social. Esta ampliação se deu mediante a criação

e promover a qualificação de jovens que não concluíram o ensino fundamental e não tem vínculos formais de trabalho e, ao mesmo tempo, encontra-se em situação de desvantagem social. Por sua vez, é importante ressaltar que alguns estudos discutem a efetividade de programas sociais semelhantes, destacando a má orientação dos gastos públicos e resultados pouco eficientes. (Madeira, 2004; Madeira, 2007)⁴¹

Certamente, a relação entre escolarização e qualificação profissional não é clara nem óbvia, porém como muito bem define Salm (1998:240) “A escola, certamente, não constitui a única fonte de aquisição dessas competências. A família, os meios de comunicação, o convívio social ou a própria experiência de trabalho são, também, instâncias importantes de qualificação.⁴² Entretanto, não há dúvida de que as oportunidades ocupacionais vêm exigindo perfis de qualificação para as quais a responsabilidade da escola é cada vez mais proeminente”.

De maneira semelhante, Madeira (1998:439) discute o papel da educação para a “empregabilidade” no atual cenário de mudanças sociais e econômicas e afirma que cabe “(...) ao setor educacional colaborar para gerar capacidades que possam responder positivamente aos novos tipos de empregos que irão emergindo no decorrer das grandes transformações da sociedade”.

de quatro novas modalidades: ProJovem adolescente; ProJovem urbano; ProJovem Campo e ProJovem trabalhador. Todas com uma bolsa-auxílio padronizada no valor de R\$ 100,00. O programa voltado para os adolescentes tem como objeto os “(...) jovens de 15 a 17 anos em situação de risco social, independentemente da renda familiar, ou que sejam pertencentes a famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. (...) O ProJovem Adolescente é uma reformulação do Agente Jovem, terá duração de 24 meses, e poderá ser implantado em mais de quatro mil municípios. O Programa vai oferecer proteção social básica e assistência às famílias, além de contribuir para a elevação da escolaridade, redução dos índices de violência, de uso de drogas, de doenças sexualmente transmissíveis e de gravidez na adolescência”. Mais detalhes podem ser obtidos no site: www.projovem.gov.br

⁴¹ Também Castro e Abramovay (2002) revelam a problemática concernente às políticas públicas elaboradas para a juventude, através da discussão da formatação dos programas sociais voltados para a juventude, do ponto de vista de sua elaboração e acompanhamento.

⁴² Conforme Salm e Fogaça (1995:7) estas habilidades estão relacionadas com a educação básica e não ao ensino técnico. “O melhor desempenho da força de trabalho diz respeito principalmente ao conhecimento mais amplo do processo produtivo, ao grau de abstração das novas tarefas, a relações de trabalho mais cooperativas e, portanto, ao uso de habilidades intelectuais que são produtos da Educação Geral, ou seja, do conjunto de conteúdos das diferentes áreas do conhecimento que compõe os currículos do ensino básico regular, voltados para o desenvolvimento pleno das capacidades/potencialidades dos indivíduos”.

Neste cenário, Borges (2006:89) situa de maneira clara uma questão importante: a super-qualificação dos trabalhadores em relação às características dos postos de trabalho. Segundo a autora:

(...) é fundamental ter em mente que, num ambiente de elevado desemprego, de rápido aumento da escolaridade média e de baixo crescimento das atividades inovadoras que demandam trabalhadores mais escolarizados, tende a ocorrer uma desconexão progressiva entre a escolaridade dos trabalhadores (e o grau dos diplomas que portam) e as características dos postos de trabalho que ocupam, tornando-se mais freqüentes situações de super-qualificação.

Ela conclui que no atual cenário do mercado de trabalho brasileiro, muito embora o diploma universitário seja um instrumento eficaz na disputa acirrada por um posto de trabalho no mercado formal, não é garantia de proteção contra o desemprego⁴³, nem mesmo de uma inserção satisfatória para os detentores destes diplomas, uma vez que a precarização via redução dos salários sem redução da carga de trabalho é um fato observado também entre os trabalhadores com formação universitária.⁴⁴ Deste modo, se de um lado diminuem as oportunidades de trabalho para as pessoas com menor escolaridade, de outro diminui a qualidade dos postos de trabalho disponíveis para os trabalhadores mais qualificados.⁴⁵

Como definem Fitoussi e Rosanvallon (2003) estamos diante da generalização de um modelo de emprego precário e inseguro deixando no passado as idéias de igualdade de oportunidades e mobilidade social ascendente. Neste cenário, é melhor estar num emprego abaixo de sua qualificação e remuneração do que desempregado, mesmo que isto implique não apenas numa redução de rendimentos, mas também perda de identidade

⁴³ O desemprego entre os mais escolarizados, coloca por terra a tese da “empregabilidade”.

⁴⁴ Borges (2006) encontra evidências da redução das oportunidades para os trabalhadores de menor escolaridade nas regiões metropolitanas nos anos 90. Foi intensa a destruição de postos de trabalho cujo requerimento era o ensino fundamental. Contudo, o aumento das ocupações mais qualificadas veio acompanhado de um movimento de perda de qualidade dos postos de trabalho, notadamente, de remuneração. Ela verifica que 90% dos postos de trabalho criados entre 1993 e 2004 e que foram ocupados por trabalhadores com 11 até 14 anos de estudo, tinham remuneração de no máximo 2 salários mínimos.

⁴⁵ Silva & Kassouf (2002) encontram evidências semelhantes. Segundo as autoras, as características encontradas no desemprego dos jovens brasileiros revelam, por exemplo, que o maior grau de escolaridade entre os jovens do sexo masculino reduz as chances de estar desempregado, particularmente, nas áreas urbanas.

do ponto de vista de seu grupo social, uma vez que o desemprego significa a exclusão do sistema.

Parece claro, portanto, que o relevo dado à “empregabilidade” e à busca de qualificação ou requalificação profissional deixa em segundo plano o baixo dinamismo da economia e seus impactos no mercado de trabalho e tenta mistificar o desemprego como consequência exclusiva de características individuais, daqueles indivíduos com menor capacidade de adequar-se a este novo cenário de exigências de qualificação. Muito embora, um nível básico de educação formal seja um pré-requisito para aqueles que almejam disputar qualquer vaga no mercado de trabalho atualmente, este não garante uma inserção satisfatória do ponto de vista da qualidade do posto de trabalho e sua remuneração.⁴⁶

Com efeito, em consonância com a análise de Borges (2007) acreditamos que a inserção precária dos jovens no mercado de trabalho consubstanciada pelas baixas remunerações e empregos desprotegidos revela um quadro tão ou mais preocupante do que o crescimento do desemprego neste segmento populacional. A manutenção deste novo padrão de inserção laboral poderá determinar o destino não apenas dos jovens, mas também de suas famílias no futuro.

1.5- AS MUDANÇAS NO UNIVERSO FAMILIAR

O mundo contemporâneo passa por transformações, o que tem sido considerado por diversos teóricos como um momento de “crise” e destruição das instituições tradicionais da “primeira modernidade” como a família.⁴⁷ Não obstante, a nova face da família contemporânea, embora sem contornos bem definidos, dá margem para um amplo debate em torno de sua crise e também de seus rumos futuros. (Singly, 2000 e 2007; Bauman, 2003; Beck, 1999a e 1999b; Lasch, 1991)

⁴⁶ Conforme demonstram Borges (2006) e Picanço et al. (2008), por exemplo.

⁴⁷ Para alguns autores a perda de importância da tradição e o processo de individualização no mundo contemporâneo se traduzem em mudanças na forma de enxergar o amor, a sexualidade, o casamento e a família.

As mudanças nas famílias revelam um quadro de transformações não apenas na sua estrutura, mas ao mesmo tempo nas relações intra-familiares, por exemplo, entre os jovens e seus familiares. Borges (2007:3) avalia estas mudanças e explica que

(...) ocorreram mudanças na relação do jovem com a família, destacando-se uma maior autonomia em vários aspectos da sua vida, em especial a sexualidade, a escolha da profissão e a definição dos estilos de vida, simultaneamente ao adiamento da independência financeira, levando ao retardamento da saída à casa dos pais e, até mesmo, o retorno a ela, como estratégia de enfrentamento das adversidades do mercado de trabalho.

Assim, se de um lado os jovens de hoje desfrutam de maior autonomia nas decisões relativas à condução de suas vidas, por outro, esbarram em condições adversas que adiam seu ingresso no mercado de trabalho e os mantêm dependentes financeiramente de sua família.

Em geral, as mudanças na esfera familiar estão ligadas a possibilidade de controle da reprodução, o que gerou alterações nos padrões de nupcialidade e na conduta sexual, além de promover a transformação no papel das mulheres dentro e fora do lar.⁴⁸ Inclusive por sua maior autonomia e inserção no mercado de trabalho, bem como, pela divisão em alguns casos das tarefas domésticas com os filhos e companheiros. Mesmo assim, diversos estudos mostram que as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos são considerados ainda hoje tarefas femininas, sendo que pais e maridos gastam muito menos tempo nestas tarefas do que as mulheres. Conforme afirma Singly (2007:151) “A ‘dupla jornada’ é o símbolo da manutenção da atribuição das mulheres à esfera doméstica. As mulheres engajadas em uma vida profissional saem apenas parcialmente de uma relação de produção caracterizada pela dependência”.

Ao analisar o comportamento dos indicadores sócio-demográficos observa-se uma queda na fecundidade e a conseqüente redução do tamanho das famílias. Além disso, nota-se o crescimento da coabitação ou de uniões informais como alternativa ao casamento tradicional, bem como o crescimento no número de divórcios. Como resultado tem-se o surgimento de uma grande variedade de arranjos familiares, com destaque para

⁴⁸ Contrariando a noção parsoniana da funcionalidade da divisão sexual do trabalho na família. Segundo Parsons a divisão de papéis dentro da família (entendida como pequeno grupo) facilitaria o desenvolvimento das crianças. Caberia ao homem a liderança instrumental e à mulher a emocional, administrando as tensões e provendo apoio emocional aos membros da família. Ver: Parsons & Bales (1955)

a redução do número de famílias nucleares e o aumento dos lares chefiados por mulheres.⁴⁹ (Arriagada, 2006) No Brasil, estas mudanças podem ser observadas com mais intensidade a partir dos anos setenta, conforme pode ser observado na Tabela 1.1.⁵⁰

TABELA 1.1- Distribuição das famílias segundo tipos de arranjos familiares: Brasil 1970-2000 (em %)

Tipo de arranjo familiar	1970	1980	1990	2000
Casal sem filhos	13,2	13,8	13,8	15,1
Casal com filhos	71,7	69,6	65,5	61,1
Mulher chefe sem cônjuge e com filhos	9,7	11,3	15,0	17,3
Homem chefe sem cônjuge e com filhos	2,1	1,8	1,8	2,2
Outras famílias com parentesco	3,3	3,6	3,9	4,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados do Censo Demográfico. Baseado em Nascimento (2006:17)

Este novo quadro das relações familiares e de gênero não indica um movimento único ou evolutivo, mas uma realidade muito mais complexa e instável.⁵¹ Por outro lado, a aparente emergência de novos “modelos” de família demonstra “a curiosa e espantosa capacidade de permanência e renovação desta instituição que, ao que tudo indica, está em crise há pelo menos cem anos e nem por isso desapareceu.” (Bilac, 2003:34)

Destarte, o modelo de família nuclear burguesa, composta por pai e mãe e crianças vivendo numa casa, corresponde não apenas a uma estrutura padrão, mas supõe um conjunto implícito de valores e crenças. E com isso, acaba sendo admitido como norma ao invés de uma construção histórica. (Szymanski, 2003) Fora deste modelo as famílias são consideradas incompletas e desestruturadas e, portanto, fonte de problemas emocionais e delinqüência juvenil. Esta concepção de naturalidade é também contestada por Bourdieu (1997:125). “De fato, a família que somos levados a considerar como natural, porque se apresenta com a aparência de ter sido sempre assim, é uma invenção recente (...) e, quem sabe, votada à desaparecimento mais ou menos rápida (como levam a crer o aumento

⁴⁹ Também nota-se um aumento do celibato e de casais que não desejam ter filhos, bem como a postergação da primeira união e do primeiro filho.

⁵⁰ Dados absolutos sobre esta evolução estão no Apêndice I.

⁵¹ As separações e os casamentos entre divorciados criaram novas relações com respeito à família e ao parentesco, que carecem inclusive de classificação.

da taxa de coabitação fora do casamento e as novas formas de laços familiares inventados a cada dia).”

No período recente, as mudanças no cotidiano e nos modos de viver em família cada vez mais distantes dos conceitos ideais, produzem novos olhares sobre a família e uma maior flexibilidade conceitual, com ênfase na chamada família vivida, a qual é definida como: “Um grupo de pessoas, vivendo numa estrutura hierarquizada, que convive com a proposta de uma ligação afetiva duradoura, incluindo uma relação de cuidado entre os adultos e deles para com as crianças e idosos que aparecem nesse contexto”. (Gomes, 1988 apud Szymanski, 2003:26). Neste sentido, a família passa a ser vista muito mais como um ambiente de socialização e das relações afetivas e não apenas como uma instituição.

A despeito deste cenário de transformações, a maioria dos estudiosos enfatiza o papel da família para a socialização⁵², formação da personalidade e controle social⁵³, ao mesmo tempo em que serviria como instância mediadora entre indivíduo e sociedade.⁵⁴ Esta conexão com a sociedade faz com que a família não possa ser entendida separadamente do contexto social em que está inserida. Assim, as mudanças na família refletem câmbios sociais, de valores e na própria cultura⁵⁵. Um exemplo é o trabalho de Therborn (2006) que identifica as diferenças nas famílias pelo mundo, bem como analisa a evolução das mudanças nas estruturas familiares ao longo do século XX nos diferentes

⁵² Até por influência da concepção funcionalista sobre família, que a concebe como uma instituição socializadora. Lasch (1991); Goode (1970); König (1981); Petrini (2005); Romanelli (2003); Vitale (2003); Singly (2007); Castells (1999), entre outros.

⁵³ Esta tentativa de resgate da importância da família, inclusive como foco de políticas sociais, pode ser observada na literatura recente, em especial na América Latina. (Arriagada & Aranda, 2004; Arriagada, 1997; Sojo, 2005; Goldani, 2002, 2004 e 2005; Sunkel, 2006; Carvalho, 2003).

⁵⁴ Esta importância também é destacada por Bourdieu (1997:131) “De fato, a família tem um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução, não apenas biológica, mas social, isto é, na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais.”.

⁵⁵ A classificação dos arranjos familiares segue, em geral, a seguinte forma:” i) **família nuclear** - quando é composta por um casal com ou sem filhos ou um cônjuge com filhos; ii) **família estendida** – quando corresponde a uma família nuclear vivendo com outros parentes ou o chefe de família sozinho convivendo com outros parentes; iii) **família composta** – convivência de uma família nuclear com não parentes ou grupos de pessoas sem relação de parentesco num mesmo domicílio; por fim, iv) a **família unipessoal**, a qual se caracteriza por uma pessoa vivendo sozinha”. (Ramos e Lazo, 2004:4)

continentes. O resultado é a coexistência de padrões muito diversificados e nenhuma tendência universal.⁵⁶

Além do mais, cabe ressaltar, que os arranjos familiares variam não apenas de uma sociedade para outra, mas também nos diferentes segmentos de uma mesma sociedade. Diversos estudos ressaltam o papel da tradição para alguns estratos sociais e as diferenças dos modelos familiares entre as diferentes classes, o que demonstra novamente a ausência de um padrão universal de família. Singly (2007) explica que os valores tradicionais como a família e o casamento são muito mais importantes para as classes populares, inclusive para a definição da sua identidade.

De maneira semelhante, um conjunto de estudos realizados no Brasil (Sarti, 2003a e 2003b; Mello, 2003; Gomes, 2003) reforçam a importância dos laços familiares para as camadas populares.⁵⁷ Este fato contradiz a noção de que as famílias pobres são desestruturadas ou deformadas. A importância dos vínculos de parentesco e os aglomerados familiares indicam não apenas uma dependência afetiva, mas uma questão de sobrevivência e de troca de serviços. Conseqüentemente, observa-se ao mesmo tempo manutenção de estruturas tradicionais e a emergência de novas formas de viver em família.

No cenário brasileiro, muitas pesquisas têm como referência a relação entre família e mercado de trabalho.⁵⁸ O objetivo é analisar os impactos das mudanças na economia e no mercado de trabalho sobre a família e seus membros, com destaque para o papel da

⁵⁶ Existem diferenças marcantes entre a Europa ocidental, os Estados Unidos, de um lado e o resto do mundo de outro. Igualmente, Therborn (2004) e Castells (1999) não demonstram uma tendência de desaparecimento da família, porém uma profunda diversificação de estruturas, dos sistemas de poder, bem como uma grande diferença de magnitude e ritmo destas mudanças nos diferentes continentes e culturas, inclusive em virtude de aspectos de ordem religiosa.

⁵⁷ Em estudo para a América Latina constatou-se que o tamanho do domicílio depende do nível sócio-econômico das famílias. As famílias situadas entre os 20% mais pobres tem em média 3 pessoas a mais do que entre aquelas dos 20% superiores. (Arriagada, 2006) Além disso, as transformações no cenário familiar relativos aos novos padrões de fecundidade, alterações no ciclo de vida familiar, mudanças no papel das mulheres (maior autonomia), são observados com diferente intensidade nos países da região.

⁵⁸ Borges (2006b: 147) explica que no debate sobre a relação da família com o mercado trabalho algumas mudanças têm mais importância: “o tamanho do grupo familiar, a sua composição – tipos de família –, e a proporção de membros disponíveis para o trabalho (...)”

família do ponto de vista da reprodução social. (Montali, 1990, 1998, 2000, 2003, 2004, 2006; Bruschini, 1990; Borges, 2006, 2006b, 2006c)

Montali, por exemplo, em seus estudos sobre os arranjos familiares na região metropolitana de São Paulo, mostra como dependendo do momento do ciclo de vida familiar, são diferentes as dificuldades de sobrevivência e também a disponibilidade dos membros da família para o mercado de trabalho. Num cenário de reestruturação produtiva e crescente desemprego nos anos noventa, as famílias brasileiras tiveram de adaptar-se através de novos arranjos de inserção econômica dos diferentes componentes da família. Assim, com o desemprego ou queda de rendimento do chefe masculino e as dificuldades de inserção dos jovens cresce a parcela de mulheres cônjuges voltadas para o mercado de trabalho.⁵⁹ (Montali: 2004)

A autora explica também que as estratégias variam de acordo com o momento do ciclo de vida familiar, e são definidas pelas oportunidades do mercado de trabalho, bem como pelas características específicas de cada núcleo familiar.⁶⁰ Segundo Montali os casais jovens com filhos e as famílias chefiadas por mulheres encontram maiores dificuldades de sobrevivência, em especial, pela razão de dependência elevada.⁶¹ (Montali, 1990) Para a autora, em momentos de crise econômica percebe-se um esforço coletivo dos componentes da família na busca de melhores condições de vida, o que nem sempre significa uma saída para a situação de pobreza. Conforme Montali (1998:2582) “As análises da mobilização dos componentes da família nesse momento de crise mostraram a importância da mobilização dos filhos e especialmente das filhas e, também da mobilização da cônjuge, com maior ênfase em determinados tipos de família.”

Igualmente, Borges (2006b: 151) explica como alguns arranjos familiares estão mais expostos à crise do mercado de trabalho:

⁵⁹ A autora explica que: “A disponibilidade dos componentes da família para o mercado de trabalho é afetada pelas relações de hierarquia, relações de gênero e atribuições que tecem as relações familiares e que definem as possibilidades de inserção em atividades remuneradas. Dessa maneira, não ocorre substituição pura e simples de um componente da família por outro nas atribuições de manutenção do grupo doméstico, porque as possibilidades de inserção, qualificação e remuneração são distintas”. (Montali, 2004:200)

⁶⁰ Uma referência muito importante para a compreensão das diversas trajetórias ocupacionais nas diferentes configurações familiares é o trabalho de Melo (2006).

⁶¹ A maior exposição à precariedade e ao desemprego dos lares chefiados por mulheres é um fato também comprovado, por exemplo, por Bruschini (1990) e Borges (2006b).

(...) o desemprego e os outros riscos do mercado de trabalho (precarização, baixa remuneração, insegurança no emprego) são estruturados, isto é, atingem desigualmente os trabalhadores em função de características como sexo, idade, escolaridade, cor, posição na família, etc. Esse fato vai repercutir sobre as famílias porque a sua composição (ou o perfil dos seus componentes) pode aumentar ou diminuir a sua exposição a esses riscos.

Por outro lado, Montali (1998:2583) mostra como a relação entre família e trabalho se modifica entre os anos 80 e 90, com redução significativa da participação dos filhos no mercado de trabalho. Desta forma a autora conclui que

(...) os estudos sobre a década de 80 apontavam para a tendência de redução do peso do chefe entre os ocupados da família e de crescimento da importância dos demais componentes da família. No entanto, nos anos 90 altera-se essa tendência. Analisando-se a tendência a partir dos dados agregados relativos à Região Metropolitana de São Paulo nota-se o estabelecimento de um outro padrão, onde a participação dos chefes de família se mantém em torno de pouco mais que a metade dos ocupados da família (46%) e cai progressivamente a participação dos filhos, mais especialmente a partir de 1992. Configurando um fato novo, cresce progressivamente a participação da cónyuge entre os ocupados da família.

Neste contexto, a autora evidencia também as dificuldades de inserção dos jovens no mercado de trabalho. De acordo com Montali os jovens são os componentes das famílias com maior dificuldade de acesso a empregos de qualidade, situação que é ainda mais dramática entre os muito jovens ou adolescentes, particularmente pela sua concentração em ocupações precárias. (Montali, 1998).

Apesar desta aparente retirada de crianças e adolescentes do mercado de trabalho, Borges (2006) observa aumento da taxa de participação para este segmento populacional entre 1995 e 2004 na região metropolitana de Salvador, o que de acordo com a autora evidencia “as dificuldades encontradas pelas famílias mais carentes desta área para dispensar a contribuição dos adolescentes na formação da renda familiar”.

Do ponto de vista do acesso ao trabalho por parte dos jovens, Borges (2007:17) lembra que “as portas de acesso ao trabalho dos jovens urbanos são em número reduzido” e restringem-se ao trabalho em negócios familiares e a atividades de aprendiz ou estagiário, bem como o emprego sem carteira. As dificuldades na entrada dos jovens filhos no mercado de trabalho são um importante desafio colocado pela crise do mercado

de trabalho na pauta de muitas famílias.⁶² Assim, a autora conclui que “os aumentos nas taxas de participação dos filhos têm se traduzido mais em desemprego do que na sua inserção no rol dos ocupados” (Borges, 2006b: 159).

Essa situação tem implicações na esfera familiar, ao passo que esta restrição ao ingresso dos jovens na esfera produtiva

obriga a extensão do período de vida ativa dos pais ou responsáveis e introduz mudanças não desprezíveis na composição dos grupos domésticos: permanência por maior tempo dos jovens adultos na família de origem; retardamento da constituição de novas famílias e re-agrupamento familiar, com o retorno à família de origem de filhos casados/separados e desempregados/subempregados, podendo ocorrer ou não a presença de netos. (Borges, 2006c: 6)

A conclusão da autora é de que as famílias com filhos em idade de trabalhar estão entre as mais atingidas pela crise, dentre elas destaca-se as famílias formadas por mãe com filhos, uma vez que dependem mais do trabalho dos jovens, os quais têm grande participação no total de desempregados e também de trabalhadores em empregos precários. (Borges, 2006c)

Quando se consideram os rendimentos familiares, constata-se que “famílias que podem dispor de maior número de membros para o mercado de trabalho, apesar do elevado desemprego dos jovens, encontram-se menos vulneráveis do que aquelas com a presença de crianças menores e/ou com maior proporção de dependentes”. (Borges, 2006b: 161-2)

Pode-se concluir do que foi exposto até aqui que tanto o ambiente cultural, quanto o contexto familiar e sócio-econômico definem uma visão relativa ao trabalho dos filhos, e também condicionam as oportunidades educacionais dos jovens e sua relação com o trabalho. Como esclarece Borges (2007:3)

Esse conjunto de mudanças afeta a relação dos jovens com o trabalho, mas com marcadas diferenças em função da classe/renda da família, variável responsável pelas principais

⁶² Borges (2006c: 10) afirma que o problema da inserção dos jovens no mercado de trabalho precisa ser enfrentado com medidas estruturais. “É importante assinalar, porém, que não se ignora que a magnitude do déficit de lugares nos mercados de trabalho do País, que tem vitimado principalmente os jovens à procura do primeiro emprego, torna impossível reduzi-lo significativamente apenas com políticas pontuais, focalizadas e compensatórias para grupos em desvantagem. Tal tarefa supõe mudanças estruturais no modelo de desenvolvimento do país, capazes de redefinir a sua inserção no capitalismo globalizado e de redesenhar a forma como está distribuída a renda e a propriedade no País”.

desigualdades entre os jovens as quais, associadas às diferenças e desigualdades de idade, de gênero, de escolaridade e de posição na família, de cor, dentre outros atributos, se traduzem em desigualdades na relação com o mercado de trabalho: maior ou menor pressão para entrada e permanência neste mercado, para completar/antecipar o trânsito escola-trabalho ou combiná-los e chances desiguais de acesso a uma vaga no mercado de trabalho – emprego ou ocupação – e aos postos de trabalho mais valorizados.

Portanto, as desigualdades sociais e as diferenças na condição juvenil definem cenários distintos na vida dos adolescentes brasileiros. Ao mesmo tempo, às incertezas e às dúvidas inerentes a esta fase de vida soma-se uma nova problemática relativa às mudanças na esfera familiar e também no mercado de trabalho. Compreender de que maneira os filhos adolescentes se inserem no contexto escola-trabalho e também de que maneira o sexo do jovem, sua origem familiar e também a condição sócio-econômica afetam este quadro é uma questão relevante na obtenção de pistas sobre o futuro desta geração de brasileiros.

Capítulo 2- OS ADOLESCENTES E A RELAÇÃO ENTRE MERCADO DE TRABALHO E EDUCAÇÃO: UM BREVE QUADRO EVOLUTIVO 1992-2006

Este capítulo visa apresentar e analisar as mudanças no perfil dos adolescentes brasileiros que ocupam a posição na família de filhos, com o foco na educação e na sua inserção produtiva entre 1992 e 2006. Será considerada a sua disposição para o trabalho, esteja ocupado ou à procura de emprego, portanto, o indicador utilizado é a taxa de participação na PEA. Sendo assim, a análise será pautada pelas informações relativas à frequência escolar destes jovens e a combinação desta com a sua inserção ou não na PEA. Num primeiro item será feita uma breve caracterização da situação dos adolescentes com base em indicadores relativos à inatividade, desemprego e ocupação. Em seguida, serão apresentados e analisados os indicadores relativos à sua participação na atividade produtiva e frequência escolar entre 1992 e 2006, tendo como principais variáveis de segmentação deste grupo populacional, o sexo do adolescente, a renda familiar per capita e a estrutura familiar.⁶³ Por fim, será feita uma breve análise da condição dos jovens em relação ao mercado de trabalho e suas modificações no período, com destaque para a redução de oportunidades e mudanças no perfil ocupacional dos adolescentes.⁶⁴

2.1- OCUPAÇÃO E INATIVIDADE

A relação entre os adolescentes e o mercado de trabalho tem se modificado no período recente, notadamente, pela redução na participação na PEA e conseqüente aumento da inatividade para os jovens nesta faixa etária. A simultaneidade da queda na taxa de participação do jovem e o aumento da taxa de desemprego que resulta em expressiva redução da taxa de ocupação sinaliza o peso da deterioração do mercado de trabalho para os jovens. Entretanto, a coexistência de baixa frequência escolar com elevada participação na atividade econômica dos jovens no passado era julgada negativamente quando se considera que o mais importante nesta fase da vida seja a

⁶³ A escolha deste período deve-se ao fato de que a literatura sobre o tema destaca a deterioração na situação dos jovens a partir dos anos noventa, o que pretende ser avaliado.

⁶⁴ Na parte final será analisada a situação dos adolescentes em relação ao mercado de trabalho independentemente de sua posição na família.

freqüência escolar. Mesmo acompanhada de maior taxa de desemprego a menor participação do jovem na atividade econômica desde início da década de 90 deve ser avaliada levando em conta que aconteceu simultaneamente a um expressivo aumento da freqüência escolar dos adolescentes. A consideração de todos esses aspectos revela a complexidade da avaliação da evolução das condições de ocupação e de inatividade dos adolescentes desde início da década de 90.

Quando se observam os dados para a população jovem como um todo, nota-se um descolamento entre a trajetória de crescimento da PEA (População economicamente ativa) e da PIA (População em idade ativa), sobretudo para os adolescentes do sexo masculino, conforme pode ser observado na Tabela 2.1.

TABELA 2.1- Adolescentes: variação % da PEA; PIA e Inativos (1992-2006)

Indicadores	Homens	Mulheres	Total
Total de jovens 15 a 19 anos			
PEA	-6,5	4,8	-2,1
PIA	18,1	15,4	16,8
Não PEA	84,2	24,7	44,5
Filhos de 15 a 19 anos			
PEA	-8,6	5,5	-3,7
PIA	16,4	18,9	17,6
Não PEA	79,2	30,8	49,8

Fonte: Microdados da PNAD 1992 e 2006. Elaboração própria.

Enquanto o número de adolescentes do sexo masculino na PEA apresenta uma queda de 6,5% a PIA masculina apresenta uma variação positiva de 18,1% no mesmo período. Conseqüentemente aumenta significativamente o número de jovens do sexo masculino fora da PEA ou “inativos”: 84,2% entre 1992 e 2006⁶⁵. Bercovich, Madeira e Torres (1998:5) destacam que este movimento já vem desde os anos 80, no entanto, persiste e com intensidade considerável.

⁶⁵ Com o objetivo de compatibilizar as bases de dados foram os excluídos os dados referentes à área rural da região Norte para o ano de 2006, uma vez que a amostra em 1992 englobava apenas o segmento urbano dos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Este procedimento foi utilizado para todos os dados neste capítulo.

Ao contrário, para as adolescentes do sexo feminino, tanto o número de jovens na PEA quanto o total da PIA apresentam crescimento no período. O incremento é de 4,8% entre as adolescentes na PEA, porém, o crescimento da PIA é ainda mais intenso de sorte que a inatividade feminina nesta faixa etária também cresce, mas em menor proporção se comparado aos homens.

É evidente que as mulheres tiveram sempre um perfil de maior inatividade, o que tem sido revertido nas últimas décadas. Diferentemente, o aumento na inatividade masculina é um fenômeno relativamente recente, intenso e que demonstra uma nova tendência em relação à idade de entrada dos jovens no mercado de trabalho. Este movimento é explicado, em parte, pelo estreitamento do mercado de trabalho observado desde os anos noventa.

Seguramente, o crescimento da PEA feminina é um fator que contribui para o desemprego crescente para este grupo populacional, gerando pressões sobre o mercado e maior competição por postos de trabalho, especialmente, em virtude do baixo dinamismo da oferta de empregos desde os anos noventa.

Os movimentos observados nos indicadores para esta faixa etária são ainda mais intensos para os jovens na condição de filhos, sejam homens ou mulheres. O único movimento diferente é a menor intensidade de crescimento da inatividade entre os filhos do sexo masculino se comparado aos adolescentes em geral. Mesmo assim, o aumento da inatividade entre os jovens do sexo masculino é muito mais expressivo do que entre as mulheres na mesma faixa etária. É possível imaginar que a condição econômica da família tenha um papel relevante no aumento do número de jovens fora da PEA.⁶⁶ Além é claro, do contexto econômico desfavorável para o ingresso destes jovens no mercado de trabalho.

Em síntese, ao longo deste período, tem-se um movimento de crescente inatividade para os jovens do sexo masculino, com redução do número de jovens voltados para a PEA. No caso feminino, o crescimento do número de jovens nesta faixa etária na PEA é

⁶⁶ O baixo dinamismo do mercado de trabalho é segundo alguns autores, um dos fatores explicativos da redução da participação dos jovens da PEA e conseqüente aumento do contingente de inativos. Porém, outros argumentam que este aumento na inatividade não pode ser unicamente atribuído ao desalento relativo à baixa oferta de empregos a partir da década de noventa, mas também ao aumento da frequência escolar (Sposito, 2003)

de cerca de 5%, o que acrescido ao cenário desfavorável no mercado de trabalho pode explicar o grande crescimento do desemprego para as mulheres jovens conforme será mostrado em seguida através da evolução das taxas de desemprego e ocupação entre os adolescentes.

Desde já, verifica-se que a divisão da análise por gênero é necessária, em especial, pelas trajetórias tão diversas apresentadas por ambos os grupos nesta faixa etária.

No Brasil, apesar do declínio na taxa de participação dos jovens entre 15 e 19 anos na população economicamente ativa (PEA) nos últimos anos (Tabela 2.2), ela ainda é expressiva, uma vez que, em média, a metade dos jovens nesta faixa etária está na PEA de acordo com os dados da PNAD de 2006.⁶⁷

TABELA 2.2 – Taxas de Participação na PEA, Desemprego e Ocupação para os adolescentes segundo sexo: Brasil (anos selecionados).

Indicadores	1992	2002	2006
Taxa de participação na PEA (%)			
Homens	72,9	59,2	57,7
Mulheres	46,4	41,0	42,1
Taxa de desemprego (%) ⁽¹⁾			
Homens	11,4	18,8	18,4
Mulheres	17,4	27,9	29,6
Taxa de ocupação (%) ⁽²⁾			
Homens	64,6	48,1	47,1
Mulheres	38,3	29,5	29,6

Fonte: Microdados PNAD 1992, 2002 e 2006. Elaboração própria.

⁽¹⁾ Número de desempregados/PEA ⁽²⁾ Número de ocupados/PIA

Obs.: Para manter a comparabilidade em 2006 foram excluídos os dados do Norte rural.

Foi utilizado o conceito amplo de PEA, ou seja, o exercício da atividade econômica em atividades remuneradas ou não remuneradas, bem como em atividades de produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso.

Ao observar a Tabela 2.2 nota-se que no período compreendido entre 1992 e 2002 a queda na participação na PEA é bem expressiva para os adolescentes do sexo masculino, 13,7 pontos percentuais contra apenas 5,4 para as mulheres. É notório que o início da década de noventa no Brasil foi um período bastante conturbado tanto em termos políticos quanto econômicos. O ano de 1992 foi um ano especialmente negativo em

⁶⁷ São 49,9% dos jovens entre 15 e 19 anos, o que equivale a mais de 8,2 milhões de jovens de ambos os sexos. Os jovens nesta faixa etária representam 9,3% da população em 2006.

diversos aspectos, principalmente, pela crise política que culminou com o impeachment do presidente Collor, num contexto de alta inflação e crescimento econômico negativo. Sendo assim, esta queda tão significativa na inserção econômica dos jovens ocorre em comparação com um ano muito ruim para a economia brasileira.

No período compreendido entre 2002 e 2006 percebe-se ainda uma pequena queda na taxa de participação masculina e ao mesmo tempo, uma ínfima recuperação na taxa de participação entre as mulheres em 2006, contudo, não parece surgir um movimento de reversão do processo de retirada dos adolescentes do mercado de trabalho.

Este movimento de redução mais intensa na participação masculina no período fez com que houvesse uma redução na distância entre a parcela de homens e mulheres nesta faixa etária voltados para o mercado de trabalho.⁶⁸

Outro fato que chama muito a atenção é o aumento expressivo da taxa de desemprego, em especial para as mulheres.⁶⁹ Este quadro é explicado, em parte, pela pressão exercida sobre o mercado de trabalho pelo aumento da PEA jovem feminina de 4,8% no mesmo período.⁷⁰

É importante ressaltar que as últimas décadas no Brasil foram caracterizadas por mudanças importantes no mercado de trabalho, com incremento da precarização e informalidade, num cenário de relativa estagnação econômica. Contudo, a partir de 2002 observa-se uma importante melhora nos indicadores relativos ao mercado de trabalho,

⁶⁸ Alguns estudos explicam a maior inatividade entre as jovens do sexo feminino como resultante de uma estratégia das famílias. Bercovich, Madeira e Torres (1998) avaliam que uma estratégia bastante comum entre as famílias pertencentes às camadas populares consiste no trabalho da mãe como doméstica enquanto a filha fica encarregada dos afazeres domésticos. Neste sentido, pode-se ter uma situação em que as jovens ainda estudam e cuidam dos irmãos menores, na espera de condições de inserção mais favoráveis mediante o emprego em atividades que exijam maior qualificação ou escolaridade. Diferentemente, da inserção precoce em atividades como os serviços domésticos, com baixa remuneração e nenhuma perspectiva de carreira.

⁶⁹ Segundo Bercovich, Madeira & Torres (1998) O desemprego entre os jovens é estrutural, sempre foi e sempre será elevado. A explicação da literatura especializada está no fato de que a demanda de trabalho por parte dos jovens está inflada por indivíduos sem preparo, qualificação e formação adequados ao mercado de trabalho. E por outro lado, pela preferência por parte dos empregadores por trabalhadores adultos.

⁷⁰ As diferenças na condição dos jovens segundo gênero não deve ser negligenciada.

inclusive com crescimento do emprego formal.⁷¹ (IPEA, 2007; Baltar, Krein e Moretto, 2006; Leone e Baltar, 2007; Moretto e Pochmann, 2004) Assim, a condição das adolescentes do sexo feminino apresenta piora mesmo se comparada a um período de fraco desempenho econômico para a economia nacional.

No país (e no mundo todo), o desemprego atinge sobremaneira os jovens, inclusive com taxas de crescimento mais expressivas do que nas demais faixas etárias. De acordo com dados da OIT, mais da metade dos desempregados brasileiros têm entre 16 e 24 anos, sendo que a taxa de desemprego neste grupo é o dobro da população em geral.⁷² Por outro lado, a entidade destaca também que entre os jovens empregados, 52% trabalham sem carteira assinada e nenhuma modalidade de proteção social, o que agrava a situação de pobreza a que grande parte destes jovens está submetida. Portanto, não é apenas o desemprego que aflige este segmento populacional, também a precariedade de sua inserção no mercado de trabalho é um fato muito preocupante, na medida em que não seja uma situação transitória.

Do ponto de vista das taxas de ocupação percebe-se uma queda acentuada entre 1992 e 2002 para ambos os sexos. Contudo, a redução na ocupação é bem maior entre os jovens do sexo masculino: 16,5 pontos percentuais contra 8,8 pontos percentuais no caso feminino. Ao mesmo tempo é possível verificar uma relativa estabilidade na ocupação entre 2002 e 2006, com pequena queda para os homens e um discreto aumento para as mulheres. Neste cenário é possível indagar o que afetou mais a ocupação para homens e mulheres: a queda na participação na PEA ou o aumento do desemprego?

Com o objetivo de tentar separar estes fenômenos fizemos um pequeno exercício considerando inicialmente que a participação na PEA tivesse sido mantida no nível de

⁷¹ A partir da desvalorização do Real em 1999 muda o cenário econômico nacional e, sobretudo, a modo de funcionamento da economia do país. A despeito do ressurgimento da tendência inflacionária, diminuem os efeitos negativos da entrada de capital no que concerne ao seu papel desestimulador da produção doméstica. Este cenário torna-se ainda mais favorável com o crescimento econômico mundial após 2002, que possibilitou o incremento nas exportações brasileiras, em especial, de produtos primários. Assim, o bom momento do comércio mundial serve como estímulo ao crescimento econômico do país a partir de 2002. (Baltar, 2007)

⁷² Informação disponível na internet no site:

<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2006/10/30/materia.2006-10-30.0778075851/view>

1992 e o desemprego tivesse aumentado, para ambos os sexos⁷³. E num segundo momento, o contrário, o desemprego se mantivesse nos patamares de 1992, mas a participação na PEA apresentasse declínio.

É possível constatar que os impactos na taxa de ocupação foram diferenciados entre os sexos. Para os adolescentes do sexo masculino a queda na taxa de participação teve mais impacto na queda da taxa de ocupação do que o aumento do desemprego. Ou seja, o efeito da queda na participação na PEA foi maior que do aumento do desemprego no período considerado.⁷⁴ Para as mulheres ocorreu o inverso, isto é, o efeito do aumento do desemprego foi mais significativo para a redução na taxa de ocupação do que o relativo à redução na participação na PEA.⁷⁵ De certo modo, ambos os fenômenos afetam os sexos de forma diferenciada.

A queda na participação na PEA foi muito intensa para os homens e, de outro lado, o aumento no desemprego foi muito mais significativo para as mulheres. Além disso, observa-se que a taxa de ocupação das adolescentes do sexo feminino é bastante inferior a dos homens na mesma faixa etária, mesmo tendo apresentado queda menos intensa que no caso masculino no período considerado. Igualmente a distância na taxa de ocupação entre homens e mulheres diminuiu bastante no período. Mesmo assim, nota-se uma clara disparidade entre os sexos, o que denota uma vez mais a importância da análise de gênero também neste grupo etário.

As quedas nas taxas de ocupação para homens e mulheres nesta faixa etária indicam que as oportunidades de inserção produtiva dos jovens têm diminuído. Adiante (item 2.3) serão analisados os dados da população ocupada por faixa etária de modo a comprovar este virtual estreitamento do mercado de trabalho para esta faixa etária, bem como, caracterizar as mudanças no perfil ocupacional dos adolescentes. Contudo, antes de prosseguir com a análise pretende-se ilustrar algumas diferenças entre o Brasil e outros países latino-americanos com respeito ao ingresso dos adolescentes no mercado

⁷³ Tendo em vista que a Taxa de Ocupação é igual a $[(1 - \text{Taxa de Desemprego}) * (\text{Taxa de Participação})]$.

⁷⁴ Com a participação no patamar de 1992 e o desemprego de 2006 a taxa de ocupação para os homens seria de 59,5% enquanto que na situação inversa de apenas 51,1%.

⁷⁵ Com a participação de 1992 e o desemprego de 2006 a taxa de ocupação das jovens do sexo feminino seria de 34,8%, enquanto que no caso inverso seria de 32,7%. Nota-se que em ambos os casos seria maior do que foi em 2006, mas na primeira hipótese ainda mais.

de trabalho. Conforme assinalado anteriormente, a entrada no mercado de trabalho se dá, no Brasil e na América Latina, primordialmente entre os 14 e 16 anos.⁷⁶ A realidade de países em desenvolvimento como o Brasil é, portanto, de presença do jovem no mercado de trabalho não apenas pela necessidade de complementar a renda familiar, mas também por questões culturais e relativas ao processo de afirmação pessoal do jovem, além da busca de atender suas necessidades de consumo.⁷⁷ Não obstante, o Brasil apresenta elevadas taxas de participação em comparação com os demais países da região.

TABELA 2.3 – América Latina: Taxas de atividade, ocupação e desemprego dos jovens entre 15 e 19 anos em 2005.

Países	Taxa de atividade	Taxa de não emprego	Taxa de desemprego	Taxa de ocupação
Argentina a/	25%	84%	34%	16%
Brasil	52%	61%	25%	39%
Chile	12%	92%	29%	8%
Colômbia	32%	74%	20%	26%
Costa Rica	32%	75%	22%	25%
Equador	42%	64%	14%	36%
El Salvador	33%	72%	15%	28%
Guatemala b/	48%	55%	6%	45%
Honduras	39%	64%	7%	36%
México	36%	67%	7%	33%
Nicarágua	39%	64%	8%	36%
Panamá	32%	75%	22%	25%
Paraguai	50%	56%	13%	44%
Peru	51%	55%	10%	45%
Rep. Dominicana	27%	76%	12%	24%
Uruguai a/	33%	80%	40%	20%
Venezuela c/	31%	76%	22%	24%
America Latina d/	41%	66%	18%	34%

Fonte: OIT (2007) anexo estatístico.

Notas:

a/ Amostra apenas urbana

b/ A amostra da Guatemala é para 2004

c/ A pesquisa não permite separar urbano e rural

d/ É a média de todos os países considerados

⁷⁶ A comparação entre os patamares de inserção produtiva dos jovens na região tem por objetivo apenas ilustrar a condição dos adolescentes no mercado de trabalho sem, contudo, esboçar explicações sobre esta diferenciação, o que deslocaria completamente o foco de nosso trabalho.

⁷⁷ Leite (2002:172)

A taxa de participação na PEA dos adolescentes (entre 15 e 19 anos) supera a de países com nível similar de desenvolvimento como Chile, Argentina, Uruguai e México, e está entre os mais expressivos da região assemelhando-se aos patamares observados em países como Peru e Paraguai.⁷⁸ (Tabela 2.3) É importante destacar, entretanto, que a participação não significa emprego, mas a disposição em tê-lo, visto que as taxas de desemprego entre os jovens nesta faixa etária são bastante expressivas. Cabe realçar também que os padrões de inserção produtiva dependem de uma série de fatores relativos à família ou ao próprio indivíduo (cultura, valores, nível sócio-econômico, etc.), além da legislação laboral e das condições de estruturação do mercado de trabalho de cada país.⁷⁹

A despeito das especificidades de cada país, nota-se que o Brasil se diferencia da maioria dos países da região em virtude do grande número de jovens voltados para o mercado de trabalho nesta faixa de idade, o que expressa a pouca estruturação do mercado de trabalho no Brasil.⁸⁰

Outrossim, é importante ressaltar que de acordo com a OIT (2007) dois entre três jovens latino-americanos trabalha na informalidade, com rendimentos menores que um salário mínimo e sem qualquer tipo de cobertura previdenciária. Portanto, independentemente da variação entre os índices de ocupação e desemprego entre os

⁷⁸ A reduzida presença dos jovens no mercado de trabalho é resultado do crescimento das matrículas escolares e da obrigatoriedade do ensino médio no país. O Chile é um caso particular também no que se refere à presença feminina no mercado de trabalho. Questões culturais e de legislação laboral contribuem para esta situação, de modo que a OCDE considera importante realizar esforços para fomentar a inserção destes dois grupos com o objetivo de elevar o potencial de crescimento da economia do país no longo prazo, reduzir a pobreza e melhorar a distribuição de renda no país. (OCDE. Estudios Económicos de Chile, 2007. Disponível no site: <http://www.oecd.org/>)

⁷⁹ Além disso, a cobertura das estatísticas nacionais é diferente, uma vez que em alguns casos referem-se apenas à área urbana.

⁸⁰ Medina (2001:28) destaca que a despeito do aumento significativo da frequência escolar entre os jovens na faixa entre 15 e 19 anos, em especial no Brasil e Argentina durante os anos noventa, este fato não se traduziu em redução na participação na PEA no mesmo período com exceção da Argentina, Colômbia, Panamá e Uruguai. Além disso, o avanço nos níveis de escolaridade na região está aquém dos observados em outros países em desenvolvimento.

países a situação dos jovens no mercado de trabalho na América Latina é bastante precária, seja em termos de rendimentos, níveis de informalidade ou desemprego.⁸¹

Uma das principais questões levantadas nesta discussão acerca da presença dos jovens na força de trabalho, diz respeito às perspectivas de futuro, em especial quando esta inserção precoce na atividade produtiva exige o abandono da escola em razão das dificuldades em aliar as duas atividades.

TABELA 2.4 – Inserção produtiva e freqüência escolar dos adolescentes latino-americanos em 2005.

Países selecionados	Só estuda (%)	Só trabalha (%)	Trabalha e estuda (%)	Não trabalha nem estuda (%)
Argentina a/	67	11	6	17
Brasil	47	18	22	14
Chile	81	6	2	11
Colômbia	53	20	6	21
Costa Rica	58	16	8	17
Equador	49	25	12	14
El Salvador	49	20	8	22
Guatemala b/	28	32	12	28
Honduras	31	30	6	32
México	50	23	10	17
Nicarágua	45	24	12	19
Panamá	60	17	8	16
Paraguai	43	24	20	14
Peru	29	32	14	25
Rep. Dominicana	61	9	15	15
Uruguai a/	62	13	7	18
Venezuela c/	59	15	9	17
América Latina d/	49	20	14	17

Fonte: OIT (2007) anexo estatístico.

Notas: a/ Amostra apenas urbana; b/ A amostra da Guatemala é para 2004 ; c/ A pesquisa não permite a separação entre urbano e rural; d/ É a média de todos os países considerados.

Observa-se que no Brasil a parcela de jovens que trabalha e estuda ao mesmo tempo é a maior entre os países da região, ou seja, 22% dos jovens nesta faixa etária estão simultaneamente no mercado de trabalho e na escola, enquanto no Chile apenas

⁸¹ Esta situação reflete as especificidades do mercado de trabalho e da economia dos diferentes países considerados, cuja explicação foge aos objetivos de nosso trabalho.

2% e na Argentina 6%. A situação dos jovens brasileiros se assemelha ao observado no Paraguai, com 20% dos jovens nesta condição. (Tabela 2.4)

Quando se consideram os jovens que apenas trabalham o país apresenta um índice menor que a média regional, porém superior ao observado na Argentina, Chile e Uruguai, por exemplo. Em geral, a presença mais expressiva dos jovens na atividade econômica é atribuída às dificuldades econômicas da família, o que se verifica para boa parte dos países da região de acordo com Medina (2001), uma vez que os jovens das famílias dos estratos inferiores de renda têm taxas de participação mais elevadas.

Por outro lado, quando se observam os percentuais de jovens que estão apenas na escola o país está em franca desvantagem em relação à maioria dos países, superando apenas os patamares observados em países como Nicarágua, Guatemala, Honduras e Paraguai. No Brasil são 47% dos jovens entre 15 e 19 anos que se dedicam exclusivamente aos estudos contra 81% no Chile e 67% na Argentina. Portanto, os adolescentes brasileiros estão mais presentes no mercado de trabalho do que a média dos países da região e dedicam-se apenas aos estudos em menor proporção que a média dos adolescentes latino-americanos. Em contrapartida, a parcela que apenas trabalha é um pouco menor que a média regional, ainda assim, é superior aos países do Cone Sul, exceto o Paraguai.

Nota-se ainda que a parcela de jovens que não trabalha nem estuda apresenta muita diversidade na região, com o Brasil um pouco abaixo da média latino-americana. Neste quesito as mulheres têm grande peso, o que é influenciado principalmente por fatores de ordem cultural, porquanto o papel da mulher na família e nas esferas econômica e social apresente bastante diferenciação entre os países da região, com avanços paulatinos rumo a uma maior igualdade entre os sexos. Em contrapartida, este grupo também contempla um conjunto de jovens marginalizados, excluídos ou desalentados, bem como susceptíveis a uma série de riscos sociais.⁸² Por seu potencial

⁸² Osorio, Mejia e Miramontes (2006:3) trabalham com o conceito de juventude desconectada e explicam que “debemos entonces pensar en la juventud seccionada en dos grupos. Uno es el de la juventud conectada, aquellos que están consiguiendo una cierta clase de capacitación o educación, está trabajando, empleado o independiente, a tiempo completo o medio tiempo, o aún hasta ayudando en los quehaceres del hogar, haciendo cosas tales como cuidar a los más pequeños y/o ancianos. El otro grupo está compuesto por la juventud desconectada. Aunque la desconexión puede ser temporal, no es insensato pensar que la

de riscos e vulnerabilidade, este grupo tem sido destacado em muitos estudos como prioritário em termos de políticas de inclusão tanto no âmbito educativo, quanto do mercado de trabalho.

De maneira geral, pode-se concluir que a situação dos adolescentes brasileiros difere um pouco do contexto latino-americano, sobretudo, pela maior participação no mercado de trabalho e menor presença na escola se comparado a países com patamares comparáveis de desenvolvimento econômico. Deve-se destacar, no entanto, que estas estatísticas consideram os jovens entre 15 e 19 anos de forma indistinta, englobando aqueles que já constituíram família, os quais se diferenciam bastante daqueles que ainda encontram-se na dependência de seus pais. Certamente a posição que o jovem ocupa na família é determinante na sua condição de ativo ou inativo e também das oportunidades educacionais. No Brasil os adolescentes na condição de filhos representam em média 80% da faixa entre 15 e 19 anos ou mais de 13 milhões de jovens em 2006.⁸³ Tanto pela sua expressividade em relação ao total do grupo, quanto pelas suas características do ponto de vista da fase de vida, este será o grupo privilegiado pela nossa análise.

2.2- INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO E ESCOLA: ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

Inicialmente pretende-se caracterizar melhor os adolescentes e as mudanças no perfil sócio-demográfico destes jovens comparando as mudanças observadas nas características deste grupo entre o início dos anos noventa e 2006.

Na Tabela 2.5 é possível observar que o grupo de jovens na condição de filho cresce 17,5% em termos absolutos, contudo, a composição por sexo se mantém quase

juventud desconectada es más vulnerable, en el sentido que son más propensos a caer en actividades dañinas, tales como abuso de la droga, así como las actividades criminales, aumentando el riesgo de convertirse en víctimas de la violencia. Son también más propensos en retrasarse en comparación a aquellos conectados, reprimiendo oportunidades en la vida. (...)Desconectada se considera aquella juventud que no destina algo de su tiempo a realizar por lo menos una de tres actividades expuestas a continuación: 1. Ir a la escuela (cualquier tipo o nivel); 2. Trabajar; 3. Ayudar a familiares (en el trabajo o en casa)". A partir de dados da América Latina, os autores mostram que esta juventude desconectada é primordialmente urbana, masculina e pobre.

⁸³ Esta composição mantém-se relativamente estável entre 1992 e 2006. Dados no Apêndice I.

inalterada. Ou seja, sustenta-se a maior parcela relativa de jovens do sexo masculino, mesmo que com uma pequena redução (1%) na distância verificada entre os dois grupos.

Uma explicação para a maior parcela de jovens do sexo masculino refere-se ao fato de que os homens permanecem mais tempo na condição de filhos, enquanto as mulheres casam-se mais cedo, o que é inclusive comprovado pelo maior contingente de cônjuges entre as mulheres nesta faixa etária, em torno de 18% do total da faixa etária ou mais de 1 milhão de jovens do sexo feminino.

Ao mesmo tempo é interessante notar que na composição por raça diminui a participação dos jovens brancos e cresce a proporção de adolescentes pretos, pardos, bem como, amarelos e indígenas.⁸⁴ Independentemente disso, sustenta-se a distribuição majoritária entre brancos (48,1%) e pardos (44,9%). Aliás, este padrão repete o observado para a população como um todo.

Por outro lado, a distribuição regional desta população permanece semelhante, com concentração nas regiões Sudeste e Nordeste (mais de 70% nos dois anos comparados). Esta situação pode ser explicada pela concentração populacional nestas duas regiões, totalizando 72,9% em 1992 e 71,3% em 2006. Ou seja, a distribuição regional da população jovem segue a tendência da população como um todo.⁸⁵ Esta concentração populacional nas regiões Sudeste e Nordeste precisa ser considerada, uma vez que se constituem em pólos opostos em termos de desenvolvimento econômico e social. Sendo assim, ao avaliar os indicadores é importante ter em mente que se trata de um grupo populacional marcadamente concentrado em duas regiões muito diferentes entre si e que, portanto, as diferenças observadas podem também ser reflexos dos aspectos regionais. Não obstante, optamos por não avaliar as diferenças regionais neste capítulo, mas apenas no capítulo final que analisa a situação atual dos adolescentes.

⁸⁴ Devido aos problemas relacionados à autodeclaração de raça e/ou cor e demais complicadores envolvendo esta variável decidiu-se realizar uma análise baseada exclusivamente em aspectos relativos à estrutura familiar, gênero e nível sócio-econômico. Portanto, as informações apresentadas são meramente ilustrativas.

⁸⁵ Contudo, deve-se realçar que se verificam algumas oscilações entre as regiões ao longo do período analisado, porém, bastante discretas e na mesma direção do conjunto da população: a) uma pequena redução nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul e b) crescimento nas regiões Norte e Centro-Oeste. Cabe lembrar que para manter a comparabilidade das amostras, o norte rural foi excluído para o ano de 2006, uma vez que até 2002 não era coberto pela PNAD.

TABELA 2.5 – Variáveis sócio-demográficas para os filhos adolescentes: Brasil (1992-2006)

Variáveis sócio-demográficas	1992	2006
Sexo		
Homem	6.175.868	7.183.733
Mulher	5.093.782	6.053.650
Homem (%)	54,8	54,3
Mulher (%)	45,2	45,7
Cor/Raça (%)		
Branços	51,7	48,1
Pretos	5,2	6,3
Pardos	42,6	44,9
Amarelos	0,38	0,42
Indígenas	0,07	0,26
Regiões (%)		
Norte	4,6	6,3
Nordeste	29,8	30,0
Sudeste	43,8	42,1
Sul	14,9	14,5
Centro Oeste	6,9	7,2
Instrução		
parcela que não sabe ler e escrever	7,3	1,6
média de anos de estudo	5,5	8,0
Atividade Econômica		
Taxa de participação na PEA	60,3	49,4
Taxa de desemprego ⁽¹⁾	14,1	22,7
Taxa de ocupação ⁽²⁾	51,8	38,2
Faixa de idade em começou a trabalhar		
entre 9 e 14 anos	70,7	46,1
15 a 17 anos	25,8	43,6
18 a 19 anos	3,6	10,3
Total	100,0	100,0

Fonte: Microdados PNAD 1992 e 2006. Elaboração própria.

(1) Numero de desempregados/PEA

(2) Numero de ocupados/PIA

Obs.: Para manter a comparabilidade entre as PNADs foram excluídos os dados da área rural do Norte.

No que concerne às informações relativas ao mercado de trabalho verifica-se novamente que além de uma queda expressiva na participação na PEA, tem-se uma grande expansão na taxa de desemprego ambos provocando forte queda na taxa de

ocupação.⁸⁶ Portanto, constata-se que as mudanças no cenário econômico e no mercado de trabalho atingiram sobremaneira a população jovem. A queda na participação dos jovens significa um adiamento na entrada no mercado de trabalho por parte dos adolescentes brasileiros. Comparando 1992 e 2006, é possível notar que se no início dos anos noventa 70% dos jovens tinha iniciado sua vida ativa entre os 9 e os 14 anos de idade (Tabela 2.5), em 2006 este percentual reduziu-se para 46%. Assim, observa-se uma paulatina reversão da tendência histórica de ingresso precoce dos jovens na atividade produtiva.

No Brasil, um fato avaliado negativamente é de que parte considerável da população começava a trabalhar muito jovem e abandonava a escola sem ter sido aprovada nos primeiros anos de estudo. Como conseqüência a maior parte da população entre 15 e 19 anos já estava fora da escola e particularmente, a parcela masculina já estava se inserindo no mercado de trabalho. Recentemente tem-se observado que parcela crescente da população de adolescentes entre 15 a 19 anos freqüenta a escola e ao mesmo tempo uma parcela também crescente desta população não participa da atividade econômica. A avaliação deste fato em termos de correção das tendências anteriores consideradas negativas deve, entretanto, levar em conta que a taxa de desemprego dos jovens aumentou em paralelo à redução da taxa de participação e que, além disso, uma parcela significativa destes jovens que continuam estudando tenta participar da atividade econômica. Ou seja, as alterações nas taxas de participação dos jovens parecem mais associadas à deterioração das condições de mercado de trabalho para os jovens do que pela melhora das condições de participação deles na vida escolar.

Não obstante, as mudanças nos indicadores de educação apresentam uma melhora expressiva, em especial, pela redução expressiva da parcela de jovens que não sabem ler nem escrever, de 7,3% para apenas 1,6% dos jovens nesta faixa etária. E em segundo

⁸⁶ A queda na taxa de participação é verificada para todas as regiões do país entre 1992 e 2006, porém, ela é menos intensa no Sudeste (14,3%) se comparado às demais regiões que apresentam uma média superior a 18%. Também a taxa de desemprego cresce em todo o país entre os jovens nesta faixa etária, contudo, mais intensamente nas regiões mais desenvolvidas do país, especialmente, no Sudeste, região que registra uma taxa de desemprego de 27,9% em 2006 contra 17,7 do Nordeste por exemplo. Assim, o aumento do desemprego entre os jovens nesta faixa etária e a queda nas taxas de participação apesar de serem um fenômeno generalizado, são mais intensos nas regiões mais desenvolvidas do país, particularmente no Sudeste.

lugar, pelo aumento da média de anos de estudo de 5,5 para 8 anos de estudo. Ambos os indicadores sugerem um avanço considerável na educação no país ao longo da década de noventa. A fim de ilustrar esta situação a Tabela 2.6 mostra a evolução no número de concluintes nos diferentes níveis de ensino, entre 1991 e 2000. Seguramente, o destaque é a evolução no ensino médio. No mesmo período verifica-se também uma redução nas taxas de reprovação e abandono escolar, o que independentemente do questionamento sobre o aprendizado dos egressos nos diferentes níveis de ensino, é um avanço importante.⁸⁷

TABELA 2.6 - Número de Concluintes por Nível de Ensino – Brasil - 1991/2000

Nível de ensino	1991	1994	1996	1998	2000
Ensino Fundamental	1.133.246	1.588.631	1.923.762	2.383.207	2.648.638
Ensino Médio	666.334	917.298	1.163.788	1.535.943	1.836.130
Educação Superior	236.410	245.887	260.224	300.761	352.305

Fonte: INEP/MEC (2003).

Igualmente, ao avaliar a evolução dos anos de estudo concluídos para a população de adolescentes vêem-se os avanços antes apresentados através do aumento da média de anos de estudos entre 1992 e 2006.

A Tabela 2.7 sintetiza as informações de escolaridade para os jovens na condição de filhos de ambos os sexos. Deve-se ressaltar inicialmente a queda expressiva na parcela de jovens com menos de um ano de estudo, tanto entre homens quanto entre as mulheres, não obstante, este número ainda permanece entre 2 e 2,5% para os jovens fora da atividade econômica.

Em tese aos 14 anos todos já deveriam ter concluído o ensino fundamental (8 anos de estudo), ou seja, nesta faixa etária todos teriam preferencialmente este nível de escolaridade. Ou seja, apesar dos avanços observados é grande ainda a defasagem escolar.

Por outro lado, os jovens que tinham entre 15 e 19 anos em 1992 adentraram a escola no início da década de 80, enquanto que os jovens nesta faixa etária em 2006 iniciaram a vida escolar após o plano Real, em 1994. Deve-se ter conta, portanto, que

⁸⁷ Mais dados estão no Apêndice I.

estes jovens encontraram uma situação bem mais favorável em termos de acesso à escola do que os anteriores, o que explica a maior proporção de jovens com escolaridade que supera o ensino básico. Ainda é importante advertir que mesmo em se tratando de jovens numa mesma faixa etária, as histórias de vida destes indivíduos variam de acordo com o contexto social, econômico e cultural em que estão inseridos. Ou seja, têm-se dois problemas: primeiro uma coisa é ser jovem hoje e outra bem diferente ser jovem nos anos oitenta e noventa.⁸⁸ Segundo continuam grandes as diferenças sócio-econômicas, regionais e familiares entre os jovens, o que gera oportunidades distintas de acesso à escola e ao trabalho.

TABELA 2.7 - Distribuição dos adolescentes, segundo anos de estudo, sexo e participação na atividade econômica: Brasil (1992-2006)

Anos de estudo	Homem PEA		Mulher PEA		Homem Não PEA		Mulher Não PEA	
	1992	2006	1992	2006	1992	2006	1992	2006
Menor que 1	11,0	1,6	4,6	0,8	6,3	2,6	5,0	2,0
1 a 3 anos	21,0	6,1	15,3	1,6	12,5	4,3	12,0	2,6
4 anos	17,0	6,3	15,5	2,7	11,2	5,5	11,2	3,2
5 a 7 anos	31,3	27,0	30,7	15,8	35,4	30,8	35,7	25,4
8 anos	8,9	16,8	12,0	14,6	13,3	22,0	15,1	23,7
9 a 11 anos	10,3	39,7	20,7	60,2	20,1	32,9	20,2	40,7
12 anos e mais	0,3	2,4	1,1	4,3	1,1	1,9	0,8	2,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD 1992 e 2006.

Obs.: Elaboração própria. Em 2006 exceto norte rural. Apenas para os filhos adolescentes.

Em todo caso, uma parcela bem maior de jovens concluiu o ensino fundamental em 2006 se comparado ao ano de 1992.

Para ambos os sexos, aumenta muito a proporção de jovens com entre 9 e 11 anos de estudo, o que equivale a freqüentar o ensino médio. Este crescimento é mais intenso para as mulheres e entre os adolescentes que estão inseridos na PEA.

Esta alteração é muito significativa e demonstra o movimento de universalização do ensino básico ocorrido depois dos anos 80 e uma melhora importante nos indicadores de escolaridade dos adolescentes de ambos os sexos no período. É interessante observar

⁸⁸ Conforme discutido no capítulo 1, as transformações em todas as esferas têm sido muito rápidas e profundas. Modificam-se as visões de mundo, as condições sociais e econômicas, as próprias instituições sociais e também o Estado.

que este movimento de acesso à educação se deu para ambos os sexos, contudo, mais intensamente entre os homens que apresentavam grande desvantagem se comparado às mulheres na mesma faixa de idade. Em termos globais a escolaridade média das mulheres nesta faixa etária ainda supera a dos homens.

Não obstante, constata-se a grande defasagem escolar ainda existente tanto entre homens quanto entre as mulheres, a qual é, em parte, fruto da insuficiência do sistema de ensino, particularmente de sua incapacidade de superar todas as dificuldades que as condições socioeconômicas da população brasileira colocam para o bom desempenho escolar.

O objetivo nos próximos itens será a construção do perfil destes jovens. Inicialmente a avaliação será do papel do sexo nos indicadores relativos ao mercado de trabalho e frequência escolar dos adolescentes brasileiros.

2.2.1- As Diferenças por Gênero

Este movimento de retirada dos jovens do mercado de trabalho constatado anteriormente é provavelmente reflexo da redução das oportunidades de inserção produtiva, não obstante, é importante avaliar até que ponto esta menor inserção econômica é acompanhada de uma maior parcela de jovens na escola no mesmo período.

Preliminarmente, percebe-se que a parcela de jovens que frequentam a escola cresce bastante, tanto entre os jovens que estão na PEA quanto para os que ainda encontram-se fora da atividade econômica. Ainda assim é possível observar que o aumento do número de estudantes é maior entre os jovens que ainda não ingressaram no mercado de trabalho para ambos os sexos. (Tabela 2.8)

Tendo em vistas as diferenças de gênero, nota-se que apesar da maior queda do número de adolescentes homens que não estudam o percentual nesta condição ainda é maior entre eles do que entre as mulheres.

Portanto, mesmo considerando que a condição dos adolescentes permanece ainda distante do ideal, os dados indicam uma melhora significativa no período, particularmente, através do aumento geral da frequência escolar, em particular, para os adolescentes fora da atividade econômica.

TABELA 2.8 – Evolução do percentual de adolescentes que estudam segundo sexo e inserção produtiva: Brasil (1992-2006)

Indicadores	Homem		Mulher		Total	
	1992	2006	1992	2006	1992	2006
Estuda	51,0	70,8	65,4	79,3	57,5	74,7
está na PEA	29,0	33,0	24,4	28,2	26,9	30,8
não está na PEA	22,0	37,8	41,0	51,1	30,6	43,9

Fonte: Microdados PNAD 1992 e 2006. Elaboração própria.

Observações: Para o ano de 2006 foi excluído o norte rural. Apenas para os filhos adolescentes.

Por outro lado, o percentual de jovens que estudam e estão na PEA apresenta uma variação positiva no período, o que provavelmente indica a dificuldade em se evitar a atividade econômica para os jovens estudantes de ambos os sexos, apesar da redução das oportunidades de emprego, em especial, para este grupo populacional.

De forma geral, os dados revelam uma importante mudança no que se refere aos jovens que estudam. Posto que, este aumento no acesso à escola concomitantemente a um processo de retirada do mercado de trabalho reflete-se no aumento da parcela de jovens de ambos os sexos que estão fora da atividade econômica e, portanto, dedicando-se aos estudos exclusivamente. Ao mesmo tempo, constata-se que o percentual de jovens que freqüentam a escola e estão fora da PEA cresce mais entre os homens (15,8 pontos percentuais) do que entre as mulheres (10,1 pontos percentuais), mesmo assim, a parcela feminina de estudantes ainda supera a masculina.⁸⁹

Até aqui, percebe-se que apesar do recuo na taxa de participação masculina no mercado de trabalho, a parcela de homens inseridos na PEA ainda supera a de mulheres nesta faixa etária. Contudo, nota-se uma pequena modificação neste cenário no que se refere à combinação de trabalho e estudo entre os sexos, com redução expressiva do percentual de jovens fora da escola para ambos os sexos, porém, mais intensamente para os homens, cuja parcela de estudantes sempre foi inferior à feminina.

Conforme já observado, este movimento em favor de uma maior educação da população ocorre em um contexto de mercado de trabalho desfavorável à absorção da população voltada para a atividade econômica. Pode-se imaginar, portanto, que apesar da falta de atrativos, o sistema escolar tem-se mostrado mais eficaz do que o mercado de

⁸⁹ Este fato está em conformidade com os dados anteriormente apresentados referentes à maior redução na taxa de participação na PEA por parte dos jovens do sexo masculino.

trabalho para atrair os jovens. Parece nítido que se tem um aumento no acesso à escola no período analisado. Este aumento das oportunidades de estudar é demonstrado pelos avanços nos percentuais de jovens que estudam entre os que já estão na PEA (17,7 pontos percentuais) e também os que ainda estão fora dela (9,7 pontos percentuais). (Tabela 2.9)

Outrossim, verifica-se que a parcela de jovens na escola entre os jovens fora da PEA supera bastante a de estudantes entre os jovens que estão na PEA se bem que a diferença entre estes grupos diminui um pouco no período, tanto para os homens quanto para as mulheres. Constata-se, assim, que parece mais fácil continuar os estudos para os jovens que ainda não tem inserção econômica; enquanto que o maior aumento da fração que estuda entre os que já participam da atividade econômica sinaliza a dificuldade desses jovens não terem essa participação na economia.

TABELA 2.9 – Proporção de adolescentes que estudam segundo sexo e condição na atividade: Brasil, 1992-2006.

Proporção que estuda	Homem		Mulher		Total	
	1992	2006	1992	2006	1992	2006
% PEA que estuda	40,6	58,8	52,3	68,0	44,7	62,4
% Não PEA que estuda	77,2	86,2	76,9	87,2	77,0	86,7

Fonte: Microdados PNAD 1992 e 2006. Elaboração própria.

Observações: Para o ano de 2006 foi excluído o norte rural. Apenas para os filhos adolescentes.

Num contexto de queda da taxa de participação na PEA para os jovens nesta faixa etária (Tabela 2.10) observa-se que esta redução se deu tanto entre os que estudam quanto entre os que não estudam. Não obstante, é bem marcante a diferença entre estes dois grupos, uma vez que as taxas de participação para ambos os sexos é bem superior para os adolescentes que não freqüentam a escola.

Cabe observar ainda que neste cenário de queda indistinta nas taxas de participação o recuo foi bem mais expressivo entre os homens, sobretudo entre os que freqüentam a escola (10,2 contra 7,5 pontos percentuais). Não obstante, as taxas de participação masculinas continuam bem maiores que as femininas tanto para a população que ainda estuda como para a que já abandonou a escola.

Ao analisar os dados da Tabela 2.10 nota-se ainda que a redução na taxa de participação na PEA das mulheres do grupo foi muito pequena, particularmente entre as que não estudam.

Tabela 2.10 – Adolescentes: taxas de participação segundo sexo: Brasil 1992 e 2006.

Taxa de participação	Homem		Mulher		Total	
	1992	2006	1992	2006	1992	2006
Não estuda	86,7	79,2	64,5	63,9	78,5	73,5
Estuda	56,8	46,6	37,3	35,5	46,8	41,2
Total	71,5	56,1	46,7	41,4	60,3	49,4

Fonte: Microdados PNAD 1992 e 2006. Elaboração própria.

Observações: Para o ano de 2006 foi excluído o norte rural. Apenas para os filhos adolescentes.

Por outro lado, nota-se claramente que, apesar da queda, as taxas de participação ainda são elevadas, sobretudo, para os jovens que não estudam e para o sexo masculino. Este fato indica a dificuldade do jovem evitar a participação na atividade econômica, sobretudo, os homens e as pessoas que não estudam.

A seguir será feita a avaliação do papel de outras variáveis para a construção deste cenário. Antes, porém, pretende-se melhor ilustrar estas mudanças na participação na atividade econômica e frequência escolar para os adolescentes mediante o uso de gráficos.

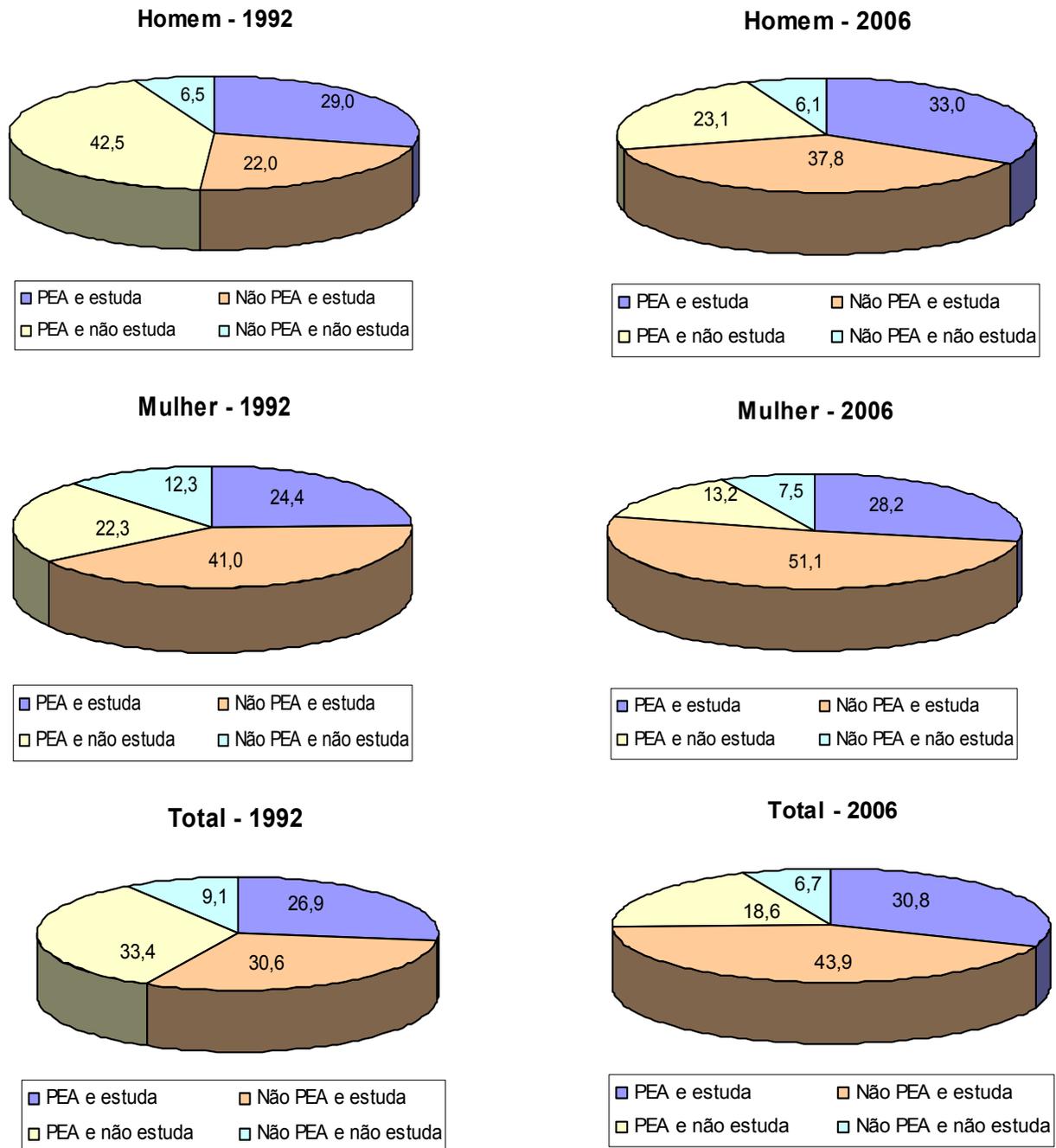
Na Figura 2.1 temos a distribuição dos jovens entre mercado de trabalho e frequência à escola nos anos de 1992 e 2006.

A primeira constatação é de que entre 1992 e 2006 aumenta de forma bastante expressiva a parcela de jovens fora PEA que frequentam a escola (13,3 pontos percentuais). Por outro lado, se antes mais de 33% dos adolescentes trabalhava e estava afastada da escola, agora este percentual é de apenas 18,6%. Contudo, não se pode negligenciar o fato de que cerca de 20% dos adolescentes apenas trabalha (e não estuda).

Além disso, pode-se destacar outro avanço importante, que diz respeito à queda na proporção de jovens fora da escola e também do mercado de trabalho: eram 9,1% e agora perfazem 6,7% do total. Apesar desta queda, é ainda uma parcela não desprezível,

particularmente quando se leva em conta de que esta situação contempla grande vulnerabilidade ou uma dupla exclusão.

FIGURA 2.1 - INSERÇÃO NA PEA E FREQUÊNCIA ESCOLAR DOS JOVENS ENTRE 15 E 19 ANOS, SEGUNDO SEXO: BRASIL (1992-2006).



Este conjunto de dados sugere uma melhora importante nos indicadores de frequência escolar para os adolescentes, porém, é necessário verificar de que forma o sexo altera este quadro. Ao analisar as informações relativas aos indicadores para o sexo masculino, preliminarmente, chama a atenção o fato de que para os jovens do sexo masculino a parcela que faz parte da PEA e que não estuda supera a do sexo feminino, contudo, conforme já observado para os jovens em geral, reduz-se muito principalmente entre os homens a parcela de jovens que apenas trabalham: de 42,5% para 23,1%. (Entre as mulheres essa redução foi de 22,3% para 13,2%). Já a parcela de jovens na PEA e que freqüentam a escola, aumenta com menor intensidade, porém significativamente (4 pontos percentuais tanto para homens como para mulheres). De maneira geral, a taxa de participação dos jovens diminui bastante principalmente entre os homens.

Nota-se ainda que em 2006, para os jovens do sexo masculino a maior parcela passa a ser a dos que estão fora da PEA e estudam (37,8%), porém, conforme assinalado reiteradamente este percentual é ainda baixo, em especial, se comparado a países com nível semelhante de desenvolvimento na própria América Latina. Para as mulheres a maior parcela já era em 1992, a das que não estão na PEA e estudam, mas em 2006 esta parcela passa a ser maioria (51,1%). A relativa estabilidade na parcela de homens jovens fora da PEA e também da escola indica que a queda intensa verificada no período relaciona-se às mudanças na condição feminina (a proporção de mulheres que não estudam e não estão na PEA diminuiu de 12,3% para 7,5%). Houve então no período considerado uma aproximação entre os sexos da parcela que não estuda e não está na PEA.

O fato de não estudar e não estar na PEA acomete mais as mulheres e está envolvido com questões culturais e provavelmente é influenciado pela situação econômica da família. Uma hipótese é que estejam em casa cuidando de irmãos menores enquanto a mãe está inserida no mercado de trabalho ou ainda, que tenham que cuidar de filhos pequenos mesmo sem constituir família. Independentemente do motivo, a exclusão destas jovens de ambas as atividades conferem poucas perspectivas de futuro a esta parcela do sexo feminino.

Finalmente, pode-se dizer que mesmo que a taxa de participação tenha caído mais entre os homens do que entre as mulheres os adolescentes do sexo masculino mantêm

ainda uma parcela significativa na atividade econômica. Do ponto de vista da frequência escolar, o aumento do número de estudantes entre os homens é bem maior que entre as mulheres, aproximando a situação dos dois sexos indicando um quadro bem mais favorável do que o observado no início da década de noventa.

Por fim, cabe destacar ainda que embora as mudanças observadas na condição juvenil em termos de atividade econômica e frequência escolar terem significado uma aproximação dos perfis de gênero as diferenças ainda continuam marcantes e justificam uma análise separada por sexo, visto que a taxa de participação masculina continua maior que a feminina, a frequência escolar continua maior entre as mulheres, bem como a proporção de situações de ausência tanto de mercado de trabalho como de frequência a escola continua maior entre as mulheres.

Essas mudanças na condição de atividade e frequência escolar da população juvenil ocorreram num quadro de grandes dificuldades de inserção no mercado de trabalho a partir de meados dos anos noventa, que aumentaram bastante o desemprego entre os jovens, em especial do sexo feminino.⁹⁰ Neste período, a PEA feminina continua crescendo, enquanto que a masculina apresenta ligeiro recuo, o que explica a pressão sobre o mercado de trabalho e o maior incremento do desemprego entre elas. Com taxas de participação e ocupação em queda, nota-se um aumento da parcela de jovens fora da atividade econômica e que freqüentam a escola, para ambos os sexos.

A parcela de estudantes também cresce entre os jovens na PEA, o que sugere que o fato de estudar facilite sua inserção, notadamente pelo fato do crescimento do emprego juvenil estar ligado, em parte, a ocupações que exigem maior escolaridade como, técnicos de nível médio, serviços administrativos, etc..⁹¹ Enquanto isso diminui as oportunidades em atividades ligadas aos serviços domésticos e continuam reduzidas as oportunidades ligadas à construção civil, por exemplo. Apesar deste maior número de jovens agora na

⁹⁰ Como foi visto no item 2.1.

⁹¹ Proni e Ribeiro (2007) constatam que as ocupações com maior exigência de escolaridade apresentam maior dinamismo no período 2002-2005.

escola, verifica-se que ainda cerca de um quarto dos adolescentes de ambos os sexos está fora da escola, o que entre os homens representa quase 30%.⁹²

São evidentes as mudanças na condição dos adolescentes neste período, com destaque especial, ao aumento do acesso à escola e o crescimento da parcela de jovens nesta faixa etária que se dedicam exclusivamente aos estudos, entretanto, sabe-se que este quadro ainda está distante do ideal, sobretudo, pelas grandes disparidades existentes. Seguramente, a renda familiar deve ter papel preponderante na condição de vida e nas oportunidades dos adolescentes. No próximo item pretende-se avaliar em que medida a renda familiar modifica este cenário.

2.2.2- A influência da Renda Familiar

O aumento no número de adolescentes na escola, bem como o aumento da parcela de jovens fora do mercado de trabalho, sobretudo, entre os homens, coloca uma questão: até que ponto a renda familiar destes jovens influencia sua condição de estudante ou trabalhador?

A literatura demonstra que o perfil dos jovens altera-se significativamente de acordo com a condição sócio-econômica da família. Para tanto a renda familiar per capita foi utilizada de acordo com 3 faixas: a) até meio salário mínimo; b) mais de meio até dois salários mínimos e c) acima de dois salários mínimos. O valor do salário mínimo em 1992 era de Cr\$ 522.186,94 e o de setembro de 2006 era de R\$ 350,00. As comparações ao longo do tempo terão como base o valor do salário mínimo de 2006. O equivalente deste valor em 1992 foi identificado utilizando-se o INPC como medição da variação do nível médio dos preços entre as datas de referência das PNADs.

Cabe mencionar que “O salário mínimo relativamente alto em 1991-1992, num ano de baixa atividade econômica e fraco desempenho do mercado de trabalho, pode ter

⁹² De outro lado, trabalhos da UNESCO/OCDE, bem como avaliações como o SAEB e o SARESP indicam o baixo aprendizado dos jovens brasileiros. Segundo dados do SAEB (2005) o percentual de jovens que aprenderam o esperado para cada série fica em torno de 20% em média, dependendo do grau e da matéria considerada. Enquanto isso os índices de reprovação giram em torno de 10%. (<http://www.deolhonaeducacao.org.br>).

significado mais um aumento do padrão de referência do que uma elevação efetiva do nível das remunerações”.⁹³ (Leone e Baltar, 2005:5) Por outro lado, o aumento real do salário mínimo no período recente⁹⁴, com atividade econômica relativamente alta, faz com que tenhamos uma aparente melhora na condição juvenil, uma vez que o percentual de jovens em famílias com renda de até meio salário mínimo é consideravelmente menor do que a verificada em 1992.⁹⁵

Independentemente desta situação a renda familiar mostra-se importante quando analisamos os indicadores frequência escolar e mercado de trabalho na Tabela 2.11.

TABELA 2.11 – Frequência escolar e participação na PEA para os adolescentes: Brasil (1992-2006)

Indicadores	Homem		Mulher		Total	
	1992	2006	1992	2006	1992	2006
Renda familiar de até 1/2 salário mínimo per capita						
Estuda	42,6	68,9	56,5	79,1	48,8	73,5
Participa	75,7	56,6	49,0	38,1	63,7	48,3
Renda familiar maior que 1/2 até 2 salários mínimos per capita						
Estuda	55,8	68,7	71,2	76,7	62,8	72,3
Participa	71,8	59,5	47,7	45,9	60,8	53,3
Renda familiar acima de 2 salários mínimos per capita						
Estuda	79,8	81,5	90,6	87,1	84,7	84,3
Participa	42,9	43,9	27,5	34,0	35,8	39,1

Fonte: Microdados PNAD 1992 e 2006. Elaboração própria.

Observações: Para permitir a comparabilidade em 2006 foi excluído o norte rural. Apenas para os jovens na condição de filhos.

É possível notar inicialmente que entre os jovens em famílias com renda per capita de até meio salário mínimo, a parcela fora da escola era substancialmente maior que nas demais faixas no início dos anos noventa. Esta situação era ainda mais desfavorável entre os adolescentes do sexo masculino em famílias de menor renda per capita.

⁹³ Os autores demonstram que, em valores de 2002, o salário mínimo de 1992 supera um pouco o de 2002.

⁹⁴ Em especial a partir de 2002. Ver: Baltar, Leone e Maia (2006).

⁹⁵ Ver dados no Apêndice I - Tabela 5. A proporção de adolescentes pertencentes a famílias que têm renda per capita menor que dois salários mínimos de 2006 diminuiu de 50,5% para 30,2%. Já a proporção de adolescentes de famílias com renda per capita maior que dois salários mínimos de 2006 aumentou de 8% para 17%.

Conforme avaliado anteriormente, a parcela de jovens na escola cresce no período analisado. Verifica-se que este movimento se dá apenas nas duas faixas de menor renda familiar, inclusive com uma aproximação entre os indicadores das duas primeiras faixas. É importante lembrar que a proporção de adolescentes pertencentes a famílias com renda per capita maior que dois salários mínimos de 2006 aumentou no período de 8% para 17%.

Deste modo, em 2006, são muito pequenas as diferenças entre os jovens de famílias com renda de até meio salário mínimo per capita e daqueles com renda de até dois salários mínimos per capita. Não obstante, é claro o papel da renda para a permanência dos jovens na escola, uma vez que os percentuais de jovens nesta condição são maiores entre as famílias de maior renda per capita (acima de 2 salários mínimos), não se notando maiores diferenças para a frequência escolar dos adolescentes das famílias com renda familiar menor que 2 salários mínimos (700 reais de renda per capita)

Assim, é bastante clara a influência da renda na condição de estudar dos jovens, visto que se verificam percentuais de estudantes bem mais expressivos para os adolescentes que pertencem a famílias com renda per capita acima de dois salários mínimos. De maneira especial, mais de 84% dos jovens em famílias com renda mais elevada dedicam-se aos estudos. Nas demais faixas de renda essa proporção é de 73%. Cabe recordar que em 2006, 83% dos jovens pertencem às famílias com renda per capita menor que dois salários mínimos.

De qualquer maneira, a evolução é muito positiva quando se compara a situação dos adolescentes de ambos os sexos em 1992 e 2006, notadamente, pelo crescimento vigoroso do número de jovens que estudam para ambos os sexos. Verifica-se, inclusive uma redução expressiva da disparidade entre os sexos, muito embora, os adolescentes homens ainda apresentem uma situação mais desfavorável que as mulheres, especialmente no caso das famílias de renda per capita de até meio salário mínimo.

Quanto à taxa de participação dos adolescentes, esta é menor para as famílias com renda per capita acima de 2 salários mínimos. A redução de taxa de participação dos adolescentes ocorre somente nas faixas de até meio e de meio a 2 salários mínimos provocando uma aproximação entre os níveis de renda das famílias também no que diz respeito à participação na atividade econômica dos jovens. A redução da taxa de

participação nas famílias de renda per capita menor que 2 salários mínimos se verifica principalmente no que diz respeito aos homens embora a participação masculina continue superior à feminina. De modo que, também houve uma aproximação do ponto de vista de gênero no que diz respeito à participação na atividade econômica dos adolescentes.

Em síntese, as transformações ocorridas na condição de frequência escolar e participação na atividade econômica dos jovens apontam para uma aproximação de perfis por gênero e nível socioeconômico embora ainda continuem diferenças significativas no sentido de que a mulher estuda mais e participa menos na atividade econômica e os adolescentes de nível socioeconômico mais elevado (acima de 2 salários mínimos de renda per capita) estudam mais e participam menos da atividade econômica.

Cabe também realçar que as diferenças na parcela de jovens que continuam fora da PEA e que ainda freqüentam a escola continuam importantes, mas os indicadores se aproximam bastante no período recente entre as faixas de renda.

TABELA 2.12 – Percentual de adolescentes que estudam segundo sexo e condição na atividade: Brasil (1992-2006)

Proporção que estuda	Homem		Mulher		Total	
	1992	2006	1992	2006	1992	2006
Renda familiar de até 1/2 salário mínimo per capita						
% PEA que estuda	34,8	59,5	46,1	71,7	38,7	63,8
% Não PEA que estuda	67,1	81,3	66,4	83,6	66,7	82,5
Renda familiar maior que 1/2 até 2 salários mínimos per capita						
% PEA que estuda	54,4	43,1	42,7	35,2	50,3	40,1
% Não PEA que estuda	81,8	86,1	83,9	86,7	83,1	86,5
Renda familiar acima de 2 salários mínimos per capita						
% PEA que estuda	62,4	66,1	74,9	74,2	66,8	69,5
% Não PEA que estuda	92,9	93,6	96,5	93,8	94,8	93,7

Fonte: Microdados PNAD 1992 e 2006. Elaboração própria.

Observações: Para permitir a comparabilidade em 2006 foi excluído o norte rural. Apenas para os jovens na condição de filhos.

Portanto, para os jovens que ainda estão fora da PEA a permanência na escola continua facilitada pela condição econômica da família, mas para o jovem que já está na atividade econômica a frequência à escola não só é menor para todas as faixas de renda

como só aumentou na faixa de menor renda per capita.⁹⁶ A redução da parcela de jovens que já estando na PEA continua freqüentando a escola na faixa de meio a 2 salários mínimos ocorre tanto para homens como para mulheres e é menor que a observada para a faixa de até meio salário mínimo. A renda desses jovens que participam da atividade econômica e já não freqüentam a escola pode ter um papel relevante na colocação de suas famílias nessa faixa intermediária de renda per capita (Tabela 2.12).

A situação mais distante do desejável é do adolescente fora da escola e também do mercado de trabalho. Mesmo com o declínio intenso da parcela de jovens nesta faixa etária que não freqüentam a escola verifica-se que para os adolescentes de famílias pobres o percentual de jovens fora da PEA e também da escola é o mais elevado. As diferenças entre os sexos são observáveis em todas as faixas de renda, visto que as mulheres apresentam parcela superior aos homens entre os adolescentes nesta condição em todas as faixas de renda familiar per capita. (Tabela 2.13)

Com efeito, esta situação de vulnerabilidade entre os adolescentes é muito associada à pobreza da família. Para as adolescentes do sexo feminino é ainda mais intensa, o que pode ser explicado pela sua presença no domicílio para cuidar dos afazeres domésticos e irmãos menores, enquanto a mãe ou outro parente está trabalhando.

TABELA 2.13 - Percentual de adolescentes que não estudam e não estão na PEA segundo sexo e renda familiar: Brasil (1992-2006)

Faixas de Renda Familiar	Homem		Mulher		Total	
	1992	2006	1992	2006	1992	2006
Até 1/2 S.M.	8,0	8,1	17,1	10,1	12,1	9,0
Mais de 1/2 até 2 S.M.	5,1	5,6	8,4	7,2	6,6	6,3
Acima de 2 S.M.	4,0	3,6	2,6	4,1	3,4	3,8

Fonte: Microdados PNAD 1992 e 2006. Elaboração própria.

Observações: Para permitir a comparabilidade em 2006 foi excluído o norte rural.

Apenas para os jovens na condição de filhos.

Assim, apesar do declínio quase generalizado do número de jovens nesta condição, a renda parece influenciar sobremaneira este fenômeno, contudo, verifica-se uma exceção: os homens em famílias na faixa entre meio de dois salários mínimos, cujo

⁹⁶ Mais dados sobre indicadores de educação segundo sexo e faixa de renda e também tipo de família estão no Apêndice I.

percentual apresentou ligeiro aumento. As dificuldades de acesso à escola ou o abandono devido ao desalento decorrente da reprovação recorrente aliado ao estreitamento do mercado de trabalho nesta faixa etária podem ser fatores explicativos deste comportamento.

Outra situação é dos adolescentes que estão fora da escola, porém, estão voltados para o mercado de trabalho. É possível observar que a maior parcela de adolescentes nesta condição no início dos anos noventa situava-se na faixa de até meio salário mínimo per capita. Quase a metade dos homens e mais de uma em cada quatro mulheres estavam nesta situação em 1992.

Ao longo do período a queda na participação na PEA entre os adolescentes que não estudam é observada em todas as faixas de renda, contudo, é mais expressiva entre os mais pobres, o que denota uma maior dificuldade para os jovens deste estrato de renda familiar em manter-se economicamente ativos (Tabela 2.14).

Diferentemente, nas famílias de maior poder aquisitivo cresce a parcela de mulheres nesta situação. Com a escolaridade feminina mais elevada nesta faixa de renda familiar, é possível imaginar que se trata de jovens que já concluíram o ensino médio, portanto, uma situação bastante distinta da anterior. Apesar deste incremento no número de adolescentes do sexo feminino que estão na PEA e não estudam nesta faixa de renda, ela é bem menor que nas demais faixas de renda.

TABELA 2.14 – Adolescentes que estão na PEA e não estudam: Brasil (1992-2006)

Faixas de Renda Familiar	Homem		Mulher		Total	
	1992	2006	1992	2006	1992	2006
Até 1/2 S.M.	49,4	22,9	26,4	10,8	39,1	17,5
Mais de 1/2 até 2 S.M.	39,1	25,7	20,4	16,2	30,6	21,4
Acima de 2 S.M.	16,2	14,9	6,9	8,8	11,9	11,9

Fonte: Microdados PNAD 1992 e 2006. Elaboração própria.

Observações: Para permitir a comparabilidade em 2006 foi excluído o norte rural. Apenas para os jovens na condição de filhos.

As transformações no mercado de trabalho desde os anos noventa, tanto em termos da estrutura ocupacional quanto de redução de postos de trabalho com conseqüente aumento da competição pelas vagas existentes pode ser um fator explicativo

desta disparidade de situações entre as diferentes faixas de renda familiar per capita. Ou seja, a perda de espaço dos jovens de famílias pobres deve ter a ver com o tipo de ocupação destes adolescentes.

Chama a atenção também que esta condição sempre foi mais freqüente entre os homens independentemente da renda familiar. Apesar da redução das diferenças por nível de renda familiar ainda hoje os jovens de famílias com maior renda per capita tem menor participação na atividade econômica independentemente do sexo.

De outra perspectiva, a queda nas taxas de participação constatada anteriormente, tanto para homens quanto para mulheres, apresenta-se com perfis diferenciados de acordo com a freqüência (ou não) a escola. (Tabela 2.15).

TABELA 2.15 - Taxas de participação para os adolescentes segundo sexo e renda familiar: Brasil (1992 – 2006).

Taxa de participação	Homem		Mulher		Total	
	1992	2006	1992	2006	1992	2006
Renda familiar de até 1/2 salário mínimo per capita						
Não estuda	86,1	73,8	60,6	51,5	76,4	66,0
Estuda	61,8	48,8	40,0	34,5	50,5	42,0
Renda familiar maior que 1/2 até 2 salários mínimos per capita						
Não estuda	88,4	82,1	70,8	69,3	82,2	77,2
Estuda	58,6	49,3	38,4	38,7	48,2	44,2
Renda familiar acima de 2 salários mínimos per capita						
Não estuda	80,0	80,6	73,0	68,3	78,0	75,7
Estuda	33,5	35,6	22,7	29,0	28,2	32,2

Fonte: Microdados PNAD 1992 e 2006. Elaboração própria.

Observações: Para permitir a comparabilidade em 2006 foi excluído o norte rural.

Apenas para os jovens na condição de filhos.

A situação em 1992 mostrava que a menor participação dos jovens de famílias com renda per capita maior que 2 salários mínimos se devia ao fato de uma proporção maior desses jovens continuarem freqüentando a escola, por outro lado, entre esses jovens que freqüentavam a escola e tinham renda familiar relativamente alta era bem mais baixa a participação na atividade econômica. Entre 1992 e 2006 as taxas de participação de jovens de famílias com renda relativamente alta que ainda freqüentam a escola ou que já deixaram a escola praticamente não se alteraram, ao mesmo tempo, diminuiu

significativamente nas outras duas faixas de renda tanto para os jovens que continuam na escola como para os que já não estudam. Além disso, em todas as faixas de renda familiar a participação dos jovens é muito maior entre os que já não frequentam a escola.

A aproximação das taxas de participação dos jovens de diferentes níveis de renda familiar reflete o aumento da frequência escolar entre os jovens de famílias com renda mais baixa, bem como a aproximação das taxas de participação na PEA dos jovens de famílias de diferentes níveis de renda controlada a sua frequência escolar devido à diminuição dessas taxas entre os jovens de famílias de menor renda.

Verifica-se que a redução da participação é maior entre os adolescentes de famílias com renda de até meio salário mínimo per capita, particularmente entre os homens. Ao contrário, para os jovens em famílias com renda acima de dois salários mínimos per capita, aumenta a taxa de participação na PEA, sobretudo, entre os jovens que estudam sejam homens ou mulheres. Mesmo assim, a proporção de adolescentes em famílias de maior poder aquisitivo que participam da PEA e estudam é menor se comparado às demais faixas de renda. (Tabela 2.15)

A literatura sugere que a noção de que os jovens buscam a inserção no mercado de trabalho para complementar a renda familiar, não é completamente verdadeira. O ingresso dos jovens na PEA não parece motivado unicamente pela pobreza, mas pela busca da autonomia do próprio jovem e satisfação de suas necessidades de consumo. Além disso, o tipo de ocupação dos jovens nos diferentes estratos de renda certamente influencia esta situação.⁹⁷

Destarte, é notável a importância da renda familiar para a permanência na escola, bem como seu desempenho escolar, uma vez que em famílias de maior poder aquisitivo os adolescentes estão mais presentes no ensino médio e superior.⁹⁸ As diferenças mais marcantes encontram-se na condição dos jovens de ambos os sexos de famílias com renda de até meio salário mínimo se comparado às demais faixas de renda familiar per capita. A defasagem escolar também é bem maior no estrato inferior de renda, visto que parcela substancial ainda está no ensino fundamental.

⁹⁷ Na parte final do capítulo será feita a análise das mudanças no mercado de trabalho no período.

⁹⁸ Dados de frequência escolar por nível de ensino e faixas de renda encontram-se no Apêndice I.

A despeito das diferenças entre os sexos, a renda mostra-se implacável na determinação do destino destes jovens em termos de acesso à escola. Por outro lado, este indicador não demonstra ter o mesmo efeito na participação na atividade econômica, especialmente quando associada à frequência escolar.

Pode-se indagar, entretanto, se além da renda o contexto familiar em que o jovem está inserido tem algum papel na sua trajetória de vida, o que será analisado a seguir.

2.2.3- O papel da Estrutura Familiar

Em primeiro lugar é importante explicar que neste trabalho do conceito de família utilizado pelo IBGE foram excluídos os pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados domésticos.⁹⁹ Ademais, foram incluídas na análise apenas as famílias que possuem pelo menos um filho adolescente (entre 15 e 19 anos) na sua composição, portanto, arranjos familiares do tipo unipessoais, casal sem filhos ou apenas com filhos menores de 14 anos de idade não fazem parte de nossa classificação.

Tendo como base uma classificação tradicional de família, serão utilizadas as categorias de casal com filhos; mãe ou pai com filhos e extensa ou composta que correspondem aos demais arranjos quando convivem com outros parentes no domicílio.

Sem dúvida, além da renda o contexto familiar do jovem tem importante papel na sua história de vida. Apesar da significativa melhora nos indicadores, com redução do número de jovens fora da escola e também dos que já estão voltados para o mercado de trabalho, constatam-se, diferenças entre os diferentes tipos de família.

Na Tabela 2.16 pode-se notar que na estrutura tradicional de família nuclear se tem a maior proporção de adolescentes que estudam e as diferenças aumentaram ao longo do período analisado.

Por outro lado, nas famílias constituídas somente pelo pai ou mãe com filhos percebe-se a maior parcela de jovens que não estudam, apesar da intensa redução apresentada neste período de 23,5 e 18,1% respectivamente. (Tabela 2.16)

⁹⁹ "(...) o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que residissem na mesma unidade domiciliar e, também, a pessoa que morasse só em uma unidade domiciliar". IBGE (2006) metodologia básica página 22.

É importante mencionar também que os filhos adolescentes pertencem em maior número às famílias constituídas por um casal com filhos em todas as faixas de renda nos dois anos considerados, outrossim, os arranjos menos tradicionais, em especial, mãe com filhos tem peso mais significativo nas faixas de renda de até dois salários mínimos per capita.¹⁰⁰

TABELA 2.16 – Frequência escolar dos adolescentes segundo sexo e tipo de família: Brasil (1992-2006)

Indicadores	Homem		Mulher		Total	
	1992	2006	1992	2006	1992	2006
Casal com filhos						
Não estuda	47,4	27,4	33,0	18,6	40,9	23,4
Estuda	52,6	72,6	67,0	81,4	59,1	76,6
Mãe com filhos						
Não estuda	53,5	32,6	37,6	23,5	46,4	28,3
Estuda	46,5	67,4	62,4	76,5	53,6	71,7
Extensa ou Composta						
Não estuda	48,9	33,9	36,6	26,8	43,3	30,6
Estuda	51,1	66,1	63,4	73,2	56,7	69,4
Pai com filhos						
Não estuda	67,3	34,1	42,9	32,4	57,4	33,5
Estuda	32,7	65,9	57,1	67,6	42,6	66,5

Fonte: Microdados PNAD 1992 e 2006. Elaboração própria.

Observações: Para permitir a comparabilidade em 2006 foi excluído o norte rural.

Apenas para os jovens na condição de filhos

Cabe realçar também que independentemente do arranjo familiar os homens nesta faixa etária encontram-se em desvantagem quando se trata de frequência escolar, no entanto, a condição dos adolescentes do sexo masculino é mais crítica nas famílias compostas de pai e mãe com filhos.¹⁰¹

Também quando se consideram os diferentes tipos de família, a queda no número de adolescentes de ambos os sexos fora da PEA e também da escola é quase indistinto, porém, mais significativo para as mulheres. A única exceção são os homens em famílias extensas ou compostas.

¹⁰⁰ Ver Tabela 5 do Apêndice I.

¹⁰¹ As informações sobre a distribuição dos filhos entre 15 e 19 anos por tipo de família estão no Apêndice I.

Percebe-se uma vez mais que a parcela de adolescentes nesta situação é menor nas famílias ditas tradicionais (casal com filhos). Além do peso mais expressivo dos outros tipos de famílias nas faixas de renda menores que dois salários mínimos per capita, pode-se imaginar também que a estrutura familiar tem influência na condição juvenil, sobretudo, em arranjos em que a busca de sobrevivência pode ser compartilhada pelo pai e pela mãe.

TABELA 2.17- Percentual de adolescentes fora da PEA e que não estudam segundo sexo e tipo de família: Brasil (1992-2006)

Tipo de Família	Homem		Mulher		Total	
	1992	2006	1992	2006	1992	2006
Casal com filhos	5,9	5,4	11,2	6,3	8,3	5,8
Mãe com filhos	9,4	7,3	12,9	8,3	11,0	7,7
Extensa ou Composta	5,8	7,6	14,4	11,9	9,8	9,6
Pai com filhos	11,4	8,1	19,6	17,9	14,8	12,0

Fonte: Microdados PNAD 1992 e 2006. Elaboração própria.

Observações: Para permitir a comparabilidade em 2006 foi excluído o norte rural.

Apenas para os jovens na condição de filhos.

Constata-se, outrossim, que os homens nesta faixa etária freqüentam mais a escola quando pertencem a famílias com arranjos tradicionais, assim como observado no item anterior para as famílias de maior nível sócio-econômico. Esta maior freqüência escolar para os filhos em arranjos de casal com filhos é observada tanto entre os adolescentes na PEA quanto fora dela, entretanto, a parcela de estudantes é bastante superior para os jovens fora da PEA independentemente do tipo de família e também do sexo.

Com efeito, são justamente nas famílias compostas por um casal com filhos que são observadas as maiores parcelas de jovens de ambos os sexos fora da PEA e na escola. Não se pode esquecer, no entanto, que a condição sócio-econômica familiar é um fator determinante do destino destes jovens e que, muitas vezes, a vulnerabilidade de alguns arranjos familiares, em especial, mãe com filhos, está relacionada às suas menores condições de sobrevivência, a alta taxa de dependência e também a precariedade do emprego ou o desemprego do chefe da família. Assim, os indicadores menos favoráveis para estes tipos de família pode refletir apenas uma situação econômica mais desfavorável.

Novamente, verifica-se que as mulheres apresentam maiores parcelas de estudantes se comparado aos homens, considerando as que estão inseridas na PEA ou não, em todos os tipos de família, exceto pai com filhos, o que mostra que para as mulheres estudarem a presença da mãe no domicílio parece ser importante. (Tabela 2.18)

TABELA 2.18 – Percentual de adolescentes que estudam segundo sexo, inserção na PEA e tipo de família: Brasil (1992-2006)

Proporção que estuda	Homem		Mulher		Total	
	1992	2006	1992	2006	1992	2006
Casal com filhos						
% PEA que estuda	41,3	60,9	52,8	69,5	45,4	64,1
% Não PEA que estuda	79,7	87,6	79,2	89,5	79,4	88,6
Mãe com filhos						
% PEA que estuda	38,0	55,0	51,1	66,5	42,8	59,8
% Não PEA que estuda	67,3	83,4	74,0	84,8	71,2	84,1
Extensa ou composta						
% PEA que estuda	41,1	52,7	52,0	63,7	44,9	57,0
% Não PEA que estuda	78,3	82,9	73,2	79,8	75,1	81,2
Pai com filhos						
% PEA que estuda	16,2	57,0	62,3	76,7	34,0	65,0
% Não PEA que estuda	48,5	81,0	66,2	72,9	59,8	76,9

Fonte: Microdados PNAD 1992 e 2006. Elaboração própria.

Observações: Para permitir a comparabilidade em 2006 foi excluído o norte rural.

Apenas para os jovens na condição de filhos.

Apesar da queda mais intensa das taxas de participação entre os homens, estas ainda superam as das mulheres independentemente do arranjo familiar considerado, uma vez que mais da metade dos jovens do sexo masculino, em média, está na PEA.

Esta participação é maior entre os adolescentes fora da escola para todos os tipos de família e ambos os sexos. Ao mesmo tempo, não se percebem diferenças significativas na inserção na PEA nos diferentes arranjos em 2006, entretanto, para as mulheres a maior participação na atividade produtiva está em arranjos constituídos por mãe com filhos. Esta maior necessidade de participação dos filhos na composição do orçamento familiar neste tipo de família é destacada pela literatura. (Tabela 2.19)

Pode-se concluir, ademais, que independentemente do sexo, nos arranjos familiares tradicionais existe uma parcela mais expressiva de jovens freqüentando a

escola, bem como uma menor proporção na PEA entre os jovens que estudam. Nos demais tipo de família percebe-se, ao contrário, uma maior vulnerabilidade, sobretudo, quando se observam os dados de jovens fora da escola e também da atividade econômica. Conforme observado anteriormente este fenômeno é mais intenso para as famílias de menor renda e entre as mulheres. Tendo em vista que nos arranjos não tradicionais a proporção de mulheres nesta situação é mais significativa comparativamente às famílias ditas tradicionais do tipo casal com filhos, pode-se imaginar que a ausência particularmente da mãe no domicílio condicione o destino destas jovens.

TABELA 2.19- Taxas de participação segundo sexo e tipo de família: Brasil (1992-2006)

Taxa de participação	Homem		Mulher		Total	
	1992	2006	1992	2006	1992	2006
Casal com filhos						
Não estuda	87,5	80,1	66,1	66,4	79,7	75,2
Estuda	55,7	47,1	36,4	34,6	45,8	41,0
Total	70,8	56,1	46,2	40,6	59,6	49,0
Mãe com filhos						
Não estuda	82,4	77,6	65,8	64,9	76,4	72,7
Estuda	58,2	45,8	41,3	39,6	49,4	42,7
Total	71,1	56,1	50,5	45,6	61,9	51,2
Extensa ou Composta						
Não estuda	88,0	77,7	60,7	55,6	77,5	68,6
Estuda	58,7	44,5	38,0	35,7	48,1	40,2
Total	73,1	55,8	46,3	41,1	60,8	48,9
Pai com filhos						
Não estuda	83,0	76,2	54,3	44,8	74,3	64,2
Estuda	67,2	47,6	32,7	28,9	48,5	40,1
Total	77,8	57,4	42,0	34,1	63,3	48,2

Fonte: Microdados PNAD 1992 e 2006. Elaboração própria.

Observações: Para permitir a comparabilidade em 2006 foi excluído o norte rural.

Apenas para os jovens na condição de filhos.

No que concerne às taxas de participação verifica-se que se reduzem em todos os arranjos familiares não apenas entre os que não estudam, como também entre os adolescentes que freqüentam a escola.

Portanto, com base nos dados apresentados até aqui, pode-se afirmar que as oportunidades educacionais e a inserção produtiva dependem do sexo do adolescente, da renda familiar, bem como do tipo de arranjo familiar em que o adolescente está inserido.

2.2.4- Algumas observações adicionais

Desde o início dos anos noventa nota-se um movimento de retirada dos jovens do sexo masculino da PEA. Ao mesmo tempo em que cresce o desemprego nesta faixa etária reduz-se a taxa de ocupação. Conforme assinalado, a perda de espaço dos jovens na população ocupada ocorre concomitantemente a um movimento de redução da distância nas taxas de participação entre os sexos, não obstante, os homens ainda estão mais presentes na PEA que as mulheres.

Ao analisar a situação dos jovens filhos adolescentes foi possível observar que se trata de um grupo bastante heterogêneo, com situações bastante distintas em termos de frequência escolar e inserção econômica conforme o sexo, a renda familiar e o tipo de família do adolescente. Constatou-se, assim, que os jovens do sexo masculino estão mais presentes na PEA e em menor proporção na escola, principalmente, se não pertencem a famílias com maior nível sócio-econômico e situam-se em arranjos familiares menos tradicionais. Entre as mulheres nesta faixa etária, o menor nível sócio-econômico e o fato de pertencer a famílias extensas ou arranjos de pai com filhos está associado a um maior percentual fora da PEA e também da escola. Por conseguinte, intui-se que a ausência da mãe dificulta a frequência escolar das adolescentes do sexo feminino, o que é agravado pelas dificuldades econômicas da família, conforme já apontado.

Outro aspecto que merece destaque é a redução do número de adolescentes fora da escola, porém ainda 25% destes jovens já estão distantes dos bancos escolares. Tendo em vista que, apesar do aumento da média dos anos de estudo neste grupo etário, é grande ainda a defasagem escolar tanto entre os homens como entre as mulheres, o afastamento dos adolescentes da escola configura uma situação distante do desejável.

Por outro lado, a parcela de jovens que estudam independentemente da inserção na PEA é bastante significativa. Este acréscimo do número de estudantes se dá em todas as faixas de renda familiar, entretanto, a melhor condição sócio-econômica da família

parece ser um claro determinante, em especial, da condição de estudante sem inserção econômica. Além disso, os resultados sugerem que a renda familiar está bastante relacionada com a defasagem escolar, visto que entre os jovens em famílias de maior nível sócio-econômico o percentual de jovens no ensino médio ou superior é bem mais expressivo.

Sendo assim, mesmo com as mudanças positivas observadas no sentido de maior escolarização e menor presença dos jovens na PEA, em especial entre os afastados da escola, este quadro é repleto de desigualdades, condicionadas tanto pela renda quanto pela estrutura familiar e o sexo do adolescente.

A redução na participação em especial, entre os jovens de famílias de menor poder aquisitivo, sugere que as transformações no mercado de trabalho no período recente e, sobretudo, mudanças no perfil das ocupações nesta faixa etária influenciem este movimento. Em seguida, será analisada a evolução e características da inserção produtiva dos adolescentes de ambos os sexos, o que pode esclarecer as mudanças observadas nas taxas de participação entre os adolescentes.

2.3 – CARACTERÍSTICAS DA INSERÇÃO NO MERCADO TRABALHO: 1992-2006¹⁰²

A partir do início da década de noventa observam-se impactos importantes da reestruturação produtiva e das políticas de ajuste estrutural de cunho neoliberal sobre o mercado de trabalho. Crescimento do desemprego e precarização de vínculos, destruição de postos de trabalho e ocupações, bem como novas exigências de escolaridade para contratação de mão-de-obra são algumas das marcas desta nova fase; as quais impõem novos desafios aos trabalhadores na disputa por um emprego.

A inserção do jovem neste novo contexto é revestida de maior complexidade, uma vez que estas transformações e a redução da oferta de novas vagas implicam o fechamento de antigas portas de entrada no mercado de trabalho e uma acirrada disputa com os trabalhadores “adultos” pelos postos de trabalho que anteriormente eram um espaço quase exclusivo da força de trabalho juvenil.

¹⁰² Nos itens seguintes serão considerados adolescentes em geral, independentemente de sua posição na família.

Ao analisar a evolução da distribuição da ocupação por faixa etária, percebe-se claramente a perda de espaço dos jovens entre os trabalhadores ocupados desde o início dos anos noventa, sobretudo, para a faixa entre 15 e 19 anos (Tabela 2.20).

A participação dos jovens de 15 a 19 anos entre os ocupados apresenta trajetória em constante declínio desde 1992 com redução de 4,7 pontos percentuais entre 1992 e 2006. Por outro lado, é interessante ressaltar que o peso dos jovens nesta faixa etária no total da ocupação se aproxima bastante da parcela no total da população (8 e 9,3% respectivamente). É importante lembrar que o trabalho dos adolescentes é regulamentado por lei. O Estatuto da criança e do adolescente estabelece em seu capítulo V, artigo 60 que “É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz.” Sendo que o trabalho na condição de aprendiz é permitido somente a partir dos quatorze anos de idade, com horários especiais e garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular. Esta mudança constitucional foi aprovada em dezembro de 1998.¹⁰³

Verifica-se ainda que a queda na ocupação dos jovens entre 20 e 29 anos é bem menor (2,1 pontos percentuais) e apresenta maior estabilidade desde 2001. O segmento que menos perde em termos de participação na ocupação total neste período é, sem dúvida, o dos trabalhadores com 30 a 64 anos, cujo aumento na participação no total da ocupação é constante ao longo do mesmo período (6,8 pontos percentuais).

Ademais, verifica-se que a queda na ocupação entre os adolescentes (15 a 19 anos) é mais intensa entre as mulheres (5 pontos percentuais entre 1992 e 2006) muito embora seja significativa para ambos os sexos. A maior queda na participação de jovens na ocupação total de mulheres se deve ao aumento da ocupação das mulheres adultas.

¹⁰³ Por outro lado, sabe-se que a inserção destes jovens se dá muitas vezes através de empregos sem carteira assinada e das atividades não remuneradas. Recentemente, o decreto lei nº 6481 de junho de 2008, que dispõe sobre o trabalho infantil estabelece novas restrições ao trabalho dos jovens entre 16 e 17 anos. No decreto são listadas mais de noventa atividades consideradas nocivas à saúde e também à segurança dos jovens e crianças; além daquelas que ferem a sua moralidade. Dentre as atividades consideradas prejudiciais à saúde e a segurança dos jovens encontram-se algumas das que tem mais importância na ocupação dos adolescentes como o serviço doméstico e a construção civil. O referido decreto está disponível na internet: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2008/Decreto/D6481.htm

Ao mesmo tempo, é possível observar que o número de adolescentes mulheres ocupadas é 10,7% menor do que em 1992 se comparado a 2006, enquanto que a diminuição do número de adolescentes homens ocupados foi de 13,9%, no mesmo período. A queda mais pronunciada do peso das adolescentes entre as mulheres ocupadas se deve ao crescimento intenso da ocupação das mulheres (3,0% ao ano) do que dos homens (1,9% ao ano). A participação das mulheres de 15 a 64 anos na ocupação aumentou de 39,4% em 1992 para 42,9% em 2006.¹⁰⁴

TABELA 2.20 - Distribuição percentual da população ocupada por sexo e faixa etária: Brasil, anos selecionados.

Faixa etária e grupos	1992	2001	2002	2006
15 a 19 anos				
Homens	13,1	10,2	9,7	8,6
Mulheres	12,1	8,7	8,2	7,1
Total	12,7	9,6	9,1	8,0
20 a 29 anos				
Homens	29,6	28,1	28,0	27,8
Mulheres	29,5	27,6	27,4	26,9
Total	29,6	27,9	27,8	27,5
30 a 64 anos				
Homens	57,3	61,7	62,3	63,6
Mulheres	58,4	63,7	64,4	66,0
Total	57,8	62,5	63,1	64,6

Fonte: Microdados das PNADs 1992, 2001, 2002 e 2006.

Obs.: Para manter a comparabilidade, em 2006 foi excluída a área rural da região Norte.

Estes resultados mostram que o estreitamento do mercado de trabalho na década de noventa aconteceu junto com uma mudança no momento em que a população entra no mercado de trabalho. Anteriormente, uma das características da falta de estruturação do mercado de trabalho no Brasil era a falta de definição da idade mínima necessária para a entrada no mercado de trabalho, embora a lei proibisse o trabalho remunerado de menores de 14 anos, salvo na condição de aprendiz. A entrada precoce do jovem no mercado de trabalho no Brasil esteve associada à baixa escolaridade da população devido

¹⁰⁴ Ver Tabela 10 do Apêndice I.

à inexistência de um sistema de escolar capaz de sobrepor-se às deficiências na condição sócio-econômica da população brasileira.

Assim, esta situação negativa no mercado de trabalho a partir da década de noventa colaborou para adiar a entrada dos adolescentes no mercado de trabalho num momento em que o sistema escolar brasileiro é ainda muito deficiente como mostram a repetência, o atraso escolar e a evasão dos alunos, fazendo com que, como foi visto anteriormente, parte não desprezível dos jovens que agora não mais se encontram no mercado de trabalho tampouco freqüentam o sistema escolar.

Esta evolução geral esconde uma dinâmica interna ao mercado de trabalho, que além das idades e gênero do trabalhador levam em conta sua qualificação, tipo de ocupação, etc. A seguir, pretende-se avaliar o comportamento da ocupação tendo em vista aspectos como: posição na ocupação, grupos ocupacionais e setor de atividade, para ambos os sexos e com o foco nos adolescentes (15 a 19 anos). O objetivo é verificar as eventuais alterações na inserção dos jovens, em termos de setor de atividade e ocupações. Sendo assim, pretende-se demonstrar qual o perfil deste estreitamento do mercado de trabalho para os jovens trabalhadores.¹⁰⁵

2.3.1- A dinâmica das Posições na ocupação

O perfil da inserção dos adolescentes de ambos os sexos não se modifica de forma substancial no período analisado. Contudo, merece destaque o aumento no percentual de jovens em ocupações sem carteira assinada, bem como o pequeno acréscimo entre os com carteira assinada.

Notadamente o emprego sem carteira é muito expressivo para ambos os sexos, entretanto abarca, no caso feminino quase a metade da ocupadas nesta faixa etária

¹⁰⁵ Em função das modificações na metodologia das PNADs nossa análise será baseada numa tentativa de organizar os dados do período: 1992-2006. A partir de 2002 a PNAD modificou a classificação utilizada para as ocupações e atividades adotando a Classificação Brasileira de Ocupações e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas. Apesar disso, manteve-se a estrutura adotada nos respectivos anos, destacando na análise as modificações processadas no período. Não obstante, intentamos fazer uma análise de conjunto para o período. Para maiores detalhes ver: Anexos I e III das metodologias das PNADs 1992 e 2006.

(49,4% contra 45,6% dos homens).¹⁰⁶ Do mesmo modo, o trabalho doméstico sem carteira tem peso muito expressivo entre as mulheres, porém, reduz-se bastante no período em função do aumento da participação de mulheres adultas nesta atividade. (Tabela 2.21)

A queda nas atividades não remuneradas é também significativa, mesmo assim, a parcela de trabalhadores não remunerados nesta faixa etária é ainda importante (19,5% para os homens e 13,1% para as mulheres). Destaque-se que os jovens de 15 a 19 anos representam 52% do total dos ocupados nesta condição em 2006 entre os trabalhadores do sexo masculino e entre as mulheres apenas 13,2% do total.

TABELA 2.21 – Adolescentes ocupados segundo sexo e posição na ocupação: Brasil (1992-2006)

Posição na ocupação	Homens			Mulheres		
	1992	2002	2006	1992	2002	2006
Empregado com carteira	22,8	20,1	21,9	20,3	21,0	23,5
Militar	1,5	0,7	1,6	0,0	0,00	0,00
Funcionário público estatutário	0,2	0,2	0,3	0,5	0,5	0,3
Outros empregados sem carteira	39,9	44,2	44,8	18,1	27,3	30,6
Empregados sem declaração de carteira	0,1	0,0	0,0	0,2	0,02	0,00
Trabalhador doméstico com carteira	0,1	0,1	0,1	2,2	1,3	0,5
Trabalhador doméstico sem carteira	0,7	0,7	0,8	30,3	21,2	18,8
Trabalhador doméstico sem declaração em carteira	0,0	0,0	0,0	0,0	0,03	0,00
Conta própria	8,0	8,3	7,3	5,4	6,6	7,7
Empregador	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,3
Trabalhador na produção para o próprio consumo	2,0	2,3	3,5	5,1	4,5	5,2
Trabalhador na construção para o próprio uso	0,0	0,4	0,2	0,0	0,0	0,1
Não remunerado	24,6	22,7	19,5	17,9	17,4	13,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados PNAD 1992, 2002 e 2006. Elaboração própria.

Tendo em vista os vínculos de emprego, observa-se, portanto o peso significativo das atividades sem carteira (ou informais) no total da ocupação dos adolescentes de ambos os sexos. Mesmo com o crescimento dos vínculos formais no período analisado,

¹⁰⁶ Ao longo de todo o trabalho, para permitir a comparabilidade entre as PNADS foram excluídos os dados do norte rural par ao ano de 2006.

nota-se que quase a metade dos postos de trabalho destes jovens é sem carteira assinada.¹⁰⁷

Além disso, não se pode subestimar o peso das atividades não remuneradas para esta faixa etária, particularmente, para os jovens do sexo masculino, que representam mais da metade dos ocupados nesta condição em 2006.

O trabalho por conta própria diminui entre os homens e aumenta entre as mulheres, contudo, representa pouco mais de 7% da ocupação. Este tipo de atividade não é comum entre os jovens, visto que depende de uma experiência de trabalho ou do domínio de algum ofício específico.

Assim sendo, pode-se afirmar que prevalecem entre os adolescentes os vínculos informais de trabalho, o que demonstra a precariedade da inserção destes jovens no mercado de trabalho. Seguramente, o tipo de ocupação destes jovens tem influência sobre esta situação. Os principais grupos ocupacionais que compõem a ocupação dos adolescentes, assim como, as mudanças no período serão avaliadas a seguir.

2.3.2 – O perfil das ocupações

Antes de avaliar os tipos de ocupação prevalentes entre os jovens adolescentes é importante ressaltar que em 2002 a PNAD modificou a classificação utilizada para as ocupações e atividades adotando a Classificação Brasileira de Ocupações e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas. Assim, algumas ocupações antes incluídas em outras atividades¹⁰⁸ agora estão incluídas em grupos como: trabalhadores dos serviços ou trabalhadores na produção de bens industriais, manutenção e reparação. Da mesma forma, o grupo denominado prestação de serviços, que englobava grupos

¹⁰⁷ Esta é uma tendência geral do mercado de trabalho no período recente. IPEA (2007); Baltar, Krein e Moretto (2006); Leone e Baltar (2007); Moretto e Pochmann (2004).

¹⁰⁸ As atividades classificadas neste grupo eram muito variadas: Mineiros; Canteiros e marroeiros; Operadores de máquinas de extração e beneficiamento de minérios e pedras; Trabalhadores de extração de petróleo e gás; Garimpeiros; Salineiros; Sondadores de poços (exclusive de petróleo e gás); Atletas profissionais e funções afins; Porteiros, ascensoristas, vigias e serventes; Proprietários nos serviços, conta-própria, não classificados anteriormente; Ocupações da defesa nacional e segurança pública; Outras ocupações, ocupações mal definidas ou não declaradas.

profissionais ligados aos serviços domésticos, alojamento e alimentação e higiene pessoal, está agora na categoria trabalhadores dos serviços.

A maior parte das atividades relacionadas no grupo de ocupação técnica, científica, artística ou assemelhada exigia nível superior (Engenheiros, Agrônomos, Advogados, Arquitetos, Médicos, etc.), mas parte das atividades técnicas auxiliares era de nível médio. Este grupo foi quase totalmente transferido para profissionais das ciências e artes, contudo, atividades técnicas e auxiliares de nível médio, antes classificadas neste grupo, ganharam uma categoria específica: técnicos de nível médio.¹⁰⁹ É claro, que as atividades técnico-científicas, por demandar um diploma de ensino superior não têm representatividade neste grupo etário (15 a 19 anos), uma vez que estes jovens ainda deveriam estar cursando este tipo de ensino ou mesmo o ensino médio.

Ao analisar a Tabela 2.22 constata-se que parte expressiva dos adolescentes do sexo masculino pertencia a grupamentos ocupacionais relacionados às atividades primárias (agropecuária e produção extrativa ou trabalhadores agrícolas). Estes grupos perdem participação na ocupação dos jovens do sexo masculino de forma constante no período analisado, contudo, o trabalho agrícola representa quase 3 em cada 10 ocupações nesta faixa etária em 2006.

Deve-se ressaltar, no entanto, que a queda na ocupação nestes grupos é observada em todas as faixas etárias e ambos os sexos. É importante realçar também, que a redução da ocupação neste tipo de atividade profissional explica parte da queda no percentual de jovens entre os trabalhadores não remunerados, visto que nestas ocupações as atividades não remuneradas têm peso significativo.

O segundo grupo ocupacional com maior peso entre os jovens do sexo masculino é o da Indústria de Transformação, totalizando entre 1992 e 2001 a cerca de um quarto da ocupação.

Percebe-se que estas atividades permanecem com peso significativo, bem como apresentam leve incremento no período recente (2002-2006) após um período de relativa estabilidade até 2001. Contudo, as atividades classificadas como trabalhadores na produção de bens industriais, manutenção e reparação, abarcam agora parte das

¹⁰⁹ Assim, professores com ensino superior estão num grupo e professores com nível médio em outro.

atividades antes pertencentes ao grupo de outras ocupações, bem como transporte e comunicação.¹¹⁰ Portanto, parte deste crescimento pode ser explicada meramente pela reclassificação dos grupos ocupacionais.

Chama a atenção a tendência desde o início dos anos 90, de crescimento de atividades ligadas aos serviços administrativos, comércio e outro tipos de serviços. Aliás, o peso das atividades de serviços na ocupação masculina não pode ser desprezado, afinal, perfaz quase 4 em cada 10 ocupações em 2006.

TABELA 2.22 – Adolescentes ocupados do sexo masculino segundo grupos ocupacionais: Brasil (1992-2006)

Grupos ocupacionais	1992	2001	Grupos ocupacionais	2002	2006
			Dirigentes em geral	0,6	0,5
Técnica, científica, artística ou assemelhada	1,5	2,3	Profissionais das ciências e artes	1,4	1,4
Administrativa	4,8	5,1	Trab. de Serviços administrativos	8,7	8,8
Agropecuária e produção extrativa animal ou vegetal	37,4	32,4	Trabalhadores agrícolas	31,8	29,3
Indústria de transformação	26,2	25,5	Trab. produção bens industriais manutenção e reparação	30,3	30,0
Comércio e atividades auxiliares	10,8	12,1	Vendedores e prestadores serv. do comércio	11,1	12,0
Transporte e comunicação	1,4	2,1	Forças armadas e auxiliares	0,7	1,6
Prestação de serviços	3,2	3,9	Trabalhadores dos serviços	10,9	12,3
			Técnico de nível médio	4,0	4,2
Outra ocupação, ocupação mal definida ou não declarada	14,6	16,5	Mal def. e não declarado	0,4	0,0
Total	100,0	100,0	Total	100,0	100,0

Fonte: Microdados PNAD 1992, 2001, 2002 e 2006. Elaboração própria.

¹¹⁰ Este grupo ocupacional desapareceu, sendo que suas atividades dividem-se agora entre Trabalhadores na produção de bens industriais, manutenção e reparação e Técnicos de nível médio.

Apesar disso, os homens nesta faixa etária ainda se concentram em grupos ocupacionais relacionados à agropecuária e indústria, com 59,3% dos ocupados em 2006. Lembre-se que cresce de forma expressiva o emprego sem carteira entre os adolescentes ocupados, sendo assim, parcela expressiva do incremento no emprego nos serviços (e outras atividades também) deve ser através de vínculos informais de trabalho.

Entre as mulheres nota-se uma dispersão maior entre os grupos ocupacionais, bem como um perfil mais voltado às atividades de serviços. (Tabela 2.23).

No início dos anos 90, praticamente a metade das trabalhadoras nesta faixa etária estão em ocupações de comércio e prestação de serviços. Porém, as adolescentes do sexo feminino perdem espaço nas ocupações de prestação de serviços, dentre as quais se tem os serviços domésticos.¹¹¹

TABELA 2.23 – Adolescentes ocupadas do sexo feminino segundo grupos ocupacionais: Brasil (1992-2006)

Grupos ocupacionais	1992	2001	Grupos ocupacionais	2002	2006
			Dirigentes em geral	0,6	0,7
Técnica, científica, artística ou assemelhada	4,2	4,7	Profissionais das ciências e artes	2,6	2,5
Administrativa	11,0	14,2	Trab. de Serviços administrativos	16,8	19,3
Agropecuária e produção extrativa animal ou vegetal	21,4	15,4	Trabalhadores agrícolas	17,4	14,3
Indústria de transformação	8,9	8,8	Trab. produção bens industriais manutenção e reparação	9,0	9,4
Comércio e atividades auxiliares	13,7	19,4	Vendedores e prestadores serv. do comércio	16,1	17,9
Transporte e comunicação	0,5	0,7	Forças armadas e auxiliares	0,0	0,0
Prestação de serviços	36,0	30,3	Trabalhadores dos serviços	32,0	30,1
			Técnico de nível médio	4,9	5,7
Outra ocupação, ocupação mal definida ou não declarada	4,4	6,6	Mal def. e não declarado	0,6	0,0
Total	100,0	100,0	Total	100,0	100,0

Fonte: Microdados PNAD 1992, 2001, 2002 e 2006. Elaboração própria.

¹¹¹ Observa-se uma tendência de substituição das adolescentes por trabalhadoras adultas nestas atividades.

Por outro lado, há um incremento nas ocupações administrativas, do comércio e outras ocupações. Cabe lembrar que a categoria de outras ocupações inclui serviços de limpeza e vigilância, o que pode indicar uma mera migração dos serviços domésticos para atividades semelhantes.

Entre 1992 e 2001, percebe-se ainda uma queda na parcela de jovens ocupadas em atividades ligadas aos grupos de trabalhadores da agropecuária e produção extrativa. Não obstante, o peso deste tipo de ocupação é bem menos expressivo entre as mulheres comparativamente aos homens (14,3% contra 29,3% respectivamente). Destaque-se novamente, que este movimento é generalizado e relativo a todas as faixas etárias.

Um aspecto que chama a atenção é a maior parcela de mulheres em ocupações classificadas como técnicas; científicas e artísticas, bem como, administrativas, *vis a vis* os homens nesta faixa de idade.¹¹²

No período 2002-2006 as tendências observadas persistem, com predomínio de ocupações ligadas ao comércio e serviços. Assim como no período anterior, verificam-se aumentos nos percentuais de mulheres com ocupações técnicas de nível médio (4,9 para 5,7%) e também nos serviços administrativos (16,3 para 19,3%).

Além disso, aumenta a participação das mulheres jovens, no grupo de trabalhadores na produção de bens industriais, manutenção e reparação; e também da parcela referente ao grupo de vendedores e prestadores de serviços do comércio. De outro lado, o grupo de trabalhadores dos serviços, que concentra a maior parte da ocupação feminina apresenta queda entre as jovens (1,9% entre 2002 e 2006), mesmo assim, abarca três em cada dez ocupações.

Conclui-se assim, que o perfil ocupacional dos adolescentes difere bastante entre os sexos. Enquanto, quase 2/3 da ocupação das adolescentes do sexo feminino concentra-se em três grupos ligados ao setor de serviços (trabalhadores dos serviços, vendedores e prestadores de serviços do comércio e trabalhadores de serviços administrativos); os homens nesta faixa etária concentram-se em grupos ocupacionais ligados à agropecuária e indústria, com praticamente 6 entre 10 ocupações.

¹¹² Observa-se que a parcela feminina nestas ocupações é quase o dobro da masculina.

Deste modo, a redução da ocupação dos adolescentes em categorias ligadas ao trabalho agrícola de um lado, e o incremento em ocupações que exigem maior escolaridade como serviços administrativos, técnicos de nível médio e na produção de bens e serviços, manutenção e reparação é uma explicação para a perda de espaço dos adolescentes que vivem em famílias com renda per capita de até meio salário mínimo. Assim, o perfil de qualificação das ocupações dos adolescentes, num contexto de mudanças no mercado de trabalho e também na economia em geral influenciaram este movimento de retirada de parte destes jovens da atividade produtiva. A boa notícia é que parte deles está na escola, contudo, ainda existem muitas disparidades, sobretudo, quando se consideram os diferentes estratos de renda familiar.

2.3.3 – A inserção por Ramo de Atividade

Certamente o perfil de inserção dos jovens no mercado de trabalho verificado até aqui irá refletir-se nos ramos de atividade. Deve-se considerar novamente que a estrutura de classificação dos ramos foi modificada, assim como no caso dos grupos ocupacionais, em especial no setor de serviços. O ramo de prestação de serviços foi desmembrado em três: serviços domésticos, alojamento e alimentação; outros serviços sociais e pessoais. As atividades de reparação e conservação, antes na prestação de serviços, foram incluídas no ramo agora denominado de comércio e reparação.

Os serviços auxiliares da atividade econômica agora fazem parte das outras atividades, as quais incluem uma grande variedade de serviços.¹¹³ Também o ramo que até 2001 era chamado de social e agregava atividades serviços comunitários e sociais;

¹¹³ Intermediação financeira, Seguros e previdência privada, Atividades auxiliares da intermediação financeira, Atividades imobiliárias, Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou operadores e de objetos pessoais e domésticos, Atividades de informática e conexas, Pesquisa e desenvolvimento das ciências sociais e humanas, Serviços prestados principalmente às empresas (exemplos: atividades jurídicas, de contabilidade, arquitetura, engenharia, publicidade, vigilância, limpeza, etc.), Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais. Sendo que até 2001 as outras atividades abrangiam ramos como: Instituições de crédito, de seguros e de capitalização; Comércio e administração de imóveis e valores mobiliários; Organizações internacionais e representações estrangeiras; Atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas.

serviços médicos, odontológicos e veterinários e ensino foram substituídos por educação, saúde e serviços sociais.

Apesar da reordenação dos ramos de atividade são visíveis as semelhanças mantidas na classificação em geral. (Tabela 2.24)

A composição da ocupação masculina por ramo de atividade reflete a estrutura observada nos grupos ocupacionais. Os adolescentes distribuem-se principalmente em ocupações nos ramos agrícola, industrial e do comércio.

TABELA 2.24 - Distribuição percentual dos adolescentes ocupados do sexo masculino segundo ramo de atividade: Brasil 1992-2006

Ramo de atividade	1992	2001	Ramo de atividade	2002	2006
Agrícola	38,0	32,3	Agrícola	31,8	29,2
Indústria de Transformação	15,0	15,1	Indústria de Transformação	15,4	15,0
Indústria da construção	9,0	8,6	Construção	8,6	9,1
Outras atividades industriais	0,8	0,7	Outras atividades industriais	0,6	0,4
Comércio de mercadorias	13,7	16,6	Comércio e reparação	22,5	24,1
Prestação de serviços	11,6	13,0	Serviços domésticos	0,8	0,9
			Alojamento e alimentação	4,1	4,6
			Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	3,1	2,9
Transporte e comunicação	2,4	3,5	Transporte, Armazenagem e Comunicação	3,9	3,2
Social	2,0	2,4	Educação, Saúde e Serviços sociais	2,1	1,8
Administração Pública	2,9	2,7	Administração Pública	2,3	3,3
Serviços auxiliares da atividade econômica	2,9	3,9	Outras atividades	4,3	5,0
Outras atividades, ativ. mal definidas ou não declaradas	1,8	1,2	Mal definidas ou não declaradas	0,5	0,5
Total	100,0	100,0	Total	100,0	100,0

Fonte: Microdados PNAD 1992, 2001, 2002 e 2006. Elaboração própria.

Da mesma forma que no caso das categorias de ocupacionais, o ramo agrícola também perde espaço de forma contínua no emprego dos adolescentes, o que é uma tendência geral do mercado de trabalho no período analisado. Entre 1992 e 2006 esta queda é de 8,3 pontos percentuais.

O emprego industrial permanece estável em torno de 15% da ocupação masculina nesta faixa etária. Já a construção civil que era uma das principais portas de entrada no mercado de trabalho para os jovens com pouca escolaridade mostra alguma oscilação no período. Decresce um pouco entre 1992 e 2001 e retoma em 2006 o nível de ocupação da década anterior, cerca de 9% do emprego dos adolescentes do sexo masculino.

Adicionalmente é possível notar o crescimento no emprego dos jovens no ramo de comércio, entretanto, parte deste incremento pode estar relacionada à inclusão dos serviços relativos à reparação e manutenção. De qualquer maneira, este ramo agrega em 2006 quase um quarto dos ocupados entre os adolescentes do sexo masculino. Por outro lado, as atividades de prestação de serviços, agora reagrupadas perdem um pouco de espaço, o que também se deve em parte a retirada dos serviços de reparação e conservação.

Entre 1992 e 2001, aumenta o emprego na prestação de serviços, assim como nas demais modalidades de serviços, por outro lado, no período recente destaca-se o crescimento da ocupação no comércio e reparação, na administração pública e também em outras atividades. Cabe ressaltar que as outras atividades incluem serviços de limpeza e vigilância e que o comércio inclui o comércio ambulante, sendo assim, este incremento na ocupação nestes ramos de atividade podem ser sem carteira assinada e em ocupações precárias e que exigem pouca escolaridade.

Conclui-se que o emprego dos jovens do sexo masculino se concentra nos ramos agrícola, industrial e do comércio, ramos que abrangem praticamente 7 entre 10 ocupados entre os homens nesta faixa etária em 2006. Ademais, não se processam mudanças essenciais na estrutura setorial do emprego dos jovens no período.

Igualmente entre as adolescentes do sexo feminino observa-se uma tendência de declínio do emprego no setor agrícola, acumulando 9,1 pontos entre 1992 e 2006. Chama a atenção, no entanto, o crescimento expressivo na ocupação no ramo do comércio entre 1992 e 2001 (4,9 pontos percentuais), bem como a queda de 4,8 pontos percentuais no

emprego na prestação de serviços. Este setor era o principal ramo de atividade das mulheres nesta faixa etária, com 4 entre 10 ocupadas, sendo os serviços domésticos seu principal componente. A perda de espaço das jovens nos serviços domésticos conforme demonstrado anteriormente explica grande parte da redução do emprego neste setor. Ao mesmo tempo, tem-se um deslocamento para ramos como o comércio, social e serviços auxiliares da atividade econômica.¹¹⁴ (Tabela 2.25)

TABELA 2.25 - Distribuição percentual das adolescentes ocupadas segundo ramo de atividade: Brasil (1992-2006)

Ramo de atividade	1992	2001	Ramo de atividade	2002	2006
Agrícola	21,6	15,6	Agrícola	17,3	14,2
Indústria de Transformação	10,8	11,4	Indústria de Transformação	11,9	12,4
Indústria da construção	0,4	0,3	Construção	0,5	0,4
Outras atividades industriais	0,2	0,3	Outras atividades industriais	0,2	0,2
Comércio de mercadorias	13,5	18,4	Comércio e reparação	20,7	22,1
Prestação de serviços	40,0	35,2	Serviços domésticos	22,5	19,3
			Alojamento e alimentação	4,2	5,7
			Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	5,4	6,4
Transporte e comunicação	0,4	1,0	Transporte, Armazenagem e Comunicação	0,9	1,9
Social	7,1	9,3	Educação, Saúde e Serviços sociais	8,5	7,6
Administração Pública	1,1	1,9	Administração Pública	2,0	2,4
Serviços auxiliares da atividade econômica	3,2	4,8	Outras atividades	5,7	7,4
Outras atividades, ativ. mal definidas ou não declaradas	1,7	1,7	Mal definidas ou não declaradas	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	Total	100,0	100,0

Fonte: Microdados PNAD 1992, 2001, 2002 e 2006. Elaboração própria.

¹¹⁴ Este ramo encontra-se embutido em Outras atividades após 2002. Portanto, agrega um conjunto amplo de serviços, com perfil também diversificado de qualificação.

Com a reclassificação dos ramos de atividade nota-se que a queda de participação do serviço doméstico persiste, perfazendo 3,2 pontos percentuais entre 2002 e 2006, não obstante, a participação nesta atividade é de quase 20% do total de mulheres ocupadas em 2006.

Por outro lado, verifica-se uma migração para outras modalidades de serviços como: comércio, alojamento e alimentação e outras atividades.

Nota-se também uma tendência persistente de incremento no emprego industrial entre as mulheres, contudo, o perfil do emprego feminino é mais voltado para os serviços, uma vez que apenas pouco mais de um quarto das jovens ocupadas estão no setor agrícola ou industrial em 2006.

Desta forma, mesmo com o adiamento na entrada destas jovens no mercado de trabalho, temos que aquelas inseridas no mercado de trabalho precocemente, estão predominantemente em atividades terciárias e menos de uma em cada quatro possui carteira assinada.

Cabe ressaltar, portanto, que a maior parte dos jovens ocupados nesta faixa etária está na informalidade, sem carteira assinada e qualquer tipo de garantia social. Logo, o cenário de inserção produtiva dos jovens é bastante precário e nos remete à questão da transitoriedade ou não desta situação.¹¹⁵

Partindo de uma visão geral do período 1992-2006 nota-se uma persistente queda na participação dos adolescentes na ocupação total, bem como uma alteração no perfil de suas ocupações. A perda de espaço dos jovens entre 15 e 19 anos para os trabalhadores adultos se dá em quase todos os ramos de atividade e grupos ocupacionais, tanto para os adolescentes do sexo masculino quanto feminino. Este fato demonstra a atual disputa entre jovens e adultos pelos postos de trabalho. Sem dúvida, este quadro tende a se perpetuar na medida em que a dinâmica de criação de novos postos de trabalho permaneça menos intensa do que a procura por empregos.

A mudança no perfil das ocupações é marcada por uma redução no trabalho agrícola e serviços domésticos e um incremento em ocupações administrativas, no

¹¹⁵ Mesmo sem analisar a evolução de outros indicadores que comprovem a precariedade da inserção juvenil no mercado de trabalho, o peso expressivo de empregos informais nesta faixa etária, já serve de indicador importante para esta afirmação.

comércio e na prestação de serviços. Apesar disso, as atividades agrícolas (homens) e dos serviços domésticos (mulheres) permanecem importantes no total da ocupação da faixa etária. Paulatinamente tem-se, no entanto, uma inflexão em direção a ocupações que exigem maior escolaridade, notadamente, para as adolescentes do sexo feminino. Contudo, estas mudanças ocorrem lentamente. As transformações em processo no mercado de trabalho explicam as maiores dificuldades de inserção dos jovens em famílias de menor poder aquisitivo.

Por outro lado, persiste o perfil predominante informal dos vínculos empregatícios entre os adolescentes. E mesmo com a redução das atividades não remuneradas, estas duas categorias abarcam a maioria das ocupações nesta faixa etária. Apesar do leve incremento nos empregos com carteira assinada no período, constata-se que são apenas pouco mais de 20% das ocupações em ambos os sexos. Resta indagar se esta situação está circunscrita aos jovens ou se a precarização destes vínculos tende a se perpetuar na vida ativa destes trabalhadores, o que, sem dúvida, seria muito preocupante. Ou seja, seria esta uma situação conjuntural na vida ativa dos trabalhadores ou teria se tornado a regra para inserção produtiva no período atual, visto que esta é uma questão crucial para o futuro do mercado de trabalho brasileiro.

A partir do quadro geral do mercado de trabalho para os adolescentes esboçado até aqui, percebe-se que a inserção destes jovens não é muito favorável, notadamente, pela precariedade de vínculos e pela conseqüente privação de direitos que ela acarreta.

2.4 – OBSERVAÇÕES FINAIS

A redução nas taxas de participação no período e o movimento simultâneo de aumento da freqüência escolar entre os adolescentes de ambos os sexos indicam uma importante inflexão na tendência histórica de inserção precoce no mercado de trabalho e abandono escolar entre os jovens, sobretudo, entre os homens.

Por outro lado, entre os que estão fora do mercado de trabalho, não são todos que freqüentam a escola ou universidade, e um percentual não desprezível ainda está excluído destes dois universos, ou seja, tanto do mercado de trabalho, quanto do sistema escolar. Assim, mesmo considerando-se que o adiamento da entrada no mercado de trabalho por

parte dos adolescentes seja algo em princípio positivo, deve-se ter em conta que o sistema de ensino possui sérias deficiências. Mesmo assim, é importante sublinhar que a melhora nos indicadores de educação dos adolescentes desde os anos noventa é muito expressiva.

Se a situação dos adolescentes em 2006 ainda não pode ser considerada ideal, certamente é muito melhor do que no início dos anos noventa quando a participação na PEA era bem maior e a frequência escolar menos abrangente. Portanto, esta melhora deve ser festejada porquanto a escolaridade média dos adolescentes cresce e ao mesmo tempo aumenta o número de jovens com ensino fundamental completo e também frequentando o ensino médio.

A renda familiar e o gênero demonstraram ser indicadores muito importantes no que se refere à permanência do adolescente na escola e à menor participação dos adolescentes na atividade econômica. Entre 1992 e 2006 o aumento da frequência escolar dos adolescentes foi generalizado, mas principalmente para os homens e para as famílias com renda per capita inferior a dois salários mínimos para os quais também foram maiores as diminuições nas taxas de participação.

O papel da estrutura familiar reflete em parte as diferenças sócio-econômicas entre os diferentes tipos de família. Particularmente para os arranjos menos tradicionais, compostos apenas pela mãe ou pai com filhos, para os quais as dificuldades de sobrevivência são maiores. Mesmo assim, nas famílias ditas tradicionais é maior o número de jovens na escola, diferentemente, dos demais arranjos que apresentam maior percentual de adolescentes fora da escola apesar da queda expressiva do número de jovens nesta situação em todos os tipos de família. Portanto, a condição sócio-econômica da família associada ao contexto familiar do adolescente demonstra a grande disparidade que ainda persiste na vida e nas oportunidades destes jovens.

Com efeito, diversos aspectos necessitam de maior aprofundamento para que seja possível melhor compreender a atual situação educacional e laboral dos adolescentes.

No próximo capítulo será feita uma análise mais profunda dos indicadores, inclusive na esfera regional de modo a melhor caracterizar este grupo populacional, suas oportunidades educacionais e também no mercado de trabalho.

Capítulo 3 – OS FILHOS ADOLESCENTES E O MERCADO DE TRABALHO

Este capítulo tem dois objetivos principais. Primeiramente, pretende delinear o perfil dos filhos adolescentes do ponto de vista de sua inserção na atividade econômica e frequência escolar em 2006. A partir da segmentação deste grupo populacional de acordo com o sexo, renda familiar per capita, tipo de família e região, pretende-se obter pistas dos determinantes da inserção produtiva e maior frequência escolar por parte destes jovens. Num segundo momento, o objetivo é avaliar as características da inserção produtiva dos adolescentes, tanto do ponto de vista de sua idade de ingresso, tipo de vínculo de trabalho e jornada de trabalho, como no que se refere às características da ocupação em termos de setor de atividade, remuneração etc. Verificar os padrões de inserção deste grupo etário segundo sexo, renda familiar e região será o foco principal.

Em primeiro lugar será esboçado um breve perfil destes jovens e suas famílias de modo à melhor caracterizar o universo de análise. Antes, porém, é importante explicar que neste capítulo foi utilizada outra tipologia dos tipos de família.¹¹⁶ A classificação utilizada privilegia a presença de adolescentes nos diferentes tipos de família com ou sem a presença de outros filhos com idade menor ou igual a 14 anos. O objetivo é captar o eventual papel do tamanho da família e da presença de crianças no domicílio na condição dos adolescentes de ambos os sexos nos diferentes estratos de renda e regiões.

Os filhos adolescentes representam em 2006 mais de 13,5 milhões de indivíduos, com perfis familiares e sócio-econômicos bastante diversos.¹¹⁷ São as regiões Nordeste e Sudeste do país que concentram sete em cada dez jovens nesta faixa etária, perfazendo 9,5 milhões de adolescentes de ambos os sexos.

No Brasil as famílias com adolescentes representam cerca 20% do total, porém, o destaque é a região Centro-Oeste com mais de um quarto do total das famílias com

¹¹⁶ Da mesma maneira que no capítulo anterior foram excluídos os pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados domésticos e, apenas foram incluídas na análise as famílias que possuem pelo menos um filho entre 15 e 19 anos na sua composição. Permanecem fora de análise, portanto, os arranjos familiares do tipo casal sem filhos, ou os que somente apresentam filhos menores de 14 anos de idade na sua composição, bem como os lares unipessoais.

¹¹⁷ Conforme definido anteriormente, jovens entre 15 e 19 anos de idade.

adolescentes em sua composição. De outra perspectiva, quando se consideram apenas as famílias com adolescentes o Nordeste e o Sudeste abarcam mais de 67% do total.¹¹⁸

No Brasil, mais de um terço das famílias com adolescentes possui renda de até meio salário mínimo per capita, sendo que destas praticamente 6 em cada 10 famílias estão situadas nas regiões menos desenvolvidas do país (Norte e Nordeste).

Ao contrário, as famílias de adolescentes com renda familiar acima de dois salários mínimos per capita estão concentradas nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, contudo, representam apenas pouco mais de 14% do total de famílias com jovens nesta faixa etária.¹¹⁹

TABELA 3.1 - Percentual de famílias com adolescentes segundo faixa de renda e regiões do Brasil em 2006.

Regiões e Faixas de Renda familiar per capita	até 1/2 S.M.	mais de 1/2 até 2 S.M.	mais de 2 S.M.	Total
Norte	10,0	7,2	4,6	7,8
Nordeste	48,1	18,6	10,9	27,5
Sudeste	27,7	48,7	54,8	42,4
Sul	8,9	18,0	21,2	15,4
Centro-oeste	5,3	7,6	8,6	6,9
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da Pnad 2006. Elaboração própria.

É possível observar que quanto menor o patamar de renda familiar maior a presença de famílias nas regiões Norte e Nordeste, se bem que mais de um quarto destas famílias está no Sudeste do país. Assim, a distribuição regional das famílias dos adolescentes demonstra-se bastante condicionada pela renda familiar, visto que, as regiões mais desenvolvidas concentram também as famílias de maior nível sócio-econômico. (Tabela 3.1)

A distribuição dos filhos adolescentes segue uma dinâmica semelhante, com mais da metade dos filhos adolescentes de ambos os sexos em famílias pobres situadas na

¹¹⁸ Dados no Apêndice II.

¹¹⁹ Ver tabelas no Apêndice II.

região Nordeste.¹²⁰ Não se verificam diferenças importantes entre os sexos, entretanto, nota-se que existem 26% mais homens em famílias do estrato inferior de renda do que mulheres.

Do ponto de vista da estrutura familiar pode-se também notar perfis diferenciados de acordo com o nível sócio-econômico da família, contudo, predominam as famílias constituídas por casal ou mãe com filhos. Entre as famílias com menor renda per capita prevalecem arranjos em que os adolescentes dividem espaço com filhos menores de 14 anos. São mais de 60% das famílias nesta faixa de renda familiar com esta característica. De outro lado, a existência de crianças na família dos adolescentes se reduz sensivelmente na medida em que crescem os patamares de renda familiar. (Tabela 3.2)

TABELA 3.2 - Distribuição das famílias dos adolescentes segundo renda familiar e tipo de arranjo familiar: Brasil, 2006.

Arranjos familiares e Faixas de Renda familiar per capita	até 1/2 S.M.	mais de 1/2 até 2 S.M.	mais de 2 S.M.	Total
Sem filhos menores de 14 anos				
Casal	24,9	43,4	55,6	38,9
Mãe	11,6	14,9	13,8	13,6
Pai	1,2	2,5	3,0	2,1
Com filhos menores de 14 anos				
Casal	47,7	32,5	25,2	36,6
Mãe	13,8	6,0	2,2	8,1
Pai	0,7	0,6	0,2	0,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

A distribuição das famílias no território nacional não apresenta marcadas diferenças segundo os tipos de família. Outrossim, a renda familiar está associada a um perfil semelhante em todas as regiões, notadamente pela relação inversa entre a presença de crianças nas famílias dos adolescentes e a renda familiar per capita. (Tabela 3.3)

Não obstante, um aspecto que chama a atenção é a maior participação dos arranjos menos tradicionais nas faixas de renda inferiores, apesar ainda do predomínio das famílias compostas por casal com filhos em todas as regiões do país.

¹²⁰ Ver Apêndice II – Tabelas 6 até 10.

No Brasil uma em cada quatro famílias pobres com adolescentes é chefiada pela mãe. No Sudeste e principalmente no Centro-oeste este percentual supera a média nacional com cerca de 30% dos lares dos adolescentes chefiados pela mãe. E muito embora nas famílias com renda acima de meio salário mínimo per capita este percentual diminua, permanece ainda muito significativo.

TABELA 3.3 - Distribuição regional das famílias dos adolescentes segundo faixas de renda familiar per capita e arranjos familiares: Brasil, 2006.

Regiões e Faixas de Renda Familiar per capita	Famílias com filhos adolescentes					
	Com filhos menores de 14 anos			Sem filhos menores de 14 anos		
	Casal	Mãe	Pai	Casal	Mãe	Pai
até 1/2 S.M.						
Norte	51,2	13,1	1,0	22,7	11,0	1,0
Nordeste	45,4	11,5	0,6	29,3	11,8	1,3
Sudeste	49,4	17,0	0,8	20,1	11,5	1,1
Sul	52,7	14,6	0,9	19,1	11,1	1,6
Centro-oeste	43,6	17,7	0,6	23,9	12,8	1,3
Brasil	47,7	13,8	0,7	24,9	11,6	1,2
de 1/2 até 2 S.M.						
Norte	33,1	6,6	1,0	40,7	15,6	3,0
Nordeste	26,6	4,4	0,4	48,7	17,1	2,8
Sudeste	32,6	6,5	0,8	42,9	14,8	2,5
Sul	38,9	6,0	0,5	39,3	13,0	2,2
Centro-oeste	30,4	6,3	0,4	46,6	14,3	2,0
Brasil	32,5	6,0	0,6	43,4	14,9	2,5
mais de 2 S.M.						
Norte	27,5	2,8	0,3	53,5	15,2	0,7
Nordeste	27,9	1,0	0,0	56,9	12,9	1,3
Sudeste	24,9	2,1	0,3	55,7	13,8	3,2
Sul	22,9	2,6	0,1	57,7	12,9	3,8
Centro-oeste	28,6	3,0	0,2	49,1	16,4	2,6
Brasil	25,2	2,2	0,2	55,6	13,8	3,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

Verifica-se também, que o tamanho médio das famílias decresce à medida que aumenta a renda familiar per capita, contudo, os arranjos familiares em que convivem adolescentes e filhos menores de 14 anos apresentam o maior número médio de

componentes, sobretudo, na faixa de renda familiar per capita de até meio salário mínimo.¹²¹

Portanto, as famílias de menor nível sócio-econômico apresentam uma razão de dependência mais elevada, particularmente, no caso de famílias chefiadas apenas pela mãe ou pai. Certamente, estas famílias têm maiores dificuldades de sobrevivência, exigindo uma maior participação dos filhos nesta tarefa, o que é dificultado pelas elevadas taxas de desemprego para os adolescentes neste tipo de família.¹²²

No caso das famílias do estrato inferior de renda, a presença dos filhos no mercado de trabalho é muito significativa, em especial nos arranjos com a presença de filhos menores de 14 anos. Apesar disso, a participação na PEA é uma realidade para grande parte dos jovens nesta faixa etária em todos os estratos de renda familiar.¹²³

A maior ou menor inserção dos filhos no mercado de trabalho revela ainda diferentes estratégias de sobrevivência das famílias dependendo da sua estrutura e do contexto sócio-econômico em que se inserem. Destarte, pode-se afirmar que a família é uma categoria importante para esta dinâmica, não apenas por sua estrutura e tamanho, mas principalmente pela transmissão do status sócio-econômico, ou seja, a trajetória de vida destes jovens é sensivelmente condicionada pela posição ocupada por seus pais na hierarquia social.

Com efeito, a presença dos adolescentes no mercado de trabalho no Brasil mesmo tendo diminuído um pouco nas últimas décadas ainda é de quase a metade dos jovens entre 15 e 19 anos (49,7%). Este fato mostra uma peculiaridade do Brasil, uma vez que a média latino-americana de participação dos adolescentes na força de trabalho está em torno de 40% e na OCDE 30%.¹²⁴

A despeito da inexistência de um consenso estabelecido acerca da idade ideal para o ingresso no mercado de trabalho, cremos que a adolescência deve ser uma fase em que os jovens se preparem para a vida adulta, privilegiando os estudos em detrimento da presença no mercado de trabalho. No Brasil, este ideal não faz parte da realidade da

¹²¹ Ver dados no Apêndice II.

¹²² Entre 30 e 40% dos jovens. Tabela 5 do Apêndice II.

¹²³ Ver dados no Apêndice II.

¹²⁴ Dados: OIT (2007) e OECD Employment Outlook (2002).

maioria dos jovens entre 15 e 19 anos, em especial, entre aqueles com famílias de menor renda. Nesse sentido, a entrada do adolescente no mercado de trabalho dependerá de fatores como: oportunidade de estudar e/ou trabalhar e também do seu ambiente familiar. Alguns dos fatores apontados pela literatura como importantes determinantes da entrada precoce de jovens na atividade produtiva são o nível sócio-econômico da família, a estrutura familiar, o desemprego ou não do chefe da família, bem como o grau de escolaridade dos pais. Neste sentido, os filhos de famílias do estrato inferior de renda estão em desvantagem, devido à menor média de anos de estudo entre os chefes de família, bem como pelo elevado desemprego se comparado às demais faixas de renda.¹²⁵

Uma saída cada vez mais observada no Brasil é a combinação de trabalho e estudo, a qual visa harmonizar o objetivo de estudar com as limitações do orçamento familiar. Aliás, os avanços na escolarização dos jovens na última década demonstram que os jovens brasileiros estão estudando mais, mesmo entre aqueles que já estão no mercado de trabalho (ocupados ou a procura de emprego).

Tendo em vista que as taxas de participação na PEA por parte dos adolescentes são elevadas, cabe-nos investigar as características desta inserção, bem como em que medida os jovens entre 15 e 19 anos continuam estudando. Nos itens seguintes vamos avaliar as diferentes combinações entre atividade produtiva e inatividade econômica com os dados relativos à frequência escolar. E em seguida, serão analisadas as características da inserção dos adolescentes no mercado de trabalho.

¹²⁵ Ver Apêndice II.

3.1 – A PARTICIPAÇÃO NA PEA E A FREQUÊNCIA ESCOLAR

Se o ideal é que os adolescentes permaneçam na escola, cabe verificar em que medida isto é uma realidade para estes jovens de ambos os sexos e nas diferentes regiões brasileiras.

A situação para o total dos adolescentes está longe do ideal, pois em torno de 25% não freqüenta a escola. Entre os homens a situação é ainda pior, visto que quase 30% dos adolescentes não freqüentam a escola, enquanto entre as mulheres essa proporção é de 20%. São muito pequenas as diferenças regionais no que diz respeito à freqüência escolar dos homens adolescentes. Já entre as mulheres notam-se diferenças regionais mais importantes e, ao contrário do que se poderia esperar, a freqüência escolar das adolescentes mulheres é menor exatamente nas regiões mais desenvolvidas (Sudeste e Sul).

TABELA 3.4 – Percentual de adolescentes que estudam segundo sexo e regiões: 2006.

Região e Sexo	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Total
Homem	70,2	71,4	70,2	69,5	72,0	70,6
Mulher	83,2	81,6	76,9	78,3	81,9	79,2
Total	75,6	75,8	73,4	73,6	76,4	74,5

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria. Obs.: Apenas para jovens na condição de filhos.

A situação mais distante do ideal é a do jovem que não estuda nem participa da PEA. Para o total de adolescentes a freqüência desta situação é de 7% havendo pouca diferença por sexo, bem como entre as diferentes regiões.

TABELA 3.5 – Percentual de adolescentes que não estudam e nem estão na PEA, segundo sexo e regiões: 2006.

Região e Sexo	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Total
Homem	7,1	7,0	5,2	5,8	5,5	6,0
Mulher	8,2	8,7	7,0	6,6	7,0	7,5
Total	7,6	7,7	6,1	6,2	6,2	6,7

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria. Obs.: Apenas para os filhos adolescentes.

Como se observa essa freqüência situa-se num patamar razoável, portanto, o fenômeno não é desprezível e atinge um número considerável de adolescentes (900 mil em 13,5 milhões no conjunto do país).

Uma situação mais freqüente é a dos adolescentes que não estudam, mas participam da PEA. Entre os jovens do sexo masculino essa freqüência fica entre 22 e 25%, enquanto para as mulheres entre 8 e 16%. São mais de 2,5 milhões de jovens que se dedicam exclusivamente à atividade econômica, seja por opção ou imposição econômica.

A parcela de jovens de ambos os sexos nesta situação é maior no Sul e Sudeste, enquanto que a parcela daqueles fora da PEA e também da escola é um pouco maior nas regiões Norte e Nordeste. Assim, a maior freqüência das adolescentes mulheres fora da escola nas regiões mais desenvolvidas está relacionada com sua maior participação na atividade econômica.

TABELA 3.6 – Percentual de adolescentes que participam da PEA e não estudam, por sexo e regiões, 2006.

Região e Sexo	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Total
Homem	22,6	21,6	24,6	24,6	22,5	23,4
Mulher	8,6	9,7	16,1	15,1	11,1	13,3
Total	16,8	16,4	20,5	20,3	17,5	18,8

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria. Obs.: Apenas para os filhos adolescentes.

Um fato ainda mais preocupante é que uma parcela não desprezível destes jovens que estão fora da escola, sequer sabe ler e escrever. A proporção de adolescentes nesta condição é maior entre aqueles fora da PEA e pertencem a famílias com renda per capita de até meio salário mínimo, em especial do sexo masculino e moradores do Nordeste e Norte do país.¹²⁶

¹²⁶ São mais de 6 em cada 10 adolescentes de ambos os sexos que não sabem ler nem escrever moradores do Nordeste, sendo que mais de 80% destes são do sexo masculino. Aliás, o analfabetismo atinge muito mais os homens do que as mulheres nesta faixa etária em todas as regiões do país e faixas de renda familiar per capita. Mais dados no Apêndice II.

Portanto, a fração de adolescentes que não sabem ler nem escrever é maior nas famílias com renda per capita de até meio salário mínimo (65,9%) e diminui sensivelmente nas demais faixas de renda per capita, o que denota que este é um problema muito relacionado ao nível sócio-econômico da família e que tende a perpetuar as condições de pobreza e exclusão através das gerações.¹²⁷

Conciliar trabalho e estudo é uma realidade muito comum entre os adolescentes brasileiros. Porém, entre homens e mulheres, as taxas de participação são maiores para os adolescentes que já não estudam. As diferenças regionais também são expressivas. As participações, tanto entre os que estudam como entre os que já não estão na escola, são mais elevadas nas regiões mais desenvolvidas (Sudeste, Sul e Centro-Oeste comparativamente ao Norte e Nordeste). A única exceção é a taxa de participação relativamente alta no Nordeste para os adolescentes homens que ainda freqüentam a escola.

TABELA 3.7 - Taxa de Participação na PEA dos adolescentes segundo região, sexo e freqüência escolar: 2006.

Região e Sexo	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Total
Homem						
Estuda	43,2	49,1	43,3	55,4	48,2	47,1
Não estuda	76,0	75,5	82,6	80,8	80,4	79,5
Mulher						
Estuda	26,7	33,1	36,7	41,7	35,8	35,5
Não estuda	51,5	52,7	69,6	69,7	61,3	63,8

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria. Obs.: Apenas para os filhos adolescentes.

Partindo do pressuposto que a situação ideal para os adolescentes seja freqüentar a escola e estar fora da PEA, nota-se que as mulheres apresentam uma condição mais

¹²⁷ São 32 e 2,1%, respectivamente. Mais dados no Apêndice II. Cabe acrescentar que mais de 6 entre 10 adolescentes fora da PEA que não sabem ler nem escrever e não estudam, nunca freqüentaram a escola. Já entre os que estudam e, contudo, não sabem ler nem escrever a maioria está na escola pública e freqüenta as primeiras séries do ensino fundamental ou alfabetização de adultos. Assim, o fato de estar na escola ou já ter freqüentado a escola nem sempre garante que estes jovens saibam ler e escrever. Dados no Apêndice II.

favorável que os homens. A maior parte das mulheres adolescentes apenas estuda, em especial no Norte e Nordeste, enquanto que a parcela de homens nesta situação é bem menor comparativamente às mulheres em todas as regiões do país. São em média mais da metade das mulheres e menos de 40% dos homens nesta faixa etária que estão fora da PEA e estudam.

Este fato demonstra que os adolescentes apresentam perfis diversos em termos de estudo e participação na PEA de acordo com a região do país e, sobretudo, o sexo. A maior permanência das jovens do sexo feminino na escola pode ser um reflexo da sua menor presença na PEA ou ainda de questões culturais ou familiares que imponham em primeiro lugar o trabalho para os filhos do sexo masculino.

TABELA 3.8 – Percentual de adolescentes que estudam e não estão na PEA segundo sexo e regiões: 2006.

Região e Sexo	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Total
Homem	39,9	36,3	39,8	31,0	37,3	37,3
Mulher	61,0	54,7	48,7	45,7	52,6	51,1
Total	48,7	44,3	44,1	37,8	44,0	43,6

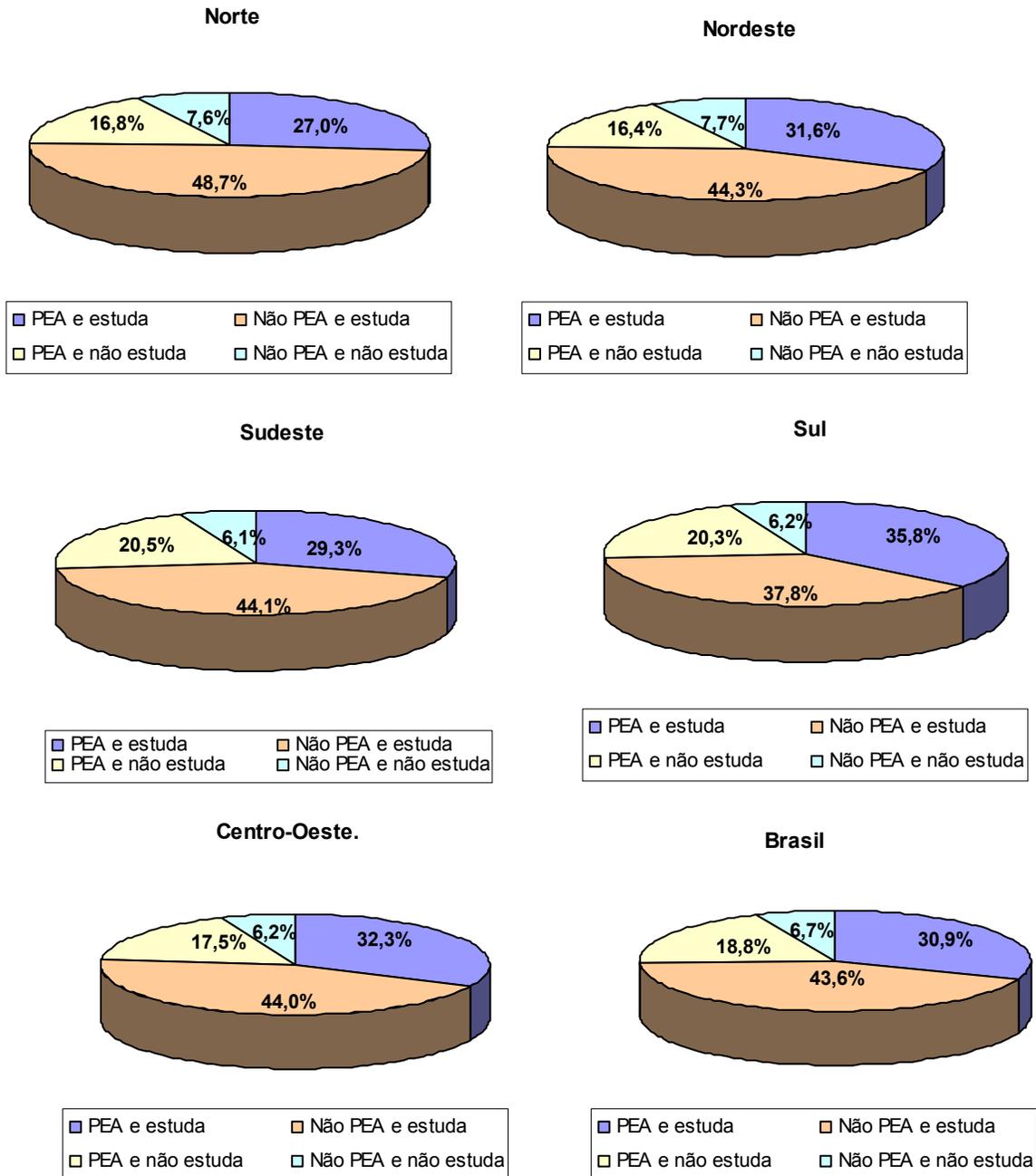
Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria. Obs.: Apenas para os filhos adolescentes.

É possível observar que para o total dos adolescentes a maior parcela está na escola e fora da PEA; em média 44%. Em termos regionais, o Sul é a região com menor proporção de jovens fora da PEA que freqüentam a escola (38%) e, ao contrário, na região Norte quase a metade dos adolescentes (49%) está nesta situação.

Igualmente, são nas regiões mais desenvolvidas do país (Sudeste e Sul), que se observam percentuais acima da média nacional (19%) de jovens nesta faixa etária que somente estão na PEA, ocupados ou procurando emprego. Embora menor, a fração de jovens fora da PEA e também da escola (em média 7%) é ainda importante e, como foi mencionado, perfaz um total de mais de 900 mil jovens com poucas perspectivas de um futuro melhor.¹²⁸ (Figura 3.1)

¹²⁸ Em geral, estes jovens são considerados um problema social e, em alguns casos, policial. Esta situação encerra um conjunto de vulnerabilidades, uma vez que a baixa escolaridade e o analfabetismo fazem parte

FIGURA 3.1 - INSERÇÃO NA PEA E FREQUÊNCIA ESCOLAR DOS JOVENS ENTRE 15 E 19 ANOS, SEGUNDO REGIÕES BRASILEIRAS EM 2006.



da vida dos jovens envolvidos com a violência seja como vítima ou agressor. No caso da população carcerária brasileira, 70% não possui o ensino fundamental completo e 10% é analfabeta (<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2006/09/19/materia.2006-09-19.6089946428/view>). No caso dos homicídios a situação é semelhante (KILSZTAJN et al., 2003).

Em resumo, constatou-se que ainda é elevada, principalmente entre os homens, a proporção dos que estão fora da escola e não é desprezível (nem para os homens nem para as mulheres e em todas as regiões do país) a fração dos adolescentes que já não estudam e nem sequer participam da atividade econômica. É mais expressiva, entretanto, principalmente entre os homens, a fração de adolescentes que não estudam, mas estão trabalhando ou procurando emprego.

Entre os adolescentes, a taxa de participação dos homens é maior do que a das mulheres e, para ambos os sexos, essa taxa é mais elevada entre os que já não estudam do que entre os que continuam estudando. Ou seja, a probabilidade do adolescente trabalhar ou procurar emprego é influenciada pelo fato de estar estudando ou não, porém também é importante a existência de oportunidades para o adolescente trabalhar, posto que as taxas de participação são maiores nas regiões mais desenvolvidas do país e isto se verifica para ambos os sexos entre os que já não estudam e entre os que ainda continuam freqüentando a escola.

Pode-se perguntar até que ponto a renda familiar influencia a condição de vida e as oportunidades dos adolescentes brasileiros. Ou também se a estrutura familiar tem maior peso na hora de decidir se o jovem irá estudar; trabalhar ou combinar as duas atividades.

Sem dúvida, são evidentes as diferenças entre a situação dos jovens em famílias com renda acima de dois salários mínimos em comparação as duas faixas de menor renda. A parcela de jovens que apenas estudam é de 60% para as famílias de renda mais elevada e cerca de 40% para as famílias das duas faixas de menor renda familiar per capita (Tabela 3.9). Além disso, o percentual de jovens que conjugam trabalho e escola, bem como daqueles que apenas estão voltados para o mercado de trabalho e não mais freqüentam a escola é bem menor na faixa de renda familiar acima de dois salários mínimos.

Os jovens que sequer estudam ou trabalham, também têm o menor percentual nesta faixa de renda. Portanto, a condição sócio-econômica da família modifica o leque de oportunidades dos adolescentes, permitindo que se dediquem apenas aos estudos ou que pelo menos permaneçam na escola mesmo que já estejam no mercado de trabalho.

De outro lado, nas famílias mais pobres é bem superior o percentual de jovens que abandonaram os estudos e apenas trabalham, assim como dos que precisam conciliar

escola e trabalho. A dedicação exclusiva aos estudos não é predominante entre os jovens mais pobres, perfazendo pouco mais de 2 em cada 5 adolescentes. (Tabela 3.9)

Esta mesma influência da renda familiar é observada para ambos os sexos, contudo, a proporção de mulheres nesta faixa etária que somente freqüentam a escola é maior do que entre os homens independentemente da renda familiar per capita. Entre elas verificam-se também menores percentuais de jovens que conciliam escola e atividade econômica.

TABELA 3.9- Inserção na PEA e freqüência escolar para os adolescentes segundo sexo e renda familiar: Brasil, 2006.

Renda familiar per capita	Estuda e é PEA	Só estuda	Não estuda e é PEA	Não estuda e não é PEA	Total
Homem					
Até 1/2 salário mínimo	34,0	34,8	23,2	8,0	100,0
Mais de 1/2 até 2 salários mínimos	34,0	34,7	26,1	5,2	100,0
Mais de 2 salários mínimos	27,9	55,8	12,9	3,4	100,0
Mulher					
Até 1/2 salário mínimo	27,2	51,7	11,1	10,0	100,0
Mais de 1/2 até 2 salários mínimos	29,8	46,9	16,5	6,8	100,0
Mais de 2 salários mínimos	24,4	64,4	7,4	3,8	100,0
Total					
Até 1/2 salário mínimo	31,0	42,3	17,8	8,9	100,0
Mais de 1/2 até 2 salários mínimos	32,1	40,2	21,8	5,9	100,0
Mais de 2 salários mínimos	26,2	60,1	10,1	3,6	100,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria. Obs.: Apenas filhos adolescentes.

Cabe destacar que os homens nesta faixa etária têm uma inserção econômica mais expressiva, particularmente, entre aqueles que não freqüentam a escola comparativamente às mulheres nas mesmas faixas de renda.

Já as diferenças entre os sexos para os adolescentes que estão na PEA e estudam são menos significativas entre as faixas de renda.¹²⁹ Em média, um terço dos homens e pouco mais de um quarto das mulheres conciliam trabalho e estudo.

¹²⁹ A parcela de adolescentes nesta condição diminui com o avanço nos patamares de renda familiar per capita.

Além disso, conforme já observado, a proporção de mulheres que não estão na PEA e não estudam é ligeiramente maior do que de homens em todas as faixas de renda familiar per capita; ao contrário dos homens que quando não estudam estão mais voltados para a atividade econômica.

A consideração da renda familiar permite mostrar que a elevada frequência de adolescentes homens que já não estudam ocorre somente nas duas faixas inferiores de renda familiar (Tabela 3.9). No caso das famílias com mais de dois salários mínimos de renda per capita, a proporção de adolescentes homens que ainda estudam é tão elevada quanto à do total de mulheres, chegando a superar a das mulheres nas duas faixas de menor renda per capita.

Quanto à participação na PEA dos adolescentes de ambos os sexos, as maiores taxas se verificam para os de famílias com renda per capita entre meio até dois salários mínimos, tanto para os que estudam quanto para os que já não estudam. (Tabela 3.10)

Para ambos os sexos, as taxas de participação dos adolescentes de famílias com renda per capita maior que dois salários mínimos são menores que as dos adolescentes de famílias com até meio salário mínimo somente entre os adolescentes que estudam. Ao contrário, as taxas de participação entre os que não freqüentam a escola e pertencem a famílias com renda per capita maior que dois salários mínimos superam as dos adolescentes que têm família com renda per capita menor que meio salário mínimo.

Este último resultado sugere que os adolescentes que já não estudam, de famílias muito pobres, têm dificuldades específicas para participar da atividade econômica, seja devido ao tipo de família ao qual pertence seja pela suas características pessoais que dificultam essa participação.¹³⁰

Assim, pode-se concluir que a renda familiar influi na condição de vida e oportunidades dos adolescentes brasileiros. Existe uma grande diferença na proporção de adolescentes (homens ou mulheres) que freqüentam a escola entre as poucas famílias com adolescentes que tem renda per capita acima de dois salários mínimos (14%) e as demais com renda inferior a este nível, não se distinguindo, maiormente a esse respeito, as com renda muito baixa (menos de meio salário mínimo) e a maioria das famílias com

¹³⁰ A diferença da média de anos de estudo nas duas faixas de renda pode ser uma das explicações para esta situação. Dados no Apêndice II.

adolescentes que têm renda per capita entre meio e dois salários mínimos (52%). A especificidade das famílias com adolescentes de renda per capita mais baixa reside na menor participação na atividade econômica dos adolescentes, principalmente daqueles que já não freqüentam a escola. Nessas famílias de menor renda per capita os adolescentes que já não freqüentam a escola têm dificuldades para se inserir na atividade econômica e assim contribuir para a renda familiar.¹³¹

TABELA 3.10 – Percentual de adolescentes que estudam e taxas de participação na PEA conforme, sexo, situação escolar e renda familiar: Brasil, 2006.

Renda familiar per capita	Homem			Mulher			Total		
	% estuda	Participação		% estuda	Participação		% estuda	Participação	
		Estuda	Não estuda		Estuda	Não estuda		Estuda	Não estuda
Até 1/2 salário mínimo	68,9	49,4	74,4	78,9	34,5	52,5	73,3	42,3	66,7
Mais de 1/2 até 2 salários mínimos	68,7	49,5	83,3	76,7	38,9	70,9	72,3	44,4	78,6
Mais de 2 salários mínimos	83,7	33,3	79,2	88,9	27,5	66,1	86,3	30,3	73,9

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria. Obs.: apenas filhos adolescentes.

Ao incorporar as diferenças de tipo de família na análise deve ser lembrado que estas variam conforme a renda familiar per capita, destacando-se o declínio na freqüência de famílias de casal ou mãe com filhos menores de 14 anos e o aumento das formadas por casal ou mãe sem filhos menores de 14 anos, à medida que se consideram famílias adolescentes de maior renda per capita.¹³² Analisando separadamente homens e mulheres e controlando o tipo de família se reafirma o já observado para o total das famílias com filhos adolescentes: as poucas com renda per capita superior a dois salários mínimos têm maior proporção de adolescentes que ainda freqüentam a escola e não se nota que as famílias na faixa entre meio até dois salários mínimos per capita tenham maior

¹³¹ Conforme assinalado, estas dificuldades podem estar relacionadas à estrutura familiar ou a características pessoais como a menor escolaridade, por exemplo.

¹³² O arranjo familiar pai com filhos adolescentes só é mais expressivo no caso das famílias sem filhos menores de 14 anos (2% das famílias que tem filhos adolescentes).

fração de adolescentes na escola do que as famílias do estrato inferior de renda per capita¹³³.

Não obstante, separando os adolescentes segundo a participação na atividade econômica existe uma nítida relação entre o nível de renda e a proporção dos adolescentes que ainda freqüenta a escola apenas para os que não participam da atividade econômica. Já para os adolescentes que participam da atividade econômica essa relação entre nível de renda e freqüência à escola não é tão nítida, pois os das famílias com renda acima de meio até dois salários mínimos não têm freqüência à escola maior do que os das famílias de até meio salário mínimo de renda per capita.

Deve-se destacar o fato de que para todas as faixas de renda per capita a proporção de adolescentes na escola é maior quando a família tem filhos menores de 14 anos. A noção geral é de que a escolaridade dos pais e o número de filhos na família afetam as oportunidades educacionais dos jovens. Assim, acredita-se que uma família com um número elevado de pessoas e baixo nível sócio-econômico poderiam ser fatores impulsionadores para o trabalho dos jovens e também ao abandono da escola. Por outro lado, a presença de filhos menores de 14 anos também indica tratar-se de famílias mais jovens cujos pais provavelmente possuem maior escolaridade do que as famílias mais antigas que só têm filhos maiores de 14 anos, traduzindo a evolução do sistema educacional no Brasil ao longo do tempo.

Destaca-se, assim, a importância do ambiente familiar ser favorável aos estudos dos filhos, o que a literatura relaciona à escolaridade dos pais, bem como sua atenção em relação aos filhos e ao consumo cultural no domicílio. O que se pode notar é um percentual muito expressivo de pessoas de referência que não sabem ler nem escrever (entre 20 e 35%) nas famílias com renda de até meio salário mínimo per capita, bem como uma média de anos de estudo muito baixa entre 3 e 4 anos apenas. Ademais, a parcela de chefes de família desempregados é bem superior se comparado às demais faixas de renda familiar, em especial entre as mulheres chefes de família. Este conjunto de informações mostra como a vida dos adolescentes em famílias com renda de até meio

¹³³ O aumento da freqüência escolar entre os mais pobres e a menor diferença entre as duas primeiras faixas de renda familiar consideradas podem ser efeitos de programas como o Bolsa Família.

salário mínimo per capita contempla um ambiente menos favorável do ponto de vista da sua permanência na escola. (Tabela 4 do Apêndice II)

Contudo, o conjunto de famílias com adolescentes com renda per capita de até meio salário mínimo é muito heterogêneo conformando um terço de todas as famílias com filhos adolescentes.¹³⁴ E, como já mencionado, principalmente para adolescentes que não participam da PEA, a proporção de adolescentes que estão na escola não é menor para as famílias com este nível de renda do que a verificada entre os adolescentes das famílias com renda per capita entre meio e dois salários mínimos.

Uma grande diferença pode ser observada quando se compara a proporção de adolescentes que ainda freqüentam a escola entre os que já participam da atividade econômica entre a minoria das famílias com adolescentes com renda per capita de mais de dois salários mínimos e todas as demais com renda per capita inferior a dois salários mínimos.

É importante ressaltar que para os jovens que não completam pelo menos a educação básica e não tentam obter a educação secundária, reduzem-se as chances de obter um emprego digno, assim, deverão constituir as famílias pobres de amanhã num ciclo de reprodução da desigualdade e da pobreza.¹³⁵ Portanto, as dificuldades econômicas, bem como aspectos relativos à estrutura familiar condicionam o destino destes adolescentes.

Em todos os tipos de família, as com renda per capita acima de dois salários mínimos têm maior parcela de adolescentes na escola. A influência da renda como fator determinante das decisões de trabalhar e estudar aparece na relação evidente entre freqüência do adolescente à escola e nível de renda familiar que se observa apenas para os adolescentes que ainda não participam da atividade econômica. Já em todas as faixas de renda e tipo de família (casal, somente a mãe ou somente o pai) as que têm filhos menores de 14 anos tem maior fração de adolescentes na escola. Finalmente, havendo ou

¹³⁴ Inclusive do ponto de vista de sua distribuição regional, uma vez que cerca de 3 em cada 5 famílias está situada no Norte e Nordeste e as demais nas regiões mais desenvolvidas do país, concentradas, em especial, Sudeste e Sul.

¹³⁵ Segundo Leite (2002:184) na definição da OIT o trabalho digno "(...) é aquele que ocorre em um marco de respeito aos direitos humanos fundamentais, de proteção social, de justa remuneração e de crescimento profissional do trabalhador, convergindo para um projeto mais amplo de desenvolvimento sustentado."

não filhos menores de 14 anos, a proporção de adolescentes que freqüentam a escola diminui quando se passa dos tipos de família constituídos pelo casal para as que têm somente a mãe ou o pai como pessoa de referência. Principalmente no caso das adolescentes mulheres, a freqüência a escola é menor nos arranjos de pai com filhos que nos demais tipos de família, inclusive se comparado aos arranjos de mãe com filhos. Aliás, comparativamente os jovens estudam mais nas famílias com chefia da mãe do que apenas do pai em todas as faixas de renda familiar. A ausência da mãe no domicílio talvez seja um fator que contribui desfavoravelmente para a educação dos filhos.

A participação de adolescentes na atividade econômica não é o ideal, principalmente quando ocorre sem a freqüência a escola, indicando que o adolescente provavelmente não concluiu o ensino básico e não tem qualquer chance de vir a terminar o ensino secundário, mas mesmo quando ocorre simultaneamente com a freqüência à escola pode dificultar sobremaneira a conclusão do ensino secundário. Porém, esta é uma situação ainda bastante comum no que diz respeito a adolescentes homens salvo na pequena fração das famílias com renda per capita maior que dois salários mínimos. Os maiores percentuais estão notadamente nas famílias menos tradicionais, compostas por apenas o pai ou a mãe com filhos, embora não seja desprezível também nas famílias ditas tradicionais compostas por um casal com filhos. Assim, em alguns arranjos há um maior partilhamento no encargo de manter a família, o que conduz a mobilização dos diversos componentes do núcleo familiar em direção ao mercado de trabalho, em especial, em períodos de dificuldades econômicas.

A diferença de freqüência a escola dos adolescentes é muito grande entre os que ainda não participam da atividade econômica e dos que já participam. As adolescentes mulheres que já participam da atividade econômica têm maior percentual na escola do que os homens na mesma condição. (Tabela 3.11) Percebe-se novamente alguma discrepância em relação aos arranjos de pai com filhos, contudo, deve-se ressaltar que estes arranjos possuem um peso muito reduzido em relação ao total de filhos adolescentes. Não há tanta diferença por sexo na freqüência a escola dos adolescentes que ainda não participam da atividade econômica. A não freqüência à escola entre os adolescentes homens que participam da PEA passa de 40% nas famílias com menos de dois salários mínimos de renda per capita.

Estudos mais amplos sobre a família e a participação na atividade econômica que não se restringem apenas aos adolescentes, mostram que a estrutura familiar condiciona a mobilização dos membros para o mercado de trabalho, sobretudo, no caso dos filhos que teriam maior inserção produtiva nas famílias chefiadas apenas pela mãe.

TABELA 3.11 - Proporção de jovens que estudam segundo tipo de família, sexo e faixa de renda familiar per capita: Brasil (2006).

Indicadores e Faixas de Renda Familiar per capita	Famílias com filhos adolescentes					
	Com filhos menores de 14 anos			Sem filhos maiores de 14 anos		
	Casal	Mãe	Pai	Casal	Mãe	Pai
HOMENS						
Até 1/2 salário mínimo per capita						
PEA	61,0	54,5	39,5	61,9	52,1	64,3
Não PEA	82,7	79,8	87,5	82,1	76,4	78,1
Total	70,0	65,7	60,8	70,4	63,7	60,8
Mais de 1/2 até dois salários mínimos per capita						
PEA	60,6	51,3	63,6	56,0	53,4	47,6
Não PEA	90,8	89,8	86,5	86,0	80,5	79,8
Total	73,3	65,2	74,6	67,6	64,2	60,3
Mais de dois salários mínimos per capita						
PEA	72,7	63,3	80,0	68,8	63,5	58,2
Não PEA	96,3	97,7	100,0	93,2	94,1	92,9
Total	87,8	89,1	86,0	82,9	82,2	71,5
MULHERES						
Até 1/2 salário mínimo per capita						
PEA	73,6	74,6	36,0	66,6	68,8	40,9
Não PEA	87,0	82,8	80,6	82,1	77,4	62,0
Total	81,8	79,5	55,4	76,3	74,0	55,4
Mais de 1/2 até dois salários mínimos per capita						
PEA	69,4	60,8	79,7	63,6	59,0	55,8
Não PEA	91,7	89,3	89,5	86,9	83,1	57,3
Total	81,6	74,2	87,5	76,2	71,3	56,7
Mais de dois salários mínimos per capita						
PEA	79,6	72,9	26,4	78,4	73,1	60,4
Não PEA	96,8	100,0	87,4	94,0	90,7	90,5
Total	93,1	91,8	62,2	88,9	82,7	80,7

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria. Obs.: Apenas filhos adolescentes.

Contudo, destacam que no período recente e com as dificuldades na inserção laboral dos jovens observa-se uma crescente redução do emprego dos filhos em todos os tipos de família, bem como uma redução da contribuição dos filhos para a renda familiar, particularmente, a partir da década de noventa. Apesar desta queda, a participação dos filhos no orçamento familiar é maior em famílias com chefia feminina sem cônjuge e para os jovens com idade acima dos 18 anos.¹³⁶

Neste estudo específico dos adolescentes, é possível verificar que a proporção de jovens na escola é sempre maior entre os que ainda não estão voltados para o mercado de trabalho. Independentemente do arranjo familiar e da renda familiar do adolescente, observa-se para ambos os sexos que é mais freqüente permanecer na escola quando não estão na PEA. Desta maneira, é importante buscar alternativas que permitam aos jovens, principalmente os homens, continuar na escola mesmo que estejam trabalhando. Na maioria das vezes o trabalho dos jovens é sem carteira assinada, por outro lado, é exercido em contextos familiares e de vizinhança como ajudantes em negócios familiares, de amigos ou conhecidos, em que as tarefas resumem-se a entregadores, balconistas, digitadores, babás de parentes e atividades afins. São atividades esporádicas, tidas como “bicos” que, de maneira geral, tem a vantagem de serem compatíveis com a vida escolar.¹³⁷

Conclui-se, portanto, que as oportunidades educacionais destes jovens parecem estar muito relacionadas com a renda familiar e a menor presença na atividade econômica, porém também com o tipo de família, em especial quando da presença de irmãos menores de 14 anos no domicílio. Contudo, cabe destacar ainda a menor parcela de estudantes em arranjos constituídos de pai com filhos, o que indica, novamente, um papel negativo da ausência da mãe no domicílio. Aliás, diversos trabalhos sugerem que a escolaridade materna também aumenta de forma significativa a probabilidade dos jovens se dedicarem somente aos estudos.¹³⁸

Além disso, a renda familiar influencia de maneira importante a média de anos estudo observada nesta faixa etária. Apesar da constatação de uma significativa

¹³⁶ Ver Montali (1998) (2000) (2003) (2004) (2006), Cioffi (1998) e Borges (2006).

¹³⁷ Madeira (2007:30)

¹³⁸ Courseiul, Foguel & Santos (2001); Leme & Wajnman (2000) e Leite & Silva (2002).

defasagem escolar, notadamente, nas famílias mais pobres e para o sexo masculino com maior intensidade, percebe-se que a renda da família contribui positivamente para o aumento dos anos de estudo para ambos os sexos. Um exemplo ilustrativo é a diminuição do percentual dos adolescentes com até quatro anos de estudo para os que pertencem a famílias com renda familiar acima de dois salários mínimos se comparado às demais faixas de renda. Igualmente entre os jovens em famílias de renda per capita mais elevada cresce a parcela que está no ensino médio ou superior.¹³⁹

Com efeito, nota-se claramente que os homens em famílias com renda de até meio salário mínimo per capita tem proporcionalmente menor escolaridade que as mulheres. As diferenças entre os sexos tornam-se muito menos expressivas nas famílias de maior renda, o que denota que as oportunidades educacionais dos jovens do sexo masculino são muito condicionadas pela situação econômica da família, uma vez que eles estão muito mais presentes na PEA do que as adolescentes nas mesmas condições.¹⁴⁰

Por outro lado, a não participação na atividade econômica significa na maior parte das vezes a colaboração nos afazeres domésticos, particularmente para as mulheres nesta faixa etária. Nas famílias de menor poder aquisitivo mais de 90% das jovens realizam tarefas domésticas, o que se reduz bastante na medida em que cresce a renda familiar. Os homens possuem uma participação bem menos importante neste tipo de atividade e apresentam menor diferenciação entre as faixas de renda familiar per capita. Ao contrário, percebe-se que o tipo de família é também importante para esta situação, posto que nos arranjos de pais com filhos a participação nas atividades domésticas por parte dos filhos adolescentes do sexo masculino é bem mais expressiva, aproximando-se dos patamares femininos.¹⁴¹

Em geral, porém, a parcela de jovens nas atividades domésticas relaciona-se com renda familiar. Quanto menor a renda familiar per capita maior a fração de jovens de ambos os sexos que realizam tarefas domésticas, mais de 90% das mulheres e quase a metade dos homens nesta faixa etária. Curioso é o fato de que a participação nos serviços

¹³⁹ São muitos os trabalhos que apresentam resultados semelhantes e confirmam a importância da renda familiar para a educação dos filhos não apenas no Brasil. Acemoglu & Pischke (2000); Andrade & Dachs (2006); Silva & Kassouf (2002).

¹⁴⁰ Ver Apêndice II Tabelas 16 e 17.

¹⁴¹ Ver Apêndice II Tabelas 18 e 19.

domésticos é maior entre os jovens de ambos os sexos que apesar de fora da PEA estudam. A única exceção é para as mulheres em famílias com renda per capita acima de dois salários mínimos. Portanto, se de um lado os adolescentes do sexo masculino estão mais voltados para o mercado de trabalho, as jovens do sexo feminino dedicam-se mais aos afazeres domésticos. Em ambos os casos, a permanência na escola é fortemente influenciada pela renda familiar do jovem.

A distribuição dos jovens ocupados assemelha-se muito à distribuição dos filhos por tipo de família e faixas de renda, não obstante, nota-se, particularmente entre os jovens de ambos os sexos em famílias de menor renda, uma maior parcela de ocupados nas famílias em que convivem adolescentes e menores de 14 anos de idade.¹⁴² O que indica novamente que existe um padrão um pouco distinto de acordo com o tipo de família e também faixa de renda familiar.

Por outro lado, certamente as características da inserção produtiva destes jovens devem ser também bastante diferenciadas não apenas segundo as faixas de renda familiar como também de acordo com as regiões do país em que vivem. Portanto, no próximo item o objetivo é avaliar o perfil da inserção no mercado de trabalho por parte dos adolescentes brasileiros.

Antes, porém, vale à pena comentar que o observado para a totalidade das famílias se verifica basicamente nos principais tipos de família, ou seja, as diferenças no que diz respeito à participação na atividade econômica também se mostram mais significativas entre os jovens das poucas famílias com renda per capita maior que dois salários mínimos e os adolescentes das demais famílias. As taxas de participação mais elevadas verificam-se entre os adolescentes em famílias com renda per capita entre meio e dois salários mínimos, seja entre os que continuam estudando ou não mais freqüentam a escola. Comparando a participação dos adolescentes de famílias com renda per capita maior que dois salários mínimos com as famílias com até meio salário mínimo verificou-se que ela é menor para os adolescentes das famílias de renda mais elevada somente para os que continuam estudando. De outro lado, esta participação é menor para os adolescentes de famílias com renda per capita de até meio salário mínimo no caso dos adolescentes que já não freqüentam mais a escola. Isto se verifica tanto para homens como para mulheres e

¹⁴² Inclusive por regiões. Ver tabela 5 até 10 e 20 até 22 do Apêndice II.

levou a conclusão de que os adolescentes de famílias com renda per capita mais baixa e que já não freqüentam a escola pertencem a tipos de família ou tem características pessoais particularmente desfavoráveis para a participação na atividade econômica.

TABELA 3.12 - Taxas de participação dos adolescentes segundo tipo de família, sexo e faixa de renda familiar per capita. Brasil: 2006.

Indicadores e Faixas de Renda Familiar per capita	Famílias com filhos adolescentes					
	Com filhos menores de 14 anos			Só com filhos maiores de 14 anos		
	Casal	Mãe	Pai	Casal	Mãe	Pai
HOMENS						
Até 1/2 salário mínimo per capita						
Não estuda	76,0	74,1	85,9	74,6	68,9	57,0
Estuda	51,0	46,3	36,1	51,0	42,7	40,0
Total	58,5	55,8	55,6	58,0	52,2	44,8
Mais de 1/2 até dois salários mínimos per capita						
Não estuda	85,4	89,4	74,7	83,3	78,4	79,9
Estuda	47,7	50,2	44,6	50,8	50,1	47,8
Total	57,8	63,9	52,2	61,4	60,2	60,6
Mais de dois salários mínimos per capita						
Não estuda	80,9	84,3	100,0	77,1	79,8	90,5
Estuda	30,0	17,8	64,9	35,2	30,0	50,2
Total	36,2	25,0	69,8	42,4	38,9	61,7
MULHERES						
Até 1/2 salário mínimo per capita						
Não estuda	55,7	49,4	51,0	53,1	46,8	41,1
Estuda	34,5	37,3	12,4	33,0	36,2	22,9
Total	38,3	39,7	24,0	37,7	38,9	31,0
Mais de 1/2 até dois salários mínimos per capita						
Não estuda	75,3	80,5	32,6	70,3	69,9	41,4
Estuda	38,5	43,5	18,3	38,3	40,5	40,0
Total	45,3	53,0	20,1	45,9	49,0	40,6
Mais de dois salários mínimos per capita						
Não estuda	64,1	100,0	80,5	63,9	70,3	67,0
Estuda	18,7	23,9	17,5	28,9	39,8	24,5
Total	21,8	30,1	41,3	32,8	45,1	32,7

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria. Obs.: Apenas filhos adolescentes.

Sabemos que o perfil das famílias dos adolescentes com renda per capita muito baixa (até meio salário mínimo) é bastante diferente do perfil das famílias dos

adolescentes com renda per capita maior que dois salários mínimos. Entre as famílias com adolescentes de renda per capita muito baixa destacam-se casais e mães com filhos menores que 14 anos enquanto entre as famílias com adolescentes com renda per capita maior que dois salários mínimos a presença destes dois tipos de família é muito menor destacando-se ao contrário a alta participação dos casais sem filhos menores de 14 anos. A tabela 3.12 mostra, entretanto, que para os tipos de família com maior representatividade nas duas faixas de renda per capita destacadas (até meio e mais de dois salários mínimos) verifica-se o constatado para a totalidade das famílias. Este fato indica que a menor participação dos adolescentes que não mais freqüentam a escola das famílias de renda per capita mais baixa tem mais a ver com características pessoais desses adolescentes do que com a conformação do tipo de família da qual fazem parte.

Os resultados da análise da freqüência escolar e participação na atividade econômica dos adolescentes, com dados da PNAD 2006, expressam a maneira como os adolescentes e suas famílias vêm se adaptando às mudanças que tem ocorrido no sistema educacional, na economia e no mercado de trabalho do país. Convém recordar que o adolescente de 15 a 19 anos, em 2006, tinha sete anos e começou a estudar entre 1994 e 1999, momento em que o país lograva universalizar o acesso a escola fundamental e tentava impedir que os estudantes repetissem recorrentemente as primeiras séries, tendendo a abandonar a escola antes da adolescência, com muito poucos anos de estudo concluídos. Essas ações no sistema educacional foram acompanhadas de aumento do número de jovens que conseguiram terminar o primeiro grau e avançar para o segundo. Em simultâneo, ao longo da década de 1990, a abertura econômica e a instabilidade financeira internacional provocaram mudanças no mercado de trabalho que dificultaram enormemente a continuidade de um fenômeno que caracterizava o país: a participação muito elevada dos adolescentes do sexo masculino na atividade econômica. A redução da geração de oportunidades de emprego foi acompanhada de maior seletividade da parte dos patrões, no recrutamento da força de trabalho, notando-se elevação das exigências de escolaridade, o que conforme o tipo de ocupação e o empregador, significou passar a exigir diplomas de primeiro ou até de segundo grau.¹⁴³ Os

¹⁴³ Segundo estudo do Dieese, “há sinais de que trabalhadores com escolarização muito baixa estão sendo expulsos do mercado de trabalho pelas crescentes demandas de qualificação colocadas pelas empresas.

dados apresentados mostraram a diversidade de situações na adaptação dos adolescentes e suas famílias às mudanças na escola e no mercado de trabalho, em um processo que ainda está em curso. A análise utilizou dados sobre participação na atividade econômica e frequência escolar dos adolescentes, classificados por nível de renda per capita das famílias e tipo de arranjo familiar.

Como indicativo da condição sócio-econômica da população, a renda familiar per capita mostrou-se variável muito relevante tanto para a participação na atividade econômica dos adolescentes quanto para a sua frequência à escola. A correlação, entretanto, não é perfeita havendo uma distinção entre, de um lado, os adolescentes das poucas famílias com renda per capita maior que dois salários mínimos e, de outro, os de todas as outras famílias. Evidenciou-se ainda que as famílias com renda per capita entre meio até dois salários mínimos (metade das famílias com adolescentes) não apresentam, em média, uma situação melhor do que as das famílias com renda de até meio salário mínimo per capita (um terço das famílias com adolescentes), tanto em termos de participação na atividade econômica quanto em frequência escolar dos adolescentes.

Chama à atenção, porém, que em todas as faixas de renda per capita são grandes, sejam as diferenças na frequência escolar entre os adolescentes que fazem ou não parte da PEA, sejam as diferenças de participação na atividade econômica entre os adolescentes que continuam estudando ou já deixaram a escola. As correlações entre, de um lado, participação ou frequência escolar e, de outro, nível de renda familiar, são perfeitas quando se consideram respectivamente os adolescentes que já não frequentam a escola e os adolescentes que ainda não participam da PEA. É a combinação da frequência escolar com a participação na atividade econômica que perturba a correlação com a renda.

Muitos adolescentes homens combinam estudo e frequência à escola, certamente em muitos casos para contribuir para a renda familiar. Não há diferenças a esse respeito entre a taxa de participação dos que já estudam e da frequência escolar dos que já participam na atividade econômica, entre as famílias com renda per capita de até meio

Isso pode explicar a leve diminuição da taxa de participação masculina nos últimos anos e a relativamente abrupta mudança do perfil educacional dos ocupados e desempregados em regiões metropolitanas.” (2007:4)

salário mínimo e acima de meio até dois salários mínimos. As diferenças entre essas duas faixas de renda são expressivas quanto à participação dos adolescentes homens que não estudam e quanto à frequência escolar dos que não estão na PEA. Ou seja, os adolescentes homens de famílias com renda per capita de meio a dois salários mínimos e que ainda não estão na PEA têm maior frequência escolar que a dos adolescentes homens que não estão na PEA de famílias com renda de até meio salário mínimo. Já os adolescentes homens que não estudam das famílias de renda per capita de meio a dois salários mínimos têm maior participação do que a dos adolescentes homens que não estudam de famílias com renda per capita menor que meio salário mínimo.

Em síntese, os adolescentes das famílias de mais baixo nível de renda têm encontrado mais dificuldades de se adaptar as mudanças que estão acontecendo no sistema educacional e no mercado de trabalho. Este grupo, entretanto, é muito grande e heterogêneo sendo importante ampliar a análise para além do estudo da frequência à escola e da participação na atividade econômica, examinando o tipo de ocupação dos adolescentes de famílias com diferentes níveis de renda.

3.2 – CARACTERÍSTICAS DA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

No capítulo 2 constatou-se um relativo adiamento da entrada no mercado de trabalho, quando se compara 2006 ao início da década de noventa. Conquanto este fato seja verdadeiro a presença dos adolescentes no mercado de trabalho ainda é relevante, em especial, para o sexo masculino, notadamente, para os jovens que não estudam e vivem nas regiões mais desenvolvidas do país.

Seguramente, as características da inserção no mercado de trabalho variam conforme as condições específicas de cada jovem trabalhador. Com efeito, verifica-se que a renda familiar ainda tem papel determinante para a entrada precoce no mercado de trabalho por parte dos adolescentes de ambos os sexos. As dificuldades de sobrevivência da família e as próprias características familiares impulsionam o jovem a buscar formas de contribuir para o orçamento doméstico. Conforme exposto anteriormente, parte importante das famílias de adolescentes com renda familiar per capita de até meio salário mínimo situa-se nas regiões menos desenvolvidas do país, bem como apresentam maior número

médio de componentes e, principalmente, maior presença de crianças no domicílio. Ademais, a chefia da mãe caracteriza cerca de um quarto do total destas famílias.¹⁴⁴

Assim, observa-se que a maior parte dos jovens em famílias com menor renda per capita começou a trabalhar com até 14 anos de idade. Sendo que destes entre 15 e 20% aproximadamente com até nove anos de idade.

A entrada na PEA com tão pouca idade diminui muito com o avanço da renda familiar, de modo que mais da metade dos jovens ingressa na atividade econômica entre os 15 e os 17 anos de idade na faixa de renda familiar per capita maior que dois salários mínimos. Também, a parcela de jovens que inicia sua vida produtiva com mais de 18 anos aumenta bastante para os jovens nesta faixa de renda familiar, em especial para as mulheres. Não obstante, é importante salientar que, em média, mais da metade dos homens e cerca de duas em cada cinco mulheres nesta faixa etária iniciaram sua vida economicamente ativa com até 14 anos de idade. Portanto, numa faixa de idade em que o trabalho é proibido por lei e, numa fase de vida em que deveriam estar preferencialmente dedicados aos estudos. Sem dúvida esta inserção na atividade econômica com tão pouca idade, pode contribuir para que abandonem a escola ou que tenham um aproveitamento escolar abaixo do desejável, especialmente pelas eventuais dificuldades em conciliar as duas atividades.¹⁴⁵

Numa análise de gênero, é possível observar que em famílias de igual condição econômica as mulheres iniciam sua vida produtiva mais tarde que os homens, contudo, mantém o padrão observado para os homens de ingresso na PEA com menor idade entre as jovens de famílias de menor poder aquisitivo.

Da perspectiva regional, as diferenças na idade de ingresso no mercado de trabalho refletem também as diferenças de nível sócio-econômico da família dos adolescentes.¹⁴⁶ Assim, o Nordeste concentra as famílias mais pobres e também mais de sete em cada dez adolescentes em famílias de baixa renda que começaram a trabalhar com até 9 anos de

¹⁴⁴ A literatura destaca a presença deste tipo de família entre os estratos mais pobres da população, bem como as dificuldades de sobrevivência e a necessidade da colaboração dos filhos e outros parentes nesta tarefa.

¹⁴⁵ Segundo Silva & Kassouf (2002), a média de anos de estudo varia inversamente com idade em que o jovem começou a trabalhar. Este fato gera um círculo vicioso, uma vez que o jovem com baixa escolaridade fica limitado a postos de trabalho de baixa remuneração.

¹⁴⁶ Dados regionais no Apêndice II.

idade. Deste modo, o trabalho precoce para os jovens de ambos os sexos está relacionado com a renda familiar per capita e é muito mais intenso, nas regiões menos desenvolvidas do país, em especial, no Nordeste.

TABELA 3.13 – Adolescentes ocupados: faixa de idade em que começou a trabalhar segundo sexo e faixa de renda familiar per capita. Brasil, 2006.

Faixas idade em que começou a trabalhar e Faixas de Renda Familiar per capita	Homem	Mulher
Até 1/2 salário mínimo per capita		
Até 9 anos	19,1	14,7
10 a 14 anos	56,2	46,6
15 a 17 anos	21,8	32,4
18 a 19 anos	2,8	6,3
Total	100,0	100,0
Mais de 1/2 até 2 salários mínimos per capita		
Até 9 anos	6,6	4,0
10 a 14 anos	38,7	26,8
15 a 17 anos	45,6	54,4
18 a 19 anos	9,1	14,7
Total	100,0	100,0
Acima de 2 salários mínimos per capita		
Até 9 anos	2,6	2,2
10 a 14 anos	25,6	18,9
15 a 17 anos	53,5	53,9
18 a 19 anos	18,4	24,9
Total	100,0	100,0
Total		
Até 9 anos	10,8	7,0
10 a 14 anos	43,9	31,8
15 a 17 anos	37,6	47,8
18 a 19 anos	7,6	13,5
Total	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

Obs.: (a) Apenas para os filhos ocupados nesta faixa etária.

(b) O salário mínimo era de R\$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais) em setembro de 2006.

É importante mencionar que dentro de cada região do país permanece a tendência de entrada precoce entre os mais pobres, tanto entre homens quanto entre as mulheres, muito embora, o percentual masculino seja sempre superior ao feminino.

Um dado que chama a atenção é que a região Sudeste tem as menores parcelas de adolescentes em todas as faixas de renda que começaram a trabalhar com até 14 anos de idade. E apesar da tendência geral de aumento da idade de ingresso com o avanço

nos patamares de renda familiar per capita, as adolescentes do sexo feminino do Sul e do Centro-Oeste em famílias com renda per capita acima de dois salários mínimos são uma exceção. Este fato talvez seja explicado pela maior participação na PEA das adolescentes nas regiões mais desenvolvidas do país.¹⁴⁷

Conclui-se, portanto, que o ingresso precoce dos adolescentes no mercado de trabalho é fortemente condicionado pelo nível sócio-econômico da família em todas as regiões do país, bem como, mais freqüente entre os homens nesta faixa etária. Levando em conta esta situação nos itens seguintes pretende-se investigar em que tipos de atividade e ocupações estão estes jovens, bem como avaliar aspectos como jornada de trabalho, cobertura previdenciária e remunerações.

3.2.1- Tipo de Atividade

Para os adolescentes ocupados em 2006 em quase todas as regiões do país predominam atividades não agrícolas, entretanto, o peso do trabalho agrícola entre os homens nesta faixa etária é ainda expressivo, em média 31,7%. A região Nordeste é a única em que predominam as ocupações agrícolas (52,5%) para os adolescentes do sexo masculino, o que certamente está associado à pobreza das famílias dos jovens que vivem naquela região, uma vez que este tipo de trabalho é na maior parte do tempo realizado para membro da própria unidade domiciliar e não é remunerado.

TABELA 3.14 - Atividade principal do empreendimento do trabalho principal dos adolescentes, segundo sexo e região: 2006

Regiões	Homem		Mulher	
	Agrícola	Não Agrícola	Agrícola	Não Agrícola
Norte	38,8	61,2	16,1	83,9
Nordeste	52,5	47,5	28,8	71,2
Sudeste	16,6	83,4	5,4	94,6
Sul	24,3	75,7	16,1	83,9
Centro-oeste	21,6	78,4	4,0	96,0
Brasil	31,7	68,3	11,9	88,1

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.
Obs.: Apenas para os filhos ocupados nesta faixa etária.

¹⁴⁷ Informações adicionais no Apêndice II.

Entre as mulheres o emprego agrícola é bem menos importante, não obstante, no Nordeste 28,8% das jovens estão em ocupações agrícolas enquanto a média nacional é de apenas 11,9%.¹⁴⁸ (Tabela 3.14)

Entre os jovens de ambos os sexos que trabalham em empreendimentos agrícolas, mais de seis em cada dez pertencem a famílias com renda familiar per capita de até meio salário mínimo. Nas atividades não agrícolas este percentual não chega a 25% dos jovens ocupados. Portanto, o emprego agrícola está bastante relacionado com uma situação econômica familiar mais desfavorável. (Tabela 3.15)

O contexto regional não difere muito deste quadro geral. São, em média, 57,4% dos jovens do sexo masculino ocupados em empreendimentos agrícolas entre as famílias de menor renda per capita. A parcela de trabalhadores agrícolas no Nordeste é 7,2 pontos acima da média nacional, enquanto que a região Sudeste registra o menor percentual de jovens nesta atividade (38,5%). Por outro lado, nas demais faixas de renda verificam-se decréscimos nos percentuais de jovens ocupados em empreendimentos agrícolas, ainda assim as regiões Norte e Nordeste contam com uma proporção bem mais expressiva de jovens nesta atividade que o restante do país. (Tabela 3.16)

TABELA 3.15 - Atividade principal do empreendimento do trabalho principal dos Adolescentes, segundo sexo e faixa de renda familiar per capita: 2006

Faixas de renda familiar per capita	Homem		Mulher	
	Agrícola	Não Agrícola	Agrícola	Não Agrícola
Até 1/2 salário mínimo	66,3	22,8	67,5	23,8
Mais de 1/2 até 2 salários mínimos	32,3	64,7	31,2	61,8
Acima de 2 salários mínimos	1,5	12,4	1,3	14,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

Obs.: (a) Apenas para os filhos ocupados nesta faixa etária.

(b) O salário mínimo era de R\$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais) em setembro de 2006.

Entre as mulheres ocupadas o peso da atividade agrícola é bem inferior, com pouco mais de três entre dez jovens de famílias do estrato inferior de renda nesta atividade. Os percentuais de adolescentes ocupadas em empreendimentos agrícolas são maiores no

¹⁴⁸ Também nas regiões Norte e Sul do país os patamares do emprego agrícola feminino superam a média nacional.

Nordeste e Sul do país (39,3 e 35,3% respectivamente).¹⁴⁹ E mesmo nas famílias de maior renda per capita, a participação das adolescentes nesta atividade é superior à média nacional em regiões menos desenvolvidas como Norte e Nordeste e, principalmente o Sul, o que pode ser explicado pelo peso da agricultura familiar nestas regiões.

TABELA 3.16 – Adolescentes ocupados segundo atividade do empreendimento do trabalho principal, sexo, faixa de renda familiar e região: 2006.

Atividade principal do empreendimento do trabalho principal e faixa de renda familiar per capita	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Total
Homem						
até 1/2 S.M.						
Agrícola	57,2	64,6	38,5	56,1	41,8	57,4
Não agrícola	42,8	35,4	61,5	43,9	58,2	42,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
mais de 1/2 até 2 S.M.						
Agrícola	25,2	29,1	13,0	19,6	18,8	18,8
Não agrícola	74,8	70,9	87,0	80,4	81,2	81,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
mais de 2 S.M.						
Agrícola	6,4	*	4,0	8,6	6,6	5,2
Não agrícola	93,6	100,0	96,0	91,4	93,4	94,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mulher						
até 1/2 S.M.						
Agrícola	22,0	39,3	20,4	35,3	7,8	31,6
Não agrícola	78,0	60,7	79,6	64,7	92,2	68,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
mais de 1/2 até 2 S.M.						
Agrícola	13,8	12,3	3,1	15,2	3,0	7,6
Não agrícola	86,2	87,7	96,9	84,8	97,0	92,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
mais de 2 S.M.						
Agrícola	*	*	*	4,3	2,5	1,4
Não agrícola	100,0	100,0	100,0	95,7	97,5	98,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

Obs.: (a) Apenas para os filhos ocupados nesta faixa etária.

¹⁴⁹ Estudo recente sobre trabalho infantil mostra que o trabalho dos pais condiciona a vida dos filhos. No caso do Sul do país, com tradição da agricultura familiar, quando as mães se dedicam à agricultura os filhos adolescentes também participam desta atividade em 66% dos casos. Schwartzman (2004).

Merece registro o fato de que a maior parte dos jovens ocupados nas atividades agrícolas são trabalhadores não remunerados, produzem para seu próprio consumo ou são trabalhadores temporários, principalmente, nas regiões Norte, Nordeste e Sul do país.¹⁵⁰ As mulheres apresentam patamares ainda mais expressivos de emprego não remunerado e de autoconsumo, o que explica também a concentração dos jovens nas famílias do estrato inferior de renda.¹⁵¹ No Sudeste e Centro-Oeste o peso das atividades não remuneradas e de autoconsumo diminuem bastante, porém ainda permanecem importantes, particularmente para as adolescentes do sexo feminino.

Conclui-se, portanto, que o emprego em atividades agrícolas tem papel predominante para os jovens do sexo masculino, notadamente, entre os mais pobres e residentes no Nordeste. Sendo que esta atividade é fortemente marcada pelo trabalho não remunerado na própria unidade domiciliar ou mesmo pela produção para autoconsumo, o que também se observa para as adolescentes do sexo feminino. Entre as mulheres predomina o emprego não agrícola, assim como entre os homens de famílias de maior poder aquisitivo. Para os adolescentes do sexo masculino e de famílias pobres a exceção é o Sudeste com seis entre dez jovens com ocupação não agrícola.

3.2.2- Jornada de Trabalho

Considerando-se a inserção no mercado de trabalho por parte dos adolescentes não seja desejável, sobretudo, quando penaliza a sua frequência escolar; o número de horas trabalhadas na semana indica se o trabalho destes jovens é em tempo integral ou não. Com efeito, um trabalho eventual ou em tempo parcial, que contribua para sua formação profissional sem, contudo, impedir sua permanência na escola poderia ser considerado ideal, particularmente, para os jovens, cuja situação econômica familiar exige sua contribuição ao orçamento doméstico.

O objetivo é verificar em que medida características como gênero, renda familiar e tipo de atividade relacionam-se com a jornada de trabalho dos adolescentes.

¹⁵⁰ Informações no Apêndice II Tabela 27.

¹⁵¹ Sabendo-se que a renda familiar per capita engloba todos os rendimentos da família, o trabalho do jovem quando não remunerado contribui para que esta seja menor, muito embora os rendimentos dos jovens sejam baixos em todas as atividades.

As diferenças observadas entre os sexos indicam que as mulheres nesta faixa etária têm maior parcela de trabalhadoras com jornada de menos de 40 horas na semana em todas as faixas de renda familiar, o que demonstra que além de estarem menos presentes na PEA do que os homens, também trabalham proporcionalmente menos horas semanais considerando famílias de mesmo nível sócio-econômico.

Tendo em vista a renda familiar, nota-se que tanto entre os homens quanto entre as mulheres em famílias com renda per capita de até meio salário mínimo predominam ocupações com menos de 40 horas semanais de trabalho.¹⁵² Este fato sugere que sejam atividades intermitentes, realizadas para os pais ou parentes e provavelmente, em grande medida, não remuneradas. Aliás, o peso das atividades de autoconsumo ou não remuneradas, bem como sem carteira assinada é bastante expressivo para os adolescentes de ambos os sexos, particularmente nas atividades que contemplam até 14 horas semanais de trabalho.¹⁵³

Por outro lado, para os jovens ocupados em famílias com renda acima de meio salário mínimo per capita crescem o percentual de ocupados com 40 horas semanais ou mais de trabalho, porém as atividades com menor jornada de trabalho ainda apresentam peso significativo no total das ocupações dos adolescentes.

Certamente, o tipo de atividade condiciona também a jornada de trabalho. O emprego agrícola, por exemplo, tem peso mais significativo para os empregados com menos de 40 horas na semana, em especial para os homens, mas também para as mulheres. Conforme assinalado anteriormente, são em grande parte ocupações sem remuneração ou de autoconsumo na própria unidade domiciliar.

¹⁵² Esta diferença entre os estratos de renda pode ser resultado da constatação de que se o rendimento do jovem contribui para a renda familiar e sua renda é proporcional ao período de trabalho, os jovens com trabalho em tempo parcial contribuem menos para o orçamento doméstico, o que também colabora para que permaneçam no estrato inferior de renda familiar per capita.

¹⁵³ Para as adolescentes do sexo feminino o trabalho doméstico sem carteira tem peso significativo. Ver dados no Apêndice II.

Para ambos os sexos, na medida em que se amplia a jornada de trabalho prevalece o trabalho não agrícola.¹⁵⁴ São atividades marcadas pelo emprego sem carteira assinada, porém, apresentam bastante diversidade.¹⁵⁵

TABELA 3.17 – Adolescentes ocupados: horas trabalhadas na semana, segundo sexo e faixa de renda familiar per capita: Brasil, 2006.

Horas trabalhadas na semana e Faixas de Renda Familiar per capita	Homem	Mulher
Até 1/2 salário mínimo per capita		
Até 14 horas	10,8	22,1
15 a 39 horas	45,7	45,7
40 a 44 horas	23,0	11,3
45 a 48 horas	10,4	8,6
49 horas ou mais	10,2	12,2
Total	100,0	100,0
Mais de 1/2 até 2 salários mínimos per capita		
Até 14 horas	5,5	10,1
15 a 39 horas	26,8	35,2
40 a 44 horas	38,3	31,3
45 a 48 horas	16,9	14,4
49 horas ou mais	12,4	8,9
Total	100,0	100,0
Acima de 2 salários mínimos per capita		
Até 14 horas	6,5	8,2
15 a 39 horas	32,2	37,8
40 a 44 horas	39,9	38,5
45 a 48 horas	11,0	10,3
49 horas ou mais	10,5	5,2
Total	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

Obs.: (a) Apenas para os filhos ocupados nesta faixa etária.

(b) O salário mínimo era de R\$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais) em setembro de 2006.

¹⁵⁴ Para os homens neste grupo predomina o emprego sem carteira, porém, em média, três em cada dez ocupações tem carteira assinada. Além disso, as atividades não remuneradas permanecem com parcelas não desprezíveis, o que é explicado pela participação do emprego agrícola. Já entre as mulheres as atividades com carteira assinada entre as que trabalham 40 horas ou mais na semana superam os patamares masculinos, contudo, o emprego sem carteira inclusive no trabalho doméstico representa a maior parte dos empregos das adolescentes. Ver Apêndice II.

¹⁵⁵ Nos próximos itens haverá maior detalhamento sobre as características do emprego não agrícola (e também agrícola) conforme ramo, posição na ocupação, grupos ocupacionais e rendimentos.

O emprego no setor agrícola é menos importante na ocupação dos jovens do sexo masculino com mais de 40 horas semanais, mesmo assim, mostra-se muito superior ao peso no emprego feminino nesta faixa etária.

TABELA 3.18 – Adolescentes ocupados: horas trabalhadas na semana, sexo e tipo de atividade: Brasil, 2006.

Atividade do trabalho principal e horas trabalhadas na semana	Homens		Mulheres	
	Agrícola	Não agrícola	Agrícola	Não agrícola
Até 14 horas	44,4	55,6	30,9	69,1
15 a 39 horas	43,8	56,2	20,2	79,8
40 a 44 horas	23,1	76,9	4,1	95,9
45 a 48 horas	18,8	81,2	3,2	96,8
49 horas ou mais	28,0	72,0	6,1	93,9

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

Obs.: (a) Apenas para os filhos ocupados nesta faixa etária.

Em geral, as menores jornadas de trabalho estão relacionadas ao trabalho não remunerado, por conta própria e para autoconsumo, particularmente, na agricultura, mas também ao emprego sem carteira assinada.¹⁵⁶ Sendo assim, é um trabalho que serve de complemento a atividade de pais ou parentes no setor primário ou no comércio, o que se relaciona com a condição sócio-econômica da família e também com a já apontada dificuldade dos jovens mais pobres em obter um posto de trabalho.

Entre os jovens que trabalham mais de 40 horas semanais observa-se uma situação diferente, com redução do trabalho não remunerado e incremento dos empregos formais e também sem carteira assinada, logo, representam situações distintas.

Com efeito, é possível notar que o percentual dos adolescentes de ambos os sexos em famílias com renda acima de meio salário mínimo que trabalha pelo menos 40 horas semanais é muito expressiva, em especial, para os homens. São mais da metade das mulheres ocupadas e mais de 6 em cada 10 homens ocupados com jornadas de trabalho de 40 horas ou mais na semana em famílias com renda acima de meio salário mínimo.¹⁵⁷

¹⁵⁶ Dados relacionando posições na ocupação e horas trabalhadas estão no Apêndice II.

¹⁵⁷ Nas famílias com renda per capita de até meio salário mínimo a proporção de jovens que trabalham mais de 40 horas semanais é um pouco menor, em especial, para as mulheres (32,1% contra 43,6 dos homens).

Conclui-se até aqui que distante da situação ideal, uma parcela muito expressiva dos adolescentes ocupados mantêm uma rotina de trabalho que pode comprometer seu desempenho escolar ou até impedir sua frequência escolar, o que, aliás, é uma realidade para boa parte dos adolescentes conforme assinalado no item anterior.

3.2.3 – Contribuição à Previdência

Constata-se que a ocupação dos adolescentes é bastante condicionada pela situação econômica da família. Um exemplo são os jovens que pertencem a famílias do estrato inferior de renda e estão mais presentes em atividades agrícolas, não remuneradas ou de autoconsumo, em especial, nas regiões Norte e Nordeste do país.

Sendo assim, como era de se esperar, a contribuição previdenciária não faz parte da vida de boa parte dos jovens ocupados nesta faixa etária, mesmo com uma legislação que prevê que os trabalhadores com mais de 16 anos devem ser inscritos no sistema. Para aqueles que pertencem a famílias com renda per capita de até meio salário mínimo mais de 95% não contribuem para a previdência social, percentual que decresce nas demais faixas de renda, mesmo assim é de mais da metade dos jovens em famílias com mais de dois salários mínimos de renda per capita. Em termos gerais, mais de sete em cada dez adolescentes ocupados de ambos os sexos não contribuem para a previdência social. (Tabela 3.19)

TABELA 3.19 - Contribuição à previdência dos adolescentes ocupados, segundo sexo e faixa de renda familiar per capita: 2006

Faixas de renda familiar per capita	Homem	Mulher
Até 1/2 S.M.	4,6	5,0
Mais de 1/2 até 2 S.M.	30,5	33,7
Acima de 2 S.M.	43,7	46,0
Total	22,2	26,7

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

Obs.: (a) Apenas para os filhos ocupados nesta faixa etária.

(b) O salário mínimo era de R\$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais) em setembro de 2006.

Aliás, estudo da OIT mostra que a situação do jovem no mercado de trabalho na América Latina é bastante semelhante, com predomínio de ocupações informais,

transitórias; de baixa produtividade, com rendimentos precários e sem cobertura da seguridade social.¹⁵⁸ Ademais, a condição sócio-econômica condiciona a inserção produtiva dos jovens latino-americanos, na medida em que os oriundos de domicílios de baixa renda apresentam maior concentração em atividades informais e sem cobertura de proteção social.¹⁵⁹ Tanto entre os homens quanto entre as mulheres nesta faixa etária verifica-se que a fração de jovens ocupados que não contribuem para a previdência se reduz para os adolescentes em famílias com renda acima de meio salário mínimo per capita.¹⁶⁰

TABELA 3.20 – Percentual de adolescentes ocupados que contribuem para a previdência social, segundo regiões, sexo e faixas de renda familiar: 2006.

Regiões e faixa de renda familiar per capita	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Total
Homem						
até 1/2 S.M.	3,5	1,8	10,7	9,6	12,9	4,6
mais de 1/2 até 2 S.M.	15,2	12,6	37,6	37,1	30,2	30,5
acima de 2 S.M.	27,4	19,0	47,4	46,7	40,8	43,7
Mulher						
até 1/2 S.M.	4,6	1,7	10,3	11,3	5,0	5,0
mais de 1/2 até 2 S.M.	19,8	19,0	38,9	35,3	36,7	33,7
acima de 2 S.M.	40,7	12,8	51,8	44,5	34,6	46,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

Obs.: (a) Apenas para os filhos ocupados nesta faixa etária.

(b) O salário mínimo era de R\$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais) em setembro de 2006.

Por outro lado, quando se observam os dados referentes à contribuição previdenciária para as diferentes regiões, nota-se que o Nordeste e Norte do país registram índices bem abaixo da média nacional em todas as faixas de renda familiar. Um exemplo é o Nordeste em que a parcela de não contribuintes para ambos os sexos fica entre 80 e 98%. Certamente, o peso do trabalho não remunerado, sobretudo, agrícola

¹⁵⁸ Guerrero (1998:241). Ver também Tokman (1997).

¹⁵⁹ Ver CEPAL (2004) Cap. VI.

¹⁶⁰ É óbvio que o fato de eventualmente estar em atividades informais, sem contribuição à previdência e com baixa remuneração ou mesmo em atividades não remuneradas explica a maior parcela de jovens não contribuintes em famílias de menor nível sócio-econômico, uma vez que colaboram pouco ou até não colaboram para o acréscimo da renda familiar per capita.

explica este fato. Por outro lado, mesmo entre os jovens ocupados que pertencem às famílias de maior poder aquisitivo, a parcela que não contribui para a previdência é de mais da metade dos ocupados. (Tabela 3.20)

Estes dados revelam a precariedade da situação ocupacional dos adolescentes, em especial na região Nordeste do país, muito embora, com diferentes intensidades a precariedade é aspecto estrutural do mercado de trabalho brasileiro em todas as regiões do país.

Considerando os tipos de atividade é perceptível que no setor agrícola a contribuição previdência é irrisória, o que condiz com a situação anteriormente descrita de que a ocupação agrícola dos adolescentes é marcada pelo trabalho não remunerado, para autoconsumo ou temporário. Cabe lembrar novamente que as atividades agrícolas têm peso importante na ocupação dos jovens mais pobres, do sexo masculino e moradores do Norte e Nordeste do país. É interessante observar que as mulheres apresentam menores percentuais de contribuição nas atividades agrícolas comparativamente aos homens em todas as faixas de renda familiar.

TABELA 3.21 – Contribuição à previdência dos adolescentes ocupados segundo o tipo de atividade, sexo e faixas de renda familiar per capita: Brasil, 2006.

Faixa de renda familiar e Atividade do trabalho principal	Homens	Mulheres
Até 1/2 S.M. per capita		
Agrícola	1,3	1,0
Não agrícola	9,0	6,8
Total	4,6	5,0
de 1/2 até 2 S.M. per capita		
Agrícola	10,1	6,4
Não agrícola	35,3	36,0
Total	30,5	33,7
mais de 2 S.M. per capita		
Agrícola	18,7	0,0
Não agrícola	45,1	46,7
Total	43,7	46,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

Obs.: (a) Apenas para os filhos ocupados nesta faixa etária.

(b) O salário mínimo era de R\$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais) em setembro de 2006.

Ao comparar as atividades agrícolas e não agrícolas percebe-se que a contribuição previdenciária é inferior nas atividades primárias, contudo, é muito pequena

independentemente do tipo de atividade, principalmente para os adolescentes de famílias pobres.

Conclui-se que ainda predomina o trabalho sem contribuição previdenciária, particularmente, no setor primário. Este fato é certamente resultado de condições precárias de inserção no mercado de trabalho através de empregos sem carteira assinada e outras modalidades que não garantem proteção aos seus direitos e de sua família também. Sem dúvida, o trabalho dos adolescentes tem muitas vezes a característica de complementar à atividade dos pais, parentes ou conhecidos, o que se dá de forma intermitente ou transitória, sem vínculos formais ou rendimentos fixos.

3.2.4 – Posições na Ocupação

Tendo em vista a grande diversidade de situações ocupacionais observada até aqui entre os adolescentes, sejam homens ou mulheres, de acordo com a sua condição sócio-econômica, cabe analisar a qualidade destes postos de trabalho em termos da formalidade de vínculos.

Nota-se que a distribuição dos jovens ocupados de acordo com a posição na ocupação mostra-se diferente entre os estratos de renda familiar e conforme o sexo do adolescente. Entre os jovens do sexo masculino, cujas famílias situam-se no grupo de menor renda per capita observa-se um percentual muito elevado de ocupados sem remuneração e também de empregados sem carteira assinada. Ambos os grupos representam praticamente 8 em cada dez ocupações nesta faixa de renda.

Para as adolescentes do sexo feminino a situação é bastante semelhante com quase a metade das jovens em ocupações sem carteira, sendo mais de 30% no serviço doméstico. Além disso, verifica-se também que quase 3 em cada dez ocupações não são remuneradas e mais de 10% em produção para autoconsumo.

O peso significativo de ocupações não remuneradas e para autoconsumo para os jovens em famílias do estrato inferior de renda reflete o papel do setor agrícola no emprego destes jovens.

Por outro lado, as ocupações sem carteira assinada têm uma participação muito expressiva em todas as faixas de renda, inclusive para os jovens em famílias de maior poder aquisitivo, o que indica que a absorção da mão de obra juvenil se dá em grande

medida através de vínculos informais ou através de atividades complementares as atividades dos pais ou parentes, em geral, sem remuneração.

TABELA 3.22 – Adolescentes ocupados segundo posição na ocupação, sexo e faixa de renda familiar per capita: Brasil, 2006.

Posição na Ocupação e Faixa de renda familiar per capita	Homem	Mulher
Até 1/2 salário mínimo per capita		
Empregado com carteira	4,1	3,9
Militar	0,7	*
Funcionário público estatutário	0,1	0,0
Outros empregados sem carteira	39,4	19,5
Trabalhador doméstico com carteira	*	0,2
Trabalhador doméstico sem carteira	1,0	30,3
Conta própria	6,7	7,6
Trabalhador autoconsumo	8,4	10,6
Trabalhador autoconstrução	0,3	0,2
Não remunerado	39,1	27,7
Total	100,0	100,0
Mais de 1/2 até 2 salários mínimos per capita		
Empregado com carteira	28,7	31,0
Militar	1,8	*
Funcionário público estatutário	0,3	0,2
Outros empregados sem carteira	45,8	35,3
Trabalhador doméstico com carteira	0,2	0,3
Trabalhador doméstico sem carteira	0,6	14,2
Conta própria	6,5	6,1
Empregador	0,2	0,4
Trabalhador autoconsumo	1,4	1,9
Trabalhador autoconstrução	0,2	0,0
Não remunerado	14,4	10,5
Total	100,0	100,0
Acima de 2 salários mínimos per capita		
Empregado com carteira	39,4	42,5
Militar	1,5	0,0
Funcionário público estatutário	0,9	0,7
Outros empregados sem carteira	37,2	40,8
Trabalhador doméstico sem carteira	*	1,9
Conta própria	4,7	4,1
Empregador	1,3	0,6
Trabalhador autoconsumo	0,6	0,3
Trabalhador autoconstrução	0,1	*
Não remunerado	14,3	9,2
Total	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria. Obs.: Apenas para os filhos ocupados.

Esta situação é explicada também pelo papel do setor de serviços no total da ocupação dos adolescentes, visto que é um setor em que os vínculos informais têm peso significativo.¹⁶¹

Independentemente da grande parcela de ocupados de ambos os sexos sem carteira assinada, é espantoso o aumento do percentual de jovens com carteira assinada na medida em que avançam os patamares de renda familiar per capita. Nas famílias com renda acima de dois salários mínimos per capita, por exemplo, o trabalho com carteira assinada representa cerca de quatro em cada dez ocupações, enquanto no estrato de renda familiar de até meio salário mínimo são, em média, apenas 4%. Portanto, o perfil da ocupação dos adolescentes segundo posição na ocupação mostra novamente uma clara diferenciação segundo a renda familiar per capita. (Tabela 3.22)

A conformação regional deste quadro é um pouco diferente, visto que novamente, mostram-se claras divergências na composição das ocupações entre as regiões menos e mais desenvolvidas do país.

Considerando os jovens de ambos os sexos de famílias de baixa renda verifica-se que o trabalho não remunerado apresenta uma proporção bastante superior à média nacional entre os adolescentes situados nas regiões Norte, Nordeste e Sul, portanto, áreas em que o peso do setor agrícola na ocupação destes jovens é maior. De outro lado, nas áreas mais desenvolvidas do país, nota-se que o emprego com carteira, mesmo entre os jovens de ambos os sexos de famílias pobres, abarca uma parcela bastante acima da média nacional, o que talvez seja explicado pela maior disponibilidade de emprego na indústria de transformação e outros segmentos que apresentam maiores patamares de emprego formal. Mesmo em diferentes proporções, estas mesmas diferenças entre as regiões mantêm-se para os adolescentes de ambos os sexos em famílias com renda entre meio e dois salários mínimos per capita, o que revela novamente que mais do que a renda

¹⁶¹ Por outro lado, o trabalho por conta própria tem um peso bastante reduzido nesta faixa etária independentemente da renda familiar do jovem, não obstante, diminui sua importância nas famílias de maior renda per capita. Em geral, este tipo de atividade depende de uma experiência de trabalho ou do domínio de algum ofício específico, o que dificulta a atuação do adolescente em atividades desta natureza.

familiar as características regionais influenciam esta condição, em especial, pelo tipo de ocupação predominante entre os adolescentes em cada região.¹⁶²

Com efeito, apesar da evidente melhora no perfil das posições na ocupação entre os jovens nesta faixa etária que pertencem a famílias do estrato de renda acima de dois salários mínimos per capita, principalmente, pela maior proporção de empregos com carteira assinada, esta situação não se repete para aqueles situados na região Nordeste. Enquanto a média nacional para os adolescentes gira em torno de quatro em cada dez ocupações com carteira assinada, no Nordeste este percentual não passa de 10%. Contrariamente, o Sudeste é a única região do país em que se observam patamares acima da média nacional de empregos com carteira assinada para os adolescentes de ambos os sexos. Esta constatação indica que independentemente da situação econômica familiar, as características ocupacionais dos adolescentes apresentam grande disparidade entre, de um lado, as áreas mais desenvolvidas do país e, de outro, os pólos de menor grau de desenvolvimento.

O perfil setorial destas posições na ocupação mostra-se bastante diferenciado, o que também se relaciona com os tipos de ocupação dos jovens nos diferentes setores de atividade.

Na atividade agrícola o trabalho não remunerado é predominante entre os adolescentes de ambos os sexos, independentemente da faixa de renda familiar. Além desta modalidade, observa-se que as atividades neste setor são em grande parte para autoconsumo ou sem vínculos em carteira. Aliás, o trabalho com carteira assinada é apenas significativo entre os homens em famílias com renda acima de dois salários mínimos per capita, mesmo assim, representa menos de 20% do total das ocupações neste ramo de atividade.¹⁶³

Além do setor agrícola merece destaque o alto percentual de trabalho não remunerado no segmento de alojamento e alimentação em todas as faixas de renda e em menor medida no comércio e reparação, o que pode estar relacionado ao comércio ambulante (inclusive alimentação) e comércio de sucata ou atividades realizadas em

¹⁶² A parcela de emprego sem carteira assinada é muito grande em todas as regiões indistintamente. As tabelas com os dados regionais das posições na ocupação estão no Apêndice II.

¹⁶³ Dados relativos às posições na ocupação segundo ramos de atividade por sexo e faixa de renda encontram-se no Apêndice II.

empreendimentos familiares, nos quais na maior parte das vezes o trabalho não é remunerado.¹⁶⁴ Não obstante, parcela muito expressiva das ocupações nestes setores são sem carteira assinada, porém, para os jovens em famílias com renda acima de meio salário mínimo per capita cresce muito a proporção do trabalho com carteira assinada, conforme a tendência geral.

Existem também outras situações em que o trabalho não remunerado representa parcela não desprezível das ocupações entre os adolescentes de famílias do estrato inferior de renda. É o caso da indústria de transformação em que cerca de um quarto dos homens e mais de 30% das mulheres trabalham sem remuneração, além dos homens ocupados em outras atividades industriais (54,8%). Atividades de reciclagem incluídas no setor industrial e de extração mineral em outras atividades industriais devem responder por parte expressiva destas ocupações.

É importante acrescentar que os ramos do setor serviços têm características semelhantes, com alta proporção de empregos sem carteira em todas as faixas de renda familiar e para ambos os sexos, contudo esta proporção diminui, especialmente, para aqueles em famílias com renda acima de dois salários mínimos per capita. A exceção é o trabalho doméstico que indistintamente tem como característica a informalidade dos vínculos.¹⁶⁵

Mesmo com a tendência de aumento da parcela de ocupados com carteira no setor serviços (e também outros setores de atividade) quando se considera as faixas de renda familiar acima de meio salário mínimo per capita, o trabalho formal torna-se predominante entre os homens apenas nos ramos da Indústria de Transformação; Outras atividades industriais¹⁶⁶ e Outras atividades.¹⁶⁷ Para as adolescentes do sexo feminino, a diferença é a substituição do segmento de Outras atividades industriais pela Construção.¹⁶⁸

¹⁶⁴ É importante ressaltar que o ramo de alojamento e alimentação inclui as atividades de ambulantes na alimentação.

¹⁶⁵ O emprego sem registro em carteira abarca boa parte dos vínculos de trabalho dos jovens nesta faixa etária independentemente do tamanho da jornada de trabalho, tipo de ocupação ou ramo de atividade.

¹⁶⁶ Setor composto por Extração de carvão mineral; Extração petróleo, gás natural e serviços relacionados; Extração de minerais metálicos e não metálicos; Eletricidade, gás e água quente; Captação, tratamento e distribuição de água.

¹⁶⁷ No caso das mulheres ocupadas neste segmento os vínculos com carteira assinada representam cerca da metade do total em todas as faixas de renda familiar, o que certamente tem a ver com o tipo de ocupação

TABELA 3.23- Adolescentes ocupados segundo ramo de atividade e posição na ocupação: Brasil, 2006.

Grupamento de atividade/ Posição na ocupação	Agrícola	Outras atividades industriais	Indústria da Transformação	Construção	Comércio e reparação	Alojamento e alimenta- ção
Empregado com carteira	3,8	33,4	44,1	9,7	31,9	23,9
Outros empregados sem carteira	24,7	44,2	39,4	65,2	47,9	42,9
Conta própria	3,8	0,8	5,0	15,5	7,0	2,8
Empregador	0,1	*	0,4	0,2	0,2	0,3
Trabalhador autoconsumo	15,7	*	*	*	*	*
Trabalhador autoconstrução	*	*	*	2,9	*	*
Não remunerado	52,0	18,7	11,1	6,5	13,0	30,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Grupamento de atividade/ Posição na ocupação	Transporte armazena- gem e comunica- ção	Adminis- tração pública	Educação saúde e serviços sociais	Serviços domésti- cos	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	Outras atividades
Empregado com carteira	31,6	9,8	24,5	*	17,2	46,4
Militar	*	30,6	*	*	*	*
Funcionário público estatutário	*	6,1	1,4	*	0,3	0,2
Outros empregados sem carteira	43,0	51,0	56,9	*	57,2	45,9
Trabalhador doméstico com carteira	*	*	*	2,2	*	*
Trabalhador doméstico sem carteira	*	*	*	97,8	*	*
Conta própria	17,0	*	13,3	*	17,6	3,2
Empregador	0,1	*	0,1	*	0,9	0,8
Não remunerado	8,1	2,6	3,7	*	6,8	3,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria. Obs.: Apenas para os filhos ocupados.

O aumento proporcional das ocupações com carteira entre os adolescentes em famílias com renda acima de meio salário mínimo per capita indica mais uma vez que o

feminina neste setor de atividade. Em grande medida nos serviços administrativos ou técnicos de nível médio.

¹⁶⁸ Merece registro o fato do setor da construção apresentar tanta diferença na situação de homens e mulheres. A explicação está no fato de que os adolescentes do sexo masculino ocupam postos de trabalho na categoria de produção de bens e serviços, manutenção e reparação em 95,7% dos casos, enquanto 56,7% das ocupações femininas neste setor estão nos serviços administrativos ou como técnicos de nível médio. Este perfil distinto entre as ocupações explica o fato das mulheres apresentarem um percentual elevado de emprego formal, enquanto os homens trabalham, mormente sem carteira assinada, sobretudo, os mais pobres. Entre as adolescentes do estrato inferior de renda ocupadas nesta atividade predominam as atividades de autoconstrução.

nível sócio-econômico familiar proporciona o acesso a melhores postos de trabalho, contudo, características pessoais relativas à formação do jovem também influenciam sua inserção possibilitando melhores oportunidades.¹⁶⁹

Apesar desta constatação parcela expressiva dos vínculos de trabalho no setor industrial é sem carteira assinada em todas as faixas de renda e ambos os sexos.

De forma geral, sem considerar a renda familiar e o sexo, as ocupações sem carteira assinada representam, em média, mais da metade dos vínculos de trabalho entre os adolescentes. (Tabela 3.23) Seguramente, as diferenças observadas entre os sexos nos mesmos ramos de atividade relacionam-se com os tipos de ocupação distintos.

É possível observar que a maior parte das ocupações em todos os ramos de atividade e também grupos ocupacionais é sem carteira assinada. Assim, quando se fala na distribuição dos jovens segundo posição na ocupação nos diferentes grupos ocupacionais observa-se uma vez mais a precariedade do emprego dos jovens.

Cada categoria ocupacional possui características bastante diversas do ponto de vista das posições na ocupação. A única categoria em que mais da metade das ocupações são com carteira assinada é a de trabalhadores dos serviços administrativos (54,8%), sendo que a média é de apenas 21,9%.

Igualmente, outras categorias apresentam percentual mais elevado de empregos formais: dirigentes em geral; técnicos de nível médio; trabalhadores na produção de bens e serviços, manutenção e reparação e vendedores e prestadores de serviço do comércio, porém, com parcelas entre 27 e 30% apenas.

Portanto, também entre as diversas categorias ocupacionais nota-se um perfil bastante variado em termos de posição na ocupação, entretanto, com prevalência do trabalho sem carteira em grande parte das ocupações, inclusive em atividades que exigem (em tese) um maior grau de qualificação como: técnicos de nível médio; profissionais das ciências e artes, trabalhadores na produção de bens e serviços e também trabalhadores dos serviços administrativos.¹⁷⁰ Assim, a adolescência é caracterizada por ocupações

¹⁶⁹ Além disso, é importante ressaltar que o trabalho formal deve garantir maiores rendimentos e contribuir de forma mais significativa para a renda familiar, o que explicaria a maior proporção de jovens com emprego formal em faixas de renda familiar maiores que meio salário mínimo per capita.

¹⁷⁰ O grupo de ocupações de técnicos de nível médio inclui atividades ligadas a serviços culturais, de comunicação e desportos como: palhaços e acrobatas, atletas, modelos e professores leigos na educação

precárias, especialmente, para aqueles que pertencem a famílias de menor poder aquisitivo.

Ao observar os perfis das ocupações por ramo de atividade e posição na ocupação pode-se concluir que no setor agrícola, apesar das diferenças de sexo e renda familiar, o trabalho é bastante precário com grande parcela de trabalho sem remuneração ou para autoconsumo e, na melhor das hipóteses, sem carteira assinada. Nesta atividade, o emprego com carteira para os jovens é uma exceção. Portanto, o trabalho agrícola traz consigo uma condição bastante precária em termos de vínculos de trabalho.

Nas atividades industriais, o emprego sem carteira é bastante representativo para ambos os sexos, no entanto, a parcela de emprego formal cresce muito com a renda familiar dos jovens ocupados. Já na construção, o emprego masculino é marcado pelo trabalho sem carteira, porém, com o crescimento da renda familiar aumenta o emprego formal e também por conta própria. Entre as mulheres, em especial, as mais pobres, o trabalho de autoconstrução é muito representativo. Todavia, nas famílias de maior nível sócio-econômico, o emprego com carteira abarca entre 6 e 7 em cada 10 ocupações, o que explica-se pela predominância de ocupações administrativas e de nível médio.

No comércio e demais atividades de serviços predominam as ocupações sem carteira assinada, não obstante, é maior a parcela de emprego formal entre os jovens de famílias com maior poder aquisitivo. Em alguns segmentos, como alojamento e alimentação e em parte no comércio e reparação observa-se grande percentual de ocupados sem remuneração e por conta própria, o que pode indicar importância de negócios familiares ou do trabalho de ambulantes.

Independentemente das variações setoriais e segundo a renda familiar, é possível observar um caráter bastante precário das ocupações dos jovens nesta faixa etária, notadamente, nas regiões Norte e Nordeste.

infantil e fundamental, além de técnicos em atividades ligadas ao transporte, serviços administrativos, ciências, engenharia e saúde. Já o grupo de profissionais das ciências e artes abarca um conjunto variado de ocupações, sendo que parte expressiva exige formação superior: policientíficas; das ciências exatas e da engenharia; das ciências biológicas, da saúde e afins; do ensino (com formação de nível superior); das ciências jurídicas; das ciências sociais e humanas; além de comunicadores, artistas e religiosos e outros técnicos de nível médio.

TABELA 3.24 – Adolescentes ocupados segundo grupos ocupacionais e posição na ocupação: Brasil, 2006 .

Grupos ocupacionais/ Posição na ocupação	Dirigentes em geral	Profissionais das ciências e artes	Técnicos de nível médio	Trabalhadores dos serviços administrativos	Trabalhadores dos serviços
Empregado com carteira	29,8	21,5	27,0	54,6	10,8
Militar	*	*	*	0,0	0,1
Funcionário público estatutário	2,0	1,3	1,7	0,7	0,3
Outros empregados sem carteira	31,4	53,4	53,1	41,6	35,1
Trabalhador doméstico com carteira	*	*	*	*	0,8
Trabalhador doméstico sem carteira	*	*	*	*	37,7
Conta própria	*	14,0	12,8	0,1	7,8
Empregador	30,0	0,6	0,1	*	0,1
Não remunerado	6,8	9,2	5,4	2,9	7,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Grupos ocupacionais/ Posição na ocupação	Vendedores e prestadores de serviços do comércio	Trabalhadores agrícolas	Trabalhadores na produção de bens e serviços, reparação e manutenção	Membros das forças armadas e auxiliares	Total
Empregado com carteira	28,7	3,5	27,4	*	21,9
Militar	*	*	*	97,1	0,9
Funcionário público estatutário	*	*	0,1	0,7	0,3
Outros empregados sem carteira	40,0	24,7	53,0	0,5	38,7
Trabalhador doméstico com carteira	*	*	*	*	0,1
Trabalhador doméstico sem carteira	*	*	0,0	*	6,5
Conta própria	9,8	3,7	8,5	*	6,4
Empregador	*	0,1	0,1	*	0,2
Trabalhador autoconsumo	*	15,7	*	*	4,0
Trabalhador autoconstrução	*	*	0,7	*	0,2
Não remunerado	21,5	52,3	10,1	1,7	20,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

Obs.: (a) Apenas para os filhos ocupados nesta faixa etária.

Portanto, distinguem-se claramente duas situações, a dos jovens do Sudeste versus os situados no Nordeste, tanto em termos de composição setorial do emprego, quanto de posições na ocupação. Muito embora a situação ocupacional dos jovens brasileiros não seja das melhores, no Nordeste alto percentual de trabalhadores na

agricultura e serviços domésticos e a precariedade destas ocupações marca o destino dos jovens, em especial, os de famílias mais pobres.

3.2.5- Ramo de atividade e Tipos de ocupação

A partir do exposto até aqui, observou-se que o emprego agrícola tem mais peso na ocupação dos adolescentes em famílias mais pobres, em especial no Nordeste. Ao contrário, nas famílias com renda acima de meio salário mínimo per capita é maior a parcela de ocupações não agrícolas, contudo, a contribuição previdenciária é pequena e as jornadas de trabalho são de pelo menos 40 horas semanais, para boa parte dos adolescentes, assim como, o percentual de empregos sem carteira é muito elevado.

Sendo assim, pretende-se avaliar as características das ocupações dos jovens nesta faixa etária, como ramo de atividade e grupos ocupacionais tendo em vista as diferenças por sexo e de acordo com nível sócio-econômico da família.

Pode-se afirmar com segurança que as ocupações dos adolescentes possuem um perfil setorial bastante diverso conforme o nível de renda per capita da família e o sexo do jovem. Entre os adolescentes de ambos os sexos em famílias com renda de até meio salário mínimo per capita, prevalecem atividades manuais, as quais exigem baixa qualificação, como por exemplo, o trabalho agrícola e o trabalho doméstico. Além destas duas atividades, um em cada quatro empregos está no setor serviços.

Nas famílias com renda acima de meio salário mínimo per capita as ocupações apresentam maior dispersão setorial, bem como, mantêm características distintas por sexo, contudo, um traço comum é bastante visível: a menor importância do emprego no setor agrícola. Não obstante, a parcela masculina neste ramo é ainda expressiva para aqueles em famílias com renda entre meio e dois salários mínimos per capita. Da mesma forma, o serviço doméstico ainda abarca quase 15% da ocupação feminina nesta faixa de renda. Aliás, tal atividade torna-se de ínfima importância apenas para as jovens em famílias do estrato de renda acima de dois salários mínimos per capita.

Diferentemente, nas famílias do estrato de renda familiar acima de dois salários mínimos per capita o perfil do emprego dos jovens do sexo masculino é bastante distinto e se concentra basicamente no comércio e reparação, indústria e também o segmento de outras atividades. Aliás, este é um setor que abarca serviços variados com perfil bastante

distinto de qualificação e inclui desde serviços de informática e P&D, serviços especializados prestados às empresas e até serviços de limpeza e conservação de edifícios. (Tabela 3.25)

TABELA 3.25 - Adolescentes ocupados segundo ramo de atividade, sexo e faixas de renda familiar per capita: Brasil, 2006.

Ramos de atividade e Faixas de Renda Familiar per capita	Até 1/2 S.M.	Mais de 1/2 até 2 S.M.	Mais de 2 S.M.	Total
Homens				
Agrícola	57,4	18,8	5,2	31,7
Outras atividades industriais	0,4	0,4	0,8	0,4
Indústria da transformação	8,0	18,2	21,1	14,7
Construção	6,2	10,4	2,5	8,2
Comércio e reparação	15,2	28,3	27,4	23,4
Alojamento e alimentação	2,6	5,2	7,0	4,4
Transporte, armazenagem e comunicação	2,5	3,3	2,8	2,9
Administração pública	1,6	3,9	6,0	3,3
Educação, saúde e serviços sociais	0,6	2,1	5,8	1,9
Serviços domésticos	1,0	0,8	*	0,8
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2,2	2,9	4,6	2,8
Outras atividades	1,6	5,4	16,9	5,0
Atividades mal definidas ou não declaradas	0,6	0,3	*	0,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Mulheres				
Agrícola	31,6	7,6	1,4	14,0
Outras atividades industriais	0,1	0,2	1,2	0,3
Indústria da transformação	9,2	13,1	15,4	12,2
Construção	0,2	0,3	0,4	0,3
Comércio e reparação	10,5	27,1	30,7	22,6
Alojamento e alimentação	4,7	6,2	4,6	5,5
Transporte, armazenagem e comunicação	0,7	2,4	4,2	2,1
Administração pública	1,5	2,8	3,7	2,5
Educação, saúde e serviços sociais	4,8	8,9	14,9	8,4
Serviços domésticos	30,5	14,4	1,9	17,7
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	4,9	6,6	7,1	6,2
Outras atividades	1,2	10,3	14,5	8,1
Atividades mal definidas ou não declaradas	*	0,0	*	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

Obs.: (a) Apenas para os filhos ocupados nesta faixa etária.

(b) O salário mínimo era de R\$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais) em setembro de 2006.

Assim como no caso masculino, nesta faixa de renda muda radicalmente o perfil das ocupações femininas com crescimento de atividades do comércio e reparação,

indústria e também de atividades ligadas ao setor serviços como educação, saúde e serviços sociais e também o ramo de outras atividades.¹⁷¹

Com efeito, os jovens em famílias de menor nível sócio-econômico estão em ocupações que exigem menor qualificação como serviços domésticos e agricultura. É importante ressaltar que boa parte do trabalho agrícola é não remunerado ou para autoconsumo, o que contribui para a perpetuação das precárias condições econômicas familiares.

Ademais, o trabalho doméstico é em sua maioria sem carteira assinada. Enquanto isso, com o avanço dos patamares de renda familiar, os jovens estão ocupados em maior proporção na indústria, comércio e outras atividades de serviços, as quais exigem um perfil bastante variado de qualificação, não obstante, são também atividades significativamente ligadas ao trabalho manual.

As diferenças regionais referem-se ao peso de alguns ramos de atividade nas diferentes partes do país como, por exemplo, a menor participação do emprego no setor agrícola para os adolescentes em famílias de menor nível sócio-econômico no Sudeste para o sexo masculino, bem como a parcela acima da média nacional de emprego agrícola entre as adolescentes do Sul e Nordeste do país.¹⁷² Apesar disso, o trabalho agrícola e o serviço doméstico são as principais atividades para os jovens mais pobres em todas as regiões do país. Este fato mostra que as portas de entrada para o mercado de trabalho para estes jovens são bastante restritas, inclusive, pela sua menor média de escolaridade.

Entre os jovens em famílias com renda acima de meio salário mínimo per capita o emprego na agricultura continua acima da média nas regiões menos desenvolvidas (Norte e Nordeste) para os adolescentes de ambos os sexos, o que indica que as oportunidades

¹⁷¹ Intermediação financeira, Seguros e previdência privada, Atividades auxiliares da intermediação financeira, Atividades imobiliárias, Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou operadores e de objetos pessoais e domésticos, Atividades de informática e conexas, Pesquisa e desenvolvimento das ciências sociais e humanas, Serviços prestados principalmente às empresas (exemplos: atividades jurídicas, de contabilidade, arquitetura, engenharia, publicidade, vigilância, limpeza, etc.), Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais. Fonte: Metodologia da PNAD 2006. Anexo III – Composição dos Grupamentos de Atividade.

¹⁷² Dados regionais no Apêndice II.

de trabalho nestas regiões devem ser reduzidas e as características familiares e pessoais destes jovens favorecem este tipo de atividade.

Igualmente, para as mulheres o trabalho doméstico permanece com uma fatia acima da média no Norte e no Centro-Oeste. De outro lado, nas regiões mais desenvolvidas do país, notadamente, Sudeste e Sul são maiores as ocupações na indústria, no comércio e reparação, e outras modalidades dos serviços seguindo a tendência geral observada.

Já para os jovens em famílias do estrato de renda acima de dois salários mínimos per capita, notam-se diferenças regionais menos expressivas, exceto a maior presença da indústria de transformação na ocupação de homens e mulheres das regiões Sudeste e Sul, regiões com maior nível de desenvolvimento.

Conclui-se que apesar da grande influência da renda familiar no perfil setorial do emprego dos adolescentes, as oportunidades de trabalho variam conforme as regiões, conferindo, algumas disparidades de situações, principalmente entre os pólos mais e menos desenvolvidos do país.

O perfil do emprego segundo categorias ocupacionais segue a mesma diferenciação até aqui observada tanto entre os sexos quanto segundo faixas de renda familiar per capita.¹⁷³

Entre os jovens de ambos os sexos em famílias de menor poder aquisitivo predominam grupos como: trabalhadores agrícolas, trabalhadores dos serviços e na produção de bens e serviços, manutenção e reparação (entre 80 e 90% do total). Enquanto o trabalho agrícola é mais importante para os adolescentes homens o trabalho nos serviços tem mais peso entre as mulheres. Esta categoria inclui o serviço doméstico, mas também ocupações como camareira, cozinheira, garçom e ligadas à manutenção e conservação de edifícios, entre outras.

Com o avanço das faixas de renda familiar per capita nota-se uma grande alteração no leque de ocupações para os jovens nesta faixa etária, de sorte que para aqueles em famílias com renda acima de dois salários mínimos a estrutura ocupacional é bastante diversa da observada para os adolescentes de famílias pobres.

¹⁷³ Dados no Apêndice II.

TABELA 3.26 – Adolescentes ocupados: grupos ocupacionais segundo sexo e faixa de renda familiar per capita: Brasil, 2006.

Grupos ocupacionais e Faixas de Renda Familiar per capita	Homem	Mulher
Até 1/2 salário mínimo per capita		
Dirigentes em geral	0,10	0,06
Profissionais das ciências e artes	0,62	0,79
Técnicos de nível médio	1,75	3,90
Trabalhadores dos serviços administrativos	2,05	5,53
Trabalhadores dos serviços	10,01	39,92
Vendedores e prestadores de serviço do comércio	7,44	9,77
Trabalhadores agrícolas	57,78	31,46
Trabalhadores na produção de bens e serviços, reparação e manutenção	19,46	8,56
Membros das forças armadas e auxiliares	0,81	*
Total	100,00	100,00
Mais de 1/2 até 2 salários mínimos per capita		
Dirigentes em geral	0,29	0,73
Profissionais das ciências e artes	1,25	2,11
Técnicos de nível médio	4,27	6,43
Trabalhadores dos serviços administrativos	10,82	26,64
Trabalhadores dos serviços	13,68	25,19
Vendedores e prestadores de serviço do comércio	13,54	21,42
Trabalhadores agrícolas	18,56	7,73
Trabalhadores na produção de bens e serviços, reparação e manutenção	35,78	9,75
Membros das forças armadas e auxiliares	1,82	*
Total	100,00	100,0
Acima de 2 salários mínimos per capita		
Dirigentes em geral	3,11	2,65
Profissionais das ciências e artes	5,35	9,18
Técnicos de nível médio	13,10	9,85
Trabalhadores dos serviços administrativos	26,74	38,68
Trabalhadores dos serviços	7,06	9,46
Vendedores e prestadores de serviço do comércio	16,23	21,56
Trabalhadores agrícolas	4,78	1,43
Trabalhadores na produção de bens e serviços, reparação e manutenção	22,16	7,18
Membros das forças armadas e auxiliares	1,47	*
Total	100,00	100,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria. Obs.: Apenas para os filhos ocupados.

Trabalhadores dos serviços administrativos, Vendedores e Prestadores de Serviço do Comércio e Técnicos de Nível médio são categorias que ganham participação na ocupação dos adolescentes de ambos os sexos em famílias com renda superior a dois

salários mínimos per capita, perfazendo mais da metade do total dos empregos masculinos e sete em cada dez femininos. Ainda assim, para os adolescentes do sexo masculino o trabalho de produção de bens e serviços, manutenção e reparação permanece com mais de 22% das ocupações.

Pode-se concluir que apesar das diferenças de categorias ocupacionais entre os sexos, a renda familiar também define situações bastante distintas do ponto de vista ocupacional.

Observa-se, portanto, clara disparidade entre as ocupações dos adolescentes de famílias mais pobres comparativamente aos que pertencem a famílias de maior poder aquisitivo. Esta situação talvez seja um reflexo do próprio perfil destes jovens, com maior escolaridade e, portanto, condições de disputar melhores vagas no mercado de trabalho. A defasagem educacional entre os adolescentes é, sem dúvida, parte da explicação desta diferenciação nos perfis ocupacionais. Ademais, a heterogeneidade de situações familiares, de gênero e também regionais influencia a condição de vida e trabalho dos adolescentes.

3.2.6- Rendimento do Trabalho

Certamente a precariedade de vínculos de trabalho e o trabalho em atividades de baixa qualificação devem apresentar reflexos no rendimento percebido pelos adolescentes ocupados. Além disso, o sexo do adolescente, o tipo de atividade, a jornada de trabalho, as condições de oferta e demanda de mão de obra nas diferentes regiões do país seguramente influenciam a remuneração obtida por estes jovens trabalhadores.¹⁷⁴

Considerando que o trabalho agrícola do jovem é, em grande medida, para autoconsumo ou não remunerado, opta-se por excluir os rendimentos nulos da massa salarial dos adolescentes para que a média dos rendimentos não fique subestimada. Portanto, a média dos rendimentos apresentada considera a renda dos ocupados em todos os setores de atividade, exceto os casos de renda zero.

¹⁷⁴ O que depende do nível de atividade econômica, das condições do mercado de trabalho (desemprego); da produtividade setorial, etc.

É notório que a desigualdade de renda no Brasil é um componente da história do país, o qual marca a sociedade brasileira até hoje. As diferenças na distribuição da renda nacional entre capital e trabalho são muito expressivas, contudo, as desigualdades produzidas dentro do mercado de trabalho são também muito importantes. Uma característica básica do mercado de trabalho no Brasil é a grande heterogeneidade das condições de inserção produtiva.¹⁷⁵ A convivência de setores de atividade de formas modernas, de alta tecnologia, com setores arcaicos e de baixa produtividade, agrava uma heterogeneidade de rendimentos entre postos de trabalho impondo não apenas diferenças entre os qualificados e menos qualificados como também diferenças dentro dos mesmos níveis de qualificação. Conforme assinalado anteriormente, a inserção do jovem no mercado de trabalho é cercada de dificuldades e segundo diversos estudos são geralmente em postos de trabalho mal remunerados e sem cobertura previdenciária.

A renda média do trabalho dos homens é um pouco superior a renda obtida pelas mulheres em todas as regiões do país. Chama a atenção, no entanto, o baixo rendimento médio do trabalho no Nordeste para ambos os sexos, em média, 60% da média nacional. Para ambos os sexos, as regiões Nordeste e Norte apresentam as piores remunerações do trabalho para os jovens nesta faixa etária. (Tabela 3.27)

TABELA 3.27 - Renda média mensal de todos os trabalhos dos adolescentes segundo sexo e regiões, 2006. (em reais de 2006)

Regiões	Homem	Mulher
Norte	302,17	234,38
Nordeste	202,94	176,38
Sudeste	363,97	343,90
Sul	379,19	325,15
Centro-oeste	366,85	283,55
Brasil	322,45	296,02

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

Obs.: (a) Apenas para os filhos ocupados nesta faixa etária.

(b) O salário mínimo era de R\$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais) em setembro de 2006.

(c) exclusive renda zero.

(d) valores correntes do rendimento em reais de 2006.

¹⁷⁵ Esta heterogeneidade expressa pelas diferenças nas condições de trabalho e de remuneração, bem como nas formas de inserção no mercado de trabalho são exploradas brilhantemente por Melo (2006).

Tendo em vista que o salário mínimo era de R\$350,00 verifica-se que a renda média do trabalho para os adolescentes do sexo masculino no Sul, Sudeste e Centro-Oeste é pouco superior ao salário mínimo. Já para as mulheres nesta faixa etária apenas no Sul e Sudeste o rendimento se aproxima mais do salário mínimo (93 e 98% respectivamente). Na região Nordeste, contudo, a renda média fica entre 50-60% do salário mínimo da época.

É igualmente nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste que a renda média do trabalho dos adolescentes do sexo masculino supera a média do país, o que também é verificado para as mulheres somente nas regiões Sul e Sudeste. Ademais, na média do país, as jovens do sexo feminino recebem 90% do rendimento mensal masculino, sendo que apenas no Sudeste as diferenças são menos relevantes.

TABELA 3.28 - Renda média mensal de todos os trabalhos dos adolescentes segundo sexo e regiões como fração do salário mínimo, 2006.

Regiões	Homem	Mulher
Norte	0,86	0,67
Nordeste	0,58	0,50
Sudeste	1,04	0,98
Sul	1,08	0,93
Centro-oeste	1,05	0,81
Brasil	0,92	0,85

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

Obs.: (a) Apenas para os filhos ocupados nesta faixa etária.

(b) O salário mínimo era de R\$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais) em setembro de 2006.

(c) exclusive renda zero.

Ao observar as diferenças na renda média do trabalho entre os sexos e nas diferentes regiões, de acordo com o tipo de atividade (agrícola ou não agrícola), percebe-se inicialmente que o rendimento médio nas atividades agrícolas é inferior ao obtido em atividades não agrícolas, para ambos os sexos e em todas as regiões, entretanto, os menores rendimentos estão no Nordeste. (Tabela 3.29)

A pior condição de remuneração é das adolescentes do sexo feminino, com remunerações médias inferiores aos homens nesta faixa etária em todas as regiões do país e independentemente do tipo de atividade desenvolvida. Todavia, as jovens

moradoras do Nordeste e ocupadas na agricultura apresentam a menor renda média do trabalho do país.

Estes dados corroboram o que foi anteriormente constatado, que a condição no mercado de trabalho dos jovens no Norte e Nordeste é mais precária do que no restante do país. As baixas remunerações dos jovens no mercado de trabalho foram constatadas também em diversos estudos desde os anos oitenta, por exemplo, Madeira (1986) e Arias (1990).¹⁷⁶

TABELA 3.29 - Renda média na atividade principal do empreendimento do trabalho principal dos adolescentes, segundo sexo e região: 2006

Regiões	Homem		Mulher	
	Agrícola	Não Agrícola	Agrícola	Não Agrícola
Norte	250,30	316,79	216,00	234,43
Nordeste	164,12	220,35	143,77	177,51
Sudeste	302,66	371,86	294,66	344,69
Sul	313,32	384,97	263,90	325,97
Centro-oeste	307,99	376,38	322,31	283,30
Brasil	235,22	339,88	231,77	297,16

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

Obs.: (a) Apenas para os filhos ocupados nesta faixa etária.

(b) O salário mínimo era de R\$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais) em setembro de 2006.

(c) exclusive renda zero.

(d) valores em reais correntes de 2006.

Evidentemente, aqueles que trabalham em tempo parcial recebem um salário proporcionalmente menor. Para os jovens que tem uma jornada de trabalho de até 14 horas semanais, a renda média situa-se entre 35 e 40% do salário mínimo vigente em 2006. Com o aumento da jornada de trabalho os rendimentos aumentam para pouco mais de 60% do salário mínimo, sendo curiosamente, um pouco mais elevados para as mulheres. (Tabela 3.30)

¹⁷⁶ De acordo com estudo do Dieese de 2006, entre os ocupados que recebem 1 salário mínimo estão não apenas jovens, contudo, a importância do salário mínimo para esta população é ainda maior. O estudo verifica ainda que o salário mínimo é mais importante para os trabalhadores que não são chefes de família, portanto, para mulheres e jovens, contudo, um terço dos ocupados com 1 salário mínimo eram chefes. Por fim, o estudo identifica que entre os ocupados com 1 salário mínimo estão trabalhadores com ensino médio incompleto e também completo, portanto, conclui que não pode ser considerado como mera remuneração de trabalhadores com baixa escolaridade.

TABELA 3.30 - Renda média e horas trabalhadas para os adolescentes ocupados segundo sexo: Brasil, 2006.

Horas trabalhadas na semana	Homem	Mulher
Até 14 horas	137,79	122,98
15 a 39 horas	220,28	225,46
40 a 44 horas	379,16	389,29
45 a 48 horas	361,85	356,04
49 horas ou mais	358,36	301,13

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

Obs.: (a) Apenas para os filhos ocupados nesta faixa etária.

(b) O salário mínimo era de R\$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais) em setembro de 2006.

(c) exclusive renda zero.

(d) valores em reais correntes de 2006.

Para as jornadas semanais entre 40 e 44 horas, as médias dos rendimentos mensais ultrapassam um pouco o salário mínimo (entre 8 e 11%). Todavia, para os jovens que trabalham mais de 45 horas os rendimentos médios ficam em torno de um salário mínimo e, no caso das mulheres com jornada de 49 horas ou mais é de apenas 86% do salário mínimo. Nota-se, portanto, que a renda do trabalho dos adolescentes situa-se em patamares bastante reduzidos, inclusive para aqueles que se dedicam ao trabalho 40 horas ou mais na semana.

As variações setoriais dos rendimentos dos adolescentes ocupados de ambos os sexos revelam que a diferenciação salarial está relacionada com o setor de atividade e tipo de ocupação. A maior remuneração média para os jovens do sexo masculino ocupados está na indústria de transformação em torno de 15% acima do salário mínimo. Outros setores com as melhores remunerações são outras atividades e outras atividades industriais, ao contrário, os salários médios mais baixos estão nos serviços domésticos, agricultura e construção. (Tabela 3.31)

Para as mulheres a situação é semelhante com salários médios mais elevados no setor de transportes, armazenagem e comunicação, seguido de outras atividades industriais e outras atividades. Indistintamente, o rendimento médio das mulheres nestes setores é superior ao masculino. De outro lado, as menores remunerações médias estão nos serviços domésticos, agricultura e outros serviços coletivos, sociais e pessoais. Estas

diferenças relacionam-se com o perfil das ocupações de homens e mulheres nos diferentes setores de atividade.¹⁷⁷

TABELA 3.31 - Renda média de todos os trabalhos dos adolescentes ocupados, segundo sexo e ramo de atividade: Brasil, 2006.

Ramos de atividade	Homens	Mulheres
Agrícola	235,22	231,77
Outras atividades industriais	348,98	440,98
Indústria da transformação	403,51	348,94
Construção	305,29	394,10
Comércio e reparação	318,66	343,86
Alojamento e alimentação	321,96	304,47
Transporte, armazenagem e comunicação	329,61	446,63
Administração pública	336,63	300,28
Educação, saúde e serviços sociais	308,74	318,90
Serviços domésticos	182,47	138,49
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	319,26	276,91
Outras atividades	386,09	400,71
Atividades mal definidas ou não declaradas	137,17	*

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

Obs.: (a) Apenas para os filhos ocupados nesta faixa etária.

(b) O salário mínimo era de R\$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais) em setembro de 2006.

(c) exclusive renda zero.

(d) valores em reais correntes de 2006.

É importante ressaltar que os setores que apresentam as piores remunerações têm um peso bastante significativo no total da ocupação dos adolescentes, sobretudo, o agrícola e os serviços domésticos.

É claro que o tipo de ocupação modifica o perfil de remuneração dos jovens de ambos os sexos. Aqueles que ocupam a posição de dirigentes, técnicos de nível médio, trabalhadores dos serviços administrativos ou profissionais das ciências e artes, apresentam rendimentos significativamente superiores. Não obstante, o maior rendimento médio masculino é de pouco mais de um salário mínimo e meio para os dirigentes. Para as mulheres este valor fica um pouco abaixo, contudo, chamam a atenção os baixos rendimentos das trabalhadoras dos serviços, pouco mais de meio salário mínimo em média. (Tabela 3.32)

¹⁷⁷ Este padrão diferenciado das ocupações nos mesmos setores de atividade pode ser observado nas Tabelas 37 e 38 do Apêndice II.

TABELA 3.32 - Renda média de todos os trabalhos dos adolescentes ocupados, segundo grupos ocupacionais: Brasil, 2006..

Grupos ocupacionais	Homem	Mulher
Dirigentes em geral	570,41	485,72
Profissionais das ciências e artes	371,50	377,30
Técnicos de nível médio	429,66	327,27
Trabalhadores dos serviços administrativos	381,01	398,00
Trabalhadores dos serviços	275,91	178,63
Vendedores e prestadores de serviço do comércio	333,72	312,79
Trabalhadores agrícolas	232,40	252,90
Trabalhadores na produção de bens e serviços, reparação e manutenção	335,92	316,08
Membros das forças armadas e auxiliares	341,08	*

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

Obs.: (a) Apenas para os filhos ocupados nesta faixa etária.

(b) O salário mínimo era de R\$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais) em setembro de 2006.

(c) exclusive renda zero.

(d) valores em reais correntes de 2006.

De maneira geral, a renda média dos que ocupam o posto de trabalhador agrícola, trabalhador dos serviços ou de vendedores e prestadores de serviços do comércio é a mais baixa. Verifica-se, novamente, que as ocupações mais comuns entre os jovens nesta faixa etária são as com piores remunerações médias.

Inequivocamente o emprego formal, que garante a proteção da lei é o que apresenta em média os maiores salários.

Para os adolescentes que trabalham como empregadores, a renda média é a mais elevada, entretanto, é uma parcela ínfima do total da ocupação destes jovens. Em segundo lugar, estão os funcionários públicos seguidos dos empregados com carteira assinada.

Conforme destacado anteriormente na maior parte dos casos, é o trabalho sem carteira que abarca a maior parte das ocupações dos jovens. No caso do trabalho doméstico sem carteira assinada, o rendimento médio é de menos de meio salário mínimo. Diferentemente, o trabalho sem carteira tem remuneração um pouco mais elevada, entretanto, é em média menor que um salário mínimo. Do mesmo modo o trabalho por conta própria apresenta rendimentos bastante baixos, sobretudo, entre as mulheres. (Tabela 3.33)

TABELA 3.33 - Renda média de todos os trabalhos para os adolescentes ocupados segundo posição na ocupação: Brasil, 2006.

Posição na ocupação	Homem	Mulher
Empregado com carteira	468,12	457,17
Militar	332,64	*
Funcionário público estatutário	540,86	641,45
Outros empregados sem carteira	260,69	282,82
Trabalhador doméstico com carteira	382,50	350,00
Trabalhador doméstico sem carteira	151,07	135,66
Conta própria	269,03	143,67
Empregador	541,76	674,37

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

Obs.: (a) Apenas para os filhos ocupados nesta faixa etária.

(b) O salário mínimo era de R\$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais) em setembro de 2006.

(c) exclusive renda zero.

(d) valores em reais correntes de 2006.

Portanto, é patente a condição precária do emprego dos jovens de ambos os sexos no Brasil. Com o predomínio de trabalho sem carteira, de baixa qualificação e com remunerações médias inferiores a um salário mínimo, mesmo com jornadas de trabalho acima de 40 horas semanais.

Tendo como ponto de partida a noção de que o trabalho dos jovens não deve penalizar a sua formação e desempenho escolar; a constatação é de que boa parte dos adolescentes ocupados trabalha mais de 40 horas na semana e tem um rendimento médio bastante baixo. Assim, apenas as dificuldades econômicas da família ou a falta de outras perspectivas de futuro podem explicar a situação dos jovens nesta faixa etária, já inseridos no mercado de trabalho, muito embora, de forma tão precária.

3.3 – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que os filhos adolescentes não somente se concentram nas regiões Sudeste e Nordeste do país, como também que as condições de vida destes jovens diferem bastante se comparamos estas duas regiões. Em consonância com esta observação pode-se afirmar que os jovens em questão apresentam relativa segmentação, o que indica que os adolescentes não podem ser considerados um grupo homogêneo. As diferenças nos padrões de vida referem-se, sobretudo, ao fato do Nordeste concentrar praticamente a metade das famílias com jovens nesta faixa etária no estrato de renda

familiar per capita até meio salário mínimo.¹⁷⁸ Deve-se ressaltar ainda, que independentemente do tipo de arranjo familiar, é nesta faixa de renda familiar que se situam as famílias com maior tamanho médio.

A partir da análise da frequência escolar e participação econômica dos adolescentes foi possível constatar que a renda familiar tem papel preponderante, principalmente, na condição de estudante sem inserção econômica. No tocante às taxas de participação, a renda familiar mostra-se importante para os jovens que não mais freqüentam a escola, possibilitando maior percentual de jovens na PEA entre as famílias de maior poder aquisitivo se comparado aos adolescentes na mesma condição em famílias com renda de até meio salário mínimo per capita. As dificuldades de inserção produtiva por parte dos adolescentes de famílias pobres foi constatada no capítulo anterior e indicam maiores desafios na adaptação às transformações na economia e no mercado de trabalho.

É importante lembrar que as famílias dos adolescentes apresentam perfis bastante diferenciados de acordo com a faixa de renda e também uma distribuição espacial diferenciada. Nas famílias com renda de até meio salário mínimo per capita prevalecem arranjos de casal e mãe com filhos. Em ambos os casos é expressiva a presença de adolescentes e filhos menores de 14 anos. Ao contrário, nas famílias com maior poder aquisitivo tem tamanho mais reduzido e um maior peso de arranjos sem filhos menores de 14 anos. Além disso, cerca de 60% das famílias mais pobres situa-se no Norte e Nordeste, enquanto, quase 85% das famílias com renda acima de dois salários mínimos per capita encontram-se nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Desta forma, configura-se uma situação bastante distinta entre a condição econômica e familiar entre os adolescentes nas diferentes regiões do país.

Este quadro de desigualdades confere uma grande heterogeneidade dentro deste grupo etário. Se de um lado a escolaridade média destes jovens vem aumentando desde os anos noventa, conforme observado no capítulo anterior, a condição sócio-econômica da família modifica suas oportunidades educacionais. Assim, nas famílias de maior poder aquisitivo é muito maior o percentual de jovens no ensino médio ou superior se comparado aos adolescentes em famílias com renda familiar per capita menor que dois salários

¹⁷⁸ Para os jovens filhos ocorre o mesmo, ou seja, estão em grande medida no Nordeste brasileiro.

mínimos. De outro lado, as taxas de participação mais elevadas entre os jovens que não mais freqüentam a escola de famílias com renda maior que dois salários mínimos per capita, mostram que as oportunidades de obter um posto de trabalho parecem influenciadas também de maneira evidente pela renda familiar.

A combinação de freqüência escolar dos adolescentes e participação na PEA, no entanto, apresenta uma correlação não tão clara com a renda familiar. Esta é uma situação cada vez mais freqüente, o que pode ser encarado de forma positiva, uma vez que estes jovens a despeito de sua presença no mercado de trabalho não abandonaram sua formação escolar e terão chances de um futuro mais promissor, se a economia crescer mais e criar novas oportunidades de emprego. É ainda uma situação mais favorável, em especial, se comparado aos jovens que mesmo na adolescência estão fora da escola e apenas buscam seu sustento e de sua família, muitas vezes em ocupações que conferem poucas perspectivas de melhores condições de vida e remuneração digna.

Conquanto a situação ideal para estes jovens seja apenas freqüentar a escola; pode-se dizer que dadas às grandes desigualdades sócio-econômicas vigentes no Brasil a concomitância de trabalho e escola constitui-se num avanço positivo ou na solução possível.

Para ambos os sexos, verifica-se também que a taxa de participação é maior para os jovens que não freqüentam a escola. Contudo, em face das dificuldades de inserção dos jovens no mercado de trabalho desde os anos noventa, a parcela de filhos na atividade produtiva tem apresentado queda.¹⁷⁹ A inserção econômica dos adolescentes parece bastante condicionada pela situação econômica familiar, visto que a entrada precoce na PEA é mais expressiva entre os adolescentes em famílias pobres e mais intensa no Nordeste.

As diferenças entre os tipos de ocupação e também a qualidade dos postos de trabalho do ponto de vista da formalidade de vínculos são inegáveis quando compara-se a situação dos adolescentes segundo faixas de renda familiar e regiões. O peso do trabalho agrícola e dos serviços domésticos, bem como de atividades sem remuneração, para autoconsumo ou ainda sem carteira assinada é muito mais expressivo entre os jovens de famílias pobres e entre os moradores das regiões menos desenvolvidas do país.

¹⁷⁹ Ver Montali (2000) (2003) (2004) (2006) e Borges (2006).

Ao contrário, para os adolescentes de famílias com renda maior que dois salários mínimos per capita o percentual de postos de trabalho com carteira assinada é muito superior, ainda assim, o Nordeste e o Norte do país apresentam percentuais bem abaixo da média nacional, o que indica que além da renda familiar as oportunidades dos jovens são influenciadas pelo contexto regional em que estão inseridos, com clara desvantagem para os jovens moradores das regiões com menor grau de desenvolvimento.

Para os adolescentes em famílias de maior poder aquisitivo, as características das ocupações são também muito distintas com aumento de atividades ligadas aos serviços administrativos, como técnicos de nível médio e vendedores e prestadores de serviços do comércio. A indústria de transformação, o comércio e reparação, outras atividades de serviços abarcam parte expressiva das ocupações destes adolescentes.

Conclui-se assim, que a renda familiar define situações bastante distintas do ponto de vista ocupacional, com clara disparidade entre as ocupações dos jovens de famílias mais pobres em comparação com os que se situam em núcleos familiares de maior poder aquisitivo. Este fato pode ser reflexo das diferenças no próprio perfil educacional destes adolescentes, uma vez que com maior média de anos de estudo, os jovens de famílias mais abastadas podem disputar melhores vagas no mercado de trabalho.

De maneira geral, as menores jornadas de trabalho estão em atividades sem remuneração, na produção para autoconsumo ou por conta própria, principalmente, nas atividades agrícolas no Norte e Nordeste. Sem dúvida, o trabalho dos adolescentes mais pobres tem muitas vezes a característica de complementar à atividade dos pais, parentes ou conhecidos, o que se dá de forma intermitente ou transitória, sem vínculos formais ou rendimentos fixos, particularmente na agricultura familiar ou no comércio ambulante.

Por outro lado, verifica-se que parte expressiva dos adolescentes ocupados trabalha mais de 40 horas na semana. São, por exemplo, mais de 50% das mulheres e cerca de 6 entre 10 ocupados do sexo masculino que pertencem a famílias com renda acima de meio salário mínimo per capita.

O emprego sem carteira tem também um peso muito significativo, aliás, independentemente do tamanho da jornada de trabalho, do ramo de atividade e do tipo de ocupação. A precariedade do emprego dos adolescentes reflete-se também nos baixos rendimentos médios dos ocupados nesta faixa etária, sendo a média masculina um pouco

superior à feminina. Sem dúvida, são as regiões Nordeste e Norte do país que apresentam as piores médias de remuneração para os jovens adolescentes, em média, abaixo de um salário mínimo.

Evidencia-se ainda, que mesmo os jovens que trabalham mais de 40 horas na semana têm um rendimento médio pouco superior ao salário mínimo, cerca de 10% apenas. Ademais, os ramos de atividade que apresentam as piores remunerações médias detêm peso muito significativo na ocupação dos adolescentes, como é o caso dos serviços domésticos e da agricultura. É claro que o tipo de ocupação altera este quadro de rendimentos, particularmente, para os jovens em ocupações de nível médio; nos serviços administrativos ou como profissionais das ciências e artes; que são grupos em que os salários médios são um pouco maiores. Mesmo assim, as maiores rendas médias não ultrapassam um salário mínimo e meio.

Inequivocamente é o emprego com carteira assinada que confere as melhores remunerações médias, contudo, conforme ressaltado anteriormente é o trabalho sem proteção legal que abarca parte considerável das ocupações dos adolescentes. Com efeito, grande parte dos ocupados nesta faixa etária trabalha mais de 40 horas na semana e recebe um salário que é em média bastante baixo, em torno de um salário mínimo. Parcela significativa destes jovens está em postos de trabalho de baixa qualidade, sem proteção legal ou ainda em atividades não remuneradas, sendo que a condição dos adolescentes ocupados é ainda mais desesperadora no Norte e, sobretudo, no Nordeste do Brasil. Portanto, pode-se imaginar que apenas um cenário de profunda desigualdade e ausência de oportunidades pode explicar o ingresso em massa destes jovens no mercado de trabalho, em geral de forma tão precária. Porém, compreender esta situação passa, sobretudo, por aspectos familiares e culturais que ainda tem o trabalho do jovem e do filho como parte integrante do modo de “*viver em família*”. Portanto, o trabalho é visto como uma forma de retribuição; como um compromisso moral para com os pais e, ademais, um instrumento de socialização do jovem, o qual tem sido demonstrado relevante, particularmente, para as camadas populares.

A partir deste foco é importante mencionar a conclusão de publicação da OIT de que

“Uma política eficaz de combate ao trabalho de crianças e adolescentes não pode colocar seu foco, unicamente, na repressão dessa atividade, e sim na criação de condições para que ela seja descontinuada. A principal dessas condições é, sem dúvida, a melhoria do sistema educacional, associada com a criação de programas de geração de emprego e renda para as famílias. A segunda é a identificação de situações em que o trabalho de crianças e adolescentes é indispensável como meio de sustento para as famílias, que precisam ser compensadas.”
(Schwartzman, 2004:47-48)

Portanto, falar hoje do trabalho dos adolescentes requer considerar a grande heterogeneidade de situações familiares, sócio-econômicas, regionais e também ocupacionais destes jovens, o que não possibilita a mera consideração negativa do trabalho, mas exige um exame profundo de suas características.

CONCLUSÃO

O presente trabalho teve o propósito de investigar a situação dos adolescentes (jovens entre 15 e 19 anos) na condição de filhos segundo sua inserção produtiva e frequência escolar entre 1992 e 2006. A pesquisa buscou identificar o papel da condição sócio-econômica da família; do sexo do adolescente; da estrutura familiar, bem como a região de moradia para a participação na PEA e continuidade dos estudos.

Os trabalhos na área sugerem que a entrada dos jovens no mercado trabalho é motivada não somente pela necessidade de complementar a renda familiar, mas pela satisfação de suas necessidades de consumo, pela busca de construção da sua própria identidade e, sobretudo, de autonomia. Desta forma, muitos argumentam que o trabalho é um elemento socializador e uma maneira de afastá-los da violência e da marginalidade, em especial, para os jovens de famílias pobres.

Por outro lado, o tema é cercado de polêmica, tendo em vista que esta inserção na atividade econômica tem impactos sobre as suas condições de saúde e também no desempenho escolar. Não existe um consenso acerca da idade adequada para entrada dos jovens no mercado de trabalho, contudo, a literatura ressalta a importância da concepção de “juventudes”, no sentido, de heterogeneidade de caminhos de vida e diferenças na condição juvenil de acordo com o contexto em que o jovem está inserido.

Apesar das grandes divergências entre os autores no que se refere à entrada dos jovens no mercado de trabalho, a importância dada à permanência dos jovens na escola é um aspecto de relativo consenso na literatura. Portanto, independentemente do provável papel negativo da inserção produtiva sobre o desempenho escolar e a saúde dos jovens, existe a necessidade de manter os adolescentes na escola, preferencialmente, dedicando-se exclusivamente a esta atividade.

Assim, partindo do pressuposto que os adolescentes devem freqüentar a escola é interessante sublinhar a melhora nos indicadores de educação desde os anos noventa. A escolaridade média dos adolescentes cresce de 5,5 para 8 anos de estudo. Ao mesmo tempo, observa-se um significativo aumento no número de jovens com ensino fundamental completo e também freqüentando o ensino médio. Cabe ressaltar que o aumento na frequência escolar entre os jovens é observado para ambos os sexos e todas as camadas

sociais quando compara-se 1992 e 2006. Entretanto, cerca de um em cada quatro adolescentes não freqüenta a escola em 2006. São 25% das mulheres e cerca de 30% dos homens nesta faixa etária. E um fato ainda mais preocupante é que uma parcela não desprezível destes jovens que estão fora da escola, sequer sabe ler e escrever.

Portanto, considerando que ainda é grande a defasagem escolar tanto entre os homens como entre as mulheres nesta faixa etária, o afastamento destes adolescentes da escola configura uma situação distante do desejável e que terá graves implicações sobre o futuro destes jovens. Com efeito, é necessário que haja um grande esforço por meio de políticas públicas de modo a permitir que todos os adolescentes ao menos concluam o ensino básico e, se possível, o ensino médio. Esta é uma medida que não apenas terá impactos nas condições de vida e futuro desta geração de brasileiros, mas seria um investimento com alto retorno social do ponto de vista da possibilidade de ruptura do círculo vicioso da pobreza, sempre que o desempenho da economia garanta geração suficiente de oportunidades de emprego que permitam um desenvolvimento profissional e remuneração apropriada para uma população crescentemente educada. O alto custo futuro de um processo de exclusão social, notadamente, pelas tensões sociais e ameaças à coesão social através de problemas crescentes com a violência urbana indicam a importância de investimentos sociais e do crescimento da economia que gerem perspectivas de futuro aos jovens.

Ademais, a manutenção dos adolescentes na escola e a conseqüente redução das pressões sobre o mercado de trabalho de um contingente de população muito jovem sub-escolarizada contribui para uma melhor estruturação do mercado de trabalho para reduzir a taxa de desemprego da população adulta.

Em consonância com o que foi exposto até aqui, conclui-se que se a situação educacional dos adolescentes em 2006 ainda não pode ser considerada ideal, certamente é muito melhor do que no início dos anos noventa. Com efeito, a redução nas taxas de participação no período e o aumento simultâneo da freqüência escolar entre os adolescentes de ambos os sexos indicam uma importante inflexão na tendência histórica de inserção precoce no mercado de trabalho e abandono escolar entre os jovens, sobretudo, entre os homens. É notório que esta retirada dos jovens do mercado de trabalho, revelada pelo aumento da inatividade e do desemprego, foi condicionada

fortemente por uma dinâmica econômica e de transformações no mercado de trabalho pouco favoráveis à criação de novos empregos a partir dos anos noventa.

Cabe registrar, portanto, a necessidade de um esforço estatal no sentido de aprofundar o processo em curso, desde os anos noventa, de melhoria do sistema educacional e adaptação das famílias brasileiras ao desempenho da economia e do mercado de trabalho mediante a redução na participação na PEA dos filhos adolescentes.

Assim, mesmo acreditando que o ideal é que se dediquem exclusivamente à sua educação, sabe-se que as desigualdades sociais impõem o trabalho precoce e, ao mesmo tempo, restrições quanto à aquisição das credenciais educativas. Em 2006, quase a metade da população de adolescentes na condição de filhos estava na PEA, seja para complementar a renda familiar ou por motivações pessoais.

É importante ressaltar que ao analisar a situação dos jovens filhos adolescentes foi possível constatar que se trata de um grupo bastante heterogêneo, com situações bastante distintas em termos de frequência escolar e inserção econômica conforme o sexo, a renda familiar, o tipo de família e a região do país.

Em primeiro lugar, pôde-se comprovar que a renda familiar que tinha um papel preponderante na condição de estudante dos adolescentes, seja para os que já participaram da atividade econômica, seja para os que ainda não tenham essa participação, perdeu esta associação porque foi justamente na faixa de menor renda per capita que ocorreram os maiores aumentos de frequência escolar dos adolescentes, tanto para os que já participaram da atividade econômica quanto para os que já não têm essa participação (a proporção de adolescentes de famílias com até $\frac{1}{2}$ salário mínimo de 2006 diminuiu de 50 para 30%). A permanência na escola é maior entre os jovens fora da atividade econômica, sejam homens ou mulheres. Ao mesmo tempo o papel da família para a frequência escolar sugere a importância da presença da mãe no domicílio, contudo, a universalização do acesso da população ao ensino fundamental no sentido de aprovação nas primeiras séries de estudo permitiram aumentar a frequência escolar dos adolescentes principalmente nas situações mais desfavoráveis quais sejam as das famílias de renda muito baixa, ausência da mãe no domicílio e sexo masculino.

No tocante às taxas de participação, a relação com o nível de renda das famílias era, em 1992, menos nítida do que com a frequência escolar dos adolescentes. Para os

adolescentes que continuam freqüentando a escola a taxa de participação era menor nas famílias de mais alta renda, mas não havia diferenças maiores a esse respeito nas duas faixas de menor renda. Já para os adolescentes que não freqüentam a escola a taxa de participação era menor nos que tinham famílias de menor renda. Entre 1992 e 2006 as maiores reduções de taxa de participação ocorreram para os adolescentes de famílias de menor renda e as menores reduções de taxas de participação ocorreram para as famílias de maior renda. Deste modo, se acentua a menor participação dos adolescentes que já não estudam de famílias de renda muito baixa e passa a não ser tão menor a taxa de participação dos adolescentes que ainda estudam de famílias de renda mais alta. Esses resultados sugerem que o aumento das dificuldades dos adolescentes de participar da atividade econômica afetou principalmente os de famílias que não tem alto nível de renda.

Assim, quando se considera a participação na atividade econômica combinada aos estudos dos adolescentes a influência da renda parece bem mais ambígua. Esta é uma situação cada vez mais freqüente, o que poderia ser encarado de forma positiva, uma vez que estes jovens apesar de sua presença no mercado de trabalho não abandonaram sua formação escolar e terão chances de um futuro mais promissor, se a economia brasileira crescer mais e gerar mais oportunidades de emprego. Com efeito, mesmo acreditando que a dedicação exclusiva aos estudos seja a melhor opção para estes jovens; pode-se dizer que, dadas às grandes desigualdades sócio-econômicas vigentes no Brasil, a concomitância de trabalho e escola dos adolescentes constituiu-se ao longo da última década num avanço positivo ou na solução possível.

É inegável, que as condições econômicas da família condicionam as oportunidades de vida de seus filhos, sendo assim, é necessário criar condições para que as restrições impostas pela insuficiência de renda sejam sobrepostas, mediante programas de complementação de renda, porém, com uma diferença crucial: que não apenas exijam a freqüência escolar, mas também tenham foco no rendimento escolar dos jovens incluídos no programa. Não basta incentivar à freqüência a escola, mas deve-se buscar incessantemente garantir seu aprendizado para que no futuro tenham condições menos desiguais de acesso ao mercado de trabalho e, portanto, perspectivas de obter um posto de trabalho com remuneração digna que permita seu sustento e de sua família. Evidentemente, esta situação exige constantes melhorias do sistema educacional, o que

deve ser um objetivo, em especial, no que se refere ao ensino público que concentra a maior parte destes jovens.

Assim, acreditamos que o ideal é consolidar o processo de adiamento de entrada dos jovens no mercado de trabalho e, não de restaurar o mercado de trabalho para os jovens nesta faixa etária. Este fato é importante, não somente sob a ótica das condições de vida desta população, mas, sobretudo, para uma melhor estruturação do mercado de trabalho. Assim, acreditamos que deve-se desmistificar a noção de que o mercado de trabalho deve criar emprego para os jovens, principalmente, nesta faixa etária.

Outros resultados obtidos corroboram esta análise, na medida em que demonstram a precariedade da inserção dos adolescentes no mercado de trabalho, porém, com grande heterogeneidade de situações não apenas relativas à condição econômica de sua família.

As diferenças de gênero, por exemplo, são mais visíveis no que se refere à escolaridade mais elevada das mulheres em comparação aos homens nas famílias de mesmo nível de renda per capita, entretanto, verificou-se menor diferenciação entre os indicadores de educação para os adolescentes em famílias com renda acima de dois salários mínimos per capita. Por outro lado, os homens apresentam maiores taxas de participação na PEA que as mulheres nas mesmas faixas de renda familiar, o que indica uma diferenciação entre os sexos que se sobrepõe ao papel da renda familiar.

Para ambos os sexos, verifica-se também que a taxa de participação é maior para os jovens que já não frequentam a escola e também para aqueles situados nas regiões mais desenvolvidas do país, o que indica que esta participação depende também das oportunidades de obter um posto de trabalho. Não obstante, a inserção econômica dos adolescentes parece bastante condicionada pela situação econômica familiar, visto que a entrada precoce na PEA é mais expressiva entre os adolescentes em famílias pobres e também mais intensa no Nordeste, região que concentra boa parte das famílias com adolescentes com renda per capita de até meio salário mínimo.

Ao avaliar o tipo de estrutura familiar não se notam diferenças muito expressivas, contudo, os diferentes perfis das famílias dos adolescentes segundo faixas de renda configuram situações bastante distintas do ponto de vista das condições de vida destes jovens.

Deste modo, é importante lembrar que as famílias dos adolescentes apresentam contornos diferenciados de acordo com a faixa de renda e também uma distribuição espacial bastante distinta. Nas famílias dos adolescentes com renda de até meio salário mínimo per capita prevalecem arranjos de casal e mãe com filhos, com destaque para a prevalência de famílias que também são compostas por filhos menores de 14 anos. Por outro lado, as famílias com maior poder aquisitivo possuem um tamanho mais reduzido sendo mais comuns os arranjos sem filhos menores de 14 anos. Além disso, cerca de 60% das famílias mais pobres situa-se no Norte e Nordeste, enquanto, quase 85% das famílias com renda acima de dois salários mínimos per capita encontram-se nas regiões mais desenvolvidas do país (Sudeste, Sul e Centro-Oeste). Desta forma, configura-se uma situação bastante distinta entre a condição econômica e familiar entre os adolescentes nas diferentes regiões do país. Assim, este quadro de desigualdades confere uma grande heterogeneidade dentro deste grupo etário.

Ainda no que se refere à inserção na PEA, as diferenças entre os tipos de ocupação e também a qualidade dos postos de trabalho do ponto de vista da formalidade de vínculos são inegáveis quando se compara a situação dos adolescentes segundo faixas de renda familiar e regiões. Nas regiões menos desenvolvidas e entre os adolescentes mais pobres, o trabalho sem carteira, não remunerado ou para autoconsumo, bem como as atividades ligadas à agricultura e aos serviços domésticos são bem mais frequentes.

Ao contrário, para os adolescentes em famílias de maior poder aquisitivo, as características das ocupações são também muito distintas com aumento de atividades ligadas aos serviços administrativos, como técnicos de nível médio e vendedores e prestadores de serviços do comércio. Portanto, parte expressiva das ocupações destes adolescentes está em segmentos como a indústria de transformação, o comércio e reparação e outras atividades de serviços (onde se destacam os serviços de apoio à atividade econômica inclusive serviços financeiros).

Igualmente, para os adolescentes de famílias com renda maior que dois salários mínimos per capita são mais frequentes os postos de trabalho com carteira assinada. Mesmo assim, constata-se que o Nordeste e o Norte do país apresentam percentuais de empregos com carteira assinada bem abaixo da média nacional, inclusive entre os jovens

de famílias de maior poder aquisitivo, o que sugere que além da renda familiar as oportunidades destes jovens são influenciadas pelo contexto regional do qual fazem parte, com evidente desvantagem para aqueles situados nas regiões menos desenvolvidas do país.

Conclui-se assim, que a renda familiar também define situações bastante distintas do ponto de vista ocupacional, com clara disparidade entre as ocupações dos jovens de famílias mais pobres em comparação com os que se situam em arranjos familiares de maior poder aquisitivo. Este fato pode ser reflexo das diferenças no próprio perfil educacional destes adolescentes, uma vez que com maior média de anos de estudo, os jovens de famílias que dispõem de maior renda per capita podem disputar melhores vagas no mercado de trabalho.

Constata-se ademais, que apesar da significativa influência da renda familiar no perfil setorial do emprego dos adolescentes, as oportunidades de trabalho variam conforme as regiões, conferindo, algumas disparidades de situações, principalmente entre os pólos mais e menos desenvolvidos do país.

Outrossim, verifica-se que o trabalho dos adolescentes mais pobres tem muitas vezes a característica de complementar à atividade dos pais, parentes ou conhecidos, o que se dá de forma intermitente ou transitória, sem vínculos formais ou rendimentos fixos, particularmente na agricultura familiar ou no comércio. Em geral, as menores jornadas de trabalho estão em atividades sem remuneração, na produção para autoconsumo ou por conta própria, principalmente, nas atividades agrícolas no Norte e Nordeste.

Por outro lado, verifica-se que parte expressiva dos adolescentes ocupados trabalha mais de 40 horas na semana. São, por exemplo, mais de 50% das mulheres e cerca de 6 entre 10 ocupados do sexo masculino que pertencem a famílias com renda acima de meio salário mínimo per capita. Assim, de forma geral estes adolescentes estão engajados numa rotina de trabalho que pode penalizar a sua freqüência escolar.

Entre os adolescentes, o emprego sem carteira tem um peso muito significativo, aliás, independentemente do tamanho da jornada de trabalho, do ramo de atividade e do tipo de ocupação. A precariedade do emprego dos adolescentes reflete-se também nos baixos rendimentos médios dos ocupados nesta faixa etária. O rendimento médio entre os homens é um pouco superior ao das mulheres nesta faixa etária, contudo, em média, a

renda do trabalho entre os adolescentes é de aproximadamente um salário mínimo. Sem dúvida, são as regiões Nordeste e Norte do país que apresentam as piores médias de remuneração para os jovens adolescentes, abaixo de um salário mínimo.

Evidencia-se ainda, que mesmo os jovens que trabalham mais de 40 horas na semana têm um rendimento médio apenas cerca de 10% superior ao salário mínimo. Ademais, as atividades que detêm peso muito significativo na ocupação dos adolescentes, como é o caso dos serviços domésticos e da agricultura, apresentam as piores remunerações médias. Evidentemente, o tipo de ocupação altera este quadro de rendimentos, particularmente, para os jovens em ocupações de nível médio; nos serviços administrativos ou como profissionais das ciências e artes; mesmo assim, as maiores rendas médias do trabalho não ultrapassam um salário mínimo e meio.

Sem sombra de dúvida os empregos com carteira assinada são aqueles que conferem as melhores remunerações médias, contudo, conforme enfatizado anteriormente é o trabalho sem carteira assinada que detém parte considerável das ocupações dos adolescentes.

Com efeito, grande parte dos ocupados nesta faixa etária trabalha mais de 40 horas na semana e recebe um salário que é em média bastante baixo, em torno de um salário mínimo. Parcela significativa destes jovens está em postos de trabalho de baixa qualidade, sem proteção legal ou ainda em atividades não remuneradas, sendo que a condição dos adolescentes ocupados é ainda mais frágil e incerta no Norte e, sobretudo, no Nordeste do Brasil. Portanto, pode-se imaginar que apenas um cenário de profunda desigualdade e carência de oportunidades pode elucidar o fato de que tantos jovens ingressam tão cedo no mercado de trabalho.

Conclui-se assim, que as desigualdades sociais e as diferenças na condição juvenil definem cenários distintos na vida dos adolescentes brasileiros. Certamente, é tarefa essencial ao formulador de políticas públicas que tenha como objetivo melhorar as condições de vida e garantir um futuro digno aos adolescentes, apreender esta grande diversidade de situações familiares, sócio-econômicas, regionais e também ocupacionais destes jovens. Este trabalho tentou contribuir para a atribuição de prioridades no que concerne a esta população, de maneira especial, destacando o papel das políticas públicas para o futuro desta geração de brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ACEMOGLU, Daron; PISCHKE, Jörn-Steffen. **Changes in the Wage Structure, Family Income, and Children's Education**. NBER Working Paper Series 7986, October, 2000. (www.nber.org/papers/w7986.)
- ABDALA, Ernesto. **Jóvenes, Educación Y Empleo En America Latina**. Papeles de Población-Universidad Autónoma del Estado de México, UAEM, México, 2002. www.iica.org.uy/redlat/mayo1.pdf
- _____. **Formación y empleabilidad de jóvenes en América Latina**. In: Molpeceres Pastor, M. Identidades y formación para el trabajo en los márgenes del sistema educativo. Cinterfor/OIT: Montevideo, 2004.
- ABRAMO, Helena Wendel. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, nº. 5-6, São Paulo: ANPED, 1997.
- _____. **Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo**. In: Abramo, H. W. e Branco, P. P. Martoni. Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.
- ANDRADE, Cibele Yahn de; DACHS, Norberto. **Acesso à educação nas diferentes faixas etárias segundo a renda e a raça/cor**. Anais do XV Encontro Nacional da ABEP, Caxambu: setembro de 2006.
- ARIAS, Alfonso Rodríguez. **Avaliando a Situação Ocupacional e dos Rendimentos do Trabalho dos jovens entre 15 e 24 anos de idade na presente década**. in: Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. Brasília: CNPD, 1998. Volume 2
- ARRIAGADA, Irma e ARANDA, Verónica (compiladoras). **Cambio de las familias en el marco de las transformaciones globales: necesidad de políticas públicas eficaces**. CEPAL - Série Seminários y Conferencias nº. 42, Santiago de Chile, diciembre de 2004.
- ARRIAGADA, Irma. **Políticas Sociales, Família y trabajo en la América Latina en fin de siglo**. CEPAL – Série Políticas sociales nº. 21. Santiago de Chile, 1997.
- _____. **Transformações sociais e demográficas das famílias latino-americanas**. In: Domingues e Maneiro (orgs.) América Latina hoje: conceitos e interpretações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- AZEVEDO; José Sérgio Gabrielli de; MENEZES, Wilson Ferreira; FERNANDES, Cláudia Monteiro. **Fora do Lugar: Crianças e Adolescentes no Mercado de Trabalho**. São Paulo: ABET; Salvador: UFBA, 2000.

BALTAR, Paulo; KREIN, José Dari; MORETTO, Amilton. **O emprego formal nos anos recentes.** CESIT – Carta Social e do Trabalho, número 3: janeiro/abril, 2006.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. **Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990.** In: Proni, Marcelo W. & Henrique, Wilnês (organizadores) Trabalho Mercado e Sociedade. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: Instituto de Economia da Unicamp, 2003.

_____. **Emprego e Salários: Situação Atual e Perspectivas.** Trabalho apresentado no XVI Encontro Regional da Amatra VI, realizado no Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco entre 14 e 18 de Março de 2007.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade; LEONE, Eugenia Troncoso. **Contradições das Relações de Trabalho sob a Influência Neoliberal no Brasil.** Trabalho apresentado no “Primer Colóquio de Economía Política y Pensamiento Crítico”, realizado em Santiago do Chile, de 9 a 11 de Novembro de 2006.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade; LEONE, Eugenia Troncoso; MAIA, Alexandre Gori. **Domicílios de baixa renda e mercado de trabalho.** CESIT – Carta Social e do Trabalho, número 4: maio/agosto, 2006.

BARAHONA, Milagros. **Famílias, hogares, dinámica demográfica, vulnerabilidad y pobreza en Nicaragua.** Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE) – División de Población de la Cepal. Serie Población y Desarrollo, 69. Santiago de Chile, abril de 2006.

BASTOS, Raul Luís Assumpção e MATOS, Jéferson Daniel de. **Mudanças e permanências na inserção ocupacional dos jovens na Região Metropolitana de Porto Alegre.** Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú – MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BECK, Ulrich. **Hijos de la libertad: contra las lamentaciones por el derrumbre de los valores.** In: Beck, Ulrich. Hijos de la libertad. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 1999 (a).

_____. **Democratización de la familia.** In: Beck, Ulrich. Hijos de la libertad. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 1999 (b).

BELTRÃO, Kaizô Iwakami. CAMARANO, Ana Amélia. KANZO, Solange. **Ensino Fundamental: diferenças regionais.** Revista Brasileira de estudos da População Vol. 19, nº. 2, jul./dez. 2002.

- BERCOVICH, Alicia; MADEIRA, Felicia Reicher; TORRES, Haroldo G. **Descontinuidades demográficas** in: SÃO PAULO. SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO. 20 anos no ano 2000: estudos sócio-demográficos para a juventude paulista. Fundação SEADE – São Paulo: 1998.
- BILAC, Elisabete Dória. **Família: algumas inquietações**. In: Carvalho, Maria do Carmo Brant de. A família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.
- BLANCHFLOWER, David G. and. FREEMAN, Richard B **The Declining Economic Status of Young Workers in OECD Countries**. In: Blanchflower and Freeman (org.) Youth employment and joblessness in advanced countries. NBER Comparative labor markets series, 2000.
- BLANCO, José María Garcia. GUTIÉRREZ, Rodolfo. **Insercion Laboral y Desigualdad en el mercado de trabajo: cuestiones teoricas**. Revista Española de Investigaciones Sociológicas. No. 75: Julio-Septiembre, 1996.
- BLACK, Sandra; DEVEREUX, Paul e SALVANES, Kjell. **The more the merrier? The effect of family composition on children's education**. NBER Working Paper Series 10720, August, 2004. (www.nber.org/papers/w10720.)
- BOCHNER, Rosany. **Perfil das intoxicações em adolescentes no Brasil no período de 1999 a 2001**. Cadernos de Saúde Pública. vol. 22, no.3, Rio de Janeiro:Março,2006.
- BORGES, Angela. **Educação e mercado de trabalho: elementos para discutir o desemprego e a precarização dos trabalhadores escolarizados**. Revista Gestão em Ação, Salvador, v.9, n.1, p.85-102, jan./abr. 2006.
- _____. **Desemprego e precarização em Regiões Metropolitanas: um olhar a partir das famílias**. Parcerias Estratégicas – Número 22. Centro de Gestão de Estudos Estratégicos – MCT: Brasília-DF: Junho 2006b.
- _____. **Impactos do desemprego e da precarização sobre as famílias em três metrópoles brasileiras**. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu, MG, setembro de 2006 (c).
- _____. **Déficits Juvenis ou Déficit de Lugares? O Desemprego e a Ocupação dos Jovens nos Mercado de Trabalho das Metrôpoles de Nordeste e do Sudeste**. X Encontro nacional da ABET: Salvador, novembro de 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **Espírito de família**. In: Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1997.
- BRAGA, José Carlos de Souza. **A financeirização da riqueza - a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismo centrais**. Economia e Sociedade, Campinas - SP, n. 2, 1993.

- BRAGA, Thaiz Silveira. **Entrando na vida adulta: a inserção dos jovens no mercado de trabalho.** Conjuntura e Planejamento, Salvador: SEI, n.134, Julho de 2005.
- BRATER, Michel. **Escuela e formación bajo el signo de la individualización.** Beck, Ulrich. Hijos de la libertad. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 1999.
- BREWER, Laura. **Jóvenes en situación de riesgo: la función del desarrollo de calificaciones como vía para facilitar la incorporación al mundo del trabajo.** Organización Internacional del Trabajo, 2005.
- BRUSCHINI, Cristina. **Estrutura Familiar e Trabalho na Grande São Paulo.** Cadernos de Pesquisa, nº 72, São Paulo: fevereiro de 1990.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. **Globalização e processo de informalidade.** Economia e Sociedade; volume 9, nº 1. Campinas: dezembro de 2000.
- CALAZANS, Gabriela. **Cultura adolescente e saúde: perspectivas para a investigação.** In: Oliveira, Maria Coleta (org.) Cultura, Adolescência e Saúde: Argentina, Brasil e México. CEDES/COLMEX/NEPO-UNICAMP. Campinas, 2000.
- CAMARANO, Ana Amélia. (et al.) **Caminhos para a vida adulta: As múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros.** IPEA: Texto para discussão nº. 1038. Rio de Janeiro: Agosto de 2004.
- CAMARANO, Ana Amélia (org.). **Transição para vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006.
- CARVALHO, Sonia Nahas de; BELLUZZO, Lilia; FERREIRA, Maria Paula; NERY, Elaine. **O desafio de permanecer na escola: situação educacional e condições sociais.** in: SÃO PAULO. SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO. 20 anos no ano 2000: estudos sócio-demográficos para a juventude paulista. Fundação SEADE – São Paulo: 1998.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **O lugar da família na política social.** In: Carvalho, Maria do Carmo Brant de. A família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Petrópolis: Editora Vozes, 2005.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** Volume II. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, Mary Garcia (organizadora). **Cultivando vida, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em**

situação de pobreza. Brasília: UNESCO, Brasil Telecom, Fundação Kellogg, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001. www.unesco.org.br/publicacoes/livros.

_____. **Pesquisas da UNESCO sobre juventudes no Brasil**. In: Novaes et. alli. Juventude Cultura e Cidadania. Comunicações do ISER. Edição especial, 2002.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Por um novo paradigma do fazer políticas – políticas de/para/com juventudes**. Revista Brasileira de estudos da População Vol. 19, nº. 2, jul./dez. 2002.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL) **La juventud en Iberoamérica Tendencias y urgencias**. Santiago de Chile, octubre del 2004. www.eclac.org/

_____. **Panorama Social da América Latina**, 2007. www.eclac.org/

CHIESI, Antonio e MARTINELLI, Alberto. **O trabalho como escolha e oportunidades**. Revista Brasileira de Educação, nº. 5-6, São Paulo: ANPED, 1997.

CIOFFI, Sylvia. **Famílias metropolitanas: arranjos familiares e condições de vida**. Anais do XI Encontro Nacional da ABEP, Caxambu: outubro de 1998.

COMANOR, William e PHILLIPS, Llad. **The Impact of Income and Family Structure on Delinquency**. University of Califórnia, Santa Barbara. Working Paper 7-95, 1998.

CORROCHANO, Maria Carla; NAKANO, Marilena. **Jovens, Mundo do Trabalho e Escola**. In: Sposito, Marília Pontes. (coordenação). Juventude e Escolarização (1980-1998). Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002. (www.inep.gov.br/)

CORSEUIL, Carlos Henrique e SANTOS, Daniel Domingues. **Decisões críticas em idades críticas: a escolha dos jovens entre estudo e trabalho em seis países da América Latina**. Anais do XII Encontro Nacional da ABEP, Caxambu: outubro de 2000.

CORSEUIL, Carlos Henrique; SANTOS, Daniel Domingues e FOGUEL, Miguel Nathan. **Decisões críticas em idades críticas: a escolha dos jovens entre estudo e trabalho no Brasil e em outros países da América Latina**. IPEA: Texto para discussão, nº. 797. Rio de Janeiro, junho de 2001.

DAUSTER, Tânia. **Uma infância de curta duração: trabalho e escola**. Cadernos de Pesquisa no. 82. São Paulo: agosto de 1992.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. **Emprego e Desemprego no Brasil: Notas para discussão**. In: Guimarães, Nadya (org.) Desemprego: Aspecto Institucional e Biográfico. Uma comparação Brasil, França, Japão. Relatório de Pesquisa. São Paulo: fevereiro de 2003. www.fflch.usp.br/sociologia/nadya/final_desemprego.pdf

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. **Quem são os ocupados que ganham salário mínimo?** Nota técnica nº 39; Novembro de 2006.

_____. **Transformações no mercado de trabalho e desafios para a Previdência Social no Brasil.** Nota técnica nº 46; Julho de 2007.

FISCHER, Frida M. et al. **Controle, exigências, apoio social no trabalho e efeitos na saúde de trabalhadores adolescentes.** Revista de Saúde Pública, volume 39, 2005.

_____. **Efeitos do trabalho sobre a saúde de adolescentes.** Ciência e Saúde Coletiva, vol. 8, nº. 4, 2003.

FITOUSSI, Jean Paul e ROSANVALLON, Pierre. **La nueva era de las desigualdades.** Buenos Aires: Manantial, 2003.

FLORI, Priscilla Matias. **Desemprego de Jovens no Brasil Trabalho** apresentado no I Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 18- 20 de Setembro de 2004.

FRANKLIN, Rafael Narciso et al. **Trabalho precoce e riscos à saúde.** Adolescencia Latinoamericana, vol.2, nº. 2, março de 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas.** In: Novaes e Vannuchi (org.) Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.

FROTA, Ana Maria Monte. BARBOSA, Rita Cláudia Aguiar. **Trabalho, Juventude e Exclusão Social: caminhos para uma inclusão social.** Anais do XIII Encontro Nacional da ABEP, ouro Preto: 2002.

GOLDANI, Ana Maria. **Famílias, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção.** Revista Brasileira de Estudos populacionais, vol. 19, nº.1, jan./jun., 2002.

_____. **Relações intergeracionais e reconstrução do Estado de Bem-Estar. Por que se deve repensar essa relação para o Brasil.** In: Camarano, Ana Amélia. Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA/IBGE, 2004. www.abep.nepo.unicamp.br/docs/PopPobreza/GoldaniAnaMariaCapitulo7.pdf

_____. **Reinventar políticas para famílias reinventadas: entre la “realidad” brasileña y la utopia.** Trabalho apresentado na Reunião de Experts: CEPAL - Políticas Hacia Las Familias, Protección e Inclusión Sociales. Santiago de Chile, 28 y 29 de junio de 2005. www.eclac.org.

- GOMES, Jerusa Vieira. **Família: cotidiano e luta pela sobrevivência.** In: Carvalho, Maria do Carmo Brant de. A família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.
- GOODE, William J. **A Família.** São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1970.
- GUERRERO, Jaime Ramírez. **La "Formación de Transición": Modelo conceptual para una estrategia de intervención contra el desempleo juvenil de tipo estructural** in: Juventud, educación y empleo. Montevideo: Cinterfor, 1998. (Herramientas para la Transformación, 8)
- GUIMARÃES, Nadya Araújo. **Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil?** In: Abramo, H. W. e Branco, P. P. Martoni. Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.
- _____. **Trajetórias inseguras, autonomização incerta: os jovens e o trabalho em mercados sob intensas transições ocupacionais.** In: CAMARANO, Ana Amélia (org.). Transição para vida adulta ou vida adulta em transição? Rio de Janeiro: IPEA, 2006.
- HOPENHAYN, Martin. **A cidadania vulnerabilizada na América Latina.** Revista Brasileira de estudos da População Vol. 19, nº. 2, jul./dez. 2002.
- HOROWITZ, Andrew; SOUZA, André Portela. **Inequality in Child Academic Achievement in Single Parent Households: evidence from Brazil.** Working Paper 04-w25. Vanderbilt University: Nashville: December, 2004. www.ideas.repec.org
- IPEA. **Boletim Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise.** Número 34: novembro, 2007.
- KILSZTAJN, Samuel. (et al.) **Vítimas fatais da violência e mercado de drogas na Região metropolitana de São Paulo.** Revista Brasileira de Estudos da População. Campinas, vol. 20, n.2, jul./dez. 2003.
- KLIKSBURG, Bernardo. **O contexto da juventude na América Latina e no Caribe: as grandes interrogações.** Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, vol. 40, nº. 5, Set./Out, 2006
- KÖNIG, René. **La Familia en nuestro tiempo: una comparación intercultural.** Madrid: Siglo XXI de España editores, 1981.
- LASCH, Christopher. **Refúgio num mundo sem coração. A família: santuário ou instituição sitiada?** São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- LEITE, Elenice Monteiro. **Políticas y estrategias de formación e inserción laboral de jóvenes.** Texto apresentado no Seminário Internacional 'Formación e Inserción

Laboral de Jóvenes”, Plan Colombia. Santa Fe de Bogotá, Julio de 2002. Disponível no site: www.ilo.org/public/spanish/region/ampro/cinterfor/publ/artes/leite/pdf/ii_4.pdf

LEITE, Márcia de Paula; RIZEK, Cibele Saliba. **Flexibilidade e Precarização do Trabalho: A experiência brasileira.** Trabalho apresentado no XX International Congress - LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION. Guadalajara – México: April, 1997

LEITE, Márcia de Paula. **Trabalho e sociedade em transformação.** Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000.

_____. **Trabalho e sociedade em transformação.** São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

_____. **Tecendo a Precarização: Gênero, Trabalho e Emprego na indústria de confecções em São Paulo.** XXVIII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, outubro de 2004.

LEITE, Phillippe George Pereira Guimarães; SILVA, Denise Britz do Nascimento. **Análise da situação ocupacional de crianças e adolescentes nas regiões Sudeste e Nordeste do Brasil utilizando informações da PNAD 1999.** Revista Brasileira de estudos da População Vol. 19, nº. 2, jul./dez. 2002.

LEME, Maria Carolina da Silva; WAJNMAN, Simone. **A alocação de tempo dos adolescentes brasileiros entre o trabalho e a escola.** Anais do XII Encontro Nacional da ABEP, Caxambu: outubro de 2000.

LEONE, Eugenia Troncoso; BALTAR, Paulo. **Economia e mercado de trabalho no Brasil.** CESIT – Carta Social e do Trabalho, número 6: maio/agosto, 2007.

LIMA, Fabiano de Souza de. **Educação, Trabalho e Violência: perspectivas, ações e sonhos dos jovens.** Anais do XIII Encontro Nacional da ABEP, Ouro Preto: novembro de 2002.

MADEIRA, Felicia Reicher. **Los jóvenes en el Brasil: antiguos supuestos y nuevos derroteros.** Revista de la Cepal nº 29, 1986(a).

_____. **Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas.** Cadernos de Pesquisa nº. 58. São Paulo, agosto de 1986(b).

_____. **Pobreza, escola e trabalho: convicções virtuosas, conexões viciosas.** São Paulo em Perspectiva. Vol. 7 nº. 1, janeiro/março de 1993.

_____. **Recado dos Jovens: Mais Qualificação.** In: Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. Brasília: CNPD, 1998. Volume 2.

- _____. **Educação e Desigualdade no Tempo de Juventude**. In: CAMARANO, Ana Amélia (org.). *Transição para vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: IPEA, 2006.
- MARQUES, Julio César Leal. PEREIRA, M^a. Ornélia Souza. **Trabalho Infanto-Juvenil e seu impacto sobre a escolaridade e a cidadania: possibilidades de (de)formação?** Revista Faced, n^o. 10, 2006.
- MARTELETO, Letícia. **O papel do tamanho da família na escolaridade dos jovens**. Revista Brasileira de estudos da População Vol. 19, n^o. 2, jul./dez. 2002.
- MEDINA, R. Diez de. **Jóvenes y empleo en los noventa** Montevideo: Cinterfor, 2001 (Herramientas para la Transformación, 14)
- MELO, Frederico Luiz Barbosa de. **Trajetórias no Mercado de Trabalho: perfis socioocupacionais de indivíduos e casais da Grande São Paulo**. Cedeplar – UFMG; 2006.
- MELLO, Sylvia Leser de. **Família: perspectiva teórica e observação factual**. In: Carvalho, Maria do Carmo Brant de. *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.
- MELLUCCI, Alberto. **Juventude, tempo e movimentos sociais**. Revista Brasileira de Educação, no. 5-6, São Paulo: ANPED, 1997.
- MENEZES FILHO, Naercio Aquino et al. **The choice between school and work in Latin America**. Anais do XXVIII Encontro Nacional de Economia, 2000.
- _____. **Adolescents in Latin America and the Caribbean: examining time allocation decisions with cross-country data**. Research Network Working Paper, 470. Inter-American Development Bank, 2002.
- MINAYO-GOMEZ, Carlos and MEIRELLES, Zilah Vieira. **Crianças e adolescentes trabalhadores: um compromisso para a saúde coletiva**. Cadernos de Saúde Pública, vol.13, 1997.
- MONTALI, Lilia. **Arranjos Familiares: O esforço coletivo para viver na grande São Paulo**. Cadernos de Pesquisa, n^o 72, São Paulo: fevereiro de 1990.
- _____. **Trabalho e Família sob a reestruturação produtiva**. Trabalho apresentado no XI Encontro da ABEP: Caxambu, 1998.
- _____. **Mudanças recentes na relação Família-Trabalho**. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP/Unicamp, 2000.
- _____. **Relação Família-Trabalho: reestruturação produtiva e desemprego**. São Paulo em Perspectiva vol. 17, n^o 2, São Paulo, abril/junho 2003.

- _____. **Rearranjos familiares de inserção, precarização do trabalho e empobrecimento.** Revista brasileira de Estudos da População, Campinas, v. 21, n.º. 2, jul./dez. 2004
- _____. **Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e desemprego.** Revista brasileira de Estudos da População, Campinas, v. 23, n. 2, jul./dez. 2006.
- MORETTO, Amilton. POCHMANN, Marcio. **A retomada do emprego numa economia em marcha lenta: implicações para políticas públicas de mercado de trabalho.** Trabalho apresentado no XIV Encontro da ABEP: Caxambu, setembro de 2004.
- NASCIMENTO, Arlindo Mello do. **População e família brasileira: ontem e hoje.** Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP: Caxambu, setembro de 2006.
- OCDE. **Employment Outlook**, 2002. www.oecd.org/els/employmentoutlook/
- OIT: **Trabalho Decente e Juventude: América Latina.** Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2007.
- OSORIO, Rafael; MEJIA, José Antonio; MIRAMONTES; Eduardo Zepeda. Las **ODMS y la juventud en América Latina y el Caribe.** Presentación para la conferencia Los Objetivos de Desarrollo del Milenio en ALC: Inclusión y Desarrollo Humano, Brasília, Brasil, Outubro 2006.
- PAIS, José Machado. **A construção sociológica da juventude—alguns contributos.** Análise Social: volume25; n.º. 105-106. Lisboa, 1990.
- PARSONS, Talcott. BALES, Robert. **Family, Socialization and Interaction Process.** New York: Free Press, 1955.
- PERALVA, Angelina. **O jovem como modelo cultural.** Revista Brasileira de Educação, n.º. 5-6, São Paulo: ANPED, 1997.
- PETRINI, João Carlos. **Mudanças sociais e familiares na atualidade: reflexões à luz da história social e da sociologia.** Memorandum: memória e história em psicologia. Revista eletrônica n.º.8, abril de 2005.
www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos08/petrini01.htm
- PICANÇO, Felícia et al. **Juventude no Brasil: trabalho decente e políticas públicas.** Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú – MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.
- POCHMANN, Marcio. **Emprego e Desemprego dos Jovens no Brasil dos anos 90.** Anais do XI Encontro Nacional da ABEP, Caxambu: 1998.

- _____. **Juventude em busca de novos caminhos no Brasil**. In: Novaes e Vannuchi (org.) *Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.
- _____. **Mercado geral de trabalho: o que há de novo no Brasil?** Parcerias Estratégicas – Número 22. Centro de Gestão de Estudos Estratégicos – MCT: Brasília-DF: Junho 2006b.
- PRONI, Marcelo Weishaupt. RIBEIRO, Thiago Figueiredo Fonseca. **A inserção do Jovem no mercado de trabalho brasileiro**. CESIT – Carta Social e do Trabalho, número 6: maio/agosto, 2007.
- QUADROS, Waldir José de. **O desemprego juvenil no Brasil dos anos noventa**. Cadernos Cesit nº. 31, dezembro de 2001.
- RAMA, Germán W. **La juventud latinoamericana entre el desarrollo y la crisis**. Revista de la Cepal nº 29, 1986.
- RAMOS, Elsa. **As negociações no espaço doméstico: construir a “boa distância” entre pais e jovens adultos “coabitantes”**. In: Barros, M.L. (org.) *Família e Gerações*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- RAMOS, Diná Andrade Lima e LAZO, Aída Verdugo. **A vulnerabilidade econômica das famílias residentes na região metropolitana do Rio de Janeiro no período 1991-2000**. Anais do XIV Encontro Nacional da ABEP, Caxambu, setembro de 2004.
- ROMANELLI, Geraldo. **Autoridade e poder na família**. In: Carvalho, Maria do Carmo Brant de. *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.
- ROSANDISKI, Eliane Navarro. WATANABE, Margareth Izumi. **A batalha por um emprego: um mercado sempre mais concorrido**. in: SÃO PAULO. SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO. *20 anos no ano 2000: estudos sócio-demográficos para a juventude paulista*. Fundação SEADE – São Paulo: 1998.
- SABÓIA, Ana Lúcia. SOARES, Bárbara Cobo. KAPPEL, Dolores Bombadelli. **Adolescentes e Jovens no Brasil: Escolarização e Inserção no mercado de trabalho**. Anais do XIV Encontro Nacional da ABEP, Caxambu: 2004.
- SALM, Cláudio L. FOGAÇA, Azuete. **Questões Críticas da Educação Brasileira**. Setembro de 1995. www.ftp.mct.gov.br/publi/PDFs/QTEC.pdf
- SALM, Cláudio. **Novos requisitos educacionais do mercado de trabalho**. In: *Economia & Trabalho: textos básicos*. IE-Unicamp; GDF; Secretaria de Trabalho e Emprego do DF. São Paulo, 1998.

SAMPAIO, Carlos Eduardo Moreno. **Situação Educacional dos Jovens Brasileiros na faixa etária de 15 e 17 anos.** II Seminário dos Resultados da Pesquisa Nacional por Amostras e Domicílios, 6 de março de 2007. www.todospelaeducacao.org.br/.

SARTI, Cynthia. **O trabalho de crianças e jovens como experiência simbólica.** Trabalho apresentado no III Congresso Latino-americano de Sociologia do Trabalho. Buenos Aires, maio de 2000.
(www.colombiajoven.gov.co/injuve/instit/alast/9_sarti.pdf)

_____. **Família e individualidade: um problema moderno.** In: Carvalho, Maria do Carmo Brant de. A família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003. (a)

_____. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres.** São Paulo: Cortez, 2003 (b).

_____. **O jovem na família: o outro necessário.** In: Novaes e Vannuchi (org.) Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.

SINGLY, François de. **O nascimento do “indivíduo individualizado” e seus efeitos na vida conjugal e familiar.** In: Peixoto, C. E.; Singly, F. e Cicchelli, V. (orgs.) Família e Individualização. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

_____. **Sociologia da Família contemporânea.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SCHKOLNICK, Mariana. **Caracterización de la inserción laboral de los jóvenes.** Cepal: Serie Políticas Sociales 104. Santiago de Chile: febrero del 2005.

SILVA, Nancy de Deus Vieira; KASSOUF, Ana Lucia. **A exclusão social dos jovens no mercado de trabalho brasileiro.** Revista Brasileira de estudos da População. Vol. 19, nº. 2, jul./dez. 2002.

SOJO, Ana. **Estado, mercado y familia: el haz del bienestar social como objeto de política.** Trabalho apresentado na Reunião de Experts: CEPAL - Políticas Hacia Las Familias, Protección e Inclusión Sociales. Santiago de Chile, 28 y 29 de junio de 2005.
www.eclac.org.

SPOSITO, Marília Pontes. **Os Jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas.** São Paulo: Ação Educativa, 2003.

_____. **Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil.** In: Abramo, H. W. e Branco, P. P. Martoni. Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

- SUNKEL, Guillermo. **El papel de la familia en la proteccion social en América Latina.** CEPAL – Série Políticas sociales no. 120. Santiago de Chile, abril de 2006.
- SZYMANSKI, Heloisa. **Teorias e “teorias” de famílias.** In: Carvalho, Maria do Carmo Brant de. A família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.
- SCHWARTZMAN, Simon. **Tendências do Trabalho Infantil no Brasil entre 1992 e 2002.** Brasília: OIT, 2004.
- THERBORN, Göran. **Famílias en el mundo. Historia y futuro en el umbral del siglo XXI.** In: Arriagada, Irma e Aranda, Verónica (compiladoras). Cambio de las famílias en el marco de las tranformaciones globales: necesidad de politicas públicas eficaces. CEPAL - Série Seminários y Conferencias no. 42, Santiago de Chile, diciembre de 2004.
- _____. **Sexo e Poder: a família no mundo 1900-2000.** São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- TOKMAN, Vitor. **El trabajo de los jóvenes en el post-ajuste latinoamericano.** In: Boletín Técnico Interamericano de Formación Profesional. Jóvenes, formación y empleabilidad. Montevideo, Cinterfor/OIT. N° 139-140, abril-setiembre, 1997.
- TOKMAN, Vitor. **Jóvenes y ciudadanía en los modelos de sociedad emergentes en América Latina.** In: Juventud, educación y empleo. Montevideo: Cinterfor, 1998. (Herramientas para la Transformación, 8)
- VALLE SILVA, Nelson do e HASENBALG, Carlos. **Tendências da Desigualdade Educacional no Brasil.** Revista Dados, número 3, volume 43. Rio de Janeiro, 2000.
- VARGAS, Carmem Zeli. Juventude e Contemporaneidade: possibilidades e limites. **Última Década**, no. 20. Viña del Mar, Junio de 2004.
- VIEIRA, Joice Melo. **Transição para a vida adulta no Brasil: Análise comparada entre 1970 e 2000** Trabalho apresentado no Seminário População, Pobreza e Desigualdade (Tema: Estrutura etária, gerações, pobreza e desigualdade), ABEP, realizado em Belo Horizonte – MG – Brasil, de 05 a 07 de novembro de 2007.
- _____. **Ainda somos os mesmos e vivemos como os nossos pais? Mudanças e continuidades na transição para a vida adulta no Brasil (1970 e 2000)** Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.
- VITALE, Maria Amália Faller. **Socialização e família: uma análise intergeracional.** In: Carvalho, Maria do Carmo Brant de. A família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.

ZALUAR, Alba. **Violência: questão social ou institucional?** In: OLIVEIRA, Nilson Vieira (Org.) Insegurança Pública: Reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Relatório de Desenvolvimento Juvenil – 2006**. Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura. Brasília, 2006. www.oei.es/oeivirt/DesenvolvimentoJuvenil2006.pdf

APÊNDICE I

DADOS ADICIONAIS:
CAPITULOS 1 e 2

TABELA 1 - Número de famílias segundo arranjos familiares: Brasil 1970-2000

Tipo de arranjo familiar	1970	1980	1990	2000
Casal sem filhos	2.304.044	3.466.264	4.814.244	6.664.458
Casal com filhos	12.539.421	17.421.729	22.885.703	26.886.885
Mulher chefe sem cônjuge e com filhos	1.693.975	2.825.459	5.229.068	7.589.660
Homem chefe sem cônjuge e com filhos	362.119	442.470	636.363	950.193
Outras famílias com parentesco	581.555	890.197	1.356.129	1.902.476
Total	17.481.114	25.046.119	34.921.507	43.993.672

Fonte: Dados do Censo Demográfico. Baseado em Nascimento (2006:17)

TABELA 2 - Adolescentes segundo posição na família e sexo: Brasil (1992-2006).

Posição na Família	1992			2006		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Pessoa de referência	4,0	3,3	3,7	3,8	5,2	4,5
Cônjuge	0,1	14,5	7,3	0,4	12,5	6,4
Filho	87,5	71,4	79,4	86,3	73,6	80,0
Outro parente ⁽¹⁾	8,2	7,8	8,0	9,5	8,7	9,1
Outros ⁽²⁾	0,2	3,0	1,6	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados das PNADS 1992 e 2006. Elaboração própria.

(1) Em 1992 inclui agregados.

(2) Pensionista, Empregado Doméstico e Parente do Empregado doméstico.

TABELA 3 – Taxas de rendimento escolar por nível de ensino: Brasil (1991-2000)

Taxas de rendimento escolar	1991	1994	1996	1998	2000
Ensino Fundamental					
Aprovação	63,6	68,7	71,8	78,3	77,3
Reprovação	18,1	16,4	13,9	9,7	10,7
Abandono	18,3	14,9	14,3	12,0	12,0
Ensino Médio					
Aprovação	66,5	67,8	71,6	78,5	75,9
Reprovação	11,6	11,3	9,5	6,3	7,5
Abandono	21,9	20,9	18,9	15,2	16,6

Fonte: Inep/MEC (2003).

Notas:

Aprovação (%): Percentual de alunos aprovados em relação à matrícula inicial na série s do nível de ensino seriado k, no ano t, descontadas as situações oficiais de transferência.

Reprovação (%): Percentual de alunos reprovados em relação à matrícula inicial na série s do nível de ensino seriado k, no ano t, descontadas as situações oficiais de transferência.

Abandono (%): Percentual de alunos, entre os matriculados no início do ano t, na série s do nível de ensino seriado k, descontadas as situações oficiais de transferência que, tendo abandonado a escola antes do final do ano letivo, não puderem ser classificados como aprovados ou reprovados.

TABELA 4 - Número de adolescentes segundo sexo e faixa de renda familiar per capita. Brasil: 1992 e 2006.

Faixas de renda familiar per capita	Homem		Mulher		Total	
	1992	2006	1992	2006	1992	2006
Até 1/2 S.M.	3.136.841	2.216.248	2.551.432	1.777.375	5.688.273	3.993.623
Mais 1/2 até 2 S.M.	2.550.415	3.813.582	2.129.602	3.176.956	4.680.017	6.990.538
Acima de 2 S.M.	488.612	1.153.903	412.748	1.099.319	901.360	2.253.222
Total	6.175.868	7.183.733	5.093.782	6.053.650	11.269.650	13.237.383

Fonte: Microdados PNAD 1992 e 2006. Elaboração própria.

Observações: Para permitir a comparabilidade em 2006 foi excluído o norte rural. Apenas filhos.

TABELA 5 – Distribuição percentual dos adolescentes segundo sexo e renda familiar per capita: Brasil (1992-2006)

Faixas de renda familiar per capita	Homem		Mulher		Total	
	1992	2006	1992	2006	1992	2006
Até 1/2 salário mínimo	50,8	30,9	50,1	29,4	50,5	30,2
Mais de 1/2 até 2 salários mínimos	41,3	53,1	41,8	52,5	41,5	52,8
Acima de 2 salários mínimos	7,9	16,1	8,1	18,2	8,0	17,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados PNAD 1992 e 2006. Elaboração própria.

Observações: Para permitir a comparabilidade em 2006 foi excluído o norte rural. Apenas filhos.

TABELA 6 – Adolescentes segundo região e sexo: Brasil (1992-2006)

Regiões	Homem		Mulher		Total	
	1992	2006	1992	2006	1992	2006
Norte	304.700	471.047	218.919	366.138	523.619	837.185
Nordeste	1.854.637	2.248.549	1.502.739	1.722.507	3.357.376	3.971.056
Sudeste	2.618.273	2.898.835	2.314.395	2.668.003	4.932.668	5.566.838
Sul	961.841	1.033.875	719.137	880.548	1.680.978	1.914.423
Centro Oeste	436.417	531.427	338.592	416.454	775.009	947.881

Fonte: Microdados PNAD 1992 e 2006. Elaboração própria.

Observações: Para permitir a comparabilidade em 2006 foi excluído o norte rural. Apenas filhos.

TABELA 7 – Série freqüentada pelos adolescentes segundo sexo e renda familiar: Brasil (1992-2006)

Grau ou série que freqüentam	Homem		Mulher		Total	
	1992	2006	1992	2006	1992	2006
Renda familiar de até 1/2 salário mínimo per capita						
Alfabetização de adultos	0,7	0,7	0,3	0,1	0,5	0,4
1ª a 4ª série do ensino fundamental	27,6	10,1	21,6	4,9	24,5	7,6
5ª a 8ª série do ensino fundamental	55,0	52,5	54,0	42,4	54,5	47,6
sem declaração de série do ensino fundamental	0,7	1,0	0,5	0,4	0,6	0,7
Ensino médio	15,8	35,4	23,3	51,6	19,7	43,2
Superior inclusive mestrado e doutorado	0,2	0,3	0,3	0,6	0,3	0,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Renda familiar maior que 1/2 até 2 salários mínimos per capita						
Alfabetização de adultos	0,3	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2
1ª a 4ª série do ensino fundamental	5,5	3,0	3,9	2,2	4,7	2,6
5ª a 8ª série do ensino fundamental	51,6	31,3	41,9	21,5	46,6	26,6
sem declaração de série do ensino fundamental	0,9	0,7	0,5	0,2	0,7	0,5
Ensino médio	39,5	61,9	50,8	70,1	45,3	65,8
Superior inclusive mestrado e doutorado	2,2	2,9	2,8	5,9	2,5	4,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Renda familiar acima de 2 salários mínimos per capita						
Alfabetização de adultos	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1
1ª a 4ª série do ensino fundamental	1,1	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
5ª a 8ª série do ensino fundamental	23,4	9,6	16,3	7,4	19,9	8,5
sem declaração de série do ensino fundamental	0,5	0,5	0,8	0,1	0,6	0,3
Ensino médio	62,5	69,9	68,6	66,5	65,5	68,2
Superior inclusive mestrado e doutorado	12,3	19,0	13,4	24,8	12,9	21,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados PNAD 1992 e 2006. Elaboração própria.

Observações: Para permitir a comparabilidade em 2006 foi excluído o norte rural. Apenas filhos.

TABELA 8 – Série freqüentada pelos adolescentes segundo sexo e tipo de família: Brasil (1992-2006)

Grau ou série que freqüentam	Homem		Mulher		Total	
	1992	2006	1992	2006	1992	2006
Casal com filhos						
Alfabetização de adultos	0,4	0,3	0,2	0,1	0,3	0,2
1ª a 4ª série do ensino fundamental	13,5	4,7	10,6	2,8	12,0	3,8
5ª a 8ª série do ensino fundamental	48,3	32,3	43,2	23,7	45,7	28,2
sem declaração série do ensino fundamental	0,7	0,6	0,2	0,2	0,5	0,4
Ensino médio	34,5	56,7	42,9	64,6	38,8	60,5
Superior inclusive mestrado e doutorado	2,6	5,3	2,9	8,6	2,8	6,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mãe com filhos						
Alfabetização de adultos	0,5	0,4	0,1	0,1	0,3	0,3
1ª a 4ª série do ensino fundamental	15,7	4,9	11,6	2,9	13,6	3,9
5ª a 8ª série do ensino fundamental	54,1	34,8	46,4	27,2	50,1	31,0
sem declaração série do ensino fundamental	0,8	1,2	0,7	0,4	0,7	0,8
Ensino médio	26,2	53,7	37,5	61,7	32,0	57,7
Superior inclusive mestrado e doutorado	2,7	5,0	3,7	7,7	3,2	6,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Extensa ou Composta						
Alfabetização de adultos	0,6	0,3	0,3	0,2	0,4	0,3
1ª a 4ª série do ensino fundamental	15,8	5,0	12,8	2,9	14,3	3,9
5ª a 8ª série do ensino fundamental	50,2	40,3	45,4	27,4	47,8	33,9
sem declaração série do ensino fundamental	1,0	1,0	1,1	0,4	1,1	0,7
Ensino médio	29,9	49,2	38,0	63,9	34,0	56,5
Superior inclusive mestrado e doutorado	2,4	4,2	2,4	5,4	2,4	4,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Pai com filhos						
Alfabetização de adultos	0,0	1,3	0,0	0,0	0,0	0,8
1ª a 4ª série do ensino fundamental	15,4	5,0	12,9	0,0	14,0	3,0
5ª a 8ª série do ensino fundamental	52,6	37,1	55,8	28,5	54,4	33,7
sem declaração série do ensino fundamental	0,6	0,6	0,5	0,0	0,5	0,3
Ensino médio	27,3	53,8	29,0	62,9	28,2	57,4
Superior inclusive mestrado e doutorado	4,2	2,3	1,8	8,7	2,9	4,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados PNAD 1992 e 2006. Elaboração própria.

Observações: Para permitir a comparabilidade em 2006 foi excluído o norte rural. Apenas filhos.

TABELA 9 – Distribuição percentual dos filhos adolescentes segundo sexo, tipo de família e renda familiar: Brasil (1992-2006).

Tipos de família	Homem		Mulher		Total	
	1992	2006	1992	2006	1992	2006
Renda familiar de até 1/2 salário mínimo per capita						
Casal com filhos	59,6	65,5	59,0	63,7	59,3	64,7
Mãe com filhos	14,2	19,3	14,6	21,5	14,4	20,3
Pai com filhos	1,6	1,8	1,4	1,2	1,5	1,5
Extensa/composta	24,7	13,4	25,0	13,7	24,8	13,5
Renda familiar maior que 1/2 até 2 salários mínimos per capita						
Casal com filhos	60,9	68,8	62,0	68,3	61,4	68,6
Mãe com filhos	14,6	18,3	12,7	19,1	13,8	18,6
Pai com filhos	2,1	2,8	1,6	2,2	1,9	2,5
Extensa/composta	22,4	10,1	23,6	10,4	22,9	10,3
Renda familiar acima de 2 salários mínimos per capita						
Casal com filhos	71,3	75,6	69,9	75,6	70,7	75,6
Mãe com filhos	8,3	14,8	10,8	13,4	9,4	14,1
Pai com filhos	1,6	3,4	1,7	2,6	1,7	3,0
Extensa/composta	18,8	6,1	17,6	8,3	18,2	7,2

Fonte: Microdados PNAD 1992 e 2006. Elaboração própria.

Observações: Para permitir a comparabilidade em 2006 foi excluído o norte rural.

TABELA 10 - Número de Adolescentes Ocupados segundo Faixa etária: Brasil (1992-2006)

Anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 64 anos	Total
Homens				
1992	4.553.926	10.317.106	19.965.686	34.836.718
2006	3.920.199	12.699.312	28.998.991	45.618.502
Mulheres				
1992	2.728.884	6.667.986	13.213.895	22.610.765
2006	2.436.904	9.239.135	22.626.495	34.302.534

Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração própria.

Obs.: Exceto norte rural em 2006. Apenas filhos.

TABELA 11 – Adolescentes: Indicadores do mercado de trabalho e frequência escolar segundo sexo e tipo de família: Brasil (1992-2006).

Indicadores	Homem		Mulher		Total	
	1992	2006	1992	2006	1992	2006
Casal com filhos						
Não estuda	47,4	27,4	33,0	18,6	40,9	23,4
está na PEA	41,5	21,9	21,8	12,4	32,6	17,6
não está na PEA	5,9	5,4	11,2	6,3	8,3	5,8
Estuda	52,6	72,6	67,0	81,4	59,1	76,6
está na PEA	29,3	34,2	24,4	28,2	27,1	31,4
não está na PEA	23,3	38,5	42,7	53,2	32,1	45,2
Mãe com filhos						
Não estuda	53,5	32,6	37,6	23,5	46,4	28,3
está na PEA	44,1	25,3	24,7	15,3	35,5	20,6
não está na PEA	9,4	7,3	12,9	8,3	11,0	7,7
Estuda	46,5	67,4	62,4	76,5	53,6	71,7
está na PEA	27,0	30,9	25,8	30,3	26,5	30,6
não está na PEA	19,4	36,6	36,6	46,2	27,1	41,1
Extensa ou Composta						
Não estuda	48,9	33,9	36,6	26,8	43,3	30,6
está na PEA	43,1	26,4	22,2	14,9	33,5	21,0
não está na PEA	5,8	7,6	14,4	11,9	9,8	9,6
Estuda	51,1	66,1	63,4	73,2	56,7	69,4
está na PEA	30,0	29,4	24,1	26,1	27,3	27,9
não está na PEA	21,1	36,7	39,3	47,0	29,4	41,5
Pai com filhos						
Não estuda	67,3	34,1	42,9	32,4	57,4	33,5
está na PEA	55,8	26,0	23,3	14,5	42,6	21,5
não está na PEA	11,4	8,1	19,6	17,9	14,8	12,0
Estuda	32,7	65,9	57,1	67,6	42,6	66,5
está na PEA	22,0	31,4	18,7	19,6	20,7	26,7
não está na PEA	10,8	34,5	38,4	48,0	22,0	39,8

Fonte: Microdados PNAD 1992 e 2006. Elaboração própria.

Observações: Para permitir a comparabilidade em 2006 foi excluído o norte rural. Apenas filhos.

APÊNDICE II
DADOS ADICIONAIS
CAPITULO 3

TABELA 1 - Participação das famílias com adolescentes segundo regiões: 2006.

Região	Número de famílias com adolescentes	Número total de famílias	% de famílias com adolescentes
Norte	840.670	4.256.541	19,8
Nordeste	2.977.983	15.039.776	19,8
Sudeste	4.585.459	25.343.114	18,1
Sul	1.660.178	9.022.857	18,4
Centro Oeste	1.216.198	4.655.357	26,1
Brasil	11.280.488	58.317.645	19,3

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

TABELA 2 - Percentual de famílias com adolescentes segundo faixa de renda e regiões em 2006.

Regiões e Faixas de Renda familiar per capita	até 1/2 S.M.	mais de 1/2 até 2 S.M.	mais de 2 S.M.	Total
Norte	44,0	47,6	8,5	100,0
Nordeste	59,6	34,7	5,7	100,0
Sudeste	22,3	59,1	18,6	100,0
Sul	19,7	60,4	19,9	100,0
Centro-oeste	25,9	56,3	17,9	100,0
Brasil	34,1	51,5	14,4	100,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

TABELA 3 - Número de famílias com adolescentes segundo faixa de renda e regiões em 2006.

Regiões e Faixas de Renda familiar per capita	até 1/2 S.M.	mais de 1/2 até 2 S.M.	mais de 2 S.M.	Total
Norte	369.672	399.795	71.203	840.670
Nordeste	1.774.762	1.033.181	170.040	2.977.983
Sudeste	1.023.215	2.707.877	854.367	4.585.459
Sul	326.883	1.002.614	330.681	1.660.178
Centro-oeste	193.793	421.455	133.764	749.012
Brasil	3.688.325	5.564.922	1.560.055	10.813.302

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

TABELA 4 - Famílias dos adolescentes: algumas características segundo renda familiar e tipo de família em 2006.

Faixas de Renda Familiar per capita e Tipos de família	Número médio de pessoas na família ⁽¹⁾	% de pessoas de referência que não sabem ler nem escrever	Média de anos de estudo da pessoa de referência	% de desempregados entre as pessoas de referência
até 1/2 S.M.				
Sem filhos menores de 14 anos				
Casal	4,9	35,5	3,0	6,1
Mãe	3,6	25,7	4,3	11,9
Pai	3,1	30,0	3,8	4,9
Com filhos menores de 14 anos				
Casal	6,5	29,3	3,5	5,6
Mãe	5,1	20,6	4,9	16,3
Pai	5,0	28,5	4,3	11,3
de 1/2 até 2 S.M.				
Sem filhos menores de 14 anos				
Casal	4,3	10,7	6,0	2,3
Mãe	3,3	10,6	6,7	3,3
Pai	3,1	14,0	5,6	1,9
Com filhos menores de 14 anos				
Casal	5,1	5,2	7,0	0,9
Mãe	4,1	5,0	8,0	2,9
Pai	4,0	13,3	6,3	1,0
mais de 2 S.M.				
Sem filhos menores de 14 anos				
Casal	4,1	0,6	11,3	0,8
Mãe	2,9	*	12,3	1,1
Pai	2,7	1,1	10,3	*
Com filhos menores de 14 anos				
Casal	4,6	*	12,0	0,1
Mãe	3,6	*	13,2	3,8
Pai	5,0	*	12,0	*

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

Nota: ¹ Famílias que tem filhos entre 15 e 19 anos.

TABELA 5 - Jovens entre 15 e 19 anos: dados gerais - Brasil, 2006.

Faixas de Renda Familiar per capita e Tipos de família	Filhos entre 15 e 19 anos		
	% de Filhos	% na PEA	% de Desempregados
até 1/2 S.M.			
Sem filhos menores de 14 anos			
Casal	26,0	26,2	24,5
Mãe	10,9	10,3	39,7
Pai	1,1	0,9	39,6
Com filhos menores de 14 anos			
Casal	47,9	48,8	21,7
Mãe	13,4	13,2	31,6
Pai	0,7	0,6	30,8
de 1/2 até 2 S.M.			
Sem filhos menores de 14 anos			
Casal	44,8	45,1	21,0
Mãe	14,6	14,8	23,8
Pai	2,4	2,4	17,2
Com filhos menores de 14 anos			
Casal	31,7	30,8	19,3
Mãe	5,9	6,5	18,9
Pai	0,6	0,4	6,5
mais de 2 S.M.			
Sem filhos menores de 14 anos			
Casal	57,8	59,7	18,5
Mãe	13,0	15,0	19,7
Pai	2,7	3,7	17,6
Com filhos menores de 14 anos			
Casal	24,2	19,6	16,4
Mãe	1,9	1,5	36,8
Pai	0,3	0,5	28,2

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

Nota: ¹ Famílias que tem filhos entre 15 e 19 anos.

TABELA 6 – Distribuição percentual dos filhos adolescentes segundo sexo, renda familiar e regiões: 2006.

Filhos segundo sexo e Faixa de renda familiar per capita	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Total
Homens						
até 1/2 salário mínimo	11,1	51,0	25,2	7,8	4,9	100,0
mais de 1/2 até 2 salários mínimos	8,1	19,6	46,5	17,5	8,2	100,0
mais de 2 salários mínimos	5,1	12,7	53,1	18,9	10,2	100,0
Total	8,9	30,5	39,4	14,0	7,2	100,0
Mulheres						
até 1/2 salário mínimo	9,5	49,1	28,0	8,0	5,3	100,0
mais de 1/2 até 2 salários mínimos	7,1	18,1	50,8	16,5	7,5	100,0
mais de 2 salários mínimos	4,4	10,1	55,3	22,3	7,9	100,0
Total	7,6	28,0	43,4	14,3	6,8	100,0
Total						
até 1/2 salário mínimo	10,4	50,2	26,4	7,9	5,1	100,0
mais de 1/2 até 2 salários mínimos	7,7	19,0	48,5	17,0	7,9	100,0
mais de 2 salários mínimos	4,7	11,4	54,2	20,6	9,1	100,0
Total	8,3	29,4	41,2	14,2	7,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

Obs.: O salário mínimo era de R\$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais) em setembro de 2006.

TABELA 7- Percentual de filhos adolescentes do sexo masculino segundo tipo de família, faixa de renda familiar e regiões: 2006.

Tipos de Família e Faixas de Renda Familiar per capita	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Total
Até 1/2 salário mínimo per capita						
Sem filhos menores de 14 anos						
Casal	22,9	30,9	20,6	18,3	27,6	26,3
Mãe	8,6	10,9	10,9	9,4	11,8	10,6
Pai	1,3	1,2	1,2	1,6	1,6	1,3
Com filhos menores de 14 anos						
Casal	53,2	45,9	50,4	56,9	42,9	48,5
Mãe	12,9	10,6	15,9	13,1	15,8	12,6
Pai	0,9	0,5	1,0	0,8	0,4	0,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mais de 1/2 até 2 salários mínimos per capita						
Sem filhos menores de 14 anos						
Casal	43,0	49,6	43,3	40,0	49,7	44,5
Mãe	13,1	15,4	14,6	11,9	13,5	14,1
Pai	2,9	3,1	2,7	2,4	1,8	2,7
Com filhos menores de 14 anos						
Casal	32,8	27,4	32,3	38,9	29,1	32,3
Mãe	7,2	4,2	6,3	6,3	5,7	5,9
Pai	0,9	0,2	0,8	0,5	0,2	0,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Acima de 2 salários mínimos per capita						
Sem filhos menores de 14 anos						
Casal	55,6	56,9	55,0	61,0	52,6	56,2
Mãe	15,5	12,1	13,8	12,0	15,0	13,5
Pai	0,2	1,6	3,5	3,9	2,6	3,1
Com filhos menores de 14 anos						
Casal	25,4	28,6	25,5	21,9	27,8	25,5
Mãe	2,7	0,8	1,6	1,2	2,0	1,5
Pai	0,5	0,0	0,5	0,0	0,0	0,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

Obs.: Apenas para os filhos ocupados nesta faixa etária.

TABELA 8 - Percentual de filhos adolescentes do sexo feminino segundo tipo de família, faixa de renda familiar e regiões: 2006.

Tipos de Família e Faixas de Renda Familiar per capita	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Total
Até 1/2 salário mínimo per capita						
Sem filhos menores de 14 anos						
Casal	24,7	30,0	21,0	19,1	22,5	25,7
Mãe	12,7	10,4	11,9	12,5	12,5	11,3
Pai	0,4	1,1	0,7	1,0	1,3	0,9
Com filhos menores de 14 anos						
Casal	48,6	46,2	48,2	48,3	43,7	47,0
Mãe	12,8	11,6	17,4	18,4	19,3	14,3
Pai	0,7	0,6	0,7	0,7	0,8	0,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mais de 1/2 até 2 salários mínimos per capita						
Sem filhos menores de 14 anos						
Casal	39,7	50,1	45,4	40,5	47,7	45,2
Mãe	17,1	18,1	14,1	14,4	14,7	15,1
Pai	3,0	2,5	2,0	1,7	1,9	2,1
Com filhos menores de 14 anos						
Casal	33,9	24,7	31,4	36,7	28,9	31,1
Mãe	5,7	4,3	6,4	6,1	6,4	5,9
Pai	0,7	0,4	0,7	0,6	0,4	0,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Acima de 2 salários mínimos per capita						
Sem filhos menores de 14 anos						
Casal	54,5	62,2	60,0	60,5	52,0	59,5
Mãe	16,3	10,9	12,4	11,7	15,9	12,5
Pai	1,0	1,0	2,4	3,3	2,7	2,4
Com filhos menores de 14 anos						
Casal	25,7	24,9	22,7	21,1	25,2	22,9
Mãe	2,5	1,0	2,0	3,3	3,7	2,3
Pai	0,0	0,0	0,5	0,1	0,5	0,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

Obs.: Apenas para os filhos ocupados nesta faixa etária.

TABELA 9 - Número de filhos adolescentes do sexo masculino segundo tipo de família, faixa de renda e regiões: 2006.

Tipos de Família e Faixas de Renda Familiar per capita	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Total
Até 1/2 salário mínimo per capita						
Sem filhos menores de 14 anos						
Casal	69.828	433.787	142.927	39.326	37.461	723.329
Mãe	26.340	153.815	75.872	20.057	16.011	292.095
Pai	4.065	17.022	8.287	3.334	2.162	34.870
Com filhos menores de 14 anos						
Casal	162.197	644.937	349.743	121.963	58.281	1.337.121
Mãe	39.348	148.699	110.263	28.011	21.503	347.824
Pai	2.877	7.324	7.050	1.756	525	19.532
Total	304.655	1.405.584	694.142	214.447	135.943	2.754.771
Mais de 1/2 até 2 salários mínimos per capita						
Sem filhos menores de 14 anos						
Casal	129.832	360.440	746.329	259.073	150.439	1.646.113
Mãe	39.379	112.363	251.518	77.207	41.002	521.469
Pai	8.744	22.770	46.377	15.620	5.377	98.888
Com filhos menores de 14 anos						
Casal	98.991	199.286	556.631	252.205	88.098	1.195.211
Mãe	21.777	30.676	108.316	40.497	17.273	218.539
Pai	2.863	1.762	14.460	3.245	669	22.999
Total	301.586	727.297	1.723.631	647.847	302.858	3.703.219
Acima de 2 salários mínimos per capita						
Sem filhos menores de 14 anos						
Casal	25.496	65.436	264.205	104.324	48.583	508.044
Mãe	7.128	13.930	66.284	20.574	13.847	121.763
Pai	106	1.820	16.779	6.635	2.432	27.772
Com filhos menores de 14 anos						
Casal	11.670	32.921	122.700	37.458	25.686	230.435
Mãe	1.245	866	7.852	2.011	1.875	13.849
Pai	216	0	2.606	0	0	2.822
Total	45.861	114.973	480.426	171.002	92.423	904.685

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

Obs.: Apenas para os filhos ocupados nesta faixa etária.

TABELA 10 - Número de filhos adolescentes do sexo feminino segundo tipo de família, faixa de renda e regiões: 2006.

Tipos de Família e Faixas de Renda Familiar per capita	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Total
Até 1/2 salário mínimo per capita						
Sem filhos menores de 14 anos						
Casal	51.577	322.228	128.818	33.639	26.076	562.338
Mãe	26.566	112.282	73.112	21.896	14.470	248.326
Pai	894	11.949	4.425	1.810	1.467	20.545
Com filhos menores de 14 anos						
Casal	101.289	496.743	295.487	84.899	50.732	1.029.150
Mãe	26.663	124.754	106.917	32.383	22.464	313.181
Pai	1.491	6.903	4.307	1.163	897	14.761
Total	208.480	1.074.859	613.066	175.790	116.106	2.188.301
Mais de 1/2 até 2 salários mínimos per capita						
Sem filhos menores de 14 anos						
Casal	86.739	278.806	707.674	204.361	109.559	1.387.139
Mãe	37.395	100.638	219.789	72.799	33.874	464.495
Pai	6.514	13.914	31.059	8.700	4.347	64.534
Com filhos menores de 14 anos						
Casal	74.037	137.488	490.418	185.617	66.397	953.957
Mãe	12.379	23.706	99.536	30.883	14.639	181.143
Pai	1.454	2.002	11.202	2.795	872	18.325
Total	218.518	556.554	1.559.678	505.155	229.688	3.069.593
Acima de 2 salários mínimos per capita						
Sem filhos menores de 14 anos						
Casal	21.292	56.363	296.720	120.752	36.752	531.879
Mãe	6.371	9.916	61.277	23.425	11.238	112.227
Pai	384	873	11.913	6.530	1.915	21.615
Com filhos menores de 14 anos						
Casal	10.059	22.552	112.349	42.032	17.840	204.832
Mãe	980	912	9.690	6.646	2.593	20.821
Pai	0	0	2.412	218	322	2.952
Total	39.086	90.616	494.361	199.603	70.660	894.326

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

Obs.: Apenas para os filhos ocupados nesta faixa etária.

TABELA 11 - Percentual de adolescentes que não sabem ler nem escrever e não freqüentam a escola, segundo sexo, faixa de renda familiar e regiões, 2006.

Sexo e faixa de renda familiar per capita	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Total
Até 1/2 salário mínimo per capita						
Homens	14,8	74,7	5,7	3,3	1,5	100,0
Mulheres	3,0	78,5	12,3	2,9	3,2	100,0
Total	12,8	75,4	6,9	3,2	1,8	100,0
Mais de 1/2 até 2 salários mínimos per capita						
Homens	11,0	39,6	38,9	9,6	0,9	100,0
Mulheres	7,6	24,1	48,1	18,5	1,7	100,0
Total	9,8	34,1	42,1	12,7	1,2	100,0
Acima de 2 salários mínimos per capita						
Homens	10,1	29,0	27,3	18,7	14,8	100,0
Mulheres	*	36,3	*	41,0	22,7	100,0
Total	6,3	31,8	17,0	27,1	17,8	100,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

TABELA 12 – Adolescentes que não sabem ler nem escrever: alguns indicadores para o Brasil em 2006.

Freqüência escolar e inserção econômica	% que não sabe ler nem escrever	Rede de ensino público	não freqüentou a escola anteriormente
Não PEA e não estuda	10,8	*	64,9
PEA e não estuda	3,1	*	18,5
Não PEA e estuda	0,5	100,0	*
PEA e estuda	0,5	99,2	*

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

TABELA 13 - Adolescentes que não sabem ler nem escrever e freqüentam a escola: Brasil, 2006.

Freqüência escolar e inserção econômica	Primeiro grau regular			Alfabetização de adultos	Total
	1ª. Série	2ª. Série	3ª. Série		
Não PEA e estuda	29,4	27,4	23,5	19,7	100,0
PEA e estuda	35,6	25,8	29,3	9,2	100,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

TABELA 14 - Percentual de adolescentes que não sabem ler nem escrever e não freqüentam a escola, segundo sexo, faixa de renda familiar e regiões.

Sexo e faixa de renda familiar per capita	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Total
Até 1/2 salário mínimo per capita						
Homens	96,0	82,0	69,0	84,2	69,0	82,7
Mulheres	4,0	18,0	31,0	15,8	31,0	17,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mais de 1/2 até 2 salários mínimos per capita						
Homens	72,7	75,1	59,7	48,7	50,0	64,7
Mulheres	27,3	24,9	40,3	51,3	50,0	35,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Acima de 2 salários mínimos per capita						
Homens	100,0	56,7	100,0	42,8	51,8	62,1
Mulheres	*	43,3	*	57,2	48,2	37,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

TABELA 15 – Média de anos de estudo dos adolescentes, segundo sexo e renda familiar: Brasil, 2006.

Faixas de Renda familiar per capita	Média		Desvio Padrão	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Até 1/2 salário mínimo	6,3	7,3	2,7	2,4
Mais de 1/2 até 2 salários mínimos	8,0	8,7	2,5	2,3
Mais de 2 salários mínimos	9,5	9,7	1,9	1,8

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria. Apenas filhos.

TABELA 16- Distribuição percentual dos adolescentes do sexo masculino segundo anos de estudo, renda familiar e tipo de família em 2006.

Anos de estudo e Faixas de Renda Familiar per capita	Famílias com adolescentes					
	Sem filhos menores de 14 anos			Com filhos menores de 14 anos		
	Casal	Mãe	Pai	Casal	Mãe	Pai
Até 1/2 salário mínimo						
menos de 1 ano	3,9	3,7	5,1	2,9	3,4	0,0
1 a 3 anos	10,0	9,7	6,7	11,7	10,3	17,4
4 anos	10,3	8,9	14,4	11,8	12,8	16,1
5 a 7 anos	38,5	35,9	39,1	40,6	41,2	33,6
8 anos	13,7	17,8	10,4	16,2	16,4	20,9
9 a 11 anos	22,9	23,3	15,4	15,8	14,9	7,4
12 anos e mais	0,8	0,7	8,9	1,1	1,0	4,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mais de 1/2 até dois salários mínimos						
menos de 1 ano	1,7	1,8	3,2	1,4	1,9	2,5
1 a 3 anos	2,7	3,6	7,6	2,4	3,9	4,2
4 anos	3,9	3,9	5,5	3,6	1,9	4,5
5 a 7 anos	24,9	26,0	28,4	25,9	30,9	37,6
8 anos	19,8	21,3	21,0	23,2	19,5	22,3
9 a 11 anos	45,5	41,4	33,6	42,0	39,2	24,7
12 anos e mais	1,5	2,2	0,5	1,5	2,6	4,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mais de dois salários mínimos						
menos de 1 ano	0,5	1,9	0,0	0,2	0,0	0,0
1 a 3 anos	0,6	0,0	2,6	0,7	0,0	0,0
4 anos	0,2	1,9	0,0	0,1	0,0	0,0
5 a 7 anos	7,0	9,9	15,5	9,4	16,1	78,4
8 anos	15,9	20,5	18,6	26,6	39,4	0,0
9 a 11 anos	66,7	55,2	58,8	59,5	44,4	21,6
12 anos e mais	9,0	10,6	4,5	3,5	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria. Obs.: Apenas filhos.

TABELA 17- Distribuição percentual dos adolescentes do sexo feminino segundo anos de estudo, renda familiar e tipo de família em 2006.

Anos de estudo e Faixas de Renda Familiar per capita	Famílias com adolescentes					
	Sem filhos menores de 14 anos			Com filhos menores de 14 anos		
	Casal	Mãe	Pai	Casal	Mãe	Pai
Até 1/2 salário mínimo						
menos de 1 ano	1,4	1,9	0,0	1,4	2,6	0,0
1 a 3 anos	3,8	5,7	7,2	4,8	5,1	7,2
4 anos	5,0	6,2	5,5	7,7	6,5	13,1
5 a 7 anos	33,6	28,5	42,3	35,1	37,9	41,2
8 anos	19,5	21,9	26,2	21,8	19,4	13,0
9 a 11 anos	35,9	34,6	18,8	28,7	27,6	25,5
12 anos e mais	0,8	1,3	0,0	0,4	0,9	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mais de 1/2 até dois salários mínimos						
menos de 1 ano	1,5	2,4	2,0	1,7	1,1	0,0
1 a 3 anos	1,3	0,9	2,5	0,9	0,6	0,0
4 anos	1,3	1,4	3,5	2,0	0,3	0,0
5 a 7 anos	14,8	18,8	28,1	18,4	17,4	39,4
8 anos	17,7	20,2	12,7	22,8	23,0	13,3
9 a 11 anos	60,2	53,7	49,0	51,9	55,6	47,3
12 anos e mais	3,1	2,7	2,2	2,2	2,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mais de dois salários mínimos						
menos de 1 ano	0,6	0,9	0,0	0,6	1,0	0,0
1 a 3 anos	0,2	0,0	0,0	1,3	0,0	0,0
4 anos	0,2	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0
5 a 7 anos	5,1	4,9	8,5	8,4	6,4	0,0
8 anos	14,4	16,7	10,2	24,4	26,1	62,2
9 a 11 anos	67,3	65,5	68,8	56,9	56,6	37,8
12 anos e mais	12,3	12,0	12,6	8,1	9,8	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria. Obs.: Apenas filhos.

TABELA 18 - Parcela de Jovens fora da PEA que realiza de afazeres domésticos segundo tipo de família, e faixa de renda familiar: Brasil, 2006.

Tipo de Família e Faixa de renda familiar per capita	Homem	Mulher
Até 1/2 salário mínimo		
Sem filhos menores de 14 anos		
Casal	44,5	91,8
Mãe	47,5	90,0
Pai	74,7	96,6
Com filhos menores de 14 anos		
Casal	53,2	91,5
Mãe	44,8	90,3
Pai	67,4	98,5
Total	49,7	91,4
Mais de 1/2 até dois salários mínimos		
Sem filhos menores de 14 anos		
Casal	47,1	85,1
Mãe	50,7	88,4
Pai	71,8	90,5
Com filhos menores de 14 anos		
Casal	53,1	86,7
Mãe	54,5	86,2
Pai	81,2	79,3
Total	51,0	86,2
Mais de dois salários mínimos		
Sem filhos menores de 14 anos		
Casal	38,6	61,7
Mãe	36,9	58,7
Pai	37,7	81,7
Com filhos menores de 14 anos		
Casal	34,0	61,5
Mãe	38,4	62,5
Pai	74,6	100,0
Total	37,2	62,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria. Obs.: Apenas filhos.

TABELA 19 - Parcela de Jovens fora da PEA que realiza de afazeres domésticos, segundo sexo frequência escolar e faixa de renda familiar: Brasil,2006.

Tipo de Família e Faixa de renda familiar per capita	Homem	Mulher
Até 1/2 salário mínimo		
Estuda	52,8	92,0
Não estuda	36,1	88,2
Mais de 1/2 até dois salários mínimos		
Estuda	46,3	86,7
Não estuda	42,6	83,1
Mais de dois salários mínimos		
Estuda	52,2	61,4
Não estuda	40,1	71,2

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria. Obs.: Apenas filhos.

TABELA 20 – Percentual de adolescentes do sexo masculino ocupados, segundo tipo de família, faixa de renda e regiões: 2006.

Tipos de Família e Faixas de Renda Familiar per capita	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Total
Até 1/2 salário mínimo per capita						
Sem filhos menores de 14 anos						
Casal	23,3	31,3	17,0	18,8	34,1	26,9
Mãe	6,1	8,5	9,0	4,3	10,5	8,1
Pai	1,2	0,6	0,3	1,9	0,7	0,7
Com filhos menores de 14 anos						
Casal	58,4	49,0	54,7	62,2	45,0	51,9
Mãe	10,5	10,1	17,3	12,1	9,6	11,6
Pai	0,5	0,4	1,7	0,6	0,0	0,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mais de 1/2 até 2 salários mínimos per capita						
Sem filhos menores de 14 anos						
Casal	42,3	50,8	44,2	41,2	50,3	45,2
Mãe	11,7	15,3	13,3	12,5	14,1	13,5
Pai	2,9	3,4	2,9	2,6	1,7	2,8
Com filhos menores de 14 anos						
Casal	34,3	26,0	31,4	37,4	27,8	31,6
Mãe	8,1	4,4	7,1	5,9	5,8	6,3
Pai	0,7	0,2	1,0	0,4	0,2	0,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Acima de 2 salários mínimos per capita						
Sem filhos menores de 14 anos						
Casal	58,0	59,0	54,2	65,3	59,9	57,9
Mãe	14,8	13,8	13,4	10,5	15,8	13,1
Pai	0,7	2,6	6,4	3,6	2,1	4,8
Com filhos menores de 14 anos						
Casal	25,0	24,6	24,0	20,6	22,3	23,1
Mãe	1,5	0,0	0,8	0,0	0,0	0,5
Pai	0,0	0,0	1,2	0,0	0,0	0,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria. Obs.: Apenas filhos.

TABELA 21 – Percentual de adolescentes do sexo feminino ocupadas, segundo tipo de família, faixa de renda e regiões: 2006.

Tipos de Família e Faixas de Renda Familiar per capita	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Total
Até 1/2 salário mínimo per capita						
Sem filhos menores de 14 anos						
Casal	25,2	31,2	20,4	19,0	9,2	26,0
Mãe	11,7	8,4	10,0	6,8	11,5	9,1
Pai	0,0	0,8	1,1	0,8	0,0	0,8
Com filhos menores de 14 anos						
Casal	57,3	48,7	51,3	51,2	52,4	50,4
Mãe	5,8	10,4	16,9	22,1	26,9	13,4
Pai	0,0	0,3	0,5	0,0	0,0	0,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mais de 1/2 até 2 salários mínimos per capita						
Sem filhos menores de 14 anos						
Casal	34,0	49,7	44,5	42,0	48,9	44,5
Mãe	16,7	19,4	14,7	14,2	16,9	15,6
Pai	1,9	2,3	1,5	1,9	2,4	1,8
Com filhos menores de 14 anos						
Casal	39,9	22,9	31,7	34,3	23,3	30,7
Mãe	6,7	5,7	7,3	7,3	7,7	7,0
Pai	0,7	0,0	0,2	0,4	0,9	0,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Acima de 2 salários mínimos per capita						
Sem filhos menores de 14 anos						
Casal	44,1	68,3	65,0	57,7	61,2	62,2
Mãe	33,3	10,7	19,1	14,2	9,5	17,1
Pai	2,2	0,0	2,2	2,6	5,8	2,4
Com filhos menores de 14 anos						
Casal	16,0	21,0	12,5	21,6	19,4	16,2
Mãe	4,4	0,0	1,2	3,8	1,6	2,0
Pai	0,0	0,0	0,0	0,0	2,5	0,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria. Obs.: Apenas filhos.

TABELA 22 - Percentual de filhos ocupados por sexo, tipo de família e faixa de renda familiar: Brasil, 2006.

Tipos de Família e Faixas de Renda Familiar per capita	Homem	Mulher
Até 1/2 salário mínimo per capita		
Sem filhos menores de 14 anos		
Casal	26,90	26,03
Mãe	8,11	9,05
Pai	0,73	0,78
Com filhos menores de 14 anos		
Casal	51,95	50,42
Mãe	11,63	13,43
Pai	0,68	0,28
Total	100,00	100,00
Mais de 1/2 até 2 salários mínimos per capita		
Sem filhos menores de 14 anos		
Casal	45,17	44,51
Mãe	13,45	15,64
Pai	2,83	1,81
Com filhos menores de 14 anos		
Casal	31,59	30,70
Mãe	6,34	7,05
Pai	0,62	0,30
Total	100,00	100,00
Acima de 2 salários mínimos per capita		
Sem filhos menores de 14 anos		
Casal	57,86	62,16
Mãe	13,10	17,08
Pai	4,78	2,37
Com filhos menores de 14 anos		
Casal	23,12	16,20
Mãe	0,49	2,05
Pai	0,65	0,14
Total	100,00	100,00

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

TABELA 23 - Adolescentes ocupados segundo idade em que começou a trabalhar, faixa de renda familiar, sexo e regiões: 2006.

Faixa de idade em que começou a trabalhar e Faixas de Renda familiar per capita	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Total
até 1/2 S.M.						
Homens						
Até 9 anos	8,9	72,8	10,5	4,9	2,9	100,0
10 a 14 anos	11,2	61,1	16,6	7,6	3,6	100,0
15 a 17 anos	11,7	43,5	30,3	9,8	4,7	100,0
18 a 19 anos	17,1	49,6	24,1	4,6	4,5	100,0
Mulheres						
Até 9 anos	5,1	73,1	13,7	6,4	1,7	100,0
10 a 14 anos	7,6	58,8	17,8	10,6	5,2	100,0
15 a 17 anos	10,4	41,4	32,4	10,3	5,5	100,0
18 a 19 anos	5,5	46,6	43,5	2,4	2,0	100,0
de 1/2 até 2 S.M.						
Homens						
Até 9 anos	10,5	32,2	22,2	24,7	10,5	100,0
10 a 14 anos	9,0	22,5	37,2	21,7	9,7	100,0
15 a 17 anos	6,8	12,6	51,4	21,2	8,1	100,0
18 a 19 anos	8,3	18,0	51,0	14,6	8,1	100,0
Mulheres						
Até 9 anos	12,0	25,3	14,2	38,4	10,1	100,0
10 a 14 anos	7,3	19,5	39,8	24,4	9,0	100,0
15 a 17 anos	4,8	12,9	57,4	17,7	7,2	100,0
18 a 19 anos	6,1	17,6	58,2	14,1	4,0	100,0
mais de 2 S.M.						
Até 9 anos	5,2	*	37,7	45,0	12,1	100,0
10 a 14 anos	7,4	6,6	47,1	26,3	12,6	100,0
15 a 17 anos	4,3	5,7	59,9	22,1	8,0	100,0
18 a 19 anos	4,7	10,2	53,4	18,9	12,8	100,0
Mulheres						
Até 9 anos	3,2	*	26,2	51,4	19,3	100,0
10 a 14 anos	1,4	5,9	46,7	39,3	6,7	100,0
15 a 17 anos	3,7	5,1	56,2	31,5	3,6	100,0
18 a 19 anos	3,4	7,9	63,8	16,6	8,3	100,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

Obs.: (a) Apenas para os filhos ocupados nesta faixa etária.

(b) O salário mínimo era de R\$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais) em setembro de 2006.

TABELA 24 – Adolescentes do sexo masculino, segundo faixa de idade em que começaram a trabalhar, faixa de renda familiar e regiões, 2006.

Faixa de idade em que começou a trabalhar e Faixas de Renda familiar per capita	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Total
até 1/2 S.M.						
Até 9 anos	15,4	23,5	10,7	12,6	15,0	19,1
10 a 14 anos	57,1	58,1	50,1	56,9	53,9	56,2
15 a 17 anos	23,1	16,0	35,5	28,7	27,7	21,8
18 a 19 anos	4,4	2,4	3,7	1,7	3,4	2,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
maior que 1/2 até 2 S.M.						
Até 9 anos	8,6	11,7	3,3	7,8	7,8	6,6
10 a 14 anos	43,4	47,8	32,7	39,9	42,2	38,7
15 a 17 anos	38,5	31,6	53,4	46,0	41,6	45,6
18 a 19 anos	9,5	9,0	10,5	6,3	8,3	9,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
mais de 2 S.M.						
Até 9 anos	2,6	*	1,8	5,0	3,1	2,6
10 a 14 anos	36,3	25,7	22,0	29,1	31,7	25,6
15 a 17 anos	44,4	45,9	58,4	50,9	42,2	53,5
18 a 19 anos	16,8	28,4	17,8	15,0	23,1	18,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

Obs.: (a) Apenas para os filhos ocupados nesta faixa etária.

(b) O salário mínimo era de R\$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais) em setembro de 2006.

TABELA 25 - Adolescentes do sexo feminino, segundo faixa de idade em que começaram a trabalhar, faixa de renda familiar e regiões, 2006.

Faixa de idade em que começou a trabalhar e Faixas de Renda familiar per capita	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Total
até 1/2 S.M.						
Até 9 anos	9,4	19,8	8,6	10,1	5,3	14,7
10 a 14 anos	44,3	50,3	35,1	52,6	53,3	46,6
15 a 17 anos	42,0	24,6	44,6	35,7	38,7	32,4
18 a 19 anos	4,3	5,4	11,7	1,6	2,7	6,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
maior que 1/2 até 2 S.M.						
Até 9 anos	8,2	6,4	1,1	7,8	5,5	4,0
10 a 14 anos	32,9	33,0	20,9	33,0	33,0	26,8
15 a 17 anos	43,8	44,2	61,2	48,8	53,4	54,4
18 a 19 anos	15,2	16,3	16,8	10,4	8,0	14,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
mais de 2 S.M.						
Até 9 anos	2,2	*	1,0	3,8	7,4	2,2
10 a 14 anos	8,6	19,2	15,9	25,1	22,3	18,9
15 a 17 anos	62,5	46,8	54,5	57,2	34,1	53,9
18 a 19 anos	26,7	34,0	28,6	13,9	36,2	24,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

Obs.: (a) Apenas para os filhos ocupados nesta faixa etária.

(b) O salário mínimo era de R\$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais) em setembro de 2006.

TABELA 26 - Contribuição à previdência dos adolescentes ocupados, segundo sexo e faixa de renda familiar per capita: 2006

Faixas de renda familiar per capita	Homem	Mulher	Total
Até 1/2 salário mínimo	7,6	5,6	6,8
Mais de 1/2 até 2 salários mínimos	74,8	72,7	74,0
Acima de 2 salários mínimos	17,6	21,6	19,2
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

Obs.: (a) Apenas para os filhos ocupados nesta faixa etária.

(b) O salário mínimo era de R\$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais) em setembro de 2006.

TABELA 27 - Posição na ocupação no trabalho principal no empreendimento agrícola dos adolescentes, segundo sexo e regiões: 2006.

Regiões e Posição na ocupação	Homem	Mulher
Norte		
Empregado permanente	5,1	1,3
Empregado Temporário	20,9	*
Conta própria	7,6	*
Trabalhador não remunerado de membro da unidade domiciliar	52,4	68,9
Outro trabalhador não remunerado	0,5	*
Trabalhador na produção para autoconsumo	13,5	29,8
Total	100,0	100,0
Nordeste		
Empregado permanente	5,7	1,1
Empregado Temporário	22,3	4,3
Conta própria	4,1	1,9
Empregador	0,2	*
Trabalhador não remunerado de membro da unidade domiciliar	54,2	61,9
Outro trabalhador não remunerado	0,7	1,1
Trabalhador na produção para autoconsumo	12,8	29,7
Total	100,0	100,0
Sudeste		
Empregado permanente	22,3	7,5
Empregado Temporário	34,5	18,8
Conta própria	3,4	*
Trabalhador não remunerado de membro da unidade domiciliar	28,5	40,4
Trabalhador na produção para autoconsumo	11,2	33,3
Total	100,0	100,0
Sul		
Empregado permanente	11,0	1,1
Empregado Temporário	8,9	2,6
Conta própria	3,9	2,7
Trabalhador não remunerado de membro da unidade domiciliar	63,6	65,4
Outro trabalhador não remunerado	0,4	*
Trabalhador na produção para autoconsumo	12,3	28,1
Total	100,0	100,0
Centro-oeste		
Empregado permanente	22,7	7,1
Empregado Temporário	26,5	7,6
Conta própria	3,8	*
Trabalhador não remunerado de membro da unidade domiciliar	40,0	28,4
Outro trabalhador não remunerado	0,6	*
Trabalhador na produção para autoconsumo	6,4	56,8
Total	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

Obs.: (a) Apenas para os filhos ocupados nesta faixa etária.

TABELA 28 – Adolescentes ocupados: horas trabalhadas segundo posição na Ocupação e sexo: Brasil, 2006.

Posição na ocupação e sexo	Até 14 horas	15 a 39 horas	40 a 44 horas	45 a 48 horas	49 horas ou mais
Homem					
Empregado com carteira	0,4	7,1	34,1	32,1	21,9
Militar	0,3	0,3	2,4	2,2	1,6
Funcionário público estatutário	*	0,1	0,7	0,1	0,2
Outros empregados sem carteira	27,5	39,0	45,1	50,5	47,3
Trabalhador doméstico com carteira	*	0,0	0,1	0,2	0,1
Trabalhador doméstico sem carteira	1,6	1,0	0,4	0,7	0,4
Conta própria	10,1	7,0	4,6	5,2	8,9
Empregador	0,4	0,2	0,1	0,2	0,5
Trabalhador autoconsumo	15,8	6,1	1,2	0,7	1,1
Trabalhador autoconstrução	0,9	0,2	0,1	*	0,2
Não remunerado	43,0	38,8	11,4	8,2	17,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mulher					
Empregado com carteira	2,0	11,6	47,5	43,1	19,9
Funcionário público estatutário	*	0,2	0,5	*	0,3
Outros empregados sem carteira	14,3	34,5	35,0	33,3	29,5
Trabalhador doméstico com carteira	*	0,1	0,1	0,8	0,8
Trabalhador doméstico sem carteira	15,1	17,7	10,9	18,2	37,0
Conta própria	18,5	7,5	1,2	2,3	3,8
Empregador	*	0,1	0,6	0,2	1,1
Trabalhador autoconsumo	18,3	4,7	*	*	0,1
Trabalhador autoconstrução	0,4	0,1	*	*	*
Não remunerado	31,5	23,7	4,2	2,1	7,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

Obs.: (a) Apenas para os filhos ocupados nesta faixa etária.

TABELA 29 – Adolescentes ocupados: horas trabalhadas, categorias ocupacionais e sexo: Brasil, 2006.

Grupos ocupacionais e horas trabalhadas na semana	Até 14 horas	15 a 39 horas	40 a 44 horas	45 a 48 horas	49 horas ou mais
Homens					
Dirigentes em geral	0,6	0,4	0,4	0,5	0,8
Profissionais das ciências e artes	3,2	1,7	1,0	1,0	0,7
Técnicos de nível médio	6,2	4,2	4,5	2,8	3,0
Trabalhadores dos serviços administrativos	3,5	9,4	12,4	6,8	4,4
Trabalhadores dos serviços	12,5	11,3	9,7	13,9	15,7
Vendedores e prestadores de serviços do comércio	13,9	9,9	9,3	15,6	16,5
Trabalhadores agrícolas	43,6	44,0	22,7	18,9	28,3
Trabalhadores na produção de bens e serviços, reparação e manutenção	16,2	18,6	37,5	38,3	29,0
Membros das forças armadas e auxiliares	0,3	0,4	2,3	2,2	1,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mulheres					
Dirigentes em geral	*	0,6	1,5	0,5	1,1
Profissionais das ciências e artes	3,2	2,7	3,1	1,2	1,7
Técnicos de nível médio	7,8	7,0	6,4	4,2	1,9
Trabalhadores dos serviços administrativos	4,4	19,3	35,2	27,2	13,2
Trabalhadores dos serviços	28,4	28,8	18,0	26,8	49,5
Vendedores e prestadores de serviços do comércio	16,3	14,2	18,4	28,3	20,9
Trabalhadores agrícolas	30,9	20,2	4,1	3,6	5,9
Trabalhadores na produção de bens e serviços, reparação e manutenção	9,0	7,3	13,4	8,2	5,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

Obs.: (a) Apenas para os filhos ocupados nesta faixa etária.

TABELA 30 - Adolescentes ocupados, segundo setor de atividade, sexo e horas trabalhadas na semana: Brasil, 2006.

Setor de atividade e horas trabalhadas na semana	Até 14 horas	15 a 39 horas	40 a 44 horas	45 a 48 horas	49 horas ou mais
Homens					
Agrícola	44,4	43,8	23,1	18,8	28,0
Outras atividades industriais	0,8	0,6	0,3	0,3	0,1
Indústria da transformação	4,7	8,7	22,0	18,8	13,1
Construção	4,7	4,3	11,8	11,7	7,4
Comércio e reparação	19,3	17,6	23,0	34,1	31,6
Alojamento e alimentação	5,1	5,5	3,1	3,0	6,2
Transporte, armazenagem e comunicação	4,0	2,7	2,5	3,0	4,0
Administração pública	2,2	3,2	4,2	2,7	2,3
Educação, saúde e serv. sociais	3,5	2,9	1,5	0,5	0,6
Serviços domésticos	1,6	1,0	0,5	0,9	0,5
Outros serv. coletivos, sociais e pessoais	5,2	3,7	1,6	2,2	2,8
Outras atividades	3,3	5,5	6,2	3,5	3,3
Ativ. mal definidas ou não declaradas	1,1	0,5	0,2	0,4	0,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mulheres					
Agrícola	30,9	20,2	4,1	3,2	6,1
Outras atividades industriais	0,2	0,3	0,5	*	*
Indústria da transformação	9,8	9,2	20,3	11,4	6,8
Construção	0,5	0,2	0,3	0,6	0,3
Comércio e reparação	16,3	15,6	25,8	39,2	29,8
Alojamento e alimentação	5,9	6,0	4,0	6,9	5,8
Transporte, armazenagem e comunicação	0,8	1,6	3,2	2,2	3,1
Administração pública	0,7	5,0	1,5	0,2	0,9
Educação, saúde e serv. sociais	9,0	9,6	9,4	6,0	3,1
Serviços domésticos	15,1	17,8	11,0	19,1	37,8
Outros serv. coletivos, sociais e pessoais	9,5	6,2	5,5	5,2	4,6
Outras atividades	1,3	8,4	14,5	5,9	1,8
Ativ. mal definidas ou não declaradas	*	0,02	*	*	*
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

Obs.: (a) Apenas para os filhos ocupados nesta faixa etária.

TABELA 31 - Adolescentes ocupados do sexo masculino, segundo ramo de atividade, faixa de renda familiar e regiões: 2006.

Ramo de atividade e faixa de renda familiar	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste
até 1/2 S.M.					
Agrícola	57,2	64,6	38,5	56,1	41,8
Outras atividades industriais	0,3	0,5	0,4	*	0,7
Indústria da transformação	13,5	6,4	9,2	9,4	8,8
Construção	4,8	4,6	10,6	10,5	6,7
Comércio e reparação	14,6	13,1	21,4	15,0	18,4
Alojamento e alimentação	2,0	2,2	3,5	1,7	8,0
Transporte, armazenagem e comunicação	1,7	2,5	3,8	0,6	0,7
Administração pública	1,7	1,1	2,3	3,2	2,9
Educação, saúde e serviços sociais	0,8	0,3	1,7	*	1,1
Serviços domésticos	0,3	1,0	1,9	0,9	0,4
Outros serv. coletivos, sociais e pessoais	0,9	2,2	2,6	1,9	4,7
Outras atividades	1,3	1,2	2,6	0,2	5,7
Ativ. mal definidas ou não declaradas	1,0	0,2	1,7	0,5	*
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
de 1/2 até 2 S.M.					
Agrícola	25,2	29,1	13,0	19,6	18,8
Outras atividades industriais	0,7	0,3	0,4	0,4	0,4
Indústria da transformação	19,7	10,2	18,9	24,5	14,9
Construção	8,0	9,4	12,0	8,4	12,0
Comércio e reparação	21,5	28,9	29,8	26,6	29,9
Alojamento e alimentação	5,7	4,9	5,7	3,9	5,8
Transporte, armazenagem e comunicação	5,3	3,4	3,4	2,3	3,1
Administração pública	4,8	3,5	3,6	4,5	4,0
Educação, saúde e serviços sociais	2,6	1,7	2,6	1,3	1,9
Serviços domésticos	0,2	0,7	1,2	0,5	0,2
Outros serv. coletivos, sociais e pessoais	2,6	2,4	3,1	3,1	2,5
Outras atividades	2,4	5,5	6,0	4,5	6,7
Ativ. mal definidas ou não declaradas	1,4	0,1	0,2	0,5	*
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
mais de 2 S.M.					
Agrícola	6,4	*	4,0	8,6	6,6
Outras atividades industriais	*	*	0,5	1,7	1,1
Indústria da transformação	4,4	11,5	23,9	26,8	7,4
Construção	4,4	4,3	2,0	2,3	3,1
Comércio e reparação	37,8	26,2	27,8	23,4	30,0
Alojamento e alimentação	9,5	10,8	8,5	4,5	1,1
Transporte, armazenagem e comunicação	7,4	7,6	2,0	2,0	2,9
Administração pública	9,4	5,8	3,7	6,4	16,4
Educação, saúde e serviços sociais	11,1	7,1	5,7	4,9	4,8
Outros serv. coletivos, sociais e pessoais	1,0	9,4	3,6	5,6	6,9
Outras atividades	8,5	17,3	18,4	13,8	19,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

Obs.: (a) Apenas para os filhos ocupados nesta faixa etária.

TABELA 32 - Adolescentes ocupados do sexo feminino, segundo ramo de atividade, faixa de renda familiar e regiões: 2006.

Ramo de atividade e faixa de renda familiar	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste
até 1/2 S.M.					
Agrícola	22,0	39,3	20,4	35,3	7,8
Outras atividades industriais	0,4	0,1		0,8	*
Indústria da transformação	11,7	9,0	11,3	6,2	3,6
Construção	0,4	0,2	0,3	*	*
Comércio e reparação	12,1	9,2	13,9	8,6	9,6
Alojamento e alimentação	1,6	4,7	4,9	4,7	9,3
Transporte, armazenagem e comunicação	0,5	0,2	2,3	*	*
Administração pública	0,9	0,9	3,0	2,7	*
Educação, saúde e serv. sociais	5,4	3,8	6,6	7,5	1,4
Serviços domésticos	40,4	27,8	31,1	24,3	56,0
Outros serv. coletivos, sociais e pessoais	4,3	4,2	5,3	6,7	8,1
Outras atividades	0,4	0,8	0,9	3,2	4,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
de 1/2 até 2 S.M.					
Agrícola	13,8	12,3	3,1	15,2	3,0
Outras atividades industriais	*	0,1	0,2	0,3	*
Indústria da transformação	5,3	9,9	15,5	13,0	10,1
Construção	0,7	0,1	0,3	0,4	0,8
Comércio e reparação	24,4	27,2	27,4	28,8	22,7
Alojamento e alimentação	6,2	8,2	6,9	3,2	5,1
Transporte, armazenagem e comunicação	0,7	0,4	3,5	1,8	2,1
Administração pública	2,5	2,0	2,6	3,1	5,2
Educação, saúde e serv. sociais	14,0	14,1	7,2	7,9	7,9
Serviços domésticos	23,1	11,7	13,0	14,0	24,6
Outros serv. coletivos, sociais e pessoais	3,0	6,2	8,1	4,3	7,0
Outras atividades	5,7	7,7	12,3	8,2	11,4
Ativ. mal definidas ou não declaradas	0,3	*	*	*	*
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
mais de 2 S.M.					
Agrícola	*	*	*	4,3	2,5
Outras atividades industriais	*	*	1,2	1,7	*
Indústria da transformação	8,9	1,7	17,1	16,6	9,7
Construção	*	1,6	*	0,9	*
Comércio e reparação	28,4	32,9	30,0	28,1	50,0
Alojamento e alimentação	12,0	7,4	4,9	2,7	5,1
Transporte, armazenagem e comunicação	*	3,6	5,6	2,9	*
Administração pública	10,2	7,1	2,7	2,8	11,3
Educação, saúde e serv. sociais	6,3	17,7	15,7	15,1	8,3
Serviços domésticos	*	*	0,5	5,3	1,6
Outros serv. coletivos, sociais e pessoais	13,4	14,1	6,9	5,7	5,1
Outras atividades	20,8	13,8	15,3	14,0	6,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

Obs.: (a) Apenas para os filhos ocupados nesta faixa etária.

TABELA 33 - Adolescentes ocupados do sexo masculino, segundo posição na ocupação, faixa de renda familiar e regiões: 2006.

Posição na ocupação e Faixas de Renda familiar per capita	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Total
até 1/2 S.M.						
Empregado com carteira	2,4	1,4	10,7	8,3	11,1	4,1
Militar	0,5	0,5	0,9	2,5	1,5	0,7
Funcionário público estatutário	0,2	0,1	*	*	1,4	0,1
Outros empregados sem carteira	34,1	36,4	53,9	33,0	43,6	39,4
Trabalhador doméstico sem carteira	0,3	1,0	1,9	0,9	0,4	1,0
Conta própria	6,8	7,0	6,8	5,2	4,8	6,7
Trabalhador autoconsumo	8,5	9,1	6,7	8,5	4,2	8,4
Trabalhador autoconstrução	*	0,4	0,4	*	0,7	0,3
Não remunerado	47,4	44,1	18,7	41,6	32,2	39,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
de 1/2 até 2 S.M.						
Empregado com carteira	12,7	11,2	35,8	35,2	28,0	28,7
Militar	2,2	1,7	1,5	2,5	2,1	1,8
Funcionário público estatutário	0,5	0,5	0,3	0,2	0,2	0,3
Outros empregados sem carteira	42,9	49,4	49,2	34,6	51,1	45,8
Trabalhador doméstico com carteira	*	0,2	0,3	0,1	*	0,2
Trabalhador doméstico sem carteira	0,2	0,5	0,8	0,5	0,2	0,6
Conta própria	13,5	10,2	4,4	5,1	5,9	6,5
Empregador	0,4	0,3	0,2	*	*	0,2
Trabalhador autoconsumo	2,8	1,8	0,6	2,2	0,8	1,4
Trabalhador autoconstrução	0,2	0,1	0,1	0,1	0,4	0,2
Não remunerado	24,4	24,0	6,7	19,7	11,2	14,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
mais de 2 S.M.						
Empregado com carteira	21,1	10,5	45,8	38,9	33,6	39,4
Militar	*	*	1,3	0,9	5,4	1,5
Funcionário público estatutário	3,9	*	*	3,0	*	0,9
Outros empregados sem carteira	39,4	49,2	35,7	35,8	39,7	37,2
Conta própria	12,2	10,7	3,4	4,2	5,1	4,7
Empregador	*	2,3	1,1	2,0	1,0	1,3
Trabalhador autoconsumo	*	*	1,2	*	*	0,6
Trabalhador autoconstrução	*	1,1	*	*	*	0,1
Não remunerado	23,4	26,2	11,5	15,3	15,0	14,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

Obs.: (a) Apenas para os filhos ocupados nesta faixa etária.

TABELA 34 - Adolescentes ocupados do sexo feminino, segundo posição na ocupação, faixa de renda familiar e regiões: 2006.

Posição na ocupação e Faixas de Renda familiar per capita	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Total
até 1/2 S.M.						
Empregado com carteira	2,5	1,2	8,6	9,4	4,2	3,9
Funcionário público estatutário	0,5	*	*	*	*	0,0
Outros empregados sem carteira	16,9	16,2	27,2	20,8	20,0	19,5
Trabalhador doméstico com carteira	*	0,3	0,3	*	*	0,2
Trabalhador doméstico sem carteira	40,4	27,5	30,8	24,3	56,0	30,3
Conta própria	5,3	7,9	9,4	4,7	5,5	7,6
Trabalhador autoconsumo	6,9	12,4	7,3	13,3	5,2	10,6
Trabalhador autoconstrução	*	0,2	0,3	*	*	0,2
Não remunerado	27,5	34,3	16,0	27,5	9,1	27,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
de 1/2 até 2 S.M.						
Empregado com carteira	14,4	15,8	36,9	32,6	32,2	31,0
Funcionário público estatutário	0,8	*	0,3	*	0,4	0,2
Outros empregados sem carteira	34,1	38,4	36,7	30,1	34,5	35,3
Trabalhador doméstico com carteira	*	0,4	0,3	*	0,5	0,3
Trabalhador doméstico sem carteira	23,1	11,3	12,7	14,0	24,2	14,2
Conta própria	4,0	11,5	5,5	5,0	3,9	6,1
Empregador	0,4	0,7	0,3	0,3	0,5	0,4
Trabalhador autoconsumo	3,9	2,3	0,9	3,5	1,7	1,9
Trabalhador autoconstrução	*	*	0,1	*	*	0,0
Não remunerado	19,3	19,5	6,3	14,5	2,1	10,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
mais de 2 S.M.						
Empregado com carteira	36,1	9,2	49,6	38,7	29,4	42,5
Funcionário público estatutário	*	*	1,0	*	2,5	0,7
Outros empregados sem carteira	37,4	64,9	40,0	38,2	38,9	40,8
Trabalhador doméstico sem carteira	*		0,5	5,3	1,6	1,9
Conta própria	7,0	6,8	3,6	4,1	5,5	4,1
Empregador	*	*	0,7	0,3	2,7	0,6
Trabalhador autoconsumo	*	*	*	0,9	*	0,3
Não remunerado	19,5	19,1	4,7	12,5	19,4	9,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

Obs.: (a) Apenas para os filhos ocupados nesta faixa etária.

TABELA 35A – Adolescentes ocupados do sexo masculino: posição na ocupação e Ramo de atividade, segundo faixas de renda familiar per capita: Brasil, 2006 (continua)

Posição na ocupação e ramo de atividade	Agrícola	Outras atividades industriais	Indústria da Transformação	Construção	Comércio e reparação	Alojamento e alimentação
Até 1/2 salário mínimo per capita						
Empregado com carteira	1,2	*	14,9	4,3	9,3	4,1
Outros empregados sem carteira	25,7	45,2	55,8	70,1	60,9	48,7
Trabalhador doméstico sem carteira	*	*	*	*	*	*
Conta própria	3,3	*	4,1	11,6	13,1	1,4
Trabalhador autoconsumo	14,6	*	*	*	*	*
Trabalhador autoconstrução	*	*	*	5,0	*	*
Não remunerado	55,2	54,8	25,1	8,9	16,8	45,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mais de 1/2 até 2 salários mínimos per capita						
Empregado com carteira	9,5	59,9	53,4	9,8	33,1	26,9
Outros empregados sem carteira	36,7	24,5	37,2	65,8	50,6	46,2
Trabalhador doméstico com carteira	*	*	*	*	*	*
Trabalhador doméstico sem carteira	*	*	*	*	*	*
Conta própria	6,5	2,0	2,8	16,9	4,4	2,1
Empregador	0,3		0,3	0,3	0,1	
Trabalhador autoconsumo	7,3	*	*	*	*	*
Trabalhador autoconstrução	*	*	*	1,4	*	*
Não remunerado	39,6	13,5	6,2	5,7	11,7	24,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Acima de 2 salários mínimos per capita						
Empregado com carteira	18,7	51,0	68,1	31,2	33,9	16,7
Outros empregados sem carteira	8,8	49,0	27,0	29,5	44,0	36,8
Conta própria	3,7	*	1,7	30,2	2,2	2,2
Empregador	*	*	1,6	*	0,4	3,7
Trabalhador autoconsumo	12,5	*	*	*	*	*
Trabalhador autoconstrução	*	*	*	2,9	*	*
Não remunerado	56,3	*	1,5	6,1	19,6	40,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

Obs.: (a) Apenas para os filhos ocupados nesta faixa etária.

(b) O salário mínimo era de R\$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais) em setembro de 2006.

TABELA 35B – Adolescentes ocupados do sexo masculino: posição na ocupação e Ramo de atividade, segundo faixas de renda familiar per capita: Brasil, 2006 (final)

Posição na ocupação e ramo de atividade	Transporte armazenagem e comunicação	Administração pública	Educação saúde e serviços sociais	Serviços domésticos	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	Outras atividades
Até 1/2 salário mínimo per capita						
Empregado com carteira	8,3	7,5	2,1	*	0,8	7,9
Militar	*	45,5	*	*	*	*
Funcionário público estatutário	*	7,5	4,0	*	*	*
Outros empregados sem carteira	49,7	33,1	66,9	*	71,7	82,8
Trabalhador doméstico sem carteira	*	*	*	100,0	*	*
Conta própria	29,4	*	22,0		14,8	4,0
Não remunerado	12,5	6,4	4,9	*	12,7	5,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mais de 1/2 até 2 salários mínimos per capita						
Empregado com carteira	36,3	7,8	31,6	*	23,4	42,6
Militar	*	47,2	*	*	*	*
Funcionário público estatutário	*	5,6	3,8	*	*	*
Outros empregados sem carteira	36,1	39,3	53,9	*	66,1	49,6
Trabalhador doméstico com carteira	*	*	*	23,4	*	*
Trabalhador doméstico sem carteira	*	*	*	76,6	*	*
Conta própria	18,3	*	9,1	*	8,4	5,4
Empregador	*	*	0,4	*	*	*
Não remunerado	9,2	*	1,2	*	2,1	2,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Acima de 2 salários mínimos per capita						
Empregado com carteira	35,3	10,2	17,8	*	29,2	50,3
Militar	*	24,3	*	*	*	*
Funcionário público estatutário	*	11,9	*	*	4,1	*
Outros empregados sem carteira	23,8	49,3	71,9	*	41,0	33,4
Conta própria	19,7	*	3,9	*	18,9	5,9
Empregador	*	*	*	*	*	3,5
Não remunerado	21,1	4,3	6,5	*	6,8	7,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

Obs.: (a) Apenas para os filhos ocupados nesta faixa etária.

(b) O salário mínimo era de R\$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais) em setembro de 2006.

TABELA 36A – Adolescentes ocupados do sexo feminino: posição na ocupação e Ramo de atividade, segundo faixas de renda familiar per capita: Brasil, 2006 (continua)

Posição na ocupação e ramo de atividade	Agrícola	Outras atividades industriais	Indústria da Transformação	Construção	Comércio e reparação	Alojamento e alimentação
Até 1/2 salário mínimo per capita						
Empregado com carteira	0,7	28,0	9,2	14,7	9,4	12,7
Outros empregados sem carteira	4,0	72,0	37,0	*	44,8	43,9
Conta própria	1,5	*	21,8	*	20,3	0,9
Trabalhador autoconsumo	33,4	*	*	*	*	*
Trabalhador auto-construção	*	*	*	85,3	*	*
Não remunerado	60,5	*	32,0		25,5	42,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mais de 1/2 até 2 salários mínimos per capita						
Empregado com carteira	6,4	40,6	40,8	61,5	45,2	35,4
Outros empregados sem carteira	10,4	59,4	41,3	27,5	39,5	36,0
Conta própria	1,9	*	6,5	*	6,9	6,1
Empregador	*	*	0,3	*	0,2	
Trabalhador autoconsumo	24,8	*	*	*	*	*
Trabalhador auto-construção	*	*	*	11,0	*	*
Não remunerado	56,5	*	11,1	*	8,2	22,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Acima de 2 salários mínimos per capita						
Empregado com carteira	*	*	56,6	72,8	46,2	28,4
Funcionário público estatutário	*	21,9	*	*	*	*
Outros empregados sem carteira	*	78,1	31,7	27,2	33,5	46,3
Conta própria	*	*	5,3	*	4,6	*
Empregador	*	*	0,6	*	1,8	*
Trabalhador autoconsumo	18,4	*	*	*	*	*
Não remunerado	81,6	*	5,8	*	13,9	25,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

Obs.: (a) Apenas para os filhos ocupados nesta faixa etária.

(b) O salário mínimo era de R\$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais) em setembro de 2006.

TABELA 36B – Adolescentes ocupados do sexo feminino: posição na ocupação e Ramo de atividade, segundo faixas de renda familiar per capita: Brasil, 2006 (final)

Posição na ocupação e ramo de atividade	Transporte armazenagem e comunicação	Administração pública	Educação saúde e serviços sociais	Serviços domésticos	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	Outras atividades
Até 1/2 salário mínimo per capita						
Empregado com carteira	6,1	4,9	6,5	*	3,8	51,0
Funcionário público estatutário	*	*	0,9	*	*	*
Outros empregados sem carteira	69,6	92,5	60,9	*	53,7	41,4
Trabalhador doméstico com carteira	*	*	*	0,8	*	*
Trabalhador doméstico sem carteira	*	*	*	99,2	*	*
Conta própria	24,3	*	27,0	*	31,0	*
Não remunerado	*	2,6	4,7	*	11,5	7,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mais de 1/2 até 2 salários mínimos per capita						
Empregado com carteira	39,0	18,7	24,8	*	20,9	52,5
Funcionário público estatutário		3,6	1,2	*	*	0,3
Outros empregados sem carteira	59,3	72,4	53,8	*	50,7	43,1
Trabalhador doméstico com carteira	*	*	*	1,9	*	*
Trabalhador doméstico sem carteira	*	*	*	98,1	*	*
Conta própria	0,8	*	16,3	*	20,3	0,9
Empregador	0,8	*	*	*	2,7	0,8
Não remunerado	*	5,2	4,0	*	5,4	2,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Acima de 2 salários mínimos per capita						
Empregado com carteira	64,3	5,3	38,7	*	20,1	54,5
Funcionário público estatutário	*	7,5		*		1,0
Outros empregados sem carteira	29,5	84,6	55,7	*	50,3	42,6
Trabalhador doméstico sem carteira	*	*		100,0	*	*
Conta própria	6,3	*	2,0	*	19,0	*
Não remunerado	*	2,6	3,6	*	10,5	1,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

Obs.: (a) Apenas para os filhos ocupados nesta faixa etária.

(b) O salário mínimo era de R\$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais) em setembro de 2006.

TABELA 37 – Adolescentes ocupados do sexo masculino: ramo de atividade e grupos ocupacionais: Brasil, 2006.

Grupamento de atividade/ Grupos ocupacionais	Agrícola	Outras atividades industriais	Indústria da Transfor- mação	Constru- ção	Comércio e reparação	Alojamento e alimenta- ção
Dirigentes em geral	0,2	*	0,2	*	0,5	0,9
Profissionais das ciências e artes	*	2,3	2,6	0,5	0,2	0,3
Técnicos de nível médio	0,1	4,7	5,1	0,7	3,0	
Trabalhadores dos serviços administrativos	0,1	21,3	8,5	2,1	10,1	5,8
Trabalhadores dos serviços	0,7	21,2	6,2	0,8	14,9	61,8
Vendedores e prestadores de serviços do comércio	*	7,7	2,4	0,1	39,5	26,8
Trabalhadores agrícolas	98,5	3,2	2,6	0,1	*	*
Trabalhadores na produção de bens e serviços, reparação e manutenção	0,3	39,7	72,3	95,7	31,9	4,3
Membros das forças armadas e auxiliares	*	*	*	*	*	*
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Grupamento de atividade/ Grupos ocupacionais	Transporte armazena- gem e comunica- ção	Adminis- tração pública	Educação saúde e serviços sociais	Serviços domésti- cos	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	Outras atividades
Dirigentes em geral	0,8	1,6	0,9	*	0,5	2,6
Profissionais das ciências e artes	*	3,9	8,4	*	12,6	5,2
Técnicos de nível médio	1,2	11,7	39,6	*	22,9	15,2
Trabalhadores dos serviços administrativos	21,4	24,0	34,8	*	12,1	48,8
Trabalhadores dos serviços	22,6	11,7	9,9	98,1	39,0	15,0
Vendedores e prestadores de serviços do comércio	*	1,0	2,7	*	5,9	9,0
Trabalhadores agrícolas	0,2	*	*	*	*	*
Trabalhadores na produção de bens e serviços, reparação e manutenção	53,8	2,8	3,8	1,9	7,0	4,1
Membros das forças armadas e auxiliares	*	43,4	*	*	*	*
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.

TABELA 38 – Adolescentes ocupados do sexo feminino: ramo de atividade e grupos ocupacionais: Brasil, 2006.

Grupamento de atividade/ Grupos ocupacionais	Agrícola	Outras atividades industriais	Indústria da Transfor- mação	Constru- ção	Comércio e reparação	Alojamento e alimenta- ção
Dirigentes em geral	*	*	1,2	*	1,2	0,6
Profissionais das ciências e artes	0,1	*	4,5	*	0,6	*
Técnicos de nível médio	*	18,0	4,6	10,7	1,9	0,7
Trabalhadores dos serviços administrativos	*	50,8	17,5	46,2	25,7	12,9
Trabalhadores dos serviços	0,3	14,6	3,5	*	4,1	56,6
Vendedores e prestadores de serviços do comércio	*	*	5,2	10,9	64,0	28,4
Trabalhadores agrícolas	99,2	*	*	*	*	*
Trabalhadores na produção de bens e serviços, reparação e manutenção	0,4	16,6	63,5	32,2	2,4	0,8
Membros das forças armadas e auxiliares	*	*	*	*	*	*
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Grupamento de atividade/ Grupos ocupacionais	Transporte armazena- gem e comunica- ção	Adminis- tração pública	Educação saúde e serviços sociais	Serviços domésti- cos	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	Outras atividades
Dirigentes em geral	5,8	0,3	0,1	*	1,5	1,0
Profissionais das ciências e artes	*	9,5	8,7	*	7,7	5,7
Técnicos de nível médio	3,3	15,2	40,4	*	9,0	7,1
Trabalhadores dos serviços administrativos	48,8	67,9	36,5	*	20,5	71,6
Trabalhadores dos serviços	15,5	4,4	13,4	100,0	56,5	3,6
Vendedores e prestadores de serviços do comércio	13,0	1,9	0,1	*	3,5	8,6
Trabalhadores agrícolas	*	*	0,6	*	1,3	*
Trabalhadores na produção de bens e serviços, reparação e manutenção	13,7	0,8	0,1	*	*	2,4
Membros das forças armadas e auxiliares	*	*	*	*	*	*
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.